

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARMEM MARQUES RODRIGUES

PRIMA BRASIL:

**Diálogos entre Luís Pinto de Sousa Coutinho e William Faden na consolidação
cartográfica do Brasil no mapa *Colombia Prima or South America* (1807)**

Belo Horizonte - MG

2022

CARMEM MARQUES RODRIGUES

PRIMA BRASIL:

Diálogos entre Luís Pinto de Sousa Coutinho e William Faden na consolidação cartográfica do Brasil no mapa *Colombia Prima or South America* (1807)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Júnia Ferreira Furtado

Belo Horizonte – MG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em História
2022

907.2 Rodrigues, Carmem Marques.
R696p Prima Brasil [manuscrito] : diálogos entre Luís Pinto de
2022 Sousa Coutinho e William Faden na consolidação
cartográfica do Brasil no mapa Colombia Prima or South
America (1807) / Carmem Marques Rodrigues. - 2022.
227 f. : il.
Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Mapas – História - Teses.
3. Iluminismo - Teses. 4. Coutinho, Luís Pinto de Sousa,
1735-1804. 5. Faden, William, 1749-1836. I. Furtado, Júnia
Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



HISTÓRIA UFPA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PRIMA BRASIL: Diálogos entre Luís Pinto de Sousa Coutinho e William Faden na consolidação cartográfica do Brasil no mapa Colombia Prima or South América (1807)"

Carmem Marques Rodrigues

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Iris Kantor
USP

Profa. Dra. Maria de Fátima Gomes Costa
UFMT

Profa. Dra. Renata Klautau Malcher de Araujo
Universidade do Algarve

Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito
UFPA



Documento assinado eletronicamente por **Júnia Ferreira Furtado, Professora do Magistério Superior**, em 08/04/2022, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º



do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Iris Kantor, Usuário Externo**, em 12/04/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Gomes Costa, Usuário Externo**, em 12/04/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Klautau Malcher de Araujo, Usuário Externo**, em 18/04/2022, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Junior Ishihara Brito, Usuário Externo**, em 18/04/2022, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1313429** e o código CRC **C72FF72F**.

Para Joana,
que todos os dias desenha novos caminhos na cartografia do meu coração.

AGRADECIMENTOS

No longo processo de construção desta tese foram várias as pessoas que me auxiliaram com suas críticas, sugestões, conselhos, opiniões e cobranças. Dentre todas essas pessoas, a participação mais fundamental foi da minha orientadora Prof^a Dr^a Junia Ferreira Furtado, que, felizmente, acompanha minhas pesquisas desde a época em que ainda era uma graduanda em História pela UFMG (não vou colocar a data aqui para não entregar nossas idades). Certamente, este espaço é pequeno para descrever como a orientação da Prof.^a Junia foi importante não só na construção dos meus trabalhos acadêmicos – a monografia, a dissertação e agora esta tese -, mas no meu processo de amadurecimento como historiadora e professora.

Especialmente, para esta tese, a orientação da Prof.^a Junia foi vital. Primeiramente, porque desde o começo ela acreditou no projeto e não me deixou reduzi-lo ou modificá-lo, mesmo diante das críticas negativas que recebi de outros pesquisadores e professores. Logo no primeiro ano do doutorado, ofereceu a mim – e outros colegas de orientação – a incrível oportunidade de participar da *27th International Conference on the History of Cartography (IHC)*, que aconteceu em Belo Horizonte, em julho de 2017. Nesse tradicional evento, a Prof.^a Junia me apresentou a importantes investigadores estrangeiros, com os quais pude trocar informações e contatos, fundamentais para minha pesquisa como o Prof. Dr. Matthew H. Edney (University of Maine/EUA) e Prof^a Dr^a Mary S. Pedley (University of Michigan/EUA). Também agradeço pela minha gentil introdução em grupos de pesquisa internacionais – ISHMap e GEOPAM – intermediados pela professora, que foram e serão espaço de debate essencial para essa e futuras pesquisas. Ainda agradeço pelo auxílio empreendido para a obtenção do *J.B. Harley Research Fellowships in the History of Cartography*, concedido em dezembro de 2019, do qual, infelizmente por conta da pandemia do Coronavírus, não consegui desfrutar antes de terminar esta tese. Enfim, agradeço calorosamente por todo o processo.

Também agradeço ao Departamento de Pós-Graduação em História da UFMG e a todos os seus professores e funcionários, e particularmente aos professores com os quais tive a oportunidade de aprender e trocar informações de forma mais direta: Prof^a Dr^a Ana Carolina Vimieiro Gomes, Prof^a Dr^a Anny Jackeline Torres Silveira, Prof. Dr.

Mauro Lúcio Leitão Condé, Prof. Dr. Rafael Scopacasa, Prof^a Dr^a Rita de Cássia Marques e Prof^a Dr^a Márcia Almada (ECA/UFMG).

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro fundamental para a realização desta tese.

Os colegas e amigos de orientação e do programa de pós-graduação também desempenharam papel essencial ao longo da construção dessa tese. Agradeço especialmente: Régis Quintão, Valquíria Ferreira, André Onofre, Gabriel Chagas, Rafael Pereira, Márcio Mota Pereira, Paloma Porto, Carlos Augusto Ribeiro Jotta. Ademais, sou especificamente grata às colegas Ana Carolina Rezende Fonseca e Jéssica Bley, que além da parceria durante as aulas, me indicaram para participar da gestão da Revista Temporalidades durante o ano de 2018 e 2019, que foi uma rica e importante experiência, fundamental para a construção de uma participação colaborativa discente dentro do programa de pós-graduação. Agradeço também aos meus colegas da Comissão Editorial: Camila Neves Figueiredo, Flávia Gomes Chagas, Hélia Costa Morais, Luiz Felipe Anchieta Guerra, Stéfany Sido e Thayná Peixoto.

Inclusive, agradeço aos colegas de outras instituições com quem, que nos encontros em eventos acadêmicos ou por e-mail, troquei informações e documentos: Benone Lopes Moraes, Rogério Beier e Lucas Montalvão Rabelo.

Ademais sou grata aos professores e pesquisadores de outras instituições de ensino, com os quais entrei em contato e gentilmente responderam minhas dúvidas e me auxiliaram com críticas e sugestões: Prof^a. Dr^a. Lina del Castillo (University of Texas, EUA), Prof. Dr. Júlio Costa (Universidade do Porto), o investigador André Ferrand Almeida, Prof. Dr. João Carlos Garcia (Universidade do Porto), Prof^a. Dr^a Mária de Fátima Costa (UFMT) e Prof.^a Dr^a Iris Kantor (USP).

Também reconheço a importante contribuição dos apontamentos, críticas e sugestões feitos pelos professores que, gentilmente, participaram do meu exame de qualificação: Prof. Dr. Rafael Scopacasa e Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Santos (IGC/UFMG).

Aos meus alunos do estágio docente no Departamento de História da UFMG, e no Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e nos mini-cursos e palestras que proferi nesses últimos anos, agradeço pelo interesse e pelas discussões.

O auxílio e solidariedade dos meus familiares e amigos também foram imprescindíveis nessa jornada. Agradeço a todos eles, em especial as amigas que compartilham as dores e sabores da vida acadêmica: Regina Juncal, Sabrina Colares e Conny Cerai.

Agradeço a minha mãe Rosa, meu apoio fundamental em tudo.

Ao meu pai Prof. Sérgio Murilo Rodrigues (UEMG) que me incentivou a seguir pelo caminho acadêmico.

Agradeço ao Cláudio e nossa pequena Joana pelo apoio e carinho cotidianos.

RESUMO: Esta tese aborda a colaboração conduzida por Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), o Visconde de Balsemão, para fornecer diversos mapas sobre o Brasil para o geógrafo inglês William Faden (1749-1836), com o intuito de influenciar o desenho da América portuguesa no mapa *Colombia Prima or South America*, publicado pela primeira vez em 1807. A questão principal que guiou esta pesquisa foi: Porque um importante funcionário régio – um embaixador que deveria atuar ativamente no cenário internacional na defesa dos interesses da Coroa que servia – forneceu mapas manuscritos de regiões estratégicas do interior do Brasil, para um geógrafo estrangeiro? Estabelecer essa relação bilateral era de interesse mútuo, por isso sustentamos a tese de que *Colombia Prima* representa a síntese do conhecimento geográfico português sobre o Brasil, acumulado ao longo do século XVIII. Ao participar dessa construção o Visconde de Balsemão pretendia usar a autoridade do mapa para propagandear os limites das possessões portuguesas na América do Sul, consolidando na opinião pública ilustrada os limites continentais do Brasil, diante de uma América espanhola que estava prestes a esfarelar.

Palavras chave: História dos Mapas, Geografia do Iluminismo, Visconde de Balsemão, William Faden.

ABSTRACT: This doctoral dissertation addresses the collaboration conducted by Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), the Viscount of Balsemão, to provide several maps of Brazil to the English geographer William Faden (1749-1836), in order to influence the drawing of Portuguese America on the map *Colombia Prima or South America*, first published in 1807. The main question that guided this research was: Why an important royal official - an ambassador who had to act actively on the international scene in defense of the interests of the Crown he served - provided manuscripts maps of strategic regions about the hinterlands of Brazil to a foreign geographer? Establishing this bilateral relationship was of mutual interest, so we support the thesis that *Colombia Prima* represents the synthesis of Portuguese geographic knowledge about Brazil, accumulated throughout the eighteenth century. By patronizing this construction, the Viscount of Balsemão intended to use the map's authority to propagandize the limits of the Portuguese possessions in South America, consolidating in the illustrated public opinion the continental limits of Brazil, against a Spanish America that was about to crumble.

Keywords: Map History, Enlightenment Geography, Viscount of Balsemão, William Faden.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Detalhe para a representação aproximada da área da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (séc. XVIII) delimitada em vermelho. Mapa do Brasil: Estados e Capitais, IBGE..... **33**
- Figura 2:** A área identificada com o número 6 representa o espaço da horta coletiva. REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação dos índios do Lugar de Lamego*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **40**
- Figura 3:** REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação de Balsemão*, 1768. Mapoteca do Itamaraty..... **41**
- Figura 4:** REGO, José Matias de Oliveira. *Mappa de huma parte da America Meridional*.1769. Biblioteca Pública Municipal do Porto. **42**
- Figura 5:** [*Rio Guaporé e seus afluentes*],[ca.1775]. Mapoteca do Itamaraty. **45**
- Figura 6:** [*Bacia do Rio Guaporé*], [ca.1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **46**
- Figura 7:** [*Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*], 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **52**
- Figura 8:** LA ROCHETTE, L.S.D. de. *The coast of Guyana from the Oroonoko to the river of Amazons and the inland parts as far as they have been explored by the French & Dutch engineers with the islands of Barbadoes, Tobago &ca.* 1783. Biblioteca Pública Municipal do Porto..... **64**
- Figura 9:** Detalhe para a página dedicada à Ilustração dos instrumentos matemáticos em MEGELLAN, John Hyacinth de. *Description & Usages des instrumens d'astronomie & de physique faits a Londres, par ordre de la Cour de Portugal en 1778.* **69**
- Figura 10:** Vista do Palácio do Visconde de Balsemão, desenho de Carlos Alberto Nogueira da Silva, 1861..... **82**
- Figura 11:** Detalhe do curso do rio Madeira, com destaque para a representação do rio Guaporé que nasce no Mato Grosso. PETROSCHI, Giovanni e BRENTANO, Carolo. *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibita nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao*, 1751. JCB Map Collection. **97**
- Figura 12:** Detalhe do mapa de P. Buache com destaque para a conexão entre a Cordilheira do Peru e as montanhas do interior do Brasil, chamadas no mapa de Mato Grosso. Representação que chamou bastante a atenção de Balsemão. BUACHE, Philippe. *Carte de Physique de l'Ocean où l'on voit des Grandes Chaînes de Montagnes qui traversent les continents d'Europe, d'Afrique et d'Amérique*, 1757. Biblioteca Nacional de Portugal. **98**
- Figura 13:** DELISLE, G. *L'Amérique Méridionale dressée sur les observations de Mrs. de l'Academie Royale des Sciences&quelques autres,&sur les memoires les plus recens*, 1708. Biblioteca Pública Municipal do Porto..... **99**

- Figura 14:** LA CONDAMINE, Charles M. *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones dans sa partie navigable depuis Jean de Bracomoros jusqu'à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Essequébè*, 1743-1744. Bibliothèque nationale de France..... **100**
- Figura 15:** *Mapa topográfico das vizinhanças de Villabella, desde as fontes do rio Guaporé até o marco do rio Jauru, formado das derrotas, observações que fez e notícias que daquele país adquiriu o Governador que foi dessa Capitania de Matogrosso Luís Pinto de Souza Coutinho*, [1771]. Biblioteca Pública Municipal do Porto..... **102**
- Figura 16:** [*Cabeceiras dos rios Alegre e Aguapeí*], [1771]. Biblioteca Pública Municipal do Porto. **103**
- Figura 17:** [REGO, José Matias de Oliveira], *Planta de parte do Rio Guaporé e barra do Rio Mamoré*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua..... **108**
- Figura 18:** Do lado esquerdo o *Mapa dos Limites de Goiás e Minas*, de Tosi Colombina, do outro lado o mapa dos *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*. A similaridade entre os dois mapas fica evidente quando são comparados. Arquivo Público Mineiro e Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **109**
- Figura 19:** [*Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **111**
- Figura 20:** [*Norte do Brasil*], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. ... **112**
- Figura 21:** Montagem feita com os dois mapas, [*Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*] e [*Norte do Brasil*], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **113**
- Figura 22:** *Carta Geográfica das Capitanias do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e S. Paulo, e das mais províncias e reinos confinantes, desde o paralelo de 10 graus de latitude setentrional, até o paralelo de 26 graus de latitude Meridional, formada dos melhores Mapas, e observações mais modernas, e derrotas que fez do Governador e Capitão General, que foi de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho*. 1922. Bibliothèqure Nationale de France..... **114**
- Figura 23:** Do lado esquerdo o *Mapa de Todo o vasto Continente do Brasil*. Do lado direito a junção dos mapas *Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás* e *Norte do Brasil*. Comparando os dois mapas é possível perceber continuidades e rupturas entre as representações cartográficas defendidas por Luís de Albuquerque e Luís Pinto. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua..... **115**
- Figura 24:** REGO, José Matias de Oliveira. *Mapa do continente das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Cuiabá e Mato Grosso da Monarquia lusitana*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua. **116**
- Figura 25:** Detalhe das inscrições e desenhos feitos no mapa que mostram caminhos partindo da Colônia do Sacramento para a linha de fronteira demarcada em direção ao Norte da carta. REGO, José Matias de Oliveira. *Mapa de uma parte da América*

<i>Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas coroas de Portugal e Espanha, 1769. Biblioteca Pública Municipal do Porto.</i>	117
Figura 26: PALAIRET, Jean. <i>South America</i> , [1775]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	121
Figura 27: D'ANVILLE, Jean B. B. <i>Carte de l'Amérique méridionale</i> , 1765. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	122
Figura 28: SAYER, Robert. <i>Carte de l'Amérique méridionale</i> , 1772. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	123
Figura 29: <i>Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de España en la America Meridional</i> , [1775-99]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	125
Figura 30: Exemplar do <i>Mapa Geográfico da América Meridional</i> , de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, pertencente a Biblioteca Nacional (Brasil).	137
Figura 31: Versão do <i>Mapa Geográfico da América Meridional</i> , de Cruz Cano y Olmedilla, feita por William Faden e publicada em 1799. David Rumsey Map Collection.	140
Figura 32: <i>Colombia Prima or South America</i> , novo mapa da América do Sul publicado por Faden, em 1807, em dimensões monumentais. British Library, Coleção Topográfica do Rei George III.	141
Figura 33: Retrato de William Faden, feito por John Russel, 1797.	143
Figura 34: Cartões de Visitas usados por Luís Pinto, Chevalier Pinto e sua Esposa, <i>Madame Pinto</i> , Dona Catarina Lencastre, a Viscondessa de Balsemão, 1781. The British Museum.	153
Figura 35: Retrato da <i>Madame de Pinto</i> , feito por Richard Cosway. The Huntington, Library, Art Museum, and Botanical Gardens.	154
Figura 36: <i>Nova Carta da América Meridional</i> construída sob as ordens de Luís de Albuquerque. O exemplar, que se encontra no National Archives em Londres, foi descoberto por Neil Safier, professor associado do Departamento de História da Brown University (EUA). 1789. National Archives.	159
Figura 37: Detalhe da oitava folha do mapa <i>Colombia Prima</i> , que contém o Título, o Subtítulo e as Explicações. 1807. British Library.	162
Figura 38: Detalhe das Advertências, escritas por Faden, que acompanham o mapa <i>Colombia Prima</i> . 1807. British Library.	163
Figura 39: Detalhe da grande ilha do Araguaia no mapa <i>Territórios das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo</i> . Biblioteca Pública Municipal do Porto.	164
Figura 40: [<i>Territórios das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo</i>]. [Não anterior a 1753]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	165
Figura 41: Detalhe das fronteiras, desenhadas em <i>Colombia Prima</i> , entre as capitanias do Mato Grosso e Goiás, que seguem as balizas naturais estabelecidas por Balsemão	

quando era Governador do Mato Grosso. Em azul a divisa da Capitania do Mato Grosso e em vermelho a fronteira da Capitania de Goiás. 1807. David Rumsey Map Collection.	166
Figura 42: Detalhe para as Explicações impressas no canto esquerdo inferior do mapa <i>Colombia Prima</i> , na sétima folha. 1807. British Library.....	166
Figura 43: <i>Carta limitrofe de paiz de Mato [sic] Grosso e Cuyaba desde a foz do rio Mamore athe o lago Xarayes e seus adjacentes.</i> 1790. Bibliothèque nationale de France.	167
Figura 44: Detalhe da <i>Carta limítrofe</i> com destaque para a linha amarela e a linha vermelha, cada uma representando uma determinada demarcação de fronteira. 1790. Bibliothèque nationale de France	168
Figura 45: Detalhe da representação da Capitania das Minas Gerais, com suas respectivas comarcas no mapa <i>Colombia Prima</i> . Para desenhá-la Faden utilizou como fonte os mapas de José Joaquim da Rocha. 1807. British Library.	170
Figura 46: ROCHA, José J. <i>Mapa da Capitania de Minas Gerais</i> , 1793. Biblioteca Pública Municipal do Porto.....	171
Figura 47: <i>Mapa do continente da Colônia do Sacramento</i> atribuído a José Joaquim da Rocha. Biblioteca Pública Municipal do Porto.	172
Figura 48: Detalhe do estuário do Rio da Prata e da identificação das principais vilas do seu entorno como Buenos Aires e [Colônia] Sacramento. <i>Colombia Prima</i> , 1807. British Library.	174
Figura 49: Detalhe do Mapa <i>Colombia Prima</i> , com destaque para a pequena informação sobre o editor e a data da publicação que aparece em algumas folhas do mapa. 1807. Harvard Map Collection.....	176
Figura 50: Exemplar de prova ou primeira impressão do mapa <i>Columbia Prima</i> , que pertenceu ao Duque de Sussex. 1807. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.	177
Figura 51: Detalhe do título onde o aparece <i>Columbia Prima</i> , grafado com u. 1807. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.....	178
Figura 52: Detalhe do pequeno mapa da América do Sul que vinha na capa que guardava as folhas de <i>Colombia Prima</i> . Nesse exemplar, o mapa foi colorido e apresenta uma data de publicação diferente da data de publicação final de <i>Colombia Prima</i> . 1798. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.....	179
Figura 53: Detalhe do pequeno mapa guia da América do Sul, que acompanhava o encarte de <i>Colombia Prima</i> que não apresenta mais a data de publicação. Usando-o como guia, a pessoa que estivesse em posse das 8 folhas de <i>Colombia Prima</i> poderia colocá-las em sua correta ordem, como em um quebra-cabeça. 1807. David Rumsey Map Collection.	180
Figura 54: Frontispício da encadernação do mapa <i>Colombia Prima</i> que pertenceu ao Duque de Sussex. 1819. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.	181

Figura 55: Retrato de Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, feito em 1797 por Francesco Bartolozzi. The British Museum. **186**

ABREVIATURAS

1. Arquivos, Bibliotecas, Instituições e Coleções.

ACBM – Acervo da Casa Barão de Melgaço
ACL – Academia de Ciências de Lisboa
ACRL – Academia Real das Ciências de Lisboa
ADB – Arquivo Distrital de Braga
AHEX – Arquivo Histórico do Exército Brasileiro
AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty
AHM – Arquivo Histórico Militar
AHMB – Arquivo Histórico do Museu Bocage
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
AML – Arquivo Municipal de Lisboa
AMP – Arquivo do Museu Paulista
ANB – Arquivo Nacional do Brasil
ANNT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APEP – Arquivo Público do Estado do Pará
APM – Arquivo Público Mineiro
AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
BA – Biblioteca da Ajuda
BL – British Library
BM – The British Museum
BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BNE – Biblioteca Nacional de Espanha
BnF – Bibliothèque Nationale de France
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BPME – Biblioteca Pública Municipal de Évora
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
BRL – Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.
CCCI – Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua
CLRS – Coleção de Cartas de Robert Southey
DRMC – David Rumsey Historical Map Collection
EMCO – Elizabeth Montagu Correspondence Online
FO – Founders Online
HMC – Harvard Map Collection
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Mato Grosso
JCB – John Carter Brown Map Collection
MBM – Mapoteca da Biblioteca da Marinha do Brasil
MCUL – Museu de Ciências da Universidade de Lisboa
MRE/MI – Ministério das Relações Exteriores, Mapoteca do Itamaraty
NHM – Museu de História Natural de Londres
OGAUC – Observatório Geofísico e Astronómico da Universidade de Coimbra
TH – The Huntington, Library, Art Museum, and Botanical Gardens
TNA – The National Archives
TRS – The Royal Society Library and Archives
UKHO – United Kingdom Hydrographic Office Archives

2. Gerais

C.f.: Conferir

Cx.: Caixa

Doc.: Documento

Fl./Fls.: Folha/Folhas

Nº./nº.: Número

P./p.: página

Vol.: Volume

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Apresentação do tema.....	14
Apresentação da metodologia	21
Apresentação dos capítulos.....	24
Parte 1. A Tríade Iluminista: a Política, a Diplomacia e os Mapas.	27
1. Luís Pinto de Sousa Coutinho: o Capitão General.....	31
2. <i>Chevalier Pinto: “one of the most enlightened men who ever lived in Brazil”</i> ...	55
3. O Visconde de Balsemão.....	71
Parte 2. A Coleção Cartográfica: mapas para conhecer, mapas para governar, mapas para delimitar.	81
1. O Colecionismo de mapas: a fabulosa mapoteca dos Balsemão.	85
2. Mapas para conhecer, mapas para governar e mapas para delimitar.	94
Parte 3: Brasil, um imenso quebra-cabeça.	134
1. <i>Colombia Prima or South America</i> : uma colaboração cartográfica	143
2. <i>Governor of Paraguay</i> : os mapas que Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde Balsemão, forneceu para William Faden.	160
Considerações Finais.....	184
REFERÊNCIAS	190

Introdução

Ora, quando era garoto, eu tinha paixão por mapas. Ficava horas olhando a América do Sul, ou a África, ou a Austrália, e perdia-me em todas as glórias da exploração. Naquele tempo havia muitos espaços em branco na terra, e quando eu via um que parecia particularmente convidativo num mapa (embora todos pareçam) punha o dedo em cima e dizia: quando eu crescer, irei lá.

Joseph Conrad
O coração das trevas

Apresentação do tema

Esta tese se debruça sobre a colaboração capitaneada por Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), o Visconde de Balsemão, para fornecer diversos mapas sobre o Brasil para o geógrafo inglês William Faden (1749-1836) com o intuito de influenciar o desenho da América portuguesa no mapa *Colombia Prima or South America*, (Fig.32) publicado pela primeira vez em 1807. Balsemão foi uma das figuras mais proeminentes da política portuguesa no último quartel do século XVIII; foi Governador, Embaixador e Secretário de Estado, perpassando momentos críticos da História europeia e luso-brasileira como o período das negociações e da implementação do Tratado de Santo Ildefonso (1777), o da Guerra de Independência Americana (1776-1783) e o da Revolução Francesa (1789-1799). Já William Faden era Geógrafo do Rei George III e dono da principal editora de mapas da Inglaterra no final do século XVIII. Sua casa de edição dominou o mercado britânico de mapas graças à qualidade dos seus trabalhos e, para isso, um de seus trunfos fundamentais era o domínio de uma vasta e qualificada rede de informantes.

A questão principal que norteou esta pesquisa foi: Porque um importante funcionário régio – um embaixador que deveria atuar ativamente no cenário internacional na defesa dos interesses da Coroa que servia – forneceu mapas manuscritos de regiões estratégicas do interior do Brasil, inclusive das áreas críticas de fronteira e de mineração de metais preciosos, para um geógrafo estrangeiro? O receio relacionado à divulgação de informações geográficas estratégicas era uma preocupação de todas as grandes potências europeias. Na França, por exemplo, os “engenheiros civis de Cassini e os geógrafos militares opuseram-se na questão da representação e da divulgação de áreas estratégicas do território: em que medida era permitido divulgar

junto ao público, quer francês, quer estrangeiro, a cartografia de regiões ditas ‘sensíveis’?” (COUTINHO, 2012:20)

Eram essas mesmas questões que preocupavam as autoridades portuguesas. “Os conhecimentos geográficos e cartográficos do Brasil, considerados, por via de regra, segredos de Estado” (CORTESÃO, 1968:85) eram tratados com todo o cuidado e sigilo. E por causa disso, tendo em vista o controle sobre a informação geográfica, os mapas eram tomados como verdadeiros “instrumentos políticos”, pois aos cartógrafos só era permitido representar “a realidade geográfica, na medida em que esta se não opunha aos interesses da Coroa.” (CORTESÃO, 1968:90) Todavia, especialmente a partir do século XVIII, esse conflito entre interesses políticos e representação geográfica tomou novos contornos.

“Em Lisboa, só por volta de 1730 ou 1731, depois dos Padres Capacci e Soares enviarem do Brasil as primeiras longitudes astronômicamente observadas, e, em particular, a da Colônia do Sacramento, desapareceram todas as ilusões.” (CORTESÃO, 1968: 93) Nesse momento, começava uma disputa de representações. Os padres¹ tinham como missão fazer mapas do Brasil “não apenas por razões de segurança, devido ao conflito latente com a Espanha e aos potenciais interesses de outras nações estrangeiras, mas também para permitir uma melhor exploração dos recursos do território e a sua administração mais eficaz.” (ALMEIDA, 2001:104) Assim, utilizando instrumentos e fazendo medições matemáticas os padres eram responsáveis por construir mapas fidedignos e acurados sobre o Brasil. “Mas por isso mesmo os resultados dessa missão cartográfica foram cuidadosamente guardados em segredo” (CORTESÃO, 1968: 93), ou seja, a ideia do sigilo ainda vigorava para informações geográficas acerca de terrenos específicos considerados de estratégia vital para a Coroa, caso do Brasil então grande produtor de ouro e diamantes. Contudo, Andrea Doré argumenta que a política de sigilo vigorava apenas para esse tipo de conhecimento e não para o mais geral e abstrato oriundo da pena dos cosmógrafos portugueses (DORÉ, 2021: 620).

O desenvolvimento de métodos e instrumentos cada vez mais acurados para a tomada das medições matemáticas que envolviam o mapeamento transformava a cartografia em uma prática científica. Ou seja, os aspectos artísticos foram

¹ Sobre as expedições dos chamados Padres Matemáticos ver: ALMEIDA, André Ferrand. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

paulatinamente apagados, abrindo espaço para uma cartografia matemática e uniformizada, que tinha como pilar paradigmático fazer dos mapas um espelho da realidade. Na década de 1730, quando Portugal iniciou os preparativos para negociar um tratado de limites com a Espanha, com o objetivo primordial de solucionar os conflitos territoriais na América do Sul, Dom Luís da Cunha (1662-1749), embaixador português em Paris, chamou a atenção de seus superiores e colegas para a necessidade de se armarem com mapas fidedignos, que pudessem dar uma real visão sobre os contornos dos territórios portugueses na América. Somente dessa forma, poderiam construir uma negociação sólida que confirmasse a expansão luso-brasileira para além do definido no antigo Tratado de Tordesilhas (1494). De acordo com Junia Furtado, foi nesse momento que a tradicional política de sigilo começou a ser reformulada, pois a diplomacia portuguesa percebeu que poderia recorrer ao conhecimento geográfico reunido em mapas para dar publicidade e assim defender os interesses territoriais dos portugueses na América. (FURTADO, 2012b e 2013)

Para dar forma ao seu projeto, Dom Luís da Cunha procurou o geógrafo Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782) e lhe deu a incumbência de construir um novo e acurado mapa da América do Sul.

Era esse o desejo de dom Luís da Cunha ao contribuir com D'Anville na produção da *Carte de l'Amérique méridionale*: garantir o sucesso das posições portuguesas na negociação com a Espanha; e o mapa que deveria servir a esse propósito, em sua concepção, tinha que ser o espelho o mais perfeito da América real. O mapa, como um farol, guiaria e seria a base que definiria os limites em questão, pois daria a ver com precisão os terrenos em disputa. Ao agir dessa forma, após um tratado assinado entre as duas coroas, se encerraria meio século de contendas, já que não restariam mais dúvidas sobre o território negociado. (FURTADO, 2012b:506)

Na construção desse projeto, Dom Luís da Cunha forneceu vários mapas manuscritos e notícias geográficas sobre o Brasil para D'Anville, quebrando o círculo do sigilo sobre as informações geográficas com o intuito de influenciar o desenho dos contornos do Brasil de acordo com o que acreditava ser o melhor para as pretensões portuguesas.² O discurso tanto do diplomata como do geógrafo eram focados na objetividade, os dois ansiavam por um mapa espelho, ou seja, que desvelasse a

² A colaboração entre Dom Luís da Cunha e D'Anville foi objeto de denso estudo da historiadora Junia Furtado, que publicou os resultados de suas pesquisas em diversos artigos e livros. Ver principalmente: FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013 e FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

realidade geográfica existente. Mas o fato é que os mapas - como construções culturais que são - jamais deixam de carregar determinadas intencionalidades. “Não era, pois, um documento neutro como acreditavam os iluministas, mas estava carregado de intencionalidades, ainda que, para isso, não fosse necessário distorcer o território apresentado, mas sim buscar configurá-lo da forma mais realista possível.” (FURTADO, 2012b:522)

Todavia, outro projeto de cartografia foi o vencedor nas negociações de limites do Tratado de Madri. Quem conseguiu se impor nas tratativas foi a visão geopolítica de Alexandre de Gusmão (1695-1753), que ainda bebia na mesma fonte da antiga cartografia política do sigilo ressaltada por Cortesão. O seu projeto, configurado no *Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional*, que ficou conhecido como *Mapa das Cortes*, pretendia dar sobrevida ao sigilo, distorcendo a geografia do Brasil com fins políticos para enganar os espanhóis em relação à verdadeira extensão da presença luso-brasileira na América do Sul.³

Assinado em 1750, o processo de consolidação do Tratado de Madri foi conturbado.

O *Mapa das Cortes* serviu de base para o estabelecimento do tratado e passou a ser considerado o mapa que havia criado esse novo Brasil. Mas o tratado também estipulou que as expedições bilaterais deveriam instalar marcos de pedra para demarcar essas fronteiras na América. Quando esses grupos começaram a fazer as medições locais, as distorções do *Mapa das Cortes* rapidamente se tornaram evidentes. O reconhecimento pelos espanhóis do enorme território a oeste que haviam cedido os portugueses levou a uma forte campanha contra o Tratado de Madrid. (FURTADO, 2021b:134)

A demarcação *in loco* das fronteiras, feita por expedições compostas por engenheiros e astrônomos munidos com instrumentos matemáticos, demonstrou que não havia mais espaço para o sigilo e muito menos para a deformação de informações geográficas. Seguir a fronteira como aparecia no *Mapa das Cortes* era simplesmente impossível, pois não havia correspondência entre o mapa e a realidade. Por conta dessas incongruências, o Tratado foi revogado em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

O projeto cartográfico de Dom Luís da Cunha perdeu a disputa para o mapa defendido por Gusmão, porém, as grandes distorções do *Mapa das Cortes* acabaram por

³ Sobre a participação decisiva de Alexandre de Gusmão nas negociações do Tratado, ver o clássico estudo CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

sepultá-lo. Em razão disso, Dom Luís da Cunha não saiu completamente derrotado, duas determinações fundamentais do Tratado de Madri, que foram inicialmente formatadas por ele, saíram como as grandes vencedoras: “o uso das fronteiras naturais para estabelecer as fronteiras, respeitando os tratados prévios, e a ideia do *uti possidetis*, em outras palavras, era ‘considerar válido as possessões que cada um detinha.’” (FURTADO, 2021b:119; FURTADO, 2021c: 45-74)

Não era a primeira vez que Dom Luís da Cunha empregava a estratégia de divulgação cartográfica junto a uma plateia *savant* com o intuito de legitimar o domínio territorial de Portugal no além-mar. Essa política de não-sigilo cartográfico havia sido formulada e experimentada pelo embaixador, entre o final da década de 1720 e início de da de 1730, para garantir a soberania lusa numa extensa faixa de terra na África meridional, que se estendia entre a costa Oeste (Angola e Benguela) e a leste (Moçambique). Para tanto, reuniu um grupo de inteligentes franceses, D’Anville entre eles, para publicar livros e mapas que comprovavam o domínio português da região, a que Junia Furtado denominou de “projeto *savant*” (FURTADO, 2021c: 305-330).

Sem um novo marco legal para regulamentar as fronteiras, os conflitos e as disputas territoriais entre as Coroas portuguesa e espanhola continuaram, acentuando-se especialmente as relativas ao Sul do Brasil e à Colônia do Sacramento. Porém, escaldada pela vantagem que os portugueses obtiveram no Tratado de Madri por conta dos documentos cartográficos que possuíam, foi a vez da Espanha patrocinar a construção de um mapa da América do Sul. Coordenado pelo Marquês de Grimaldi (Pablo Jerónimo Grimaldi y Pallavicini, 1710-1789), o objetivo era construir uma mapa atualizado, assentado nas últimas medições matemáticas feitas pelas partidas demarcatórias do Tratado de Madri, que seria impresso e serviria como base cartográfica para um novo tratado de limites entre as Coroas. Foram cerca de 10 anos de trabalho até a conclusão da primeira versão em 1775 pelo cartógrafo Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790). Porém, o resultado não foi o que Grimaldi desejava ou não correspondia ao que o seu grupo político desejava com o mapa, por isso decidiu colocar sob sigilo o *Mapa Geográfico da América Meridional*. (Fig.30)⁴ Novamente, o

⁴ Sobre a história do *Mapa Geográfica da América Meridional* ver: SMITH, Thomas R. Cruz Cano’s map of South America, Madrid, 1775: Its creation, adversities and rehabilitation. *Imago Mundi*, v.20, n.1, pp. 49-78, 1966; ALMEIDA, André F. O mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17, n.2, pp.79-89, jul.-dez. 2009; e FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal’s *Histoire des Deux Indes*. *Culture&History Digital Journal*, v.10, n.2, e019, pp.1-25, December 2021.

conflito entre interesses políticos e representação geográfica surgia. Entretanto, os tempos eram outros e manter essa informação em segredo era cada vez mais difícil, ainda mais porque florescia um intenso comércio de mapas impressos, sempre ávido pelas novidades, especialmente do Novo Mundo.

Em 1786, Thomas Jefferson (1743-1826), embaixador dos Estados Unidos em Paris, contratou William Faden, à época o principal geógrafo e editor de mapas da Inglaterra, para publicar uma cópia do raro mapa espanhol da América do Sul, o *Mapa Geográfico da América Meridional*, de Olmedilla (Fig.31). Pouco tempo depois, em 1792 foi a vez do venezuelano Sebastián Francisco de Miranda Rodríguez y Espinoza (1750-1816) procurar Faden em busca de mapas atualizados da América do Sul.⁵ Nesse ínterim, uma terceira sugestão chegou à mesa de Faden, dessa vez levada pelo embaixador português em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, que incentivou o geógrafo inglês a adentrar em mais um projeto relacionado à América do Sul, a construção de um novo e atualizado mapa daquela parte do continente que mostrasse as últimas descobertas, os limites acordados no Tratado de Santo Ildefonso (1777) e as medições tomadas pelas partidas demarcatórias luso-castelhanas. Essa parceria rendeu como fruto o mapa *Colombia Prima* (Fig.32), publicado em 1807, com base em vários mapas e documentos geográficos disponibilizados por Balsemão.

Ao longo do século XVIII, Portugal percebeu que poderia utilizar a curiosidade iluminista em relação às suas colônias em seu favor e os embaixadores, desde Dom Luís da Cunha, passando pelo próprio Visconde de Balsemão, desempenharam importante papel nessa estratégia. Foi com isso em mente que, no contexto que desembocou na assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a Coroa portuguesa autorizou alguns de seus embaixadores a colaborar com obras estrangeiras, fornecendo informações favoráveis aos interesses colonialistas lusos, com destaque para a famosa *Histoire des Deux Indes*, do Abade Raynal.⁶ Essas colaborações tinham o objetivo de influenciar a opinião

⁵ Sobre essa colaboração ver: CASTILLO, Lina del. Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827. In: AKERMAN, James. (ed.) *Decolonizing the map: cartography from colony to nation*. Chicago: UCP, 2017, p.110-159; CASTILLO, Lina del. La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia. In: MARTÍNEZ, Francisco A. O. & SILVA, Alexander C. (Eds.). *Disfraz y pluma de todos. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, p.377-420.

⁶ Sobre a colaboração de agentes portugueses ver os seguintes trabalhos: FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. O Abade Raynal: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José D.&MAGALHÃES, Justino.(orgs.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de

pública dos principais centros intelectuais da Europa iluminista, como Londres e Paris, em favor das pretensões lusas. Afinal, como afirmava Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), suprir esses centros “com informações verdadeiras era ‘ocasião até de conservar os nossos direitos’, pois ‘as notícias que tem do Brasil, serão seguramente tão pouco seguras [...]’; pois que das nossas conquistas, forças e comércio, nenhum estrangeiro sabe nada a fundo”. (FURTADO, 2021a:19)

Nesse contexto, Balsemão empreendeu uma série de colaborações. Forneceu informações sobre o Brasil para o historiador escocês William Robertson (1721-1793), para o francês Abade Raynal e para o inglês William Faden. Esta última colaboração é o objeto desta tese. Para aclarar as intenções e os principais mapas fornecidos por Balsemão à Faden, recorreremos à consulta de uma vasta documentação manuscrita, impressa e cartográfica, direta e indireta, que teve como marco temporal o início da carreira de Balsemão, ainda no Exército português, em 1764, estendendo-se até sua morte, em 1804, quando ocupava o cargo de Secretário dos Negócios do Reino.

Espacialmente, percorremos o circuito atlântico Portugal – Brasil – Inglaterra – Portugal, acompanhando o percurso feito por Balsemão ao longo de sua carreira política. Ao contrário do que alguns pensam a Terra sempre foi redonda e globalizada, pois os historiadores, especialmente, sabem (ou deveriam saber) que esses dois “fenômenos” não são recentes. Podemos “reconhecer que a globalização, minimamente designada como troca e reciprocidade (de pessoas, bens e ideias) entre partes diferentes do mundo, é um fenômeno com uma história muito longa”⁷ (DARWIN, 2016:178) Talvez, se confunda mesmo com a História da Humanidade. Já a Terra, possui seu formato redondo – de fato é geóide – há pelo menos 4 bilhões de anos. Dessa forma, a circulação de pessoas, objetos e ideias pelo mundo não é algo novo, mas a cada momento histórico possui sua especificidade. O mundo ocidental do final do século XVIII vivia um aceleração da globalização, impulsionado principalmente pela Revolução Industrial, e nesse cenário desvendar o processo que envolvia a construção

Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p.221-248; FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, LIV.1º, n.230, pp.4-33, 2019; FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal’s Histoire des Deux Indes. *Culture&History Digital Journal*, v.10, n.2, e019, pp.1-25, December 2021.

⁷ Tradução do original: “to recognize that globalization, minimally defined as exchange and reciprocity (in people, goods, and ideas) between different parts of the world, is a phenomenon with a very long history indeed”

de um mapa continental é particularmente elucidativo sobre a velocidade e a abrangência da circulação de informações.

O historiador não é um agente fora de seu tempo, pelo contrário, as questões que levantamos, as dificuldades e facilidades que nossas pesquisas encontram estão diretamente relacionadas com o nosso tempo. A parte final desta tese foi majoritariamente um processo desenvolvido na solidão do escritório, pois atingidos por uma pandemia, nos recolhemos em casa na esperança de preservar vidas, quebrar o ciclo de transmissão do vírus e esperar pelo desenvolvimento das vacinas. Mais de dois anos após a eclosão do primeiro caso notificado da Covid-19,⁸ o mundo ainda está fora de lugar, pois as ondas de contaminação continuam. Com a imposição de restrições em viagens internacionais, o fechamento de fronteiras e a exigência de quarentena, realizar as pesquisas internacionais, que inicialmente foram planejadas para esta tese, se tornaram extremamente difíceis. Dessa forma, optamos por levar adiante o trabalho com as informações que tínhamos disponíveis.

De forma alguma, pretendemos apresentar um ponto final ou uma conclusão monolítica sobre a colaboração estabelecida entre Balsemão e Faden. Mas esperamos que esse trabalho represente um começo, pois procuramos apresentar indícios e pistas que corroboram a tese de que *Colombia Prima* representa a síntese do conhecimento geográfico português sobre o Brasil acumulado durante o século XVIII, corporificando a consolidação do projeto iniciado por Dom Luís da Cunha, assegurando os limites continentais do Brasil, diante de uma América espanhola que estava prestes a esfarelar.

Apresentação da metodologia

Em 1728, Raphael Bluteau escreveu em seu *Vocabulario Portuguez & Latino* o seguinte verbete sobre o termo *Mapa*: “Mappa. Carta Geographica & hydrographica, em que se representam em dois planisférios o antigo & novo mundo.” (BLUTEAU, 1728:313) A coexistência dos termos dicotômicos novo e antigo como característica fundamental dos mapas reflete o quão complexos esses objetos são. Afinal, não é apenas a representação visual do espaço, mas também do tempo. “Os Mapas são um dos objetos que os seres humanos, em todas as culturas, usaram para dar materialidade

⁸ O primeiro alerta da China foi transmitido a 31 de Dezembro de 2019. Ver: RODRIGUES, Carmem M. Vírus e Mapas: o mapeamento da Covid-19, da Febre Amarela e os paradigmas da Medicina Cartográfica. *Temporalidades – Revista de História*, 33, v.12, n.2, pp.224-248, mai.-ago. 2020.

palpável à passagem do tempo.”⁹ (WIGEN&WINTERER, 2020:1) Aparentemente estáticos, os mapas congregam, na verdade, um conjunto de informações com temporalidades diferentes. Dessa forma, são objetos sínteses, construídos sobre determinadas demandas e intencionalidades.

A História da Cartografia, que surgiu como ramo autônomo em meados do século XIX, começou analisando historicamente os mapas sob o viés do progresso. Os mapas, assim como a História da Ciência, seguiam o caminho inexorável do desenvolvimento da Civilização Ocidental, dessa forma ficavam, necessariamente, cada vez mais objetivos e fidedignos. (EDNEY&PEDLEY, 2020:313) Vistos sob a perspectiva de “uma linha do progresso na qualidade e quantidade da informação geográfica”,¹⁰ os mapas eram interpretados como objetos científicos em si. (EDNEY&PEDLEY, 2020:315) O fim último era a representação perfeita, o amálgama entre realidade e representação.

Esse tipo de História provocou a ascensão de “uma concepção idealizada de mapeamento que obscurece a miríade de maneiras pelas quais as pessoas realmente produzem, circulam e consomem os mapas.”¹¹ (EDNEY, 2019: 1). Para entender os mapas como representações culturais, que possuem determinado contexto, que dialogam com determinadas intenções, que carregam presenças e ausências propositais, surgiu no final da década de 1980 a Nova História da Cartografia, fundada nas interpretações inovadoras de John Brian Harley (1932-1991). Essa nova escola interpretativa, para não sucumbir à teleologia do progresso cartográfico, abriu espaço para a visualização da multiplicidade que gravita em torno dos mapas.¹²

Dialogando com essa escola, entendemos os mapas como “um processo, configurando-se como um produto do trabalho de inúmeros indivíduos, envolvendo técnicas e ferramentas diversas.” (FURTADO, 2012b:25) Portanto, os mapas são objetos transdisciplinares, internamente, congregam diversos saberes e técnicas no seu processo material de construção e externamente, se conectam a diferentes ciências e

⁹ Tradução do original: “Maps are one of the objects that human beings across cultures have used to give palpable physicality to the passing of time.”

¹⁰ Tradução do original: “a line of progress in the quality and quantity of geographical information”

¹¹ Tradução do original: “an idealized conception of mapping that obscures the myriad ways in which people actually go about producing, circulating, and consuming maps.”

¹² Uma síntese historiográfica sobre a Nova História da Cartografia pode ser vista em OLIVEIRA, Tiago K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: questões de método. In: *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012, pp.60-89. (Tese. Doutorado em História)

campos do conhecimento, que aparecem quando analisamos sua concepção, sua circulação, seus usos e seus abusos.

Além disso, devemos estar atentos à especificidade do contexto, pois o mapa *Colombia Prima*, objeto desta tese, publicado em 1807, no alvorecer do século XIX, dialoga com o Iluminismo formulado desde o século anterior. “O longo século XVIII exibiu outras características que o distinguiram das épocas anteriores. A expansão dramática do consumo de mapas em todos os níveis socioeconômicos e dentro dos círculos institucionais significou que os mapas desempenhavam um papel cada vez maior na opinião pública.”¹³ (EDNEY&PEDLEY, 2020:315) Por isso, a preocupação de diversos diplomatas portugueses, entre eles Balsemão, de utilizarem os mapas como ferramentas persuasivas.

Isso porque o Iluminismo também precisa ser analisado geograficamente, ou seja, como os iluministas transformaram o mundo em um objeto da geografia, abarcando aí diferentes concepções do que era ser um geógrafo, cada qual dialogando com os contextos específicos de seus países. (WITHERS, 2007:234) Porém, também sujeitos a forças transnacionais, que estabeleciam colaborações entre homens de diferentes nacionalidades com o intuito de usar a geografia no contexto iluminista, ou seja, usar os mapas para direcionar ou influenciar a opinião pública.¹⁴

Nesse sentido, o marco teórico desta tese é a abordagem da Nova História da Cartografia em diálogo com a concepção de Geografia do Iluminismo.¹⁵ Essa perspectiva permite compreender os contextos específicos do processo de produção que envolveu o mapa *Colombia Prima* e vai além, ao permitir também discutir os conflitos e concepções diferentes de Geografia, elucidando as contradições que gravitavam em torno das “questões de verdade, exatidão e autoridade, exigindo a revisão do entendimento tradicional do século XVIII como o período em que a cartografia se tornou ‘científica’”.¹⁶ (EDNEY&PEDLEY, 2020: 325). Afinal, as escolhas dos

¹³ Tradução do original: “The long eighteenth century exhibited other characteristics that distinguished it from preceding eras. The dramatic expansion of map consumption on every socio-economic level and within institutional circles meant that maps played an increasing role in public discourse.”

¹⁴ Segundo Habermas a opinião pública é consoante com o desenvolvimento da burguesia e do Iluminismo e acompanha o estabelecimento da imprensa. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.

¹⁵ Conceito de “A geography of the Enlightenment” desenvolvido por WITHERS, Charles W. J. *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*. Chicago: The UCP, 2007.

¹⁶ Tradução do original: “The negotiated character of science meant that makers and users of maps struggled with issues of truth, exactitude, and authority, requiring the revision of the traditional understanding of the eighteenth century as the period when cartography became ‘scientific’.”

geógrafos, no caso de *Colombia Prima* as decisões de William Faden, não eram guiadas tendo em vista apenas o progresso científico. Ao contrário, eram vários os interesses políticos, sociais e econômicos que interferiam no trabalho do geógrafo.

Apresentação dos capítulos

Essa tese está dividida em três partes. Na primeira parte, intitulada *A Tríade Iluminista: a Política, a Diplomacia e os Mapas*, o objetivo foi fazer uma biografia política de Balsemão. Inicialmente, analisamos o seu primeiro cargo na administração régia no capítulo *Luís Pinto de Sousa Coutinho: o Capitão General*. Nesse primeiro capítulo, percorremos o período em que exerceu o cargo de Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (1768-1772), e de como ali, o conhecimento geográfico e o mapeamento já se mostravam ferramentas fundamentais. No segundo capítulo, *Chevalier Pinto: “one of the most enlightened men who ever lived in Brazil”*, analisamos sua atuação como Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário de Portugal em Londres (1774-1788). Foi na Ilha Britânica, onde Balsemão e a família viveram por cerca de 14 anos, que o Embaixador se envolveu nas negociações que antecederam o Tratado de Santo Ildefonso (1777), acompanhou o desenrolar da Revolução Americana e abriu as portas para uma aproximação diplomática e comercial entre Portugal e os Estados Unidos. Também foi naquele período que se firmou no circuito iluminista inglês, colaborando com autores iluministas, transformando sua casa em ponto de encontro social e cultural, até mesmo refúgio para portugueses erradicados em Londres que aproveitavam a oportunidade para desfrutar da vasta biblioteca de Balsemão. No terceiro e último capítulo, *O Visconde de Balsemão*, abordamos o auge da sua carreira política, quando exerceu por 16 anos ininterruptos o cargo de Secretário de Estado (1788-1804). Na maior parte do tempo, por cerca de 13 anos, foi Secretário dos Negócios Estrangeiros e responsável pelo comando das tropas portuguesas nos diversos conflitos que se desencadearam em Portugal após a eclosão da Revolução Francesa. Aos 67 anos, assumiu a pasta dos Negócios do Reino e por isso esteve por trás das negociações e assinaturas de diversos tratados como o de Badajos (1801), que lhe rendeu o reconhecimento do príncipe regente Dom João, com a concessão do título de Visconde de Balsemão. Faleceu pouco tempo depois, em 1804, antes de ver Portugal sucumbir aos franceses e de ver publicado o seu projeto cartográfico.

A segunda parte, chamada *A Coleção Cartográfica: mapas para conhecer, mapas para governar e mapas para delimitar*, busca aprofundar a relação que Balsemão estabeleceu com os mapas. Primeiramente, investigamos o seu processo colecionista e a formação da Livraria dos Balsemão, que após o seu sequestro pela Monarquia Constitucional portuguesa, transformou-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O primeiro capítulo, nomeado *O Colecionismo de mapas: a fabulosa mapoteca dos Balsemão* mostra a importância de compreender as particularidades desse processo para evidenciar a quantidade de mapas que Balsemão acumulou ao longo da vida e de como ainda é relevante empreender uma história específica sobre sua coleção. No segundo capítulo, *Mapas para conhecer, mapas para governar e mapas para delimitar*, pesquisamos os processos de produção, circulação e consumo de alguns mapas feitos, copiados ou compilados sob sua direta supervisão. O foco foi compreender a relação intrínseca que existia entre o exercício dos cargos de governador ou embaixador e a constituição de mapotecas, que se transformavam em verdadeiros arquivos vivos, aos quais Balsemão sempre recorria para fundamentar suas ações.

Na terceira e última parte, *Brasil: um imenso quebra-cabeça*, adentramos nos meandros da colaboração cartográfica estabelecida entre Balsemão e Faden. Investigando as relações diplomáticas que Balsemão mantinha na Inglaterra, buscamos no primeiro capítulo, intitulado *Colombia Prima or South America: uma colaboração cartográfica*, compreender como e quando o Embaixador se aproximou de Faden. No contexto colaboracionista, empreendido tanto por Balsemão como por outros diplomatas, procuramos compreender as intenções que poderiam estar relacionadas com o patrocínio de Balsemão à Faden. No segundo capítulo, *Governor of Paraguay: os mapas que Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, forneceu a William Faden*, identificamos alguns dos mapas que o Embaixador forneceu ao Geógrafo. Recorrendo ao cotejamento entre as informações fornecidas por Faden e o Catálogo da Mapoteca de Balsemão, elencamos alguns dos principais mapas que serviram como base cartográfica para Faden. Também procuramos compreender a influência que essa cartografia desempenhou no contorno das fronteiras, tanto internas como externas do Brasil, destacando que nem sempre os interesses pessoais de Balsemão se sobrepunham à geografia de Faden, embora não tenha sido completamente ignorada. Além disso, tentamos compreender uma possível cronologia de construção de *Colombia Prima*, desde o provável contato com Balsemão até a publicação da primeira versão em 1807.

A presença do nome “Chevalier Pinto” no subtítulo e nas advertências do mapa *Colombia Prima* já tinha despertado a curiosidade de alguns historiadores, que constataram se tratar de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão.¹⁷ Porém, os motivos dessa presença e a identificação dos verdadeiros mapas citados por Faden como fontes, ainda era um trabalho inédito. Nesta tese, nos debruçamos sobre esse problema, e buscamos preencher, pelo menos parcialmente, essa lacuna.

¹⁷ Ver: ALMEIDA, André F. O mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17, n.2, pp.79-89, jul.-dez. 2009; COSTA, Júlio M.R. Alguns livros científicos (séc.XVI e XVII) no “inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, v.14.1, pp.131-158, 2012 e COSTA, Júlio M. R. No rasto português da bibiloteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, s.2, n.9, pp. 91-108, 2012.

Parte 1. A Tríade Iluminista: a Política, a Diplomacia e os Mapas.

*Houve tempo em que eu cantava
Brando verso ao som da lira,
Sem ornar, quando falava,
Como os outros, de mentira
As histórias que contava.*

Viscondessa de Balsemão,
Quintilhas.

Em 1º. de outubro de 1777, na cidade espanhola de Santo Ildefonso, os representantes espanhóis e portugueses finalizaram as negociações do Tratado Preliminar de Paz e Limites, colocando um fim às hostilidades e sinalizando as balizas que deveriam ser utilizadas para estabelecer as fronteiras entre as suas colônias na América do Sul. Enquanto isso, em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho trabalhava como Enviado Plenipotenciário de Portugal e tentava, de todas as maneiras, conquistar o beneplácito inglês às proposições territoriais lusas na América.

A mudança de conjuntura em Portugal com a ascensão ao trono de Dona Maria I (1734-1816), em 1777, deu novo fôlego às negociações bilaterais. Os esforços concentraram-se nas tratativas diretas entre as duas Coroas, sem a interferência dos mediadores externos, como Inglaterra e França. Todavia, Luís Pinto continuou com suas tentativas de convencer a Inglaterra a intermediar o Tratado de Limites enquanto tratava de apaziguar as inquietações inglesas, que temiam que uma negociação direta levasse Portugal a aceder ao Pacto de Família.¹⁸ (FURTADO&MONTEIRO, 2019:14) As notícias sobre a conclusão do Tratado chegaram a Londres logo nas primeiras semanas de Outubro, porém Luís Pinto só teve acesso à cópia do acordo no começo de 1778.¹⁹ O Embaixador reclamou que a demora em receber o seu conteúdo completo o deixava de mãos atadas diante dos questionamentos ingleses, mas sua erudição e a experiência como governador, forjada na fronteira Oeste do Brasil, lhe proporcionou um vasto conhecimento sobre a colônia, suas fronteiras e os respectivos Tratados de Limites já

¹⁸ ANTT. MNE. Livro 702, 8/7/1777. Londres. Correspondência de legações estrangeiras. Os documentos referenciados nesta Tese pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo foram gentilmente cedidos pela Prof.ª Dr.ª Júnia F. Furtado, a quem agradecemos profundamente.

¹⁹ TNA, SP 89/85/2, 1778, Jan 9. Folio 3: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth.

assinados. Com isso conseguiu manobrar a desconfiança e conquistar seu espaço no cenário cultural inglês.

Isso porque, além de todo o trabalho diplomático também coube a Luís Pinto a tarefa de defender a colonização portuguesa junto à comunidade *savant*, importante *locus* de formação de opinião pública no cenário europeu. O objetivo era contribuir com obras pontuais que tivessem impacto junto à opinião pública, fornecendo informações positivas sobre o colonialismo português e suas colônias americanas. Nesse sentido, contribuiu fornecendo informações estratégicas sobre a ação portuguesa em suas colônias para importantes obras iluministas, tanto literárias, quanto cartográficas, que revelam como os *savants* e as autoridades régias – que concediam esse intercâmbio – estavam interligados ao circuito cultural iluminista e quebravam o sigilo de informações, política que costumara ser característica da sua ação colonial, com objetivos claros.

As recentes pesquisas dos historiadores Junia Furtado e Nuno Monteiro²⁰ sobre a colaboração portuguesa na construção da obra *Histoire des deux Indes*,²¹ de autoria do Abade Raynal, estão desvelando “as razões que levaram a Coroa portuguesa a autorizar seus embaixadores a fornecer tais informações sobre o seu império colonial, antes tão sigilosamente resguardadas”. (FURTADO&MONTEIRO, 2020:237) Essa parceria, quando analisada em seu contexto evidencia o intuito de

utilizar o livro de Raynal enquanto instrumento para criar nas administrações das cortes europeias, especialmente em Inglaterra e em França, os fiéis da balança diplomática, e na opinião pública em geral, uma visão positiva do colonialismo português, convergindo-a em prol dos interesses de Estado na busca de uma solução diplomática definitiva que pusesse fim a essas disputas de limites. (FURTADO&MONTEIRO, 2020:237)

²⁰ Ver: FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Os Brasis na Histoire des deux Indes do abade Raynal. *Varia História*, Belo Horizonte, v.32, n.60, pp.731-777, set/dez 2016; FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, LIV.1º, nº230, pp.4-33, 2019 e FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. O Abade Raynal: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José D. e MAGALHÃES, Justino.(orgs.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p.221-248.

²¹ Título completo: *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*.

Ao contrário do paradigma do isolamento cultural²² e do sigilo dos mapas,²³ as colaborações de Luís Pinto mostram como as informações administrativas, geográficas e econômicas circulavam, saindo da esfera restrita da administração régia para se conectarem ao espaço de debate amplo da opinião pública. Tudo indica que além das colaborações literárias, Luís Pinto também se esforçou para fomentar uma cartografia da América do Sul que representasse os interesses portugueses.

Esta tese aborda a colaboração cartográfica que Luís Pinto estabeleceu com o geógrafo William Faden com o objetivo de influenciar o desenho político do Brasil no monumental mapa *Colombia Prima or South America*, cuja primeira versão foi publicada em 1807. (Fig.32) Para entender como essas trocas aconteceram especialmente no que se refere aos intercâmbios cartográficos – foco deste trabalho – dividimos a primeira parte desta tese em três capítulos, que perpassam a vida de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

O primeiro capítulo dedica-se a compreender sua atuação como Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, entre os anos de 1767 e 1772. A análise de seu governo, exercida na fronteira Oeste do Brasil, mostra como Luís Pinto recorreu frequentemente ao levantamento de informações geográficas, cartográficas e topográficas para estruturar sua ação e municiar com informações seus superiores e sucessores. Além disso, sua correspondência revela como já estava conectado a uma rede de *savants*, especialmente interessados em História Natural e Literatura, com quem trocou saberes e recebeu obras.

O segundo capítulo aborda o período em que atuou como Enviado Plenipotenciário em Londres, entre os anos de 1774 e 1788. Seu trabalho na Legação de Londres foi marcado por grandes e conflituosos acontecimentos como a Revolução Americana (1775-1783), as negociações relacionadas ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), e pela definitiva inserção de Luís Pinto no circuito iluminista europeu. Foi na Ilha Britânica que suas principais colaborações se estabeleceram, e que criou laços intelectuais e de amizade com figuras políticas, diplomáticas e científicas.

²² Uma revisão historiográfica sobre esse tema pode ser vista em MIRANDA, Tiago C.P dos R. “Estrangeirados”. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *R. História*, São Paulo, n.123-124, pp.35-70, ago/jul, 1990-1991.

²³ São vários os textos que abordam a política de sigilo sobre os mapas portugueses destacando-se os trabalhos de Iris Kantor (2010), André Ferrand de Almeida (2009b) e Junia Furtado (2020; 2019a; 2013; 2012b). Uma discussão historiográfica sobre o tema também foi feita por ALVES, Daniel V. Reconsiderações historiográficas sobre a teoria do sigilo de Jaime Cortesão. *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v.9, n.3, pp.36-57, mai/ago, 2018.

O terceiro e último capítulo aborda o período após seu retorno a Portugal, quando atuou como Secretário de Estado até a sua morte, em 1804. O momento de ápice de sua trajetória política coincidiu com um dos estágios mais conturbados da História de Portugal no século XVIII. A eclosão da Revolução Francesa, em 1789, e das Guerras do Rosilhão (1793-1795) e das Laranjas (maio a junho de 1801) colocaram Luís Pinto, que no final da vida recebeu o título de Visconde de Balsemão, em delicada encruzilhada. A grande questão que enfrentou foi de como resistir às pressões da França e da Espanha sem romper com a Inglaterra, na tentativa de manter íntegro o comércio e as fronteiras da maior colônia portuguesa, o Brasil.

1. Luís Pinto de Sousa Coutinho: o Capitão General

Em Agosto de 1767, Luís Pinto de Sousa Coutinho foi nomeado como o terceiro Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá.²⁴ O território da Capitania foi desmembrado da de São Paulo em 1748, no contexto da negociação do Tratado de Madri, e o intuito de sua criação era reforçar a presença do Estado português nas longínquas terras do Centro-Oeste do Brasil. Sem perder tempo, Luís Pinto providenciou sua viagem se preparando para um longo percurso e para assumir uma Capitania nova e longínqua, que vivia sob a constante ameaça da guerra por sua situação fronteiriça com os domínios espanhóis.²⁵ Nascido em 27 de novembro de 1735, recebera o mesmo nome de seu avô paterno, sendo filho de Alexandre Pinto de Sousa Coutinho e de Dona Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena, que pertenciam a famílias tradicionais da fidalguia lusitana.²⁶ Formou-se militar²⁷ e adquiriu destaque durante os conflitos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), alcançando “o posto de tenente-coronel do Regimento de Artilharia do Porto”, em 1765. (COSTA, 2012a:132). Antes de assumir seu cargo no Brasil, “tinha viajado por Itália, Alemanha, e França, e depois acompanhara as caravanas como Cavaleiro de Malta.” (SILVA, 1860:388) O *grand tour* era um périplo²⁸ comum aos jovens fidalgos que era “antes de tudo, uma atividade cosmopolita, fonte de aprendizagem e de aquisição de conhecimento”. (FURTADO, 2019:147)

²⁴ AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc. 801. 1767, Agosto, 14, Lisboa. Decreto de D. José nomeando Luís Pinto de Sousa governador de Mato Grosso.

²⁵ Todos os governadores do Mato Grosso receberam instruções da Coroa que solicitavam foco especial na “militarização e [n]a defesa”, recomendando “insistentemente, a criação de tropas especiais e a manutenção da vigilância e da operacionalidade da máquina de guerra.” (ARAUJO, 2012:64)

²⁶ Alexandre Pinto de Sousa Coutinho era fidalgo da Casa Real por alvará de 18 de março de 1706 (ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 17, f.17v, PT/TT/RGM/B-B/0017/4819), mestre de campo dos auxiliares da comarca de Lamego, familiar do Santo Ofício por carta de 15 de abril de 1748 (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Alexandre, mç. 6, doc. 61, PT/TT/TSO-CG/A/008-001/316) e 19º senhor do morgado de Balsemão. D. Josefa era filha herdeira de José de Sá Coutinho, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na ordem de Cristo, capitão-mor da vila de Leomil e senhor do morgado de Sá. (AMARAL, 2016:46-47)

²⁷ Sobre a biografia de Luís Pinto de Sousa Coutinho cabe ressaltar que “Na falta de uma monografia sistemática, muita da informação biográfica que dele se conhece é fortemente condicionada pela sua tardia atuação como Secretário de Estado e pela ulterior orientação miguelista dos seus sucessores e descendentes, carecendo de confirmação.” (FURTADO&MONTEIRO, 2019:7)

²⁸ Como ressalta Junia Furtado esse era o “*grand tour* europeu, o qual fazia parte da educação de todos os *savants* iluministas europeus. Com ápice no Setecentos, a viagem tornara-se parte integrante da educação ideal da jovem elite nobiliárquica dos mais diferentes países, inclusive da portuguesa.” (FURTADO, 2019:147)

Em Abril de 1768, já se encontrava na Vila de Belém para regozijo de seu antecessor, João Pedro da Câmara Coutinho que não via a hora de deixar seu posto.²⁹ Dali, deu início à viagem até a Vila Bela da Santíssima Trindade pela rota amazônica, ou seja, percorreu o caminho fluvial que ligava as Capitânicas do Norte às Capitânicas do Centro-Oeste do Brasil. Esse caminho era feito pela navegação dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, uma verdadeira epopeia aquática, de quase 600 léguas de percurso,³⁰ que podia demorar mais de 12 meses para ser concluída.³¹

Criada em 1748, a Capitania do Mato Grosso e Cuiabá era uma das “mais extensas por seu território, e uma das mais diminutas pela povoação”.³² A Leste fazia fronteira com a Capitania de Goiás, no Sudeste com São Paulo, pelo Sul com a Província de Chiquitos e a Oeste com as Missões Jesuíticas de Moxos, as duas últimas sob o domínio espanhol. Ao Norte suas fronteiras iam até as Capitânicas do Pará e do Rio Negro. Um imenso território que hoje corresponderia aos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (Fig.1)

²⁹ AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.817. 1768, Julho, 28, N. Sra. da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a chegada do seu sucessor à cidade do Grão Pará e os agradecimentos devidos por tão grande benefício.

³⁰ Cerca de 2.896km

³¹ Dois exemplos mostram as dificuldades e o tempo que essa expedição demandava. A Escolta Real comandada por Luís Fagundes Machado, em 1749, demorou “nove meses de viagem” para chegar ao Mato Grosso. “O regresso foi mais rápido, tendo partido em setembro de 1750, chegaram a Belém três meses depois.” (ALMEIDA, 2009a:221). O Governador João Pedro da Câmara Coutinho demorou mais de um ano para completar a viagem. Primeiro esperou por oito meses no Pará pela chegada da Monção e a finalização dos preparativos de sua viagem, depois ainda gastou sete meses e dezessete dias no caminho propriamente dito. AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.736. 1765, Fevereiro, 13, Vila Bela. Carta de João Pedro da Câmara Coutinho ao rei em que relata a sua viagem desde o Grão Pará até Vila Bela, dificultada pelo transporte de oito peças de artilharia.

³² AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.



Figura 1: Detalhe para a representação aproximada da área da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (séc. XVIII) delimitada em vermelho. Mapa do Brasil: Estados e Capitais, IBGE.

A colonização do Mato Grosso representou um considerável avanço para o Oeste dos domínios portugueses na América e salvaguardar essa conquista foi uma das principais preocupações da Coroa ao longo da segunda metade do século XVIII. Seus governadores eram especialmente instruídos para defenderem a fronteira e promoverem sua efetiva colonização. O objetivo era garantir a manutenção das minas de ouro e de diamantes – que ficavam em situação delicada por sua proximidade das missões espanholas de Moxos e de Chiquitos – e assegurar o domínio sobre os caminhos fluviais da bacia do Guaporé, por onde era possível acessar a região Norte – as Capitânicas do Rio Negro e do Grão-Pará através de suas ligações com os rios amazônicos – e a região Centro-Sul – as Capitânicas de São Paulo e do Rio Grande por meio dos rios platinos. As instruções especiais que foram fornecidas aos diversos ocupantes do cargo eram necessárias porque tanto os rios, como os metais preciosos podiam exercer um papel antagônico na colonização, os primeiros “eram vias de penetração, mas suas corredeiras eram perigos constantes, e as riquezas minerais configuravam-se como sustentáculos econômicos da colonização, mas ao mesmo tempo despertavam a cobiça das nações estrangeiras, ameaçando o domínio luso sobre o interior da América.” (FURTADO, 2016:369)

Assim como seus antecessores, Luís Pinto foi especialmente instruído para aprofundar o conhecimento geográfico e o mapeamento da Capitania, com foco nas questões fronteiriças e nas ligações fluviais. Um trabalho que começou a desempenhar assim que desembarcou no Brasil. Depois de cinco meses e sete dias de viagem, a 30 de Novembro de 1768, chegou a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, situada às

margens do rio Guaporé. Somente esse trecho percorrido alcançava cerca de 270 léguas,³³ e era o mais árduo pelas imensas dificuldades que as cachoeiras do rio Madeira interpunham ao viajante. Apesar de demorada e dos “infinitos incômodos” que o Governador experimentou, sua expedição até o Mato Grosso foi um sucesso pois, ao final “não houve em 100 pessoas de que se compunha a equipagem, um único morto, nem de doença, nem de desastre.”³⁴ Um feito relevante diante das dificuldades naturais e dos perigos humanos encontrados ao longo do percurso.³⁵

Sua viagem pode ser parcialmente conhecida através das cartas que escreveu para o então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779), que formam, segundo Renata Araújo, “uma efectiva memória geográfica sobre o rio Madeira.” (2000:129). Ao todo, o Governador demorou cerca de seis meses para completar o trajeto desde a Vila de Belém até Vila Bela. Ao longo do percurso, concentrou-se em fazer observações “a respeito das latitudes dos lugares, da direção geral dos mesmos rios, e enfim, da situação, produções, e mais vantagens do país”, revelando que possuía preparo e arguto interesse pela geografia, angariados na sua formação militar.³⁶

Tomou as medições de latitudes e de longitudes no encontro do rio Madeira com o Amazonas; na boca do rio Javari; na primeira cachoeira do Madeira; na povoação que mandou edificar na sexta cachoeira do Madeira (que se chamou Balsemão); na confluência do rio Madeira com o rio Mamoré; e no encontro deste com o Guaporé. Esses eram pontos ainda obscuros e foco de intensas disputas de fronteira com os domínios espanhóis, especialmente o trecho ao longo do eixo Madeira-Mamoré. Por isso, Luís Pinto enfatizou que o rio Madeira, “que ninguém tem navegado daqui para cima por mais de 8 dias, nos é inteiramente desconhecido, assim como a todos os geógrafos os quais não tinham visto estas paragens com outros olhos mais do que os dos

³³ O que corresponderia a cerca de 1.300km.

³⁴ AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.820. 1768, Novembro, 30. N.Sra. da Conceição. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que dá notícia da total expulsão dos jesuítas das três províncias de Los Moxos, S. Cruz de la Sierra e Chiquitos, e da criação de uma povoação, na terra dos Pama, com o nome de Balema[Balsemão].

³⁵ Eram constantes os conflitos com os índios, principalmente na travessia das cachoeiras do rio Madeira quando as comitivas tinham que sair do rio e fazer o transbordo a pé. Os grupos de índios bravios eram chamados de Torá e Mura. (SILVA&COSTA, 2014)

³⁶ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícias mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem.

jesuítas que os descreveram.”³⁷ Demonstrando seu profundo conhecimento sobre os mapas publicados sobre a região, aproveitou a oportunidade para confrontá-los com a realidade da sua experiência e criticar especialmente os mapas dos jesuítas:³⁸

Esses padres, ou fosse por ignorância ou por malícia, confundiram sempre em tudo quanto escreveram a verdadeira situação destes países, de sorte que se não encontram nos seus mapas mais do que incoerências e erros. Tal é a forma por que o rio Madeira, se acha confundido com o Mamoré, no grande Mapa da Província de Quito dedicado no ano de 17[5]1 ao seu geral Visconti, estampando-se nele o Rio Madeira formado unicamente pelas águas dos Rios Mamoré e Guaporé, desde o ponto da sua junção e marcando-se o termo desta confluência em 7 graus de latitude meridional. Esta mesma confusão se foi espalhando por quase todos os geógrafos de maior nota, tais como Mr. Delisle, La Buache e Condamine, que também na sua Relação do Amazonas, p.132 - fala com o mesmo erro a respeito do Rio Madeira sendo nada disso para admirar, havendo todos copiados estas notas sobre o Mapa, que os referidos jesuítas deram no tomo 110 das Cartas Edificantes das províncias de Los Moxos, no ano de 1713.³⁹

³⁷ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela.

³⁸ Cabe ressaltar que os jesuítas foram os grandes colonizadores da região de Moxos e Chiquitos, mas foram expulsos daquelas paragens em 1767 pela Coroa espanhola. Sobre esse assunto existe uma vasta historiografia muito bem discutida por CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012. (Tese. Doutorado em História) Inclusive Luís Pinto tinha ordens expressas do Marquês de Pombal que pediu o monitoramento da expulsão dos religiosos. AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.820. 1768, Novembro, 30. N.Sra. da Conceição. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que dá notícia da total expulsão dos jesuítas das três províncias de Los Moxos, S. Cruz de la Sierra e Chiquitos, e da criação de uma povoação, na terra dos Pama, com o nome de Balema[Balsemão]. Em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal e consequentemente também das suas colônias. AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.873. 1770, Janeiro 27, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado com que envia documentos do tempo de D. Rolim de Moura Tavares sobre o perverso sistema jesuítico. Sobre esse contexto ver RODRIGUES, Luiz F.M. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. UNISINOS, *Cadernos IHU ideias*, ano 9, nº151, 2011 e GLIELMO, Gustavo F. *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759)*. Brasília: UnB, 2010. (Dissertação. Mestrado em História)

³⁹ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícias mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem. Grifos originais do documento. Acreditamos que os mapas citados por Luís Pinto são: *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibita nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao. 1751* (Fig.11), feito pelo jesuíta Carolo Bretano (1694-1752) após seu retorno da missão na Província de Quito; *L'Amérique Méridionale dressée sur les observations de Mrs. de l'Academie Royale des Sciences&quelques autres,&sur les memoires les plus recens*, 1700, Guillaume Delisle (1675-1726); *Carte de Physique de l'Océan où l'on voit des Grandes Chaînes de Montagnes qui traversent les continents d'Europe, d'Afrique et d'Amérique*, 1757 (Fig.12), feito por Philippe Buache (1700-1773) e *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones dans sa partie navigable depuis Jean de Bracomoros jusq'à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Essequèbè*, 1743-1744 (Fig.14), Charles-Marie de la Condamine (1701-1774). Discutiremos a utilização dessa documentação cartográfica na parte 2 desta tese.

Os mesmos erros também apareceram no Tratado de Limites de 1750, apesar das explorações que foram capitaneadas pela Coroa, em 1749, comandadas pelo Sargento-Mor Luís Fagundes Machado. Para o Governador, os dados fornecidos pelo piloto dessa expedição, António Nunes de Sousa, eram completamente errados em quase todos os quesitos, especialmente em relação ao rio Madeira e suas cachoeiras. Dessa forma, concluiu que “a navegação pois, do verdadeiro Rio da Madeira é um objeto que resta ainda para empreender, e muito digno de observar.”⁴⁰

Aparentemente, as medições astronômicas foram feitas pelo próprio Luís Pinto ou sob sua direta inspeção, pois em nenhum momento citou a participação ou o auxílio de algum engenheiro ou prático. Ao contrário, suas descrições demonstram que detinha um vasto conhecimento cartográfico e possuía segurança no manuseio de instrumentos. Inclusive, uma de suas preocupações foi fornecer dados confiáveis aos seus superiores. Como os instrumentos eram pouco precisos e suscetíveis às condições do campo, a 13 de Junho de 1769, escreveu novamente a Francisco de Mendonça Furtado atualizando e corrigindo os dados que fornecera anteriormente. Sua participação direta na coleta dos dados fica clara, pois afirmou que revisou pessoalmente os “cálculos e assentos a respeito das latitudes” e por isso enviava as “correções juntas que se faziam indispensáveis para que a sobredita Relação fosse verdadeira.”⁴¹

De fato, realizar essa tarefa não seria algo totalmente estranho já que, certamente, durante sua formação como militar aprendeu as técnicas cartográficas. A partir de 1720, o ensino da engenharia militar foi redesenhado com a nomeação, por Dom João V (1689-1750), de Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) enquanto Engenheiro-Mor do Reino.⁴² As mudanças promovidas no ensino da engenharia militar por Azevedo Fortes tiveram como objetivo “normatizar a prática dos engenheiros militares portugueses, conforme as metodologias modernas” e uma das suas principais atribuições era “o levantamento da geografia dos territórios e a feitura de mapas.” (FURTADO, 2013:113) Até meados do século XIX, a engenharia era predominantemente voltada para os problemas da guerra e por isso fazia parte dos currículos das escolas militares. (FURTADO, 2012a:33-35) Portanto, é razoável pensar

⁴⁰ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela.

⁴¹ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.848. 1769, Junho, 13, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que corrige erros geográficos e astronômicos, contidos na carta de 20 de Janeiro, sobre a viagem que fez pelo Madeira até chegar ao Forte de Bragança.

⁴² Ver BUENO, Beatriz P.S. *Desenho e Designio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011 e FURTADO, Junia F. *História da Engenharia*. In: STARLING, Heloisa M. M. e GERMANO, Lígia B. P. *Engenharia – História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p.21-70.

que Luís Pinto pode ter desenhado seus próprios mapas, especialmente durante o período em que foi governador, pois era escassa a disponibilidade de técnicos no sertão do Brasil.

O caminho fluvial amazônico era objeto de preocupação das autoridades portuguesas desde os primórdios da exploração do Mato Grosso. O grande temor era que a abertura dessa rota provocasse o despovoamento do Grão-Pará e facilitasse o contrabando do ouro. Porém a exploração feita por conta própria pelos sertanistas acabou por convencer a Coroa da importância geopolítica de dominar o rio Madeira, pois somente dessa forma seria possível consolidar a expansão para o Oeste da América portuguesa. Por fim, a 23 de outubro de 1752, a navegação pela rota do rio Madeira foi autorizada. “Pouco tempo depois, em 14 de novembro de 1752, o rei enviava uma provisão aos governadores do Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, informando-os da decisão de permitir a navegação e comércio ao longo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.” (ALMEIDA, 2009a:233) Todavia, o objetivo principal não era abrir uma nova rota comercial, o que dava uma alternativa ao caminho das monções do Sul,⁴³ mas consolidar uma posição estratégica de defesa da fronteira do extremo Oeste brasileiro.

O domínio dos rios era de importância vital para a sobrevivência da Capitania, pois desde o Tratado de Madri (1750) a pretensão portuguesa era assegurar a posse das terras colonizadas utilizando as balizas naturais como fronteiras⁴⁴ e o Mato Grosso representava a oportunidade de assentar os limites do Brasil da bacia do rio da Prata à bacia amazônica. Por isso, promover expedições de exploração, de mapeamento e de observação deveria ser por ordens régias uma das principais preocupações do novo Governador.

Assim que chegou a Vila Bela, Luís Pinto começou a vasculhar os papéis guardados na Secretaria de Governo, a fim de estudar os acontecimentos pretéritos. O

⁴³ As monções eram “expedições essencialmente fluviais, que asseguraram por todo um século as comunicações entre São Paulo e Mato Grosso. Os comboios de canoas faziam o seguinte percurso: saíam de Araritaguaba (Porto Feliz), no Tietê, que desciam esse rio e o Paraná e subiam o Pardo e o Anhanduí. Depois atravessavam, por terra, a zona da vacaria para atingir o Mbotetey, por onde navegavam até o Paraguai, chegando a Cuiabá. Os rios Coxim e Taquari também foram utilizados como variantes para chegar aos rios Paraguai e Cuiabá. Logo após, o *Varadouro de Camaquã* passou a ser o trajeto preferido, uma vez que encurtava o trecho não-fluvial do percurso Araritaguaba-Cuiabá.” (ADONIAS, 1993:334)

⁴⁴ A utilização das balizas naturais foi uma das bases para as negociações do Tratado de Madri, além do *uti possidetis*, “A fim de evitar as incertezas sobre onde passaria a linha – na época era imprecisa a marcação das longitudes – , trouxe o argumento adicional de que as fronteiras deveriam ser rios e montanhas conhecidos (‘fronteiras naturais’).” (FILHO, 2021:19)

Governador recebeu instruções do Marquês de Pombal,⁴⁵ porém seu antecessor, aparentemente, não deixara informações sobre a situação da Capitania.⁴⁶ Como era “metódico em todos [os seus] atos (...) tratou imediatamente de si inteirar do estado moral e material da capitania a fim de introduzir aqueles melhoramentos de que mais careciam”. (ROHAN, 2001:63) Um dos documentos que lhe chamou a atenção era uma provisão de 14 de janeiro de 1752 que ordenava “que ninguém [h]aja de aportar ou formar terra do sítio da primeira cachoeira do rio Madeira em diante até as minas de Mato Grosso pela parte ocidental do mesmo rio, por ser aquela margem pertencente aos domínios da Majestade Católica,”⁴⁷ isto é, estava sob o domínio da Coroa espanhola. O Governador aproveitou a oportunidade para escrever ao Rei, Dom José I (1714-1777), demonstrando os problemas daquela determinação, que certamente comprometeria o acesso, via bacia amazônica, à Capitania do Mato Grosso, além de ressaltar que a colonização daquela área fora, primeiramente, empreendida pelos portugueses. Ao produzir tal documentação, procurava municiar o rei com informações para resguardar a posição portuguesa no Centro-Oeste da América do Sul, especialmente naquele momento em que as fronteiras se encontravam indefinidas.⁴⁸

Ao mesmo tempo, tinha ordens “para dominar as terras deste continente com os apelidos das Cidades, Vilas e Lugares de Portugal, afim de que se reconheça positivamente e com mais facilidade o verdadeiro domínio a quem pertencem”.⁴⁹ Por isso, criou e/ou modificou o nome de uma série de localidades, escolhendo nomes que homenageassem locais ligados à sua história pessoal, como Lamego (cidade de seu pai), Leomil (cidade onde nasceu) e Balsemão (local do morgado de sua família). Todos foram levantados a partir de assentamentos, destacamentos ou de povoações indígenas deslocadas para um novo local, criados aos moldes do Diretório dos Índios (1757) e

⁴⁵ BPME, CXXX/2-7, f.113. Instruções que o Marquez de Pombal deu ao Exmo. Luiz Pinto indo governar o Estado de Mato Grosso. [c.1767].

⁴⁶ Tudo indica que João Pedro da Câmara não deixou nenhuma recomendação ou instrução, por escrito, para Luís Pinto, quebrando uma tradição entre os governadores do Mato Grosso, que tinham o costume de escrever “ideias gerais” sobre a situação da Capitania, como se pode ver em SILVA, Paulo P. C. (Coord.). *Instruções aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

⁴⁷ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.841. 1769, Março, 2, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que contesta o teor de uma provisão de 1752, encontrada na secretaria do governo, com a qual se proíbe a ocupação de terras desde o sítio da cachoeira do rio Madeira até as minas de Mato Grosso, por serem pertencentes aos domínios do rei católico.

⁴⁸ Os limites definidos pelo Tratado de Madri, assinado em 1750, tinham sido suspensos em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

⁴⁹ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.850. 1769, Junho, 15, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a substituição dos nomes toponímicos pelos os de cidades, vila, e lugares de Portugal.

localizados às margens do rio Guaporé.⁵⁰ Todavia, não promoveu apenas uma modificação toponímica, Luís Pinto aproveitou a oportunidade para reorganizar aquelas povoações, utilizando o mapeamento como ferramenta para a reestruturação dos lugarejos, seguindo a lógica ocidental de assentamentos urbanos.

Além da reorganização urbana, propriamente dita, as plantas das povoações reestruturadas por Luís Pinto buscavam garantir, também, a necessidade da autossuficiência alimentar, uma das principais preocupações do Governador.⁵¹ “Ao revisar a cartografia urbana da Capitania de Mato Grosso, percebe-se que amplas áreas demarcadas para cultivos foram pré-estabelecidas nas povoações fronteiriças.” (CARVALHO, 2012:53) Afinal, “a política de estímulo às lavouras e à pecuária era indissociável da consolidação da soberania portuguesa sobre as fronteiras, e conseqüentemente, do imperativo de remeter mantimentos para as guarnições”. (CARVALHO, 2012:486) O planejamento e o incentivo à agricultura⁵² eram essenciais pois, segundo o Governador, eram os agricultores os verdadeiros colonos do interior do Brasil, e “sem a abundância das primeiras produções naturais eram ruinosas todas as mais empresas e manufaturas”.⁵³ (Fig.2)

⁵⁰ Assunto muito bem discutido por CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012. (Tese. Doutorado em História)

⁵¹ “Peculiar aos projetos reformistas de expansão colonial era a expectativa de que o estímulo ao trabalho agrícola já estivesse dado desde o traçado da povoação. Realmente, não era apenas o trabalho agrícola, embora fosse ele o pilar que sustentasse todo o restante, mas também a criação de animais e diversas formas de manufatura eram definidas antes mesmo de a vila existir e possuir moradores.” (CARVALHO, 2012:53)

⁵² O desenvolvimento da agricultura e a conseqüente cultura alimentar da Capitania do Mato Grosso no século XVIII foi objeto da dissertação de GOMES, M. *Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste. Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1790)*. Cuiabá: UFMT, 2008. (Dissertação. Mestrado em História)

⁵³ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.876. 1770, Fevereiro 4, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o plano que mandou fazer acerca do estado das minas, dos engenhos, dos sítios, das roças e da qualidade do terreno com vista a desenvolver a agricultura.

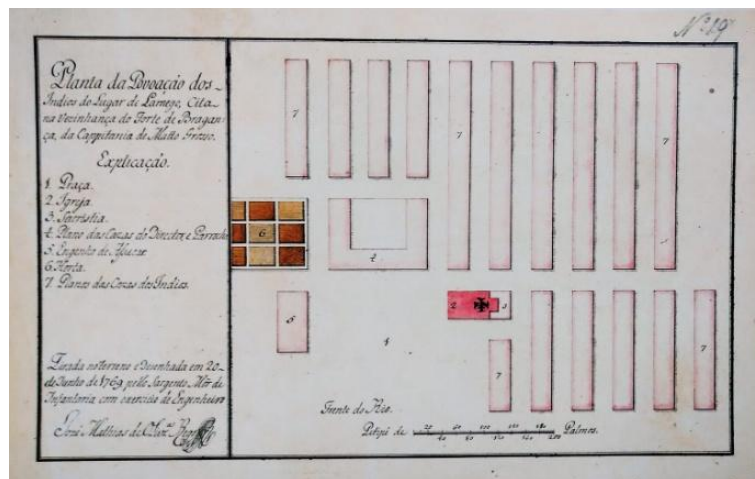


Figura 2: A área identificada com o número 6 representa o espaço da horta coletiva. REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação dos índios do Lugar de Lamego*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Índia.

Nas cachoeiras do rio Madeira, mais especificamente na do Girau, área que considerava crítica, dinamizou o destacamento já existente com os índios Pamas, denominando-o de Lugar de Balsemão. Como tinha grandes aspirações que um dia se transformasse em uma Vila, mandou o Sargento-Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro, José Matias de Oliveira Rego, elaborar um projeto cartográfico dentro dos padrões de regularidade adotados na época pela administração luso-brasileira para os assentamentos urbanos.⁵⁴ Para uma povoação de pequeno porte, tomou-se como ponto de partida uma praça de grandes dimensões, fazendo partir de cada um dos seus quatro ângulos duas ruas, formando um sistema em xadrez. Neste caso, com pequenos recortes e instalação de duas casas, em cada um dos vértices, à semelhança do modelo hispano-americano. Ao lado Sul da praça, no lado oposto ao da igreja, previu-se uma edificação para a câmara local. As pequenas casas destinadas aos habitantes eram semelhantes às da aldeia de São Miguel,⁵⁵ dispostas em grupos de unidades geminadas, mas, neste caso, com quintais aos fundos, formando grandes quadras. (Fig.3)

⁵⁴ Anexa à carta de 30 de Novembro 1768, escrita para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.820. Também publicado em ADONIAS,1993:88.

⁵⁵ A Aldeia de São Miguel foi estabelecida pelo Governador João Pedro da Câmara em 1765 e para tal projeto o engenheiro José Matias de Oliveira Rego também desenhou uma planta topográfica: *Projeto do novo apresamento para os índios da Aldeia de S. Miguel na margem do Rio Guaporé; acima do destacamento de Nossa Sr^a da Conceição quatro léguas; mandado fazer pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pedro da Câmara*, 1765. Carta topográfica anexa ao documento AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.770. 1765, Dezembro, 16, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a mudança de local da aldeia de S. Miguel, para evitar distúrbios que cometiam os soldados com as índias e os contínuos furtos que faziam nas plantações dos índios; reconstrução das aldeias de São José e Santa Ana.

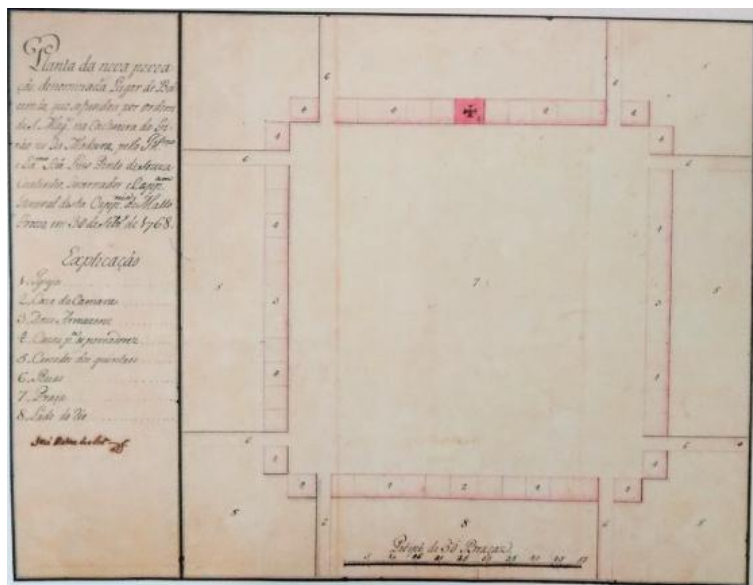


Figura 3: REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação de Balsemão*, 1768. Mapoteca do Itamaraty.

O plano esboçado por Luís Pinto acabou se transformando no modelo para implantar os outros arraiais. “O traçado urbano de todas as povoações instaladas na fronteira de Mato Grosso com os domínios espanhóis era praticamente o mesmo: casas com as portas e janelas uma de frente para as outras diante do vazio da praça central”. (CARVALHO, 2012:44) Assim eram Balsemão, Vila Maria (1784) e Albuquerque (1789),⁵⁶ por exemplo, as duas últimas reestruturadas no governo de seu sucessor, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), entre 1772 e 1788.

A cachoeira do Salto também recebeu um projeto para instalação de um destacamento, pensado para dar suporte à povoação de Balsemão e para servir de ponto de apoio à transposição da queda d’água.⁵⁷ Além da importância política, como marcos da presença portuguesa no rio Madeira, as povoações tinham objetivos militares de auxiliar no pouso e no abastecimento do Forte de Bragança; e econômicos de apoio às monções comandadas pelos homens de negócios da Companhia de Comércio do Grão Pará, de origem pombalina.

Portanto, a rede urbana que foi criada ao longo da bacia do rio Guaporé e do Madeira tinha como objetivo consolidar a presença portuguesa na fronteira e, para tanto, Luís Pinto precisava de mapas que mostrassem os limites estabelecidos nos tratados pretéritos de maneira a alinhar sua estratégia de colonização. Por conseguinte, o

⁵⁶ CCCI, nº15, 1789. *Perfil da Povoação de Albuquerque*. Publicado em: GARCIA, 2002:190-1.

⁵⁷ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.852. 1769, Junho, 18, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o projeto de estabelecimento de uma nova povoação na cachoeira do Salto para coadjuvar o novo estabelecimento do Lugar de Balsemão.

engenheiro José Matias de Oliveira Rego foi fundamental, já que por meio de sua habilidade cartográfica o Governador pôde dar forma aos seus planos urbanos e, aparentemente, este foi o início de uma relação bastante profícua. Além das plantas das povoações, o militar também pode ter contribuído em outros projetos cartográficos, inclusive mais abrangentes, como o *Mapa de uma parte da América Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas coroas de Portugal e Espanha*, (Fig.4)⁵⁸ que redesenhou a pedido do Governador. (CABRAL e MEIRELLES, 1997:36-37).



Figura 4: REGO, José Matias de Oliveira. *Mapa de uma parte da America Meridional*.1769. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Traçar planos era fundamental para o projeto político lusitano no Brasil, porém efetivá-los era outra história. Eram inúmeros os problemas que os governadores enfrentavam na hora de concretizar seus planos de povoamento, peça fundamental no projeto geopolítico português para dominar a fronteira Oeste. A escassez de homens e mulheres brancos transformou os aldeamentos indígenas em estruturas coloniais essenciais na fronteira, o que foi possibilitado pela criação do Diretório dos Índios, que transformou automaticamente os nativos aldeados em cidadãos e súditos do Rei de Portugal. Por essa razão, Luís Pinto valeu-se recorrentemente desse estratagema para criar os assentamentos urbanos sob sua jurisdição. Todavia, não bastava encontrar clérigos ou diretores comprometidos, o grande temor do Governador, por exemplo, era a ameaça de destruição vinda de ataques de nações indígenas hostis, ou mesmo das

⁵⁸ BPMP, C-M&A-P.24(38), publicado em GARCIA, 2011:100-1.

nações amigáveis, que podiam se rebelar contra os portugueses.⁵⁹ Esse foi o caso da localidade de Balsemão. De fato, a povoação só permaneceu nos moldes do projeto do Diretório, implantado em 1768, até 1774, quando os Pamas ali aldeados se rebelaram, expulsaram o diretor e decidiram criar uma povoação autônoma em outro local. Ainda assim, mantiveram uma relação amigável com os luso-brasileiros, pois continuaram exercendo a função fundamental destinada àquele lugarejo: dar pouso e comida aos viajantes da rota amazônica. (CARVALHO, 2012:304)

Outro local problemático foi o Forte de Bragança.⁶⁰ Sua construção, inicialmente sob o nome de Nossa Senhora da Conceição, foi comandada por

Antônio Rolim [de Moura]⁶¹ no mesmo local onde ele destruíra cinco anos antes a missão espanhola de Santa Rosa, situada à margem direita do Guaporé, em frente à boca do Itonamas, onde teria havido um entrincheiramento e paliçada, procurando já em 1756 assegurar a posse daquele ponto conquistado com a criação de um distrito militar. Foi construída e armada com material de guerra vindo do Pará pela via fluvial do Madeira, nada se sabendo quanto a seu primitivo traçado, pois que a primeira notícia que a seu respeito se tem data da época em que nela introduziu modificações um outro Capitão General, João Pedro da Câmara, que lhe deu a forma abaluartada, de sistema Vauban,⁶² medindo o corpo principal do forte 40 braças de frente por oitenta de profundidade. (FERRAZ, 1927:505)

Um dos principais problemas do Forte era sua sujeição a um único caminho, no caso o caminho fluvial do Guaporé.⁶³ Por esse motivo o Governador organizou uma expedição, em Fevereiro de 1769, ao Forte de Bragança, com o intuito de descobrir e construir um caminho por terra que o ligasse à capital Vila Bela e à Vila de Cuiabá. Além disso, a viagem também deveria “persuadir os índios a descerem às povoações,

⁵⁹ Renata Araújo ressalta que “Com efeito, aquela região [Capitania do Mato Grosso], por variadíssimas razões, concentrava não apenas uma grande população indígena, como era das mais diversificadas em termos étnicos, abrigando tribos de várias origens e de grupos linguísticos distintos.” (2000:36)

⁶⁰ As ruínas do Forte localizam-se no município de Costa Marques em Rondônia, a 2km a jusante das ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, construído por Luís de Albuquerque em substituição ao Forte de Bragança.

⁶¹ D. Antônio Rolim de Moura Tavares (1709-1782), Conde de Azambuja, foi o primeiro Governador da Capitania do Mato Grosso, nomeado em 1748, chegou a Capitania apenas em Janeiro de 1751, permaneceu no cargo até 1765. Em 1752 fundou Vila Bela da Santíssima Trindade como a capital da Capitania do Mato Grosso. Sobre o período em que foi Governador ver: CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Curitiba:UFPR, 2011. (Tese. Doutorado em História)

⁶² Sébastien Le Prestre, Marquês de Vauban (1633-1707), arquiteto militar francês que desenvolveu o estilo Vauban de fortificação. Foi Comissário das Fortificações de Luís XIV.

⁶³ Segundo Luís Pinto um dos defeitos essenciais da Fortaleza era “não ter outro caminho mais do que a navegação do rio Guaporé, que a comunica com esta capital, a qual facilmente pode ser impedida em tempo de guerra” AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.838. 1769, Fevereiro, 18, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre os dois defeitos essenciais da Fortaleza de N. Sra. da Conceição.

aniquilar quilombos, e pesquisar minas de ouro e sal.” (CARVALHO, 2012:166) O trabalho ficou a cargo do sertanista João Leme do Prado, que se gabava da sua escolha por ser uma “pessoa com conhecimento do sertão, experiência da guerra do mesmo gentio, e outras qualidades essenciais”,⁶⁴ por isso imprescindível aos negócios da Coroa.

A expedição demorou mais de um ano para ser concluída e percorreu centenas de quilômetros, estabelecendo uma rota “com um percurso total de 185 léguas”⁶⁵ (TEIXEIRA&FONSECA, 2000:50), contatando e enfrentando diversas tribos indígenas pelo caminho. Além das instruções iniciais de Luís Pinto,⁶⁶ a expedição foi descrita em um relato⁶⁷ e aparentemente mapeada. Sabe-se da existência de duas versões de um mapa que mostram o trajeto da expedição, sob a guarda de diferentes instituições, que provavelmente representam momentos distintos do desenvolvimento do trabalho cartográfico.⁶⁸ Por um lado, a versão existente na Mapoteca do Itamaraty, intitulado *Rio Guaporé e seus afluentes*, (Fig.5)⁶⁹ aparenta ser um exemplar de teste ou rascunho. Algumas inscrições encontram-se espelhadas, como os rios Mamoré e Madeira, ou com grafias elaboradas, como os rios Guaporé ou Ythenes e o Governo de Moxos, escrito com x. Além disso, é possível visualizar o trajeto da expedição de João Leme do Prado, mas não há qualquer referência a ele. Vários córregos e rios têm inscrições, anotações ou rasuras, assim como algumas vilas ou pontos de relevância geográfica. Ao lado de Vila Bela, por exemplo, é possível ler a anotação: “o mapa espanhol passa V.^a Bela com 16 graus e 315 min de longitude.”

⁶⁴ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.942. 1771, Julho, 16, Vila Bela. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao rei com que envia requerimento de João Leme do Prado, que pede remuneração pelos serviços que prestou.

⁶⁵ Cerca de 890km

⁶⁶ BPMP, Cód.296, f.177-199, Vila Bela, 22 jun.1769. Instrução que se deu a João Leme do Prado para a abertura do caminho do Forte de Bragança e Diários dos sucessos sucedidos na abertura do mesmo caminho por Luís Pinto de Sousa Coutinho.

⁶⁷ BPMP, Cód.296, f.180v-199v, 1769. Relação da expedição que o Ilmo. Exmo. Sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho faz para a feitura do caminho do Forte de Bragança para o Cuiabá, por diretor do caminho a João Leme do Prado, furriel Guilherme Pompeo Taquez, cabo de esquadra Francisco Garcia Velho, e mais soldados.

⁶⁸ Isa Adonias aponta que no mapa pertencente à Mapoteca do Itamaraty, muito “semelhante ao exemplar” da Casa da Ínsua, há uma nota escrita no verso: “Este mapa me foi dado como tendo pertencido ao Visconde de Balsemão q foi Cap. de Matto Grosso’, nota essa redigida pelo barão Duarte de Ponte Ribeiro.” Já sobre o exemplar da Casa da Ínsua, afirma que “O mapa parece ter sido feito na época em que governava a capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1768-1772)”. (ADONIAS, 1985:179)

⁶⁹ MRE/MI, [ca.1775], [*Rio Guaporé e seus afluentes*], publicado em ADONIAS, 1993:90.



Figura 5: [*Rio Guaporé e seus afluentes*],[ca.1775]. Mapoteca do Itamaraty.

Por outro lado, a versão existente na Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua - que guarda a coleção de mapas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres -, intitulado *Bacia do Rio Guaporé*, (Fig.6)⁷⁰ parece ser o trabalho cartográfico final produzido pela expedição. O mapa está limpo, sem inscrições ou rasuras. A linha que marca o caminho percorrido pela expedição sertanista de Vila Bela ao Forte de Bragança está identificada como “caminho que se fez de novo para a fortaleza” e a grafia do nome da província espanhola vizinha, dessa vez, aparece como Governo de Mogos, escrito com g. As aldeias dos povos indígenas encontrados ou de que se tinha notícia aparecem representados como pequenos pontos vermelhos ao longo da rota percorrida pelo sertanista: Orucoronis, Cauataros, Caraoas, Lombis, Cuntrias, Pazequis, Ababázes, Puxacazes, Guajejus, Guazaies, Hurupunás, Alobás, Tamarés, Guanierès e Cabexis.

⁷⁰ CCCI, CG 40, [ca.1772], [*Bacia do Rio Guaporé*], publicado em GARCIA, 2002: 406-7.

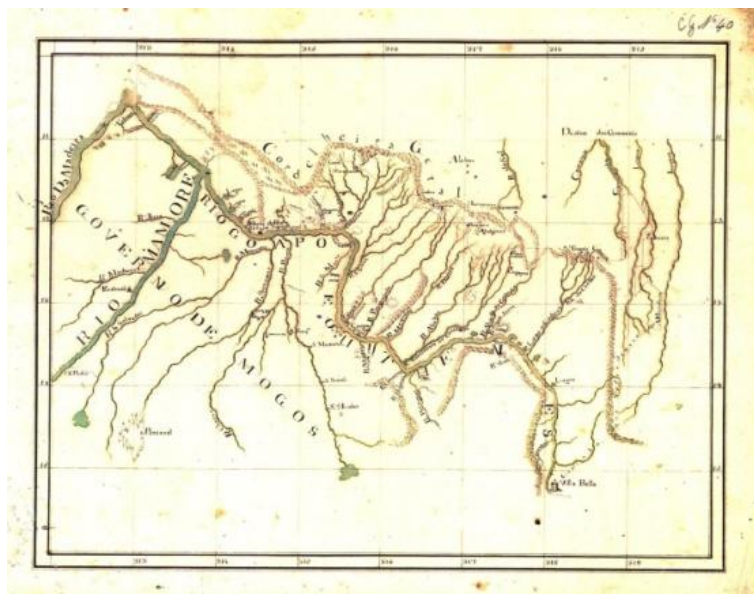


Figura 6: [Bacia do Rio Guaporé], [ca.1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua.

Certamente, estes mapas foram desenhados entre 1769 e 1770, ainda durante o governo de Luís Pinto. A expedição começou a ser planejada por ele no início de 1769, e logo no final do mês de Fevereiro, João Leme do Prado partiu com sua comitiva em direção ao sertão. Regressaram em junho de 1770, chegando à Vila de Cuiabá com 21 homens a menos, porém com muitas notícias sobre o território da fronteira, os sertões e os índios. Rapidamente, o sertanista tratou de documentar seu feito, escrevendo ao Governador e ao rei solicitando mercês pelos serviços prestados,⁷¹ e entregando a Luís Pinto os diários da expedição.⁷² Francisco Andrade (2008) e Adriano Paiva (2013) revelam, sobre os descobrimentos realizados no interior de Minas Gerais, que os sertanistas podiam recorrer à feitura de mapas na tentativa de reforçar os pedidos de mercês. Este não parece ser o motor principal da iniciativa, pois o grande interessado num mapa resultante da expedição era Luís Pinto, atuando em nome da Coroa portuguesa, já que “esta obra cartográfica” serviria como “um atestado de posse desse rio, que ainda estava sendo reclamado pelos espanhóis.” (MORAES, 2011:59)

O personagem principal deste mapa é o rio Guaporé ou Ythenes, que recebeu duas nomenclaturas por se tratar da toponímia portuguesa e espanhola, respectivamente. A área apresentada no mapa é a região em disputa, cabe lembrar que a posse de ambas as margens do

⁷¹ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.942. 1771, Julho, 16, Vila Bela. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao rei com que envia requerimento de João Leme do Prado, que pede remuneração pelos serviços que prestou.

⁷² BPMP, Cód.296, f.177-199. Vila Bela, 22 jun.1769. Instrução que se deu a João Leme do Prado para a abertura do caminho do Forte de Bragança e Diários dos sucessos sucedidos na abertura do mesmo caminho por Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Guaporé constituem o objeto do litígio. (...) Tratava-se de marcar o rio como fronteira (...). (MORAES, 2011:58)

Outra informação que parece corroborar a participação do Governador na construção do mapa está nas instruções que escreveu para seu sucessor Luís de Albuquerque, em Dezembro de 1772. No documento citou algumas vezes que “mandou explorar o sertão que medeia entre esta Capital e o Forte de Bragança” e que o futuro Governador poderia saber mais sobre os acontecimentos daquele período pelo “diário daquela expedição”. Além do mais, advertiu-o que enviaria, de Belém, uma carta topográfica e com ela

compreenderá Vossa Excelência a atual situação dos nossos limites, relativamente aos Domínios do Peru e em como este governo se acha na posse de toda a margem ocidental do Guaporé, desde as suas fontes até o sítio fronteiro a Palmela, antigamente denominado das Pedras, em cujas circunstâncias, tem Vossa Excelência, a obrigação de conservá-la ilesa de toda e qualquer presença espanhola.⁷³

A fronteira descrita por Luís Pinto corresponde à presente no mapa da expedição. Ou seja, o foco das atenções estava no rio Guaporé, na importância de dominar suas duas margens, mantendo seu leito a uma distância segura dos domínios espanhóis. Porém, este não parece ser o mapa que Luís Pinto estava construindo naquele momento, pois não há a presença de uma linha de fronteira, ponto fundamental na sua fala a seu sucessor. De fato, “a anulação do tratado de limites” deixou os governadores “na mesma perplexidade em que antes existíamos, contestando-se ambas as monarquias a posse e o direito de várias terras situadas sobre uma, [e] outra margem do rio Guaporé”.⁷⁴ Por isso, acreditamos que esse mapa não chegou às mãos de Luís de Albuquerque através de Luís Pinto, mas por meio dos documentos da expedição sertanista, comandada por João Leme do Prado, os quais o ex-governador deixara depositados na secretaria.

A análise destas duas versões mostra como a construção dos mapas era um processo que passava por várias mãos, por diversos usos, distintas finalidades, sendo assim um trabalho dinâmico. Como afirma Matthew Edney, “cada instância de mapeamento e cada instância de mapa, são, portanto, determinados não por algum

⁷³ Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro 1772. *Instruções aos Capitães-Generais* – Cuiabá: IHGMT, 2001, p.30-58.

⁷⁴ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.

preconceito do que deveriam ser, mas por circunstâncias específicas da ação humana.”⁷⁵ (EDNEY, 2019:10) Portanto, os objetivos, os preconceitos e os conhecimentos geográficos e etnográficos dos envolvidos em todas as instâncias do mapeamento têm influência fundamental no processo e no produto final. O que o mapa deve mostrar e o que ele deve esconder são opções, escolhas feitas em diferentes etapas e segundo os pontos de vista político e técnico de cada momento.

É interessante notar que, na versão de prova ou teste, as anotações se concentram do lado espanhol ou fazem referência a mapas espanhóis, um lugar onde o conhecimento do Governador, do cartógrafo ou do sertanista era limitado. O que não quer dizer que era nulo ou baseado em suposições. Preocupado com a linha de fronteira, Luís Pinto buscou informações sobre as províncias espanholas adjacentes de todas as formas possíveis. Em junho de 1769, por exemplo, enviou para Francisco de Mendonça Furtado uma Memória da Província de Chiquitos, onde afirmou que

havendo examinado pessoalmente alguns rios, caminhos e montanhas que circundam a fronteira desta capital; como também havendo viajado por quase todos os sítios, e arraiais destas minas, que se acham situados na Serra da Chapada, para efeito de adquirir uma verdadeira noção da topografia do país, achei que o Conde de Azambuja⁷⁶ tinha informado muito adequadamente a sua Majestade a este respeito (...).⁷⁷

Conhecedor da importância dos mapas, o Governador sabia que não bastava confiar em informações de terceiros, era essencial explorar *in loco* para colher medições e conhecer a topografia e seus marcos naturais. Em vista disto, quando teve contato com alguns escravos fugidos do lado espanhol perguntou-lhes sobre a posição geográfica da missão que haviam desertado. Um deles lhe contou que era possível ver a Missão de Santo Inácio em cima de um monte próximo à Vila Bela. Sem hesitar e “para formar pois um justo conceito do seu rumo e da sua distância”, Luís Pinto resolveu averiguar por si mesmo aquela informação e “subir ao cume do nosso monte, não obstante ser quase inacessível pela quantidade de rochedos escarpados”.⁷⁸ Também organizou expedições de exploração secretas com o objetivo de investigar o lado espanhol da

⁷⁵ Tradução do original: “Each and every instance of mapping, and each and every instance of map, are thus determined not by some preconception of what they should be, but by specific circumstances of human action.”

⁷⁶ Refere-se ao governador anterior Dom Antônio Rolim de Moura Tavares (1709-1782).

⁷⁷ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.858. 1769, Junho 23, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a posição e o estado das missões de Chiquitos.

⁷⁸ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.858. 1769, Junho 23, Vila Bela.

América.⁷⁹ Ou seja, quando não podia verificar pessoalmente as informações, o Governador também tinha suas artimanhas secretas para coletá-las.

O Forte de Bragança era a única construção militar portuguesa que guardava o rio Guaporé e o rio se constituía na ligação da região com a Amazônia, por isso, era fonte de constante preocupação: “Localizado na antiga missão de Santa Rosa (...) esse forte foi reequipado com canhão de maior calibre por Luís Pinto que mantinha a permanência do uso de arma de grosso calibre, assim como a força para intimidar e manter afastados os espanhóis daquela fronteira.”(BARROSO, 2015:34) Especialmente depois do Tratado de El Pardo (1761) - que anulou o que havia sido estabelecido no de Madri, de 1750, e restabeleceu a fronteira ao seu estado anterior, isto é, a Tordesilhas - os espanhóis, através da Corte da Real Audiência de Charcas, insistiam na necessidade de sua demolição, pois aquela seria uma área usurpada pelos portugueses.⁸⁰ (MENDONÇA, 1985:108-9) Não por acaso, a primeira viagem de Luís Pinto como Governador foi exatamente ao Forte e, conhecedor de sua função estratégica, tratou de estudar suas vantagens e seus problemas, por isso, assim que retornou à Vila Bela deu início à sua reforma.⁸¹ Porém, a edificação era sujeita às cheias do rio Guaporé, que a danificavam constantemente, por isso acabou sugerindo ao seu sucessor que mudasse o local do Forte, na tentativa de encontrar uma posição mais favorável e duradoura.⁸²

A Ideia Geral da situação e negócios desta Capitania

Em 1771, após quatro anos vivendo no sertão Oeste do Brasil e sofrendo constantes problemas de saúde, Luís Pinto escreveu a *Ideia Geral da situação e*

⁷⁹ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.871. 1770, Janeiro 9, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a expedição, com uma missão secreta que mandou a Chiquitos e da notícia da sua apreensão e do expresso que enviou a Moxos pedindo explicações.

⁸⁰ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.855. 1769, Junho 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a insistência do presidente da Real Audiência de Charcas na demolição do hoje Forte de Bragança e o seu estado de degradação.

⁸¹ ACBM/IPDAC Cx.25, Pasta 95, env.1481. 1769, Maio 12, Vila Bela. Banco de Luís Pinto de Sousa Coutinho determinando aos moradores de Vila Bela que o governo da capitania necessitava de 50 obreiros para trabalhar nas obras do Forte de Bragança.

⁸² AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.933. 1771, Maio 30, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o estado de total ruína do Forte de Bragança depois das últimas cheias do rio Guaporé, e a proposta para um novo local para um forte. Nas instruções que deixou para Luís de Albuquerque citou os ofícios e exames que mandou fazer no forte, mas que o “defeito tão essencial seria, porém, fácil de emendar-se efetuando-se a mudança daquela fortaleza para o ponto que nos mesmos pareceres se indica, o qual reúne ao mesmo tempo a solidez do terreno, com as maiores vantagens de defesa.” (SILVA, 2001:32-33) Tal mudança acabou sendo concretizada na construção do Forte do Príncipe de Beira. Segundo Beatriz Bueno, “a fortaleza se encontrava arruinada com trechos da muralha destruídos; a principal causa da ruína radicava na incorreta escolha do sítio (baixo e próximo ao rio Guaporé) e na natureza dos materiais empregados (pedra e o tal ‘barro’ que substituiu o cal), pouco resistentes às águas.” (BUENO, 2005:266-7)

negócios desta Capitania,⁸³ com o objetivo de compilar em um documento seu conhecimento, os feitos de seu governo e suas sugestões para o futuro. Com 40 páginas e 5 mapas estatísticos anexos,⁸⁴ cada um com sua explicação, o documento é um levantamento geral, abrangendo todas as principais áreas de governança: da situação geográfica da capitania em sua própria, da situação relativa, do estabelecimento da povoação da capitania; da agricultura e suas produções, das minas, do comércio e novos estabelecimentos; da fazenda, da política e administração da justiça; do estado eclesiástico e por fim do estado das tropas da capitania, milícias e ordenanças.

Endereçada ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro (1716-1795), apresenta, em sua primeira parte, um verdadeiro mapa mental da Capitania. No entanto, o mesmo esboçado aos moldes de Luís Pinto, pois apresentava os limites que o Governador considerava como os melhores para o Mato Grosso e, conseqüentemente, para o Brasil.

Começou sua descrição afirmando que, em 1771, “a maior parte dos limites desta capitania se acha[va]m até agora indefinidos”.⁸⁵ Por todos os lados, havia disputa de limites e não apenas externos. No Norte, a questão era com o Grão Pará, ao Sul, com São Paulo, a Leste, com Goiás e, a Oeste, com a América espanhola. Como defender ou até mesmo expandir a fronteira limítrofe com os espanhóis era sua prioridade primeira, optou por defender o estabelecimento de limites internos que favorecessem as capitanias vizinhas, tendo em vista a imensa extensão territorial da sua Capitania e dos problemas que as longínquas distâncias acarretavam. Por isso afirmou que “os limites se acham de regular pelo estado atual das possessões”, pois,

nas excessivas distâncias do Governo, nem pode haver boa administração da Justiça, nem deixar de fomentarem a busca o delito, e prepotências, tão comuns nos Sertões da América: se pôr dificultosíssimo a defesa do Estado, e inútil a Povoação de que se extrai a mesma defesa quando o Povo se acha derramado, em uma vastíssimo país inculto, e distante mais de 200 léguas de sua Capital.⁸⁶

⁸³ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.

⁸⁴ Esses não eram mapas geográficos, mas mapas estatísticos, uma ferramenta muito utilizada na administração portuguesa que a partir do reinado de D. José I (1750-1777) transformou-se em instrumento “integrante do processo de gestão do território, convertendo-se os ‘mapas estatísticos’ em instrumentos burocráticos, políticos e fiscais de grande alcance.” (MATOS, 2017:637).

⁸⁵ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

⁸⁶ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

Desta maneira, “parece impróprio procurar aumentar ao mesmo governo sertões desertos e incultos, quando por outra parte as capitanias mais povoadas e poderosas podem fazer florescer os mesmos sítios, com novos estabelecimentos.”⁸⁷ Por isso, Luís Pinto escolheu o rio das Mortes como a divisa com a Capitania de Goiás. A proposição deste limite foi objeto de controvérsia e crítica pela historiografia mato-grossense do século XIX,⁸⁸ já que, no início do seu governo, chegara a defender os limites propostos por Dom Antonio Rolim de Moura Tavares (1709-1782), o Conde de Azambuja, mais favoráveis ao Mato Grosso, “em que se tomava por limite o rio Araguaia.” (REGO, 1897:8) A proposta inicial fora apresentada ao Governador de Goiás, João Manuel de Mello, em maio de 1769. Nela, Luís Pinto defendera que os limites entre as capitanias deveriam ser fixados de acordo com os “últimos descobrimentos e mapas mais exatos que até agora têm havido destes países, parece que o projeto mais natural para se terminar este negócio a respeito da Capitania de Goiás seria conforme os mesmos mapas” (ALENCASTRE, 1979:153-54).

É com base nessas informações que Wilson Vieira Jr. afirma que o mapa *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*, (Fig.7)⁸⁹ feito em 1769, “foi elaborado como documento ao contexto apresentado.” (VIEIRA JR, 2015:110) De fato, Luís Pinto pode ter capitaneado a produção desse mapa como pano de fundo das negociações com João Manoel de Mello, já que o plano principal da carta era mostrar os territórios das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá e da Capitania de Goiás, com suas respectivas fronteiras.

⁸⁷ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

⁸⁸ As críticas ao projeto de limites do Mato Grosso feito por Luís Pinto aparecem nos textos que tratam das disputas de limites entre os estados do Mato Grosso e Goiás ao longo do século XIX e início do século XX, REGO, Raphael. *Limites de Goiás com Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Para o General Raphael Rego, por exemplo, a defesa que Luís Pinto fez dos limites no rio das Mortes, motivada por um desconhecimento da geografia da região, abriu um precedente para que Goiás reivindicasse a posse daquela área.

⁸⁹ CCCI, A14, 1769, publicado em GARCIA, 2002:328-331.



Figura 7: [Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo], 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Índia.

Aparentemente, o mapa ficou à espera da definição dos limites para ser terminado, talvez por isso Luís Pinto o tenha deixado para seu sucessor. No entanto, com a morte do Governador João Manoel de Mello, em 1770, as negociações foram suspensas, mas Luís Pinto não desistiu de fixar a sua fronteira e, em abril de 1771, escreveu ao Rei informando a delimitação de limites em que a “mutua divisão das duas capitanias se faça pelo referido rio das Mortes” (ALENCASTRE, 1979:151-157), mudando assim as pretensões iniciais do Conde de Azambuja.

Segundo Pedro Carlos N. Felix, “Luís Pinto confundiu os limites de Mato Grosso com Goiás e quase diminuiu o território mato-grossense, o qual começaria no rio da Morte e não no rio Araguaia.” (FELIX, 2013:74) Certamente a sua escolha em mudar o elemento natural como marco divisório não foi um descuido ou confusão, na medida em que adquirira experiência no cargo, passou a conhecer a vastidão da sua Capitania, por isso optou em concentrar-se na consolidação ou na expansão dos limites

externos, tentando assim diminuir as fronteiras internas na busca de uma melhor governança.

Uma de suas propostas que indicavam esse objetivo final era que “as únicas vantagens desta capitania consistem em adiantar a sua povoação para a parte do norte sobre os rios navegáveis, que correm ao Amazonas”⁹⁰ - projeto que começou a concretizar por meio do estabelecimento das povoações que remodelou ou criou no alto rio Guaporé e Madeira. Por isso, defendeu que o desenvolvimento e a defesa do Mato Grosso em direção à região amazônica era um objetivo essencial e estratégico, o que coadunava com as conquistas territoriais estabelecidas pelo Tratado de Madri, que assegurara aos portugueses o domínio do rio Amazonas e de seus principais afluentes. O grande fecho desse projeto era a viabilidade do

estimo de terra, que separa as fontes dos dois Rios Aguapey e Alegre (...), o dito estimo não chegava a ter a extensão de duas léguas; por uma campina rasa de um terreno firme, e consequentemente muito proporcionadas para se poderem vazar sobre carretas quaisquer embarcações (...). Ambos os Rios oferecem uma navegação fácil, e desembaraçada por mais de seis meses do ano e consequentemente se acha estabelecida por este meio, a comunicações dos dois grandes rios Paraguai e Amazonas.⁹¹

Para ele, a construção de um varadouro entre os rios Aguapey e Alegre representaria a consolidação do projeto de limites do Brasil no Oeste e no Noroeste, que se estendia da foz do Paraguai à foz do Amazonas, o que reafirmava a importância da manutenção das fronteiras do Mato Grosso, especialmente o domínio sobre seus rios.

Acompanhando a *Ideia Geral*, Luís Pinto planejou enviar uma “Carta Geral da Capitania”, no qual as suas propostas territoriais para a Capitania e suas fronteiras poderiam ser visualizadas, “porém havendo as [suas] moléstias suspenso a continuação deste trabalho”⁹², acabou não finalizando o mapa naquele momento. Todavia, o seu projeto aparentemente foi concluído a *posteriori*, pois “dizem [que a dita carta] se conserva em Lisboa.” (ADOLPHE, 1845:67)

Pouco tempo depois, as seguidas súplicas de Luís Pinto foram ouvidas e a Coroa nomeou um novo Governador para o Mato Grosso. Após 18 meses de espera, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres chegou à Vila Bela e finalmente Luís Pinto

⁹⁰ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

⁹¹ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.922. 1771, Abril 15, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre a vantagem para o comércio da comunicação entre os rios Paraguai e Amazonas.

⁹² AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

transmitiu seu cargo a 13 de dezembro de 1772. Não tardou em organizar sua volta ao Reino e, em abril de 1773, já estava embarcando em Belém com destino à Lisboa.⁹³

⁹³ AHU-PA, CU13, Cx.70, Doc.5988. 1773, Abril 7, Pará. Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro sobre a partida para o reino do ex-governador da capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, acompanhado do religioso castelhano da ordem Bethelemítica, fr. Manuel da Santíssima Trindade e de um criado deste último chamado Tomás Cordeiro, vindos do reino do Peru.

2. *Chevalier Pinto: “one of the most enlightened men who ever lived in Brazil”*⁹⁴

O descanso durou pouco, a 03 de novembro de 1773, Robert Walpole (1736-1810), Embaixador da Inglaterra em Lisboa, escreveu para William Nassau de Zuytlestein, 4º Earl of Rochford (1717-1781), informando que o novo Embaixador português, em Londres, seria o “Chevalier Luis Pinto, ex-Governador do Mato Grosso (Brasil), quem parecia ser de um caráter muito amável e verdadeiramente bem qualificado.”⁹⁵ A notícia foi confirmada a 1º. de março 1774, quando Luís Pinto foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres.⁹⁶

Os ingleses chegaram a acreditar que sua nomeação seria desfeita por causa da relação próxima que tinha com José Seabra da Silva (1732-1813), que caíra em desgraça na corte portuguesa.⁹⁷ Porém, no final de abril de 1774, o novo embaixador já tinha despachado para Londres seu secretário com grande parte de sua bagagem.⁹⁸ Em Maio, foi a vez dele mesmo desembarcar em Falmouth, levando consigo o restante de seus pertences e sua esposa, Dona Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre (1749-1824), que poucos dias depois deu a luz ao primogênito do casal.⁹⁹

Assim que se estabeleceu na Legação de Portugal, em Londres, Luís Pinto deu início ao seu trabalho diplomático, que tinha como uma das questões centrais a negociação de um novo Tratado de Limites para as possessões ultramarinas portuguesa e espanhola.

Em fins de 1775, intensificaram-se os conflitos bélicos entre Portugal e Espanha, especialmente no sul do Brasil, que se arrastavam na região desde 1763, quando D. Pedro Cevallos, comandante do

⁹⁴ “The abbé and writer, in handing him a questionnaire on Brazil, was impressed with the diplomat, stating that he was ‘One of the most enlightened men who ever lived in Brazil’” (MONTEIRO&FURTADO, 2019:11)

⁹⁵ TNA, SP 89/75/61. 1773, Nov 3, Lisbon. Folio 160: R. Walpole to Earl of Rochford. Tradução do original: “New envoy to England will be the Chevalier Luis Pinto, ex-governor of Mato Grosso (Brazil), who seems to be very amiable character and thoroughly well qualified.”

⁹⁶ Denso estudo sobre o período em que Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, atuou como Ministro Plenipotenciário em Londres foi feito por SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da. “Luís Pinto de Sousa Coutinho: ‘an English gentleman’”. In: *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002, p. 187-312 e “Luís Pinto de Sousa Coutinho: Tempos de Mudança”. In: *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002, p. 805-820.

⁹⁷ TNA. SP 89/76/28. 1774, Apr 9, Lisbon. Folio 63: Consul J.Whitehead to Earl of Rochford. “Is beginning to fear that Pinto de Sousa will not be allowed to go to England on account of his former intimacy with Seabra”.

⁹⁸ TNA. SP 89/76/32. 1774, Apr 27, Lisbon. Folio 71: R. Walpole to Earl of Rochford. “Pinto de Sousa has now sent his secretary and part of his baggage to London, and he himself will probably soon follow.”

⁹⁹ TNA. SP 89/76/35. 1774, May 14, Lisbon. Folio 78: R. Walpole to Earl of Rochford. O primeiro filho do casal foi Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2º Visconde de Balsemão (1774-1832), que nasceu no dia 30 de Maio de 1774 em Falmouth.

Exército espanhol, conquistou boa parte do território português em Rio Grande de São Pedro. Nesse momento, Pombal iniciou uma contraofensiva para retomar os territórios conquistados, que interrompia a recente trégua arduamente negociada entre as partes. (FURTADO&MONTEIRO, 2020:237)

Para tanto, começou a participar de reuniões com diversas autoridades britânicas, a fim de conquistar suas simpatias para a causa lusitana. Foi inclusive ousado em seus primeiros movimentos, ao entregar a Henry Howard, 12º Earl of Suffolk (1739-1779), na época Secretário de Estado do Departamento Norte, um “memorial extraordinário”¹⁰⁰ com sugestões sobre as diretrizes diplomáticas que o embaixador britânico, em Madri, deveria seguir sobre a questão das fronteiras na América do Sul.¹⁰¹ O Earl of Rochford e Walpole ficaram perplexos com a audácia de Luís Pinto e, em seguida, procuraram o Marquês de Pombal (1699-1782) para deixar claro que, ao Rei George III (1738-1820), “não deve ser ditado, nem dito a linha de conduta que deve manter, mas que está firmemente decidido a defender a aliança anglo-portuguesa.”¹⁰²

Decerto, o objetivo de Luís Pinto era “utilizar a aliança inglesa para pressionar a Espanha na América do Sul.” (SILVA, 2005:918) Mas, era preciso ser bastante astuto para não transgredir a linha tênue que separava a amizade da inimizade no intrincado jogo diplomático. Era preciso se familiarizar “com todo o jogo de aparências, de tergiversações e ambiguidades” (VENTURA, 2001:965).

Mas, “a vida diplomática não era apenas um espaço de negociação política, mas tornou-se ponto importante de formação e sociabilização da República das Letras no espaço continental europeu”. O grande encanto do Embaixador pela Ciência e pela Literatura, certamente foi um facilitador de sua integração ao ambiente intelectual inglês, que era extremamente vivo e pujante na segunda metade do século XVIII. “Embaixadores eram homens cultos e, nos congressos e nas cortes estrangeiras, estabeleciam intensa cordialidade entre si. (...) O diplomata era, antes de mais nada, um homem de letras, e uma ampla cultura era essencial à sua formação”. (FURTADO, 2013:51) O esplendor inglês ficou marcado na memória de Luís Pinto tanto que, 14 anos depois, quando regressou a Portugal, escreveu para António de Araújo e Azevedo

¹⁰⁰ TNA. SP 89/79/2. 1775, Jan 4, Lisbon. Folio 3: E. Walpole to Earl of Rochford. “Thinks that Pinto de Sousa probably exceeded his instructions when delivering his very extraordinary memorial”

¹⁰¹ TNA. SP 89/78/40. 1774, Dec 7, London. Folio 120: L. Pinto de Sousa to Lord Suffolk.

¹⁰² TNA. SP 89/78/39. 1774, Dec 20, London. Folio 116: Earl of Rochford to R. Walpole. “Pinto de Sousa has presented a strange memorial to Lord Suffolk, in which he seems to have exceeded his instructions. Pombal must be told that King George is not be dictated to, nor told the line of conduct he ought to hold, but that he is firmly resolved to uphold the Anglo-Portuguese alliance.”

(1754-1817), o Conde da Barca, solicitando que enviasse “notícias da minha Inglaterra, da qual nunca perderei as saudades”. Na mesma missiva, perguntou ao amigo, em tom nostálgico: “diga-me se não achou nela ainda mais do que sua fértil imaginação lhe figurava?”¹⁰³

De fato, seu interesse científico e literário era antigo. Tinha grande curiosidade pelas Ciências Naturais, um campo que pôde explorar quando era Governador do Mato Grosso, tanto que, ainda em 1769, “fez chegar à Ajuda uma longa lista de produções naturais” daquele país (BRIGOLA, 2004:334). Seu correspondente nessa área era ninguém menos que o paduano Domingos Vandelli (1735-1816), que inclusive o homenageou “no Catálogo *Hortus Olisiponesis* (1771), fazendo desenhar, e descrevendo, uma nova planta com o táxone de *Balsemona Pinto*.” (BRIGOLA, 2004:334) Foi durante o governo da Capitania, que Luís Pinto intensificou sua atividade colecionista, que incluiu uma enorme variedade de itens. Parte dessa coleção era composta por obras que lhe foram dedicadas, como foi o caso das ilustrações, gravuras e códices descritivos da natureza do Brasil¹⁰⁴ e das obras do escritor José Barbosa de Sá (?-1776), como os *Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais* (1769) e a tradução métrica dos salmos de Davi (1771). Barbosa e Sá, que conhecera no Mato Grosso, era um rábula e escritor autodidata, que em seus *Diálogos Geográficos* descrevera a situação da Capitania.¹⁰⁵

Porém, quem realmente tinha destaque no mundo literário era sua esposa, Dona Catarina de Lencastre.¹⁰⁶ Antes de chegar à Ilha, Walpole a descreveu como uma mulher “muito sensata e engenhosa, mas que não fala nenhuma língua a não ser o português.”¹⁰⁷ Todavia, uma vez na capital inglesa, ela fez uma opção um tanto diversa das mulheres de sua classe social e de seu tempo: estudou inglês, francês e italiano,

¹⁰³ ADB. 1789-08-12. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000142. B-8(16,2). Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

¹⁰⁴ Referimos aos desenhos de história natural (BPMP, Ms.1200) atribuídos a Antonio Jose Landi (1713-1791) e ao códice *Descrizione di varie piante fruti, animali, passeri, perci, biscie, rasine, alter simili cose che si ritrovano in questa cappitania del Gran Para, li qualli tutte Antonio Landi dedica a sua Exlca. Il sigr. Luiggi Pinto de Souza Cavaglieri di Malta, e governatore del Matto Grosso*. (BPMP, Ms.542). Todos pertencentes a BPMP. Ver: CABRAL&MEIRELEIS, 1997:33-4.

¹⁰⁵ SANTOS, Christian F. M. *Uma cosmologia do novo mundo: os Diálogos Geográficos de Joseph Barbosa de Sá no ano de 1769*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005 (Tese. Doutorado em História)

¹⁰⁶ Sobre a Viscondessa de Balsemão existem os trabalhos de BORRALHO, Maria L. M. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824). Libreto para uma autora quase esquecida*. Tese. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. *E Por acaso um viajante ... a vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008; MOREIRA, Zenóbia C. *O lirismo da Viscondessa de Balsemão*. Lisboa: Colibri, 2000.

¹⁰⁷ TNA. SP 89/76/35. 1774, May 14, Lisbon. Folio 78: R. Walpole to Earl of Rochford. “She is said to be very sensible and ingenious, but does not speak any language save Portuguese.”

instruindo-se durante o tempo que lhe sobrava das tarefas domésticas. Bastaram alguns anos e o casal Sousa Coutinho “fez dos salões da legação de Portugal em Londres um centro notável e prestigiado de reuniões para onde afluíam personalidades das mais distintas daquela corte, que cultivavam as Artes, as Letras ou as Ciências.” (MOREIRA, 2000:15) A casa transformou-se em um ambiente concorrido, especialmente para os portugueses emigrados. Além dos saraus e de outros encontros literários, sua vasta biblioteca era um dos principais atrativos.

Terá sido o caso de António de Moraes e Silva, o pai da lexicografia brasileira, que, fugido da Inquisição de Coimbra, encontrou na Inglaterra a proteção de Luís Pinto de Sousa Coutinho, tendo exercido por algum tempo o cargo de secretário particular da Legação. Em Londres, cercado de bons livros, longe da Inquisição e sob influente proteção, terá composto o seu célebre Dicionário da Língua Portuguesa, compulsando a ‘mui escolhida e copiosa livraria’ do embaixador. (COSTA, 2012a:140)

Em pouco tempo, Luís Pinto já estava integrado ao *modus operandi* da diplomacia iluminista, onde as embaixadas não eram apenas espaços burocráticos, mas acima de tudo “espaços de intenso contato social, cultural e político.” (FURTADO, 2012b:98) Esse ambiente era parte integrante da arte diplomática.

Arte de conhecimento, de prudência, de inteligência política, de mediação, de polidez, mas também de dissimulação. Qualidades imprescindíveis para o exercício da função eram ‘a observação penetrante, a perspicácia, a justa apreciação dos homens, das circunstâncias e das oportunidades, o autodomínio, a moderação e o equilíbrio’. Um embaixador deveria ser ‘muito familiar, popular e magnífico’, ter ‘grande desembaraço, muita atenção, grande sagacidade com muita dissimulação, um semblante de muitas caras e um aparato com tanto artifício que sirva a todos os gênios’. (FURTADO, 2012b:98)

De forma célere, Luís Pinto colocou essas lições em prática, aprendendo que não bastava fiar-se das audiências oficiais de gabinete, era preciso também visitar a praça de apostas de Londres para auferir as expectativas sobre determinados eventos,¹⁰⁸ assim como ler diariamente as gazetas para observar o que público dizia “a nosso respeito”.¹⁰⁹ Além disso, era preciso construir relações íntimas para ser sempre convidado para conversas francas nas residências das autoridades inglesas.¹¹⁰ Ou

¹⁰⁸ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702. Todos os documentos da ANTT foram gentilmente cedidos pela Prof.^a Dr.^a Junia F. Furtado, a quem agradecemos.

¹⁰⁹ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702.

¹¹⁰ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702.

mesmo usar de outras artimanhas como contar com um informante nas embaixadas dos outros países, especialmente na espanhola e na francesa.¹¹¹

A oferta de presentes também era importante no jogo diplomático e o mais relevante era saber escolher itens que seriam bem recebidos pelo presenteado, mas que também seriam fontes simbólicas de poder. Foi com isso em vista, que o Embaixador fez chegar à “Livraria do Rei” George III uma vasta “coleção de livros raros de Portugal”, que posteriormente tornaram-se uma fonte de consulta para os pesquisadores da História de Portugal e do Brasil. Tal foi o caso do escritor e poeta britânico Robert Southey (1774-1843), que utilizou os “livros presenteados há muitos anos por Pinto”¹¹² como fonte para sua *História do Brasil* (1810-1817).¹¹³

Outros proeminentes locais de sociabilidade, em Londres, no século XVIII, eram os clubes e os *coffeehouses*.¹¹⁴ Esses eram “centros vitais de comunicação de notícias e espaço de debate político” (COWAN, 2004:44), aos quais Luís Pinto também estava atento, pois eram parte integrante da vida masculina na cidade.

No mundo “clubbable” que era Londres, a reputação dos indivíduos - e as fofocas e os rumores que os rodeavam - afetavam sua associação com as múltiplas organizações das quais eram membros. Isso significava que a reputação e, conseqüentemente, as atividades de qualquer clube ou sociedade - mesmo aqueles com finalidades fundamentalmente diferentes - podiam ser influenciadas pelas dos outros. Por causa disso, fofocas e rumores em qualquer setor da vida tinham a possibilidade de conseqüências abrangentes para o “mundo associativo” da Londres do século XVIII. (COWAN, 2004:43)¹¹⁵

As academias, os clubes e as sociedades eram partes importantes do mundo letrado iluminista e integrar os quadros dessas instituições era motivo de distinção, além de ser uma excelente maneira de estar conectado aos ambientes de produção e de

¹¹¹ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702. 08/02/1777

¹¹² Letter 2428: Robert Southey to Herbet Hill, 27 May 1814.

¹¹³ SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3v. Brasília: Senado Federal, 2010.

¹¹⁴ Sobre o papel social, político e cultural das *coffeehouses* existem vários trabalhos, dialogamos com os seguintes: ELLIS, Markman. *The Coffee House: A Cultural History*. London: Weidenfeld&Nicolson, 2004; COWAN, Brian. *The Social Life of Coffee: The Emergence of the British Coffeehouse*. New Haven: Yale University Press, 2005.

¹¹⁵ Tradução do original: “In the “clubbable” world that was London, individuals’ reputations - and the gossip and rumor that surrounded them - affected their association with the multiple organizations of which they were members. This meant that the reputations and, consequently, the activities of any one club or society - even those with fundamentally different purposes - could be influenced by that of the others. Because of this, gossip and rumor in any sector of one’s life had the possibility of wide-ranging consequences for the “associational world” of eighteenth-century London”

discussão do conhecimento. Como um *savant*,¹¹⁶ Luís Pinto foi membro tanto das Sociedades inglesas, como das Academias portuguesas, uma mostra de como estava inserido no circuito intelectual iluminista da segunda metade do século XVIII. Quando a Academia Real das Ciências de Lisboa foi criada, em 1779, logo em sua primeira eleição, criou a categoria de sócio correspondente, para integrar em seus quadros portugueses residentes no estrangeiro. Era por meio desses contatos que as academias iluministas se tornaram “espaços privilegiados de intercâmbio de ideias e de sociabilidade.” (FURTADO, 2013:45) Luís Pinto figurou na primeira lista de eleitos escolhidos em 1780 (SILVA, 2015:335), sendo sua inclusão importante porque assim como outros

embaixadores portugueses, (...) eram espectadores privilegiados desse ‘teatro do mundo’ e, por isso mesmo, constantemente produziam textos reflexivos sobre os acontecimentos, a respeito dos quais debatiam com os seus correspondentes. Era uma história eminentemente política, que deveria reconstituir os acontecimentos do passado, mas também instruir a Coroa em sua ação futura. (FURTADO, 2013:45)

Em abril de 1787, foi eleito *fellow* da *Royal Society* (FRS)¹¹⁷, proposta feita “por insignes personalidades e cientistas da época, à cabeça dos quais o naturalista e botânico Joseph Banks, então presidente da própria *Royal Society*”¹¹⁸ (COSTA, 2012a:135), tornando-se um dos 25 sócios portugueses da instituição.¹¹⁹ Como afirma Ângela Domingues, a integração de Luís Pinto coaduna com os objetivos imperiais da instituição:

¹¹⁶ “O iluminista da República das Letras não era um solitário. Constituía-se em sociedade, por meio da conversação.”, por isso os *savants* encontravam nos salões, academias, sociedades, reuniões e clubes seus locais preferenciais para a troca de saberes e opiniões. (FURTADO, 2013: 55)

¹¹⁷ *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*, fundada em 28 de novembro de 1660 em Londres.

¹¹⁸ Segundo o certificado de eleição de 1787, a aceitação de Luís Pinto como FRS foi avalizada por Jos Banks; Count de Bruhl; C Blagden; L Dutens; Rd Kirwan; Richard Paul Jodrell; George Staunton; J G King; John Paradise; A Dalrymple, que “a partir de nosso conhecimento pessoal de seu mérito, recomenda-mo-lo como um merecedor da honra que ele pede, e provavelmente será um grande e valioso membro.” TRS, EC/1787/01. Sousa Coutinho, Luis Pinto de; certificate of election to the Royal Society. Tradução do original: “from our personal knowledge of his merit, recommend him as highly deserving of the honour he requests, and likely to prove a very valuable member.”

¹¹⁹ “Foram 25 até hoje os membros portugueses da *Royal Society*, a grande maioria dos quais no século XVIII. (...) Alguns diplomatas portugueses em Londres tiveram também a honra de entrar para a instituição, o mais famoso dos quais foi em 1740 Sebastião José de Carvalho e Melo, que havia de ser o Marquês de Pombal. No reinado de D. José I (1750-1777), quando pontificou a figura do Marquês, entraram como sócios mais sete portugueses, alguns dos quais ‘estrangeirados’, isto é, homens de cultura que se exilaram. Entre eles destacam-se João Chevalier, astrônomo que havia de chegar a Director da Real Academia Belga, Teodoro de Almeida, o primeiro físico experimental português e também o primeiro divulgador da ciência entre nós, e João Jacinto Magalhães, talvez o mais famoso de todos os cientistas portugueses que foram membros da *Royal Society*.” (FIOLHAIS, 2011).

A Royal Society caracteriza-se, na segunda metade de Setecentos, por ser uma instituição supranacional constituída por uma elite aristocrática e científica, composta por ‘every one of His Majesty’s subjects who is a Peer, or son of a Peer, of Great Britain or Ireland, and every one of his Majesty’s Privy Council of either of the Said kigdoms; and every Foreign Sovereign Prince, or the son of a Sovereign Prince or an Ambassador to the Court of Great Britain’, e que demonstrassem uma formação intelectual sólida e um reconhecido interesse em ciência naturais, matemáticas e ‘polite litteratures’. Incluía não só indivíduos residentes em Inglaterra, mas também correspondentes de outras partes do Império Britânico ou do estrangeiro, por vezes estrategicamente colocados para suprir a Society de informações relacionadas com o ultramar. (DOMINGUES, 2006:155-156)

O mapeamento e o colecionismo de mapas¹²⁰ eram outras áreas de vívido interesse de Luís Pinto, que os desenvolveu e os explorou desde o período em que vivera no interior da América. Os mapas e os atlas não só supriam sua curiosidade, mas tinham importante função no desempenho de seu trabalho político e diplomático. Entre 1774 e 1777, no decorrer das negociações antecedentes ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), Luís Pinto recebeu inúmeros informes, memórias, explicações e demais documentos da Corte portuguesa e de seus colegas embaixadores em Madri e em Paris, a grande maioria centrada nas questões dos limites. Essas informações descritivas eram importantes, pois eram utilizadas na preparação de negociações e reuniões, porém somente esse tipo de documento não era o suficiente. Ao longo do século XVIII, “a definição de limites se tornava cada vez mais uma questão geográfica, na qual a cartografia desempenharia papel importante.” (FURTADO, 2012a:58) Assim sendo, o Embaixador também utilizava os mapas como ferramentas de trabalho, como fez em Setembro de 1776, quando prometeu entregar a Thomas Thynne, 2º Visconde de Weymouth (1734-1796) “um mapa da região em disputa”,¹²¹ com a intenção de clarificar as pretensões portuguesas na América do Sul.¹²² Em julho de 1777, diante da indiferença do Primeiro Ministro Frederick North, o Lord North (1732-1792), sobre os embates que eram travados no Sul da América, Luís Pinto fez questão de mostrar

¹²⁰ Iremos tratar de forma mais detida sobre a coleção de mapas de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, sob a guarda da BPMP no Parte 2 desta tese.

¹²¹ TNA. SP 89/83/15. 1776, Sept 9, London. Folio 43: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth. “He will present a map of the disputed region at their next meeting.”

¹²² Em Abril de 1776 tropas luso-brasileiras avançaram sobre os castelhanos e conquistaram a vila do Rio Grande, uma ação que provocou a indignação espanhola que procurou, através da diplomacia, exigir a restituição das terras invadidas. A ofensiva fazia parte dos planos de Pombal que “percebendo que, depois da derrota de Alger, a Espanha estava negociando em posição de fraqueza, instruiu o embaixador em Madri para iniciar as conversações, enquanto enviava ordens ao marquês de Lavradio para reforçar a defesa da Colônia do Sacramento e conquistar as posições espanholas no Rio Grande de S. Pedro.” (ALMEIDA, 2009b:84)

“àquele ministro à vista do Mapa, as fatais consequências que se deviam esperar de semelhante acontecimento”.¹²³

A impassibilidade inglesa decorria, em grande parte, por causa da Guerra de Independência dos EUA (1775-1783), pois “sua súbita irrupção na cena internacional baralha[va] todos os equilíbrios preexistentes.” Especialmente para Portugal, pois a ameaça de internacionalização do conflito e a impossibilidade ou a indisponibilidade do auxílio inglês deixava Portugal em posição fragilizada e ainda inviabilizava “a estratégia pombalina na América do Sul. Sem o apoio inglês, a situação portuguesa rapidamente se torna[va] insustentável face às pressões da Espanha de Carlos III.” (SILVA, 2002:295-6)

Luís Pinto acompanhou o desenrolar desses embates através das reuniões diplomáticas, das histórias publicadas nas gazetas, dos encontros nos círculos literários, científico e visualizava o *locus* em que ocorriam nos mapas, mostrando, inclusive curiosidade em conhecer a geografia da guerra.¹²⁴ Foi nesse mesmo contexto que “um jovem industrioso, Faden tirou vantagem da Guerra de Independência Americana para produzir uma enorme quantidade de mapas (...). Seu catálogo de 1778, lista não menos do que vinte planos militares publicados em menos de três anos, 1776-1778.” (PEDLEY, 1996:162)¹²⁵ William Faden (1749-1836), editor, gravador e geógrafo, ganhou notoriedade com a qualidade dos mapas que publicou sobre o conflito norte-americano e em pouco tempo passou a dominar o concorrido mercado de impressão de mapas. Sua capacidade de fornecer representações cartográficas de eventos militares contemporâneos, uma das importantes funções do consumo de mapas, foi fundamental

¹²³ Luís Pinto se referia a resposta bélica espanhola, que diante da invasão portuguesa da vila do Rio Grande, organizou uma grande ação militar, comandada pelo General D. Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón (1715-1778) que “investiu e conquistou a ilha de Santa Catarina e controlou a Colônia do Sacramento, iniciando sua demolição. Sua esquadra pretendia invadir Rio Grande pela Barra, esfacelando o Exército Sul.” (TORRES, 2008:24). ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702. 17/06/1777.

¹²⁴ Por exemplo quando aborda as negociações entre os rebeldes Norte Americanos e a França em torno da criação de uma “Colonea Considerável, que os Americanos pretendem fundar sobre Ohio, entre os Rios Sioto e Meniami, além de outras Povoações entre Salt-Leik, e Kanhuwá da parte Sul do mesmo Ohio.” (SILVA, 2002:296)

¹²⁵ Tradução do original: “very accurate, industrious young man, Faden took advantage of the War of American Independence to produce an unusually large number of maps (...). His 1778 catalogue lists no fewer than twenty military plans published in only three years, 1776-1778.”

para que o público europeu pudesse visualizar o teatro da guerra norte-americana que era noticiado nas gazetas locais.¹²⁶

Certamente, o geógrafo inglês jamais conseguiria obter esse sucesso se não fosse capaz de construir uma rede de colaboradores que fornecessem informações geográficas atualizadas das áreas representadas. Isso era indispensável para os geógrafos¹²⁷ que, como ele, precisavam se manter atualizados sobre a geografia das mais distantes regiões da Terra se quisessem sobreviver no concorrido mercado de mapas impressos. Na medida em que a fama de seu trabalho aumentava, Faden foi perspicaz em expandir sua rede de contatos que ia além dos geógrafos e gravadores de mapas franceses, chegando a congregar militares, políticos e diplomatas de diferentes nações.

Em pouco tempo o geógrafo inglês expandiu seu portfólio e passou a publicar mapas de outras partes das Américas. Em 1783, junto com seu principal colaborador, Louis Stanislas D’Arcy De La Rochette (1731-1802), lançou um mapa sobre a costa da Guiana, desde o rio Orinoco até o Amazonas, baseado, principalmente, nas observações do Capitão Edward Thompson (1738-1786).¹²⁸ Dois exemplares (Fig.8)¹²⁹ desse

¹²⁶ “Em 1727, foi a vez do marquês de Abrantes escrever a Francisco Mendes de Góis, que se encontrava em Paris encarregado das compras régias, para que ele adquirisse alguns mapas para sua coleção. Entre outros tantos, um que ‘agora vi na gazeta, que em Holanda, se estamparam plantas de Gibraltar, em Espanha, e de Cartagena em Índias, *como teatros da guerra presente*; se chegaram a esta corte também folgarei de as ter *para compreensão das gazetas*’. As instruções do marquês ressaltam essa capacidade dos mapas de dar a ver o que acontecia no teatro do mundo, especialmente no que diz respeito à guerra. O mapa permitiria ainda que ele visualizasse o que a gazeta estampava a respeito das disputas, da movimentação das tropas, no teatro da guerra. Um veículo de informação complementando o outro”.(FURTADO, 2012b:64). Ver também FURTADO, Junia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.23, v.12, pp.66-83, jul.-dez. 2011.

¹²⁷ “Na Inglaterra e na França, a criação de escolas militares de engenharia acabou criando uma divisão entre aqueles que produziam mapas em dois grupos distintos, denominados, hoje, indistintamente, cartógrafos. Havia os chamados engenheiros ou engenheiros-militares, formados nas aulas régias de engenharia, que de posse de instrumentos realizavam medições empíricas e faziam mapas de pequenas regiões a partir da observação direta do local a ser representado no mapa. Já os geógrafos, resquícios de uma geografia de matriz renascentista, confinados em seus gabinetes na Europa, produziam mapas de grandes extensões de terra – países, continentes, planisférios – a partir da consolidação de informações retiradas de fontes diversas. Por isso, tais mapas eram acompanhados geralmente de memórias, nas quais o geógrafo explicava o processo de sua construção, para que fossem submetidos à crítica de seus pares.” (FURTADO, 2012a:152)

¹²⁸ “In 1783 William Faden published a chart by L.S. de la Rochette from the observations of Captain Edward Thompson in the year 1781. Thompson was the officer in charge of the force that seized the colony of Essequibo in March, 1781. He remained there until October of that year, and during this interval collected information respecting the geography and extent of the colony. The chart which, two years later, was published by Faden, was the result of those investigations. Apart from his own observations along the coast, Thompson’s sources of information, particularly as to the extent of the colony, were probably the maps of D’Anville and Siraut-Destouches, and the history of the Guiana colonies by the Dutch official Hartsinck.” (PREVOST, 1896:295)

¹²⁹ Duas cópias desse mapa constam na Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão na BPMP C-M&A-P.17(46) e C-M&A-P.25(43).

trabalho foram adquiridos por Luís Pinto, que alguns anos antes, “a propósito de incidentes militares no Orenoco” tinha observado ao “Mylord Weymouth, que como prático das cousas da America podia segurar-lhe, que tal cousa não podia acontecer naquelles termos; mas era natural que os Hespanhóes debaixo do pretexto de novas explorações, avançassem as suas partidas sobre Estabelecimentos Portugueses da parte superior do Rio Negro;(....)” (SILVA, 2002:197) Logo, obter mapas atualizados daquela região era de grande interesse para o Embaixador.



Figura 8: LA ROCHETTE, L.S.D. de. *The coast of Guyana from the Oroonoko to the river of Amazons and the inland parts as far as they have been explored by the French & Dutch engineers with the islands of Barbadoes, Tobago &ca.* 1783. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Em meados de 1786, Thomas Jefferson (1743-1826), na época embaixador dos Estados Unidos na França, contactou Faden solicitando que fizesse uma cópia do *Mapa Geográfico de America Meridional* (1775) de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790).¹³⁰ Esse era um dos mais importantes mapas impressos sobre a América do Sul no século XVIII. Representava com detalhes, principalmente os territórios espanhóis na América e “em sua primeira versão impressa, o *Mapa Geográfico de América Meridional* (Fig.30) tinha assinalada, de Norte a Sul, uma linha de fronteira que, de fato,

¹³⁰ “Dr. Walter Ristow of the Library of Congress has developed a convincing argument that Faden engraved his copy from an original purchased in 1785 by an American diplomat at the auction of a Spanish gentleman’s library and sent to Thomas Jefferson, then American Ambassador in Paris. In August 1786, Jefferson asked W. S. Smith, a friend in London, to arrange for the re-engraving and made suggestions as to the format to be followed. In September Smith reported that arrangements had been made with Faden; Jefferson forwarded the map in December 1786. Thirteen years later, in 1799, the re-engraving finally appeared which incorporated several of Jefferson’s suggestions.” (SMITH, 1966: 66). FO. Jefferson’s Suggestions for Republishing the Cruz Cano Map of South America, [ca. August 1786]. *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0143>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June - 31 December 1786, Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 216–217.]

correspondia a uma divisão entre o Brasil e os domínios espanhóis na América do Sul (...) que tinha por base a do Mapa das Cortes”. (ALMEIDA, 2009b:83) O mapa passou então a fazer parte dos trabalhos organizados por Pablo Jerónimo Grimaldi y Pallavicini, o Marquês de Grimaldi (1710-1789) para as negociações de limites entre as colônias de Portugal e Espanha na América. Sabe-se que circulou de forma restrita entre os espanhóis que participavam dos trabalhos. Entretanto, a forma com o que o mapa exacerbava a “extensão territorial da usurpação territorial portuguesa na América” (ALMEIDA, 2009b:85) fez Grimaldi ficar preocupado com a sua circulação. Por fim, em 1789, decidiu guardar as cópias existentes juntamente com as chapas de cobre originais na Real Calcografia,¹³¹ sob ordem expressas de não serem retiradas ou vendidas. Não obstante, mesmo com as tentativas do embaixador espanhol em Londres de desacreditar o mapa, Faden conseguiu publicar sua versão em 1799 (Fig.31).¹³²

Entre 1773 até 1823, ano em que se aposentou, Faden publicou uma quantidade considerável de mapas e atlas,¹³³ tornando-se uma autoridade no assunto. Seus trabalhos e o relacionamento que tinha com a elite intelectual londrina fizeram dele uma referência, certamente por isso Luís Pinto mantinha “excelentes relações” (ALMEIDA, 2009b:87) com o geógrafo. Tudo indica que dessa amistosa relação, nasceu uma colaboração cartográfica, Faden poderia ser o *expert* ideal para fazer e divulgar os contornos do império português na América.

Luís Pinto permaneceu atento ao desenrolar dos conflitos na América do Norte. Inicialmente, seguindo as orientações do Marquês de Pombal, a diplomacia portuguesa tentou se afastar dos rebeldes, porém a morte de Dom José I (1714-1777) e a internacionalização da Guerra de Independência tornaram a posição inicial insustentável. Mesmo com a queda de Pombal e a ascensão de Dona Maria I (1734-1816), Luís Pinto permaneceu no cargo, uma mostra do prestígio que gozava na Corte. Passou então a comandar a nova postura de Portugal perante os Estados Unidos da América, na medida em que percebeu a inevitabilidade da independência “e da emergência de uma realidade totalmente diferente no Novo Mundo.” (SILVA, 2005:928) Em abril de 1786, negociou e assinou um tratado comercial com Thomas

¹³¹ Criada em 1789 para recolher, conservar e estampar novamente todas as lâminas de cobre que tinham sido gravadas por ordem real.

¹³² JCB, Cabinet G799/1, 1799.

¹³³ FADEN, William. *Catalogue of the Geographical Works, Maps, Plans &c.* Part 1. London: Charing Cross, Geographer to his Majesty, 1822.

Jefferson e John Adams (1735-1826), na tentativa de dinamizar as relações comerciais de Portugal, todavia o acordo nunca foi ratificado. (MAXWELL, 2016:81-82)

Para além de conquistar o beneplácito das autoridades inglesas, também coube a Luís Pinto propagandar o conhecimento sobre a conquista portuguesa na América no ambiente literário ilustrado. Sua primeira intervenção nesse sentido foi sua colaboração na obra *The History of America* (1777), de William Robertson (1721-1793). O embaixador português forneceu ao historiador escocês uma série de informações sobre o interior da América do Sul, especialmente descrições sobre os povos nativos,¹³⁴ um tema de intensa curiosidade entre os intelectuais europeus, que na época tinham como principal referência a obra de Don Antonio de Ulloa (1716-1795).¹³⁵

O livro de Robertson tornou-se o assunto principal dos encontros literários em Londres, e as novas informações disponibilizadas por Luís Pinto aguçaram a curiosidade de Guillaume Thomas François Raynal, o Abade Raynal (1713-1796), que preparava uma nova edição de *Histoire des deux Indes* (1780) e, em visita a capital inglesa, conseguiu encontrar pessoalmente com o embaixador. A polidez e o conhecimento de Luís Pinto impressionaram Raynal que o qualificou como “um dos homens mais ilustrados que já viveu no Brasil.” (FURTADO&MONTEIRO, 2019:10-11)

Com o questionário entregue por Raynal em mãos, Luís Pinto escreveu para os seus superiores a fim de obter permissão para mais uma colaboração. Em maio de 1778, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Aires de Sá e Melo de Menezes e Sottomayor (1715-1786), não só autorizou como ainda norteou as diretrizes que Luís Pinto deveria seguir, para assegurar que Portugal e suas conquistas fossem

¹³⁴ No prefácio Robertson diz que “From other quarters I have received information of great utility and importance. M. le Chevalier de le Pinto, the minister from Portugal to the court of Great Britain, who commanded for several years at Matogrosso, a settlement of the Portugueses in the interior part of Brazil, where the Indians are numerous, and their original manners little altered by intercourse with Europeans, was pleased to send me very full answers to some queries concerning the character and institutions of the natives of America, which his polite reception of an application made to him in my name, encouraged me to propose. These satisfied me, that he had contemplated with discerning attention the curious objects which his situation presented to his view, and I have often followed him as one of my best instructed guides.” (1777, p.13) Outras citações aparecem nas referências finais: “M. le Chevalier Pinto, Who resided several years in a part of America which Ulloa never visited, gives a sketch of the general aspect of the Indians there (...)” (ROBERTSON, William. 1777: 460). “M. le Chevalier de Pinto observes, that in the interior parts of Brazil, he had been informed that some persons resembling the White people of Darien have been found (...)” (ROBERTSON, William. 1777: 462).

¹³⁵ A *Voyage to South America* publicada em 1758. O título da versão original, em espanhol, impressa em 1749 era *Disertación Histórica y Geográfica sobre el Meridiano de Demarcación entre los dominios de España y Portugal*.

vistas de forma favorável na obra francesa. (FURTADO&MONTEIRO, 2019:11) Como resposta, o embaixador português produziu dois documentos que demonstram sua erudição e conhecimento sobre a História e a situação do Brasil e das suas fronteiras.¹³⁶

As memórias foram entregues apenas no início de 1778, por isso Luís Pinto pôde incluir informações sobre o novo Tratado de Limites de Santo Ildefonso,¹³⁷ assinado em 1º de Outubro de 1777. Desde o período em que foi Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, a questão dos limites e das definições das fronteiras do Brasil esteve presente no dia-a-dia das atividades de Luís Pinto. Assim que chegou a Londres, essa também se tornou uma de suas principais tarefas, especialmente depois que Pombal desferiu um ataque às posições espanholas no extremo sul do Brasil. Por isso, acumulou vasto conhecimento sobre o assunto. Todavia, não conseguiu interferir nas negociações, que foram diretamente organizadas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), na época embaixador português na Espanha. Inclusive, por ficar “sem informações pelo governo português durante as negociações com a Espanha”, foi “submetido a pressões e desconfianças frequentes por parte do ministério e da opinião pública inglesa.” (SILVA, 2002:232), Apesar das diversas tentativas, não conseguiu convencer o gabinete britânico a apoiar de forma veemente uma rodada de negociações entre as nações ibéricas. Tanto que, desiludido, reclamou em abril de 1777 que a “Inglaterra tem adotado no ministério presente, a máxima geral de olhar com indiferença a todos os negócios externos e de se cingir unicamente aos próprios”.¹³⁸

É interessante ressaltar que esses “intercâmbios intelectuais” tinham em vista, “ao menos de forma mediata, a intenção de promover na opinião pública ‘europeia’ pontos de vista apoiados pelas pretensões da administração central portuguesa.” Compreender o “papel que agentes e diplomatas ao serviço de Portugal exerceram ao disponibilizarem tais informações” é essencial para desvelar como serviram de “instrumento para criar, na opinião pública e na administração das cortes europeias, uma visão positiva do colonialismo português.” (FURTADO&MONTEIRO, 2020:222-223)

¹³⁶ Os documentos estão na Biblioteca da Ajuda (BA) e foram gentilmente cedidos para essa pesquisa pela Profª Drª Junia Ferreira Furtado, a quem calorosamente agradecemos. BA.54-XI-26(7). 1778. *Extrait des Notes fournies à Mr. L'Abbé Raynal par S. Excell.º Mr. Le Visconte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l'histoire Philosophique des deux Indes. e Memoires de son Excellence Mº Louis Pinto de Souza Coutinho, Visconte de Balsemão, Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amerique Meridionale, selon les epoques et les traits.* BA. 54-XI-27 (11). 1778.

¹³⁷ Tratado Preliminar de Limites na América meridional entre S.M.F. a senhora D. Maria I, Rainha de Portugal, e S.M.C. o senhor D. Carlos III, Rei de Espanha.

¹³⁸ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702. 01/04/1777.

Após a conclusão do Tratado de Santo Ildefonso coube a Luís Pinto a tarefa de adquirir os instrumentos matemáticos necessários para a organização das partidas demarcatórias binacionais que foram previstas em seus artigos. A lista de instrumentos era considerável, eram necessários quadrantes, agulhas magnéticas, agulhas magnéticas para algibeira, relógios de algibeira, pêndulos de mola, óculos acromáticos, octantes ou círculos inteiros, semicírculo de latão, compassos de latão, instrumentos para tirar linhas paralelas e instrumentos de um palmo e um quarto.¹³⁹ Precisavam ser sólidos e ao mesmo tempo pequenos, pois deveriam resistir primeiramente à viagem até o Brasil e depois ao seu uso em condições adversas nos sertões e matas do interior. Para realizar tal trabalho, entrou em contato com o principal Filósofo Natural português erradicado em Londres, João Jacinto de Magalhães (1722-1790).¹⁴⁰

Coube a Magalhães construir, comprar e montar os kits de instrumentos solicitados pela Corte portuguesa por meio de Luís Pinto. O Filósofo Natural também foi contratado pela Corte espanhola e, inclusive ao perceber que “na encomenda espanhola estavam indicados mais alguns instrumentos”, se apressou para informar ao “ministro português, no sentido de poder acrescentar um conjunto idêntico que poderá fazer falta.” (MALAQUIAS, 2003:99)

As primeiras coleções de instrumentos foram finalizadas em 1780. “Magalhães fez acompanhar os vários instrumentos das duas grandes encomendas pela descrição pormenorizada de cada um, cuidados a ter no seu manuseamento (princípios a que obedeciam, testes de calibração, etc.) e na sua reparação (...)” (MALAQUIAS, 2003:99) Com esse intuito, entregou para Luís Pinto uma “*Description & Usages des instrumens d’astronomie & de physique faits a Londres, par ordre de la Cour de Portugal en 1778. Adressée dans une lettre a son excellence M. Louis Pinto de Souza*

¹³⁹ ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 703. 04/04/1778

¹⁴⁰ “João Jacinto Magalhães, filósofo natural português, nasceu em Aveiro no dia 04 de novembro de 1722. Aos onze ingressou na congregação dos cônegos de Santo Agostinho, de Santa Cruz de Coimbra, onde realizou seus estudos de Filosofia Natural. Em 1758, após receber licença do papa Benedicto XIV, deixou a ordem e realizou uma longa viagem, passando uma temporada em Paris. Finalmente se estabeleceu em Londres, tornando-se membro da Royal Society. (...) Em seus livros, Magalhães se apresentava como ‘Gentil homem Português, Membro da Sociedade Real de Londres, da Academia Imperial das Ciências de São Petersburgo, da Real Academia de Madri, correspondente da Academia Real das Ciências de Paris’”. (GESTEIRA, 2016: 3)

Coutinho par J.H de Magellan.”¹⁴¹ Além das instruções, o documento contém detalhadas ilustrações de cada instrumento. (Fig.9)

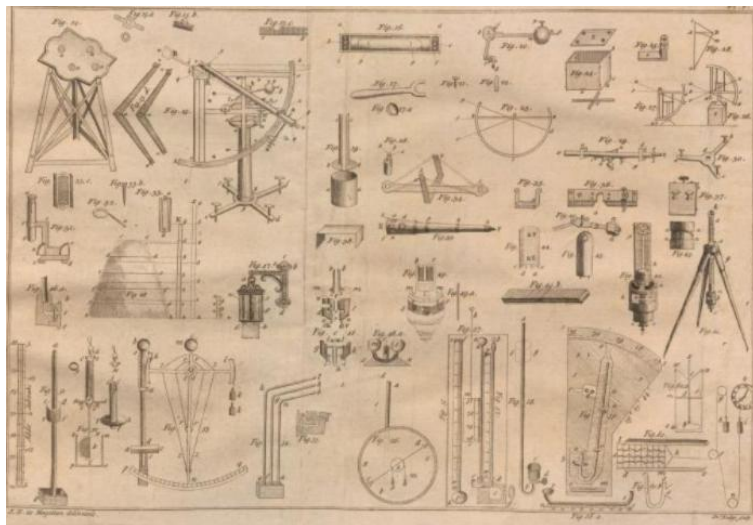


Figura 9: Detalhe para a página dedicada à Ilustração dos instrumentos matemáticos em MEGELLAN, John Hyacinth de. *Description & Usages des instrumens d'astronomie & de physique faits a Londres, par ordre de la Cour de Portugal en 1778.*

Para os trabalhos de demarcação, era necessário proporcionar às equipes instrumentos precisos, que também tinham que levar em consideração, no momento de sua produção, as dificuldades dos terrenos e do clima para a medição em campo, ainda mais em condições tão adversas como nas florestas do Brasil. Por isso, Magalhães afirmou que às vezes era “preferível possuir um instrumento com características menos recentes, mas mais robusto, pois assim poderá mais facilmente ser útil em locais inóspitos.” Ao longo da década de 1780 “escreveu directamente a Miguel Ciera, dando explicações sobre o material.” (MALAQUIAS, 2003:99), uma forma de contornar as dificuldades das equipes no seu manuseio, tentando auxiliar mesmo estando a quilômetros de distância.

Luís Pinto viveu por 14 anos em Londres (1774-1788), cidade onde estabeleceu fortes laços intelectuais e onde seus seis filhos nasceram e cresceram.¹⁴²

Sua permanência à frente da legação entre 1777 e 1788 só é interrompida provisoriamente em duas ocasiões: a primeira entre 19/09/1780 e 12/10/1780 e a segunda entre 03/09/1783 e 03/09/1785. No primeiro caso foi substituído pelo representante português em

¹⁴¹ MEGELLAN, John Hyacinth de. *Description et Usages des Instrumens d'Astronomie et de Physique, faits à Londres, par ordre de la Cour de Portugal en 1778.* Londres: L'Imprimerie de W. Richardson, dans le Strand, 1779. Fundo Antigo da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

¹⁴² Seus filhos com Dona Catarina de Sousa foram: Luís Máximo Alfredo (1774-1832), Emília Henriqueta (1775-1850), Aires Pinto de Sousa Coutinho Cochofel Alcoforado (1778-1836), Maria Felicidade (?), Josefa Adelaide (1780-?) e Augusta Matilde (1785-?).

Haia, António Augusto de Sousa Holstein e, no segundo caso, pelo secretário da legação de Londres, Cypriano Ribeiro Freire. (...) De facto, a sua experiência devia contar bastante, já que, tendo em 1780 pedido e obtido uma licença de 4 meses, foi obrigado a interrompê-la para se dedicar a uma negociação urgente em Londres. (SILVA, 2002:189)

Normalmente, as embaixadas eram um entreposto para o alcance de cargos maiores. A “nomeação para uma embaixada principal com carácter (estatuto de ‘ministro plenipotenciário’), era, desde os primórdios da dinastia de Bragança, a via majoritária para se chegar a uma Secretaria de Estado.”¹⁴³ (FURTADO&MONTEIRO, 2019:8) Esse foi o caminho trilhado por Luís Pinto que, na reorganização ministerial de 1788, foi chamado de volta ao Reino para formar o novo Ministério.

¹⁴³ Tradução do original: “Appointment to one of the main embassies with full diplomatic representation (personal status as ‘minister plenipotentiary’), had since the earliest days of the Bragança dynasty been the main way of eventually becoming a Secretary of State.”

3. O Visconde de Balsemão

A edição de 26 de setembro de 1788 da *Gazeta de Lisboa* trouxe a notícia de que “no pacote que chegou de Falmouth a este porto a 22 do corrente veio o ilustríssimo Luiz Pinto de Souza Balsemão, enviado e ministro plenipotenciário de S. M na corte de Londres, com sua ilustríssima consorte e filhos.”¹⁴⁴ Luís Pinto regressava a Lisboa para ocupar o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, assim que alojou sua família na Calçada da Estrela, deu início aos trabalhos.¹⁴⁵

Segundo Dom Domingos António de Sousa Coutinho (1760-1833), Conde e Marquês de Funchal, “a nomeação de Luís Pinto de Sousa estava sendo muito esperada e era de ‘grande importância, e de que o público português muito se prometia’”. Após sua estadia de 14 anos em Londres, a voz geral o pedia, “apenas [se] opunha a aristocracia no seu *jergo* bem inteligível e imperdoável,” que acusava Luís Pinto de ter “qualidades, mas não qualidade”, uma referência ao status de sua família. (CARVALHO, 2019:81-82)

De qualquer forma, a

nomeação de Luís Pinto de Sousa Coutinho para os cargos de ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra por despacho de 15 de Dezembro de 1788 é o ponto culminante de uma carreira diplomática bem sucedida à frente da legação de Londres. Ao assumir as novas funções permanece na área onde trabalhara anteriormente e usufrui da experiência acumulada ao longo dos anos. (...) (SILVA, 2002:822)

Essa sapiência que pretendia colocar a serviço da Coroa, concentrando em aspectos que considerava fundamentais como a manutenção e a proteção do espaço imperial português e o aprimoramento da educação técnica e, conseqüentemente, da infraestrutura do país, o que tinha reflexos diretos no ensino e nos projetos cartográficos.

Ainda quando estava na Inglaterra, em 1784, presenciara o início dos serviços de triangulação da região compreendida entre Londres e Dover (CORTESÃO, 1950:285). Tendo neles se inspirado, decidiu implementar o mesmo projeto em Portugal e, para tanto, escolheu Francisco Antonio de Ciera (1763-1814), à época lente da Academia Real da Marinha, responsável pela “montagem em Portugal das novas bases técnico-científicas da triangulação do território. A qual pressupunha um duplo objetivo de servir

¹⁴⁴ *Gazeta de Lisboa*, Suplemento ao n.º39, 26 Set. 1788.

¹⁴⁵ ADB. 1788-09-26. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000141. B-8(16,1). Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

de esboço rigoroso para a construção da *Carta Geográfica* ou *Carta-Geral do Reino* e de integrar o levantamento mais vasto das nações europeias visando a comprovação da teoria da *figura da Terra*.” (SALGUEIRO, 2006, p.137) Isso significava que a carta se alinhava à concepção newtoniana da Terra achatada nos polos, o que impactava na conformação dos meridianos em relação aos paralelos.¹⁴⁶

Os trabalhos só começaram de fato em 1790, depois que os instrumentos encomendados na Inglaterra foram recebidos em Lisboa. Com sua equipe pronta, Ciera percorreu Portugal escolhendo os pontos mais relevantes para constituir sua rede geodésica. Foi quando as primeiras dificuldades apareceram e estavam ligadas ao “desconhecimento da geografia do País”, anedoticamente caracterizado pela “procura do primeiro ponto alto, numa imaginária Serra de São João, próxima de Évora, representada na conhecida e grosseira carta do espanhol Tomás Lopez [da qual Luís Pinto tinha uma cópia], de que Ciera ia munido: nem os habitantes locais a conheciam, nem naturalmente ele a encontrou.” (DIAS, 2003:388)

Durante os anos de 1788 e 1789, a triangulação e a construção da *Carta Geral do Reino* foram um dos assuntos que ocuparam a Real Academia das Ciências de Lisboa, da qual tanto Luís Pinto como Ciera eram membros. A realização de tais trabalhos era importante para inserir Portugal nos processos de mapeamento que ocorreram em outros países da Europa, por isso a própria Academia mandou, de início, levantar a carta da comarca de Setúbal, em 1790, e encomendou a Custódio Gomes Vilas Boas (1771-1809) um parecer sobre a triangulação. (DIAS, 2003:385)

A situação final dos trabalhos geodésicos empreendidos por Ciera ficou sintetizada na Carta dos principais triângulos das operações geodésicas de Portugal (Ca. 1:1 800 000), impressa em 1803 pela Sociedade Real Marítima, sob direção de Luís André Dupuis, chefe dos gravadores e desenhadores. (...) Esta carta, da qual se estamparam uns 50 exemplares, distribuída na sessão pública da Real Sociedade Marítima em Janeiro de 1804, seria depois furtivamente impressa em Londres por Arrowsmith, que a copiaria e gravaria na mesma escala, traduzindo para inglês a nota marginal. (DIAS, 2003:392)

O período que abrange a carreira de Luís Pinto como Ministro de Estado foi intensamente conturbado. Talvez por isso, “foi alvo de duríssimos ataques por parte da generalidade dos historiadores portugueses – alguns não hesitaram em o classificar de ‘ministro inepto’, que o acusaram de uma excessiva complacência em relação aos interesses ingleses, e da falta de firmeza perante a Espanha”. (VENTURA, 2001:964) O

¹⁴⁶ Interessante discussão sobre esse tema está em FURTADO, Junia F. Entre a Terra Esférica ou Oblonga. In: *Oráculos da Geografia Iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte, 2012, p.333-351.

fato é que Portugal estava enfraquecido no cenário de guerra que começou a se desenhar na Europa a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e, conseqüentemente, tinha poucas forças ou opções na hora de negociar, ficando, muitas vezes, à mercê do auxílio de seu aliado mais poderoso, a Inglaterra. Além disso, o “Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra era o vértice superior de uma pesada máquina burocrática encarregue de gerir simultaneamente as relações diplomáticas com os Estados estrangeiros e o aparelho militar português” (RODRIGUES, 2009:77), recaindo dessa forma em Luís Pinto diversas e importantes decisões.

Quando a Revolução eclodiu, Luís Pinto chegou até a simpatizar “pelo menos com as suas primeiras medidas nas quais via uma aproximação ao sistema que tanto admirava. Mas os excessos cometidos, particularmente a morte de Luís XVI, provocaram nele uma profunda alteração de posições, convertendo-se num inimigo acérrimo da França revolucionária.” (VENTURA, 2001:967) Como um astuto diplomata, passou a acompanhar com especial deferência o desenrolar dos acontecimentos na França, pois além dos conflitos que poderiam acontecer no continente europeu, sabia que o momento também era um pretexto para a expansão colonial francesa e, nesse ponto, a fronteira amazônica entre a Guiana e o Brasil mereceu singular atenção. Por essa razão, passou a corresponder intensamente com o embaixador português em Paris, Dom Vicente de Sousa Coutinho (1726-1792), de quem, possivelmente, encomendou “mapas do território francês (...) para localizar e enquadrar no espaço as dissidências internas e os conflitos fronteiriços ligados à Revolução Francesa.” (COUTINHO, 2009:17)

Outro correspondente importante foi António Araújo de Azevedo, o Conde da Barca, com quem trocou cartas por mais de dez anos. Em seu caminho até chegar a Haia, para onde partiu, em 1789, como ministro plenipotenciário de Portugal nas Províncias Unidas, o Conde passou pela Inglaterra e pela França, transformando-se em uma testemunha ocular do desenrolar da Revolução. Com o acirramento das tensões na Europa, escreveu a Luís Pinto, em 1793, queixando-se “que o Ministério Britânico podia pacificar a Europa e muito provavelmente evitar a morte de El-Rei Cristianíssimo” mas, não o fez porque o “seu intento foi aumentar a ruína da França por meio da guerra. (...) Um esquecimento semelhante de dissimulação política não é raro no caráter dos ingleses a quem representa aquilo que não é útil para a Inglaterra não é útil para o Universo.” (JUNQUEIRA, 2018:113)

Como Ministro da Guerra e sendo um político experiente e consciente das dificuldades econômicas e militares de Portugal, Luís Pinto tomou algumas medidas na intenção de modernizar a área da engenharia militar. A 20 de Janeiro de 1790, abriu, solenemente, a Academia de Fortificação e Desenho Militar com o objetivo principal de formar oficiais engenheiros-militares segundo os métodos mais recentes. Para essa formação, o estudo da matemática, do desenho, da arquitetura e da hidráulica era de grande relevância, por isso seus professores foram equiparados às honras e aos vencimentos da própria Universidade de Coimbra. O domínio da matemática era de importância vital dentro da engenharia militar e

exigia-se ao arquiteto e ao engenheiro-militar aprender prioritariamente, entre outras matérias, Geometria prática (longimetria, planimetria e estereometria), Trigonometria, Aritmética e Desenho. No âmbito da geometria prática, a longimetria ensinava a medir as distâncias acessíveis, alturas e profundidades; a planimetria, a medir áreas; e a estereometria, a calcular o volume dos corpos sólidos. A trigonometria permitia medir, por triangulação, as distâncias inacessíveis. Já a Aritmética instruía, *grosso modo*, a contar e calcular (...). Por fim, o *Desenho*, envolvendo as três outras matérias, constituía-se na ferramenta indispensável para que o arquiteto ou engenheiro militar pudesse conceber e demonstrar o seu *conseito*. (BUENO, 2011:34)

Desta forma, a biblioteca da Academia ficou reconhecida por abrigar “um excelente acervo de mapas e plantas preparados por seus alunos, sendo ali reunidos os resultados das missões oficiais dos engenheiros militares e navais.” (KANTOR, 2010:116). O incentivo à formação, à qualificação e à produção de mapas, segundo as normas mais modernas à época, era uma maneira de racionalizar o controle, a produção e o planejamento da ação do Estado. Não por acaso, foi também, nessa mesma década, que se fez a lei da reforma das comarcas e posteriormente a reforma da fiscalidade - duas reformas que dependiam do “levantamento topográfico combinado com o cadastro geométrico das propriedades dos terrenos.” (SALGUEIRO, 2006:137) Por isso, a necessidade de formar oficiais especialistas em mapeamento.

Ainda em 1790, Luís Pinto organizou “uma importante missão científica de dois graduandos brasileiros e um colega português da Universidade de Coimbra.” (MAXWELL, 2016:81). O objetivo era capacitar os jovens nas técnicas e conhecimentos mais atualizados em História Natural, Geologia, Mineração e Metalurgia.¹⁴⁷ “Por cerca de nove anos, os brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva

¹⁴⁷ A instrução manuscrita de Luís Pinto de Sousa Coutinho está disponível em “José Bonifácio — Obra Completa” <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/18800/digitalizacao/pagina/1>

(1763-1838), Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt (1762-1835) e o português Joaquim Pedro Fragoso (?-1833) tiveram aulas com os mais conceituados mestres e fizeram visitas técnicas e estágios práticos nos principais centros mineradores da Europa.” (FURTADO, 2019:145) Um dos patrocinadores dessa expedição foi Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares (1755-1812), um entusiasta dos iluministas franceses e dos liberais ingleses, como Adam Smith. Sua crença na forma iluminista de dirigir o Estado ficou evidente nos ofícios enviados a Luís Pinto, onde reclamava dos empecilhos da tradição mercantilista e nobiliárquica arguindo que os “igualmente sábios princípios podem limitar a nobreza ao que ela é atualmente, isto é, a um mero acidente, abolindo os cargos hereditários cujas funções requerem talentos e luzes adquiridos”. (SANTOS, 2009:216) Ou seja, era necessário dar espaço para a ação de indivíduos que demonstravam aptidão ao serviço do Estado, mesmo que não necessariamente oriundos da nobreza.

Nesse sentido, o Conde de Linhares recomendou que fossem escolhidos para as viagens mineralógicas os homens mais hábeis e instruídos, somente “assim eles poderiam ‘nos ensina[r] a tirar partido das grandes riquezas que produzimos, e que ou desprezamos, ou não conhecemos.” Foi com isso em mente que Luís Pinto organizou a jornada de forma dividida entre “estudos preparatórios em Paris e Freiburg, seguidos de visitas técnicas às principais minas europeias.” Ao longo da excursão, “os rapazes deviam também fazer ‘compras de livros de profissão, máquinas e modelos, que se devam adquirir, e remeter [tudo] para a Corte de Lisboa” (FURTADO, 2019:167), afinal esses itens eram necessários para a culminância do projeto ilustrado, que consistia na aplicação dos conhecimentos adquiridos no exterior na modernização do ensino e das políticas relacionadas à mineração e à metalurgia.

Todavia, o ambiente político europeu tornava-se cada vez mais beligerante, na medida em que os ânimos se acirravam na França. Com isso em mente, Luís Pinto tentou reestruturar a força militar portuguesa, organizando “manobras militares na Ajuda e Porcalhota, respectivamente sob os comandos do General Valleré e do Conde de Oyenhausen, [e] reorganizou-se a Artilharia e Infantaria, criou-se uma guarda do corpo alojada junto do palácio da Ajuda e cuja oficialidade era da mais escolhida nobreza.” (VENTURA, 2001:968) Em setembro de 1793, trabalhou para a conclusão do

Tratado De Mútuo Auxílio e Recíproca Proteção com a Inglaterra,¹⁴⁸ já que, em Julho do mesmo ano, Portugal tinha assinado um tratado de teor semelhante com Espanha, na tentativa de se proteger contra as investidas beligerantes da França.

Concomitantemente, a saúde mental da rainha Dona Maria I se deteriorava e o príncipe Dom João passou a governar de fato, embora a questão da Regência só tenha sido concluída formalmente em 1799. Através de seus contatos na Inglaterra, Luís Pinto conseguiu contratar o reverendo Dr. Francis Willis (1718-1807), médico de George III, na tentativa de tratar a doença mental da rainha.

Convencido ao mais alto nível e contratado por colossal estipêndio, Willis, já com propecta idade, desloca-se e permanece em Lisboa de 15 de março de 1792 a inícios de agosto desse mesmo ano; infelizmente, os seus tratamentos, parcialmente bem-sucedidos com o monarca britânico e que lhe tinha granjeado reputação e fama, não tiveram quaisquer efeitos positivos na Rainha Pia. (COSTA, 2012a:135)

A execução de Luís XVI (1754-1793), em janeiro de 1793, marcou o fim da neutralidade armada entre Espanha e França, o que reorganizou a distribuição de forças na Europa continental. As duas potências declararam guerra no final de Fevereiro e, para honrar os tratados de aliança, Portugal “enviou 6000 homens comandados pelo tenente-general John Forber Skellater, que embarcaram para a Catalunha em Setembro” (VENTURA, 2006:1039) daquele ano, dando início ao que ficou conhecido como a Campanha do Rosilhão e Catalunha (1793-1795). Dom Diogo de Carvalho e Sampaio (1750-1807), à época embaixador de Portugal na Espanha, enviava constantes informes sobre a situação da guerra, mas as notícias raramente eram boas. Em Janeiro de 1794, por exemplo, escreveu a Luís Pinto reclamando que a guerra tinha deixado o serviço de correios caótico e, por isso, a falta de notícias sobre o estado da guerra era preocupante, já que o problema estava afetando, inclusive, a correspondência com o Exército português estacionado na fronteira. Por conta dessas dificuldades, as notícias que recebia sobre a França eram aquelas repassadas pelo próprio Luís Pinto, que eram “sumamente desagradáveis; e podem ser da maior emergência se a força do mal não trouxer o bem”.¹⁴⁹

Os embates acabaram em 1795 com o acordo de paz assinado entre Espanha e França, na Basileia, porém a situação de Portugal não foi levada em conta, o que deixou

¹⁴⁸ Tratado entre a Rainha a Senhora D. Maria I e Jorge III Rei da Gran-Bretanha sobre mútuo auxilio e recíproca proteção do comercio de ambas as nações contra a França, assinado em Londres a 26 de Setembro de 1793. (SILVA, 1860:419 e SILVA, 1847:39-41)

¹⁴⁹ ANB. Negócios de Portugal (59). BR. RJANRIO 59.CAI.0.0620023. Ofício nº60 do embaixador D. Diogo de Carvalho e Sampaio a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão. 21/1/1794.

o país em estado de guerra com os franceses. O acordo também abriu espaço para a aproximação entre os dois estados – França e Espanha – que culminou com o Tratado de Santo Ildefonso e a declaração de guerra da Espanha à Inglaterra, em 1796. Portugal “que declarara a neutralidade frente ao conflito anglo-espanhol, via-se na contingência de ter de respeitar os tratados com a Grã-Bretanha, nomeadamente a concessão de facilidades às suas esquadras, sem hostilizar a Espanha”. (VENTURA, 2006:1045)

O cenário de guerra deixou Luís Pinto em situação delicada, pois sua opção primordial era em favor de manter as colônias e, para tanto contava com

a proteção da Marinha Britânica, o que significaria que teria que enfrentar a força continental franco-espanhola. Isso teria como consequência imediata a invasão do país ou a submissão à vontade dos governos francês e espanhol de fechar os portos para os navios britânicos, o que seria uma grande perda para sua economia e deixaria as colônias portuguesas desprotegidas. Luís Pinto de Sousa, Ministro dos Assuntos Estrangeiros de Portugal, tentou manter a aliança que lhe era mais favorável: a inglesa, seguindo uma política de dúbia neutralidade que lhe permitiu ganhar tempo com a Espanha e a França.¹⁵⁰ (GALARZO, 2019:177)

As pressões vinham de todos os lados, pois para os franceses era imprescindível minar o controle e a presença inglesa nos portos lusitanos, que tinham importância estratégica no tabuleiro europeu. Eram neles que os ingleses abasteciam suas frotas mercantis e de guerra, além de serem o ancoradouro dos piratas e os locais de partida das suas frotas de guerra em direção ao Mediterrâneo.

Na tentativa de encontrar uma solução pacífica, Luís Pinto enviou o Conde da Barca à Paris. Este, que se encontrava em Haia, recebeu as ordens em Setembro de 1796 e, “diante da urgência da tarefa, despede-se do presidente da Assembleia Batava e vai para a França, onde iriam ser postos à prova seus merecimentos [e] sua coragem”. (JUNQUEIRA, 2018:115) Assim que as negociações começaram, as demandas francesas se mostraram inaceitáveis: “25 milhões de libras como compensação, as terras do norte da Amazônia e a liberdade de navegação desse rio. Além disso, eles pediram a expulsão dos navios ingleses dos portos portugueses, bem como a admissão de navios franceses, cláusula de nação mais favorecida, e a introdução de manufaturas francesas

¹⁵⁰ Tradução do original: “Portugal was in the situation to choose between maintaining its overseas possessions thanks to the protection of the British navy, which would mean it would have to face the Spanish- French continental power. This would lead to an immediate consequence of the invasion of the country or submit to the wishes of the French and Spanish governments to close the ports to the British ships, which would be a huge loss to their economy and would leave the Portuguese colonies unprotected. Luis Pinto de Sousa, Portugal’s Foreign Affairs minister, tried to keep the alliance that was most favourable to him: the English one, while following a policy of dubious neutrality that allowed to gain time in front of Spain and France.”

em seu território.”¹⁵¹ (GALARZO, 2019:178) A negociação evoluiu de forma complexa e, em 1797, os espanhóis enviaram tropas para a fronteira portuguesa com o intuito de pressionar pela aceitação da aliança com a França. Com este cenário desfavorável, o Conde da Barca conseguiu negociar um acordo, que mesmo com toda sua insistência, ainda era bastante pesado para Portugal. Sem embargo, o pacto não foi ratificado a tempo e o Conde acabou preso, na França, por ordens do Diretório, no final daquele ano.

Portugal estava em situação extremamente delicada. Por um lado, não pretendia perder territórios significativos, e muito menos permitir a entrada dos franceses no Amazonas, por outro lado, temia uma invasão francesa através do território espanhol. Dessa forma, era necessário negociar a paz com a França, mas sem desagradar ou quebrar os tratados já firmados com a Inglaterra, pois a integridade das colônias e de seu comércio naval dependiam do beneplácito inglês.

Em Janeiro de 1801, Dom João, na qualidade de Príncipe Regente, reorganizou o gabinete ministerial e os “ministros mais influentes do gabinete da segunda regência eram, sem dúvida, Luís Pinto de Sousa Coutinho na chefia dos Negócios do Reino e Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares”. (SUBTIL, 1996:142) No mesmo mês, a situação portuguesa ficou ainda mais problemática com a assinatura do Tratado de Aliança entre Carlos IV (1748-1819) e a República Francesa que viabilizava a invasão de Portugal pelos franceses, permitindo a passagem das tropas por seu território. A situação era “sumamente crítica e perigosa” e colocava o Reino em uma “delicada conjuntura”. A “obrigação principal dos embaixadores era de evitarem a guerra, e de fazerem a paz quando a guerra infelizmente existia”.¹⁵² Foi com essa convicção que Dom Diogo de Carvalho e Sampaio tentou persuadir o embaixador francês em Madri para facilitar um acordo de paz com Portugal, mas a França estava irredutível em suas solicitações.

Em Fevereiro, chegou às mãos de Luís Pinto o ofício espanhol com o ultimato: ou Portugal aceitava as imposições da Espanha e da França, que incluíam o rompimento de relações com a Inglaterra, ou a guerra seria declarada. John Hookham Frere (1769-

¹⁵¹ Tradução do original: “25 million pounds as compensation, the lands of the north of the Amazon and the freedom of navigation of that river. Also, they asked for the expulsion of the English ships from the Portuguese ports, as well as the admission of French ships, most favored nation clause and the introduction of French manufactures in their territory.”

¹⁵² ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620028. Ofício do embaixador D. Diogo de Carvalho e Sampaio a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, com informações a respeito do acidente sofrido pelo primeiro Cônsul de Portugal [Francês] na cidade de Paris, sugerindo um atentado político. 2/01/1801.

1846), embaixador inglês em Lisboa, não pôde deixar de notar “o cansaço de Pinto como um resultado da situação em curso”, por isso, em suas reuniões com o Secretário, “não se envolveu em nenhuma conversa longa, mas simplesmente deixou Pinto com algumas palavras de encorajamento.”¹⁵³ (BLACK JR, 2005:29)

Diante do inevitável, só restou a Luís Pinto tentar pôr um rápido fim ao conflito, mas, como Tenente General dos Exércitos de Portugal, conhecia muito bem as deficiências militares portuguesas e, por isso, em maio de 1801, pouco menos de dois dias depois do início das escaramuças, já estava em Estremoz, pronto para negociar com Manuel de Godoy Alvarez de Faria, Rios, Sanchez y Zarzosa (1761-1851) e Luciano Bonaparte (1775-1840), representantes das duas nações. No início de junho, Tratados com França e Espanha foram acordados.¹⁵⁴

Em face de uma situação completamente adversa, os esforços de Luís Pinto foram válidos para terminar da forma mais rápida possível a invasão estrangeira. Como reconhecimento, “tendo muito presente a probidade, zelo e préstimo com que eu mesmo tenho visto, e vejo Luís Pinto de Sousa”, Dom João, Príncipe Regente, decidiu “lhe fazer honra e mercê, e perpetuar a sua memória (...) por bem em remuneração promovê-lo ao Título de Visconde de Balsemão com honras de Grande deste Reino” (SILVA, 1847:250).

Os tratados entabulados, de certo, não foram nos termos que Portugal desejava, mas diante das circunstâncias pouca era a capacidade de manobra. Para a Espanha, Portugal perdeu o território de Olivença, mas, no outro lado do Atlântico, conseguiu expandir os domínios no Sul até o Forte de Santa Tecla e o arroio do Chuí, além de dominar a margem Sul do rio Apa, no Mato Grosso. Para a França, foi obrigado a pagar indenizações de guerra e a “aceitar a imposição pelos Franceses dos novos limites da Guiana fixados no rio Carapanatuba, afluente do Amazonas.” (COUTINHO, 2012:18)

Apesar de seu diminuto tamanho, Portugal tinha importância estratégica no palco europeu de ações e grande parte de sua importância se devia à sua geografia.

Localizada no extremo sudoeste da Península Ibérica, qualquer nação que conseguisse controlar, ou pelo menos exercer influência sobre Portugal tinha uma excelente oportunidade para expandir a sua

¹⁵³ Tradução do original: “Noting Pinto’s fatigue as a result of the ongoing situation, Frere did not further engage in any lengthy conversation, but simply left Pinto with a few words of encouragement.”

¹⁵⁴ Tratado de Paz assinado em Badajoz entre o príncipe regente de Portugal e Carlos IV. Junho 6, 1801, ANTT, Tratados, Espanha, cx.1, nº14, PT/TT/TRT/ES1-14. (SILVA, 1860:429) e Tratado de Paz assinado em Madri entre Portugal e a República Francesa. Setembro 6, 1801. ANTT, Tratados, França, cx1, nº10, PT/TT/TRT/FR1-10 e ANTT, Tratados, França, cx.1, nº9, PT/TT/TRT/FR1-9. (SILVA, 1860:430)

influência utilizando Portugal como base de operações. Portugal também forneceu vários portos de valor estratégico e dois grandes rios navegáveis, o Douro e o Tejo, que desempenharam um papel crítico no comércio, na navegação e na condução de guerra naval. À medida que o controle do país mudou de mãos, as potências ocupantes enfrentaram desafios significativos.¹⁵⁵ (BLACK JR, 2005:6)

Por isso, a insistência da França em submeter Portugal. Na primavera de 1802, “Napoleão enviou o General Jean Lannes como o novo embaixador francês em Lisboa. A chegada de Lannes em Março foi espetacular, em grande medida pensada para intimidar o Príncipe Regente.”¹⁵⁶ (BLACK JR, 2005:41)

Nesse mesmo período, Balsemão recebeu uma série de informes vindos dos representantes portugueses na Espanha contando sobre o surgimento e o alastramento de uma epidemia na Andaluzia, que poderia facilmente transpor as fronteiras e atingir Portugal.¹⁵⁷ Além das preocupações bélicas, ainda era necessário monitorar um potencial problema sanitário que, caso chegasse a Portugal, poderia ter trágicas consequências, provocando inúmeras mortes quando o que mais precisavam eram de braços saudáveis para a guerra.

Mas, a despeito dos acontecimentos que se precipitavam, o Visconde de Balsemão faleceu aos 69 anos, a 14 de abril de 1804, “deixando D. Catharina Michaella, aos cinquenta e nove anos de idade, viúva com relativos haveres para sua subsistência.” (MOREIRA, 2000:20) Nesse momento, seu filho mais velho, Luís Máximo Alfredo, assumiu o título e a organização da casa, ficando a seu encargo a manutenção e, inclusive, o aumento da vasta biblioteca de seu pai que, além de obras clássicas, continha uma vasta coleção de documentos cartográficos. A relação do Visconde com os mapas é o pano de fundo dessa tese.

¹⁵⁵ Tradução do original: “Located at the southwestern end of the Iberian Peninsula, any nation that managed to control, or at least exert influence on Portugal had an excellent opportunity to expand their influence by using Portugal as a base of operations. Portugal also provided several ports of strategic value, and two major navigable rivers, the Duero and Tagus, which played a critical role in trade, shipping, and the conduct of naval warfare. As control of the country changed hands, the occupying powers faced significant challenges.”

¹⁵⁶ Tradução do original: “Napoleon had appointed General Jean Lannes as the new French minister to Portugal. Lannes’s arrival in March had been spectacular, designed in large part to intimidate the Prince Regent.”

¹⁵⁷ Miguel Vieira de Abreu alertou em 1801, que a epidemia, que apareceu no ano anterior, tinha voltado e com a mesma força se espalhando por outras cidades próximas. ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620044, 13/11/1801. Em 1803, Cipriano Ribeiro Freire Sampaio alertou novamente Balsemão sobre o problema, enviando, inclusive, o informe da administração local referente ao número de mortos, curado e contaminados. ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620041, 25/11/1803. Essa epidemia foi estudada por Alfonso María em *Memorias sobre la epidemia de Andalucia el año de 1800 al 819*, publicado em 1820.

Parte 2. A Coleção Cartográfica: mapas para conhecer, mapas para governar, mapas para delimitar.

*Do inglês o justo compasso
Trocar-lhes a Elísia meta
E refrear do cometa
O indômito furor.
Já sua mão triunfante
Nos reinos tristes de Eolo
Mede a terra, abaixa o polo,
Move o orbe e a Lei constante
O demonstra ao Navegante
Mais alto no Equador.*

Luís Pinto de Sousa Coutinho
Epístola a Glicera.

Na manhã gelada do dia 29 de Março de 1809, as tropas francesas do Marechal Nicolas Jean de Dieu Sout (1769-1851) invadiram a cidade do Porto. A resistência organizada pelos portugueses levantou barricadas e trincheiras nas principais ruas, distribuiu bocas de fogo em diversas frentes, organizou postos avançados de observação e linhas defensivas no entorno da cidade e na ponte da Barca, que ligava o Porto a Vila Nova de Gaia, atravessando o rio Douro. Porém o grosso da tropa era composto por civis, que, sem experiência no verdadeiro combate, sucumbiram rapidamente ao ataque francês. “Ao fim da tarde, quando a cidade já se encontrava conquistada, Sout condescende[u] que o Porto fosse entregue ao saque, terminando o mesmo a 1 de Abril.” (ALVES et al, 2016:25)

O Palacete dos Viscondes de Balsemão (Fig.10)¹⁵⁸ foi um dos alvos do feroz ataque. Ali se abrigava a Livraria dos Balsemão, uma das maiores bibliotecas privadas de Portugal no início do século XIX. Após a morte do 1º Visconde, em 1804, seu filho primogênito transferiu a coleção para sua residência na cidade do Porto e o palacete passou, então, a ser conhecido pelo título nobiliárquico da família. Amante das Letras e das Ciências como seu pai, o 2º Visconde não só aumentou a Biblioteca, como franqueou “quotidianamente ao público a sua grande e selecta livraria” (COSTA, 2012a:141), abrindo “as portas da fantástica Biblioteca do palacete onde vivia, no Porto,

¹⁵⁸ Uma história concisa do edifício foi feita por CABRAL, Luís. *O palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.

a todos aqueles que pretendessem consultar o que lá existia – foi a primeira vez que tal gesto se verificou” (LEITE, 2015:317)

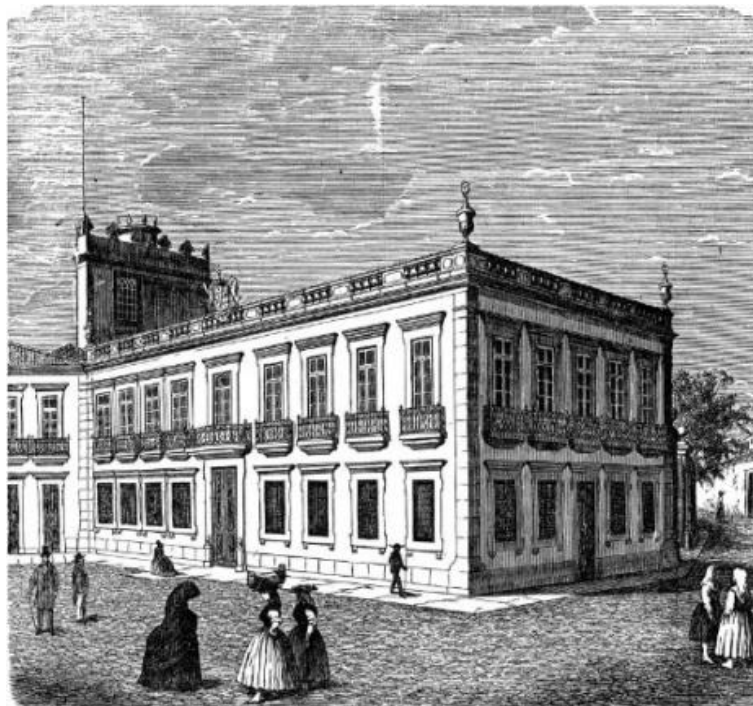


Figura 10: Vista do Palácio do Visconde de Balsemão, desenho de Carlos Alberto Nogueira da Silva, 1861.

O saque francês foi extremamente devastador para a coleção. Em 1822, Adriano Balbi (1782-1848) afirmou, na sua obra *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve* (1822), que “a biblioteca do Visconde de Balsemão, que, antes do saque sofrido durante a primeira invasão dos franceses, tinha 12.000 volumes, agora se encontra reduzida a 5.000.”¹⁵⁹(BALBI, 1822:91) A pilhagem não afetou somente a coleção de livros, manuscritos e mapas, também atingiu a coleção de objetos de Ciências Naturais.¹⁶⁰ Aparentemente, o geógrafo italiano obteve essas informações diretamente do 2º Visconde, que lhe contou a história da coleção e sobre seus interesses nas Ciências.¹⁶¹

¹⁵⁹ Tradução do original: “la bibliothèque du vicomte de Balsemão, que, avant le pillage qu’elle a souffert lors de la première invasion des Français, comptait 12000 volumes, et qui est réduite maintenant à 5000” (BALBI, 1822:91)

¹⁶⁰ De acordo com Balbi: ‘Verificamos no Porto que a coleção do Visconde de Balsemão, que, antes do saque ocorrido durante a primeira invasão dos franceses, era bastante harmoniosa, sobretudo na parte dos minerais e conchas.’ Tradução do original: “On ne trouve à Porto que la collection Du vicomte de Balsemão, qui, avant le pillage qui eut lieu lors de la première invasion des Français, était assez bien assortie, surtout dans la partie des minéraux et des coquillages” (BALBI, 1822 :93-94)

¹⁶¹ Segundo Balbi: “Luiz Máximo Pinto de Souza (...) era bem versado em ciências naturais, e especialmente em química, da qual compôs um excelente tratado elementar que conserva manuscrito, e que teve a gentileza de nos comunicar.” Tradução do original: ‘Il est très-versé dans les sciences naturelles, et surtout dans la chimie, dont Il a composé un excellent traité élémentaire qu’il conserve manuscrit, et qu’il a eu la bonté de nous communiquer.’ (BALBI, 1822 :58)

Todavia, esse foi apenas o primeiro revés sofrido pela Biblioteca. As primeiras décadas do século XIX foram conturbadas para Portugal, que se viu mergulhado em invasões estrangeiras e revoltas internas. Alguns dos mais importantes embates políticos daquele período aconteceram na cidade do Porto, o que conseqüentemente acabou atingindo a família Balsemão e sua coleção. O acirramento da disputa entre constitucionalistas e absolutistas levou à eclosão da Guerra Civil (1828-1834),¹⁶² e partidário da causa miguelista,¹⁶³ o 2º Visconde teve que abandonar o Porto quando as tropas liberais conquistaram a cidade. A Livraria da família foi

oficialmente sequestrada em 12 de dezembro de 1832 (...), formal e finalmente inventariada e avaliada em 16 de julho. Na semana anterior, em 9 de julho de 1833, em pleno Cerco do Porto e na data do primeiro aniversário da entrada do exército libertador na cidade, D. Pedro instituía por decreto a Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto. (COSTA, 2012a:144)

O que restou da famosa coleção dos Balsemão deixou de ser domínio privado e passou a integrar a nova rede de Bibliotecas Públicas que fazia parte do projeto cultural da Monarquia Constitucional (1820-1910).¹⁶⁴

O cerne da Livraria dos Balsemão foi constituído ao longo da carreira pública de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o 1º Visconde de Balsemão (1735-1804). O repertório da Livraria foi direcionado pelos interesses de Balsemão, constituindo-se de obras de Religião, de Ciências, de Literatura, de História e também de mapas, de cartas e de documentos que o Embaixador juntara ao longo de sua vida, enquanto atuava como Governador, Embaixador e Ministro de Estado. Esta tese concentra-se na colaboração cartográfica que Balsemão estabeleceu com o geógrafo William Faden (1749-1836) com o objetivo de propagandear os contornos imperiais do Brasil em um monumental e minucioso mapa, intitulado *Colombia Prima or South America*, e publicado, pela primeira vez, em 1807. (Fig.32) Na primeira parte deste trabalho, dissecamos a atuação política de Balsemão, desde o seu primeiro cargo como Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (1767-1773) até sua morte (1804), que aconteceu quando ocupava o posto de Secretário dos Negócios do Reino. A segunda parte desta tese

¹⁶² Sobre a Guerra Civil Portuguesa ver: VENTURA, António. *As guerras liberais (1820-1834)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2008.

¹⁶³ A família Balsemão apoiou a legitimidade do ex-infante D. Miguel de Bragança (1801-1866) na linha de sucessão ao trono português, após a morte de D. João VI. Seus apoiadores eram conhecidos como Miguelistas. Ver: LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, 2006.

¹⁶⁴ Sobre Monarquia Constitucional Portuguesa ver: HESPANHA, Antonio Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

concentra-se na tentativa de, a partir da análise da constituição da coleção de mapas de Balsemão, compreender o papel que ele estabeleceu com os mapas e como isso o auxiliou na colaboração que manteve com William Faden para a construção do mapa *Colombia Prima or South America*. Assim, dividimos essa parte em dois capítulos.

O primeiro capítulo aborda o colecionismo de mapas ou a constituição da mapoteca de Balsemão. O objetivo é entender a coleção de mapas de Balsemão em diálogo com a historiografia sobre o colecionismo. No segundo capítulo, discute-se os usos, os objetivos e os contextos de produção de alguns mapas, que foram utilizados por Balsemão ao longo de sua vida, a partir de três chaves de entendimento: como recorreu aos mapas para conhecer os lugares que governou, ou os locais que viviam grandes conflitos; os mapas que encomendou, utilizou ou incentivou com o objetivo de instrumentalizá-los em sua governança e os mapas que o auxiliaram nas negociações de limites e fronteiras.

1. O Coleccionismo de mapas: a fabulosa mapoteca dos Balsemão.

Ao longo da sua jornada profissional, como Governador, Diplomata e Ministro, Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, montou uma imensa “livraria particular” que, estima-se, possuía “mais de 10.000 volumes, entre manuscritos e impressos, constituindo a época uma das maiores bibliotecas privadas em Portugal.” (COSTA, 2012a:141) Além das obras literárias dos mais diversos períodos e estilos, a Biblioteca de Balsemão possuía uma seção especial de mapas, composta por exemplares que foram comprados, presenteados ou recolhidos ao longo da sua carreira.

Como afirma Chris Perkins (2011), os estudos “sobre o colecionismo passaram por uma guinada crítica nos últimos vinte e cinco anos.” (PERKINS, 2011:133) Dessa forma, foram interpretados de diversas maneiras, desde reflexos de uma cultura organizacional,¹⁶⁵ a aspectos da psicologia individual,¹⁶⁶ sendo inseridos nas análises da cultura material,¹⁶⁷ ou da sociedade de consumo.¹⁶⁸ De fato, como demonstram John Elsner e Roger Cardinal (1994), o colecionismo é guiado por uma série de fatores históricos que condicionam vontades individuais e coletivas e, por isso, transforma-se em uma representação das percepções coletivas da humanidade. “Colecionar é a classificação vivida experimentada em três dimensões. A história do colecionismo é, portanto, a narrativa de como os seres humanos têm se esforçado para acomodar, se apropriar e estender as taxonomias e os sistemas de conhecimentos hereditários.”¹⁶⁹ (ELSNER&CARDINAL, 1994:2)

Certamente, “Luís Pinto de Sousa Coutinho tinha o gosto pelos livros, pela sua aquisição, posse e utilização não se movendo, neste âmbito por mero diletantismo.” Além disso, “a sua atividade diplomática e política, interesses científicos-culturais e circunstância de possuir recursos pecuniários consideráveis, contribuíram seguramente para suportar a sua veia colecionista e bibliófila”. (COSTA, 2012a:140)

À primeira vista, investigar os livros que compunham a Biblioteca de Balsemão pode parecer a forma mais direta de se aprofundar na sua formação política e científica,

¹⁶⁵ PEARCE, S. M. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition*. London: Routledge, 2005.

¹⁶⁶ MUENSTERBERGER, W. *Collecting: an unruly passion*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

¹⁶⁷ MILLER, D. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.

¹⁶⁸ BELK, R.W. *Collecting in a consumer society*. London: Routledge, 1995.

¹⁶⁹ Tradução do original: “Collecting is classification lived, experienced in three dimensions. The history of collecting is thus the narrative of how human beings have striven to accommodate, to appropriate and to extend the taxonomies and systems of knowledge they have inherited.”

desvelando assim seus interesses. Todavia, isso não significa que se pode desvendar a sua atuação política somente pela análise do inventário bibliográfico.

A formação de um homem não se dá apenas a partir de suas leituras, mas em contato com o mundo que o cerca. Além disso, a leitura é sempre um ato dinâmico e pode encetar infinitas formas de apreensão e mesmo o acesso ao rol completo de seus livros não responderiam com plenitude a esta questão, pois muitos dos livros lidos não eram os possuídos e vice-versa, isto é, nem todos os livros possuídos eram lidos. Os inventários quase nunca contemplam os livros emprestados e as leituras orais coletivas. Há ainda que salientar que as formas de leitura não são uniformes, mas sim múltiplas, e encerram infinitas significações. (FURTADO, 2006:74)

De forma análoga, uma coleção de mapas pode parecer, à primeira vista, uma miscelânea sem sentido ou apenas um conjunto de objetos utilizados para o deleite e a fruição. Claro que os mapas podem ser entendidos como objetos de arte ou símbolos de status, podem ser pendurados na parede ou cuidadosamente guardados quando se trata de exemplares raros e cobiçados. Talvez, o aspecto mais revelador resida na pesquisa sobre os contextos, na busca por entender o porquê da aquisição de determinados mapas, quais eram seus usos e objetivos. Afinal, a “regra básica do método histórico é que os documentos só podem ser interpretados em seu contexto. Esta norma se aplica igualmente aos mapas, que devem ser levados de volta ao passado e situados estritamente em seu próprio período e lugar.” (HARLEY, 2005:63-64)

De acordo com João Carlos Garcia e André Ferrand de Almeida, o surgimento das mapotecas particulares em Portugal teve relação direta com o exercício do “poder colonial (militar, administrativo e econômico)”, sendo fundadoras as

coleções de Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, 4º Morgado de Mateus e Governador da Capitania de São Paulo (1765-75); Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, Governador de Mato Grosso (1767-1772); e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que também foi Governador da mesma Capitania (1772-89). Essas coleções são basicamente compostas por mapas manuscritos, originais ou cópias, que representam as capitanias brasileiras governadas pelos colecionadores. A única exceção é a coleção do Visconde de Balsemão, sob a guarda da Biblioteca Publica Municipal do Porto, que contém vários importantes mapas impressos e atlas da Europa e da América do Norte, assim como mapas do norte, sul e oeste do Brasil.¹⁷⁰ (GARCIA&ALMEIDA, 2020:773)

¹⁷⁰ Tradução do original: “The relationship between colonial power (military, administrative, and economic) and map collecting in Portugal and Brazil is clearly found in the collections of Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, fourth morgado de Mateus and Governor of the São Paulo Captaincy (1765-75); Luís Pinto de Sousa Coutinho, Viscount of Balsemão, who governed Mato Grosso (1767-1772); and Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, also Governor of the Captaincy of Mato Grosso and Cuiabá

A diversidade da mapoteca de Balsemão “deriva das suas posições como embaixador de Portugal em Londres e Ministro dos Negócios Estrangeiros, além do importante papel que desempenhou na preparação da nova fronteira do Tratado com a Espanha em 1777.”¹⁷¹ (GARCIA&ALMEIDA, 2020:773) Ou seja, a imensa quantidade de mapas, cartas, planos e atlas que juntou ao longo da vida não eram apenas resultado de sua curiosidade, eram, de fato, importantes ferramentas de trabalho, aos quais recorria para conhecer os lugares, áreas ou territórios; para planejar e organizar as ações de governança e para delimitar os limites e fronteiras, internos e externos. Como apontou Ana Sofia Coutinho, ao analisar os mapas sobre a França pertencentes à coleção, a “provável utilização dos mapas pelo Visconde de Balsemão permite-nos entender melhor a abrangência cronológica destes mapas antigos”, pois seu acervo foi formado através da recolha de “material cartográfico contemporâneo aos acontecimentos políticos” que presenciou, mas não somente.

Foram igualmente adquiridos alguns mapas de períodos anteriores em que Portugal fora envolvido em conflitos importantes: a Guerra dos Sete Anos, e a Guerra de Sucessão de Espanha no início do século XVIII. De facto, as questões diplomáticas exigiam o conhecimento das áreas territoriais em períodos anteriores e da evolução dos seus limites através dos sucessivos tratados assinados. (COUTINHO, 2012: 23)

Desde o início da sua carreira, Balsemão percebeu que os mapas eram importantes recursos visuais com os quais poderia ver o passado, analisar o presente e planejar o futuro. Como “veículos de cognição, parte de um mundo maior de comunicação sobre o espaço e o tempo”¹⁷² (WINTERER&WIGEN, 2020:2), os mapas eram, além de artefatos de curiosidade e de deleite, importantes ferramentas de conhecimento e erudição. Por isso, a compilação de mapas foi um dos pilares da vida política de Balsemão. Recorrendo a sua coleção, era possível assistir ao teatro político europeu e americano e assim embasar suas decisões. Essa postura deve muito à

(1772-89). These collections consist almost exclusively of manuscript maps, either originals or copies, in which the represented territories correspond to the captaincies of Brazil that the collectors governed. The one exception is the collection of the Viscount of Balsemão, held today at the Biblioteca Publica Municipal do Porto, which contains many important printed maps and atlases relating to Europe and North America as well as maps of the northern, southern, and western portions of Brazil.”

¹⁷¹ Tradução do original: “The breadth of the Viscount of Balsemão’s collection likely derives from his later positions both as Portuguese ambassador to London and Minister of Foreign Affairs, not to mention the key role he played in preparing the new boundary Treaty with Spain in 1777.”

¹⁷² Tradução do original: “maps as vehicles of cognition, part of a larger world of communicating about space and time”

influência do embaixador português Dom Luís da Cunha (1662-1749),¹⁷³ que desde o início do século XVIII chamara a atenção para a relação entre “uma base cartográfica de peso” e a capacidade dos Diplomatas, Secretários, e mesmo do Rei, de visualizarem de forma objetiva os territórios, “dirimindo dúvidas ou contendas.” (FURTADO, 2013:104)

Foi a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) e suas consequências nos territórios portugueses¹⁷⁴ que levou Dom Luís da Cunha a defender a “necessidade de construir uma base cartográfica sólida que permitisse a Portugal tomar a dianteira perante a Espanha no processo de negociação das suas fronteiras na América.” (FURTADO, 2011:70) Essa postura tinha relação com a convicção do embaixador de “como os mapas podem ser uma arma importante de persuasão política, tanto no contexto das negociações diplomáticas, quanto das guerras que as precedem.” (FURTADO, 2011:70) Dessa forma, constituir uma mapoteca era essencial para aqueles que trabalhavam diretamente na administração régia, quer seja adquirindo mapas ou mesmo fomentando sua construção. Foi com isso em mente que Dom Luís da Cunha desenvolveu uma intensa colaboração cartográfica com o geógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville (1697-1782). “Foi com o objetivo de que a cartografia auxiliasse e dirimisse de vez as contendas de limites na América” (FURTADO,

¹⁷³“Dom Luís da Cunha foi figura emblemática da política interna e externa de Portugal na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de dom João V. A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador nas grandes cortes da Europa e participando, direta ou indiretamente, dos grandes acordos diplomáticos de seu tempo. Era um homem instruído, grande observador e crítico da realidade, advogando uma transformação na inserção de Portugal na orquestra política das nações europeias e também na sua relação com suas conquistas ultramarinas, especialmente com o Brasil. (...) A partir de sua visão de mundo e acreditando ser um oráculo de dom João V, buscou fundar toda uma agenda a ser seguida por Portugal nos anos vindouros.” (FURTADO, 2011:67) Outros trabalhos que também abordam de forma aprofundada a importância de Dom Luís da Cunha na política externa portuguesa e nos tratados de limites são FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista*. Belo Horizonte:UFMG, 2012 e *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro:Versal, 2013.

¹⁷⁴ “A posição portuguesa ficou assinalada por uma oscilação inicial, que fez com se que tivesse passado do apoio ao pretendente francês (Filipe de Bourbon, Duque de Anjou) para a aliança com o candidato austríaco (o Arquiduque Carlos de Habsburgo), sustentado pela Inglaterra, pela Holanda, pela maior parte dos Estados alemães e pela Dinamarca.” (RAMOS et al, 2014:353) O tratado de aliança continha várias promessas territoriais a favor de Portugal, incluindo tanto territórios na Europa como na América, entre eles a Colônia do Sacramento. No final, “apesar de Portugal não ter obtido concessões territoriais na Europa, acabara por consolidar as grandes orientações da opção atlântica portuguesa (...) e da aliança com a Inglaterra, a potência marítima dominante. A grande prioridade era o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e protecção das suas fronteiras, surgindo a aliança inglesa como o seu corolário natural.” (RAMOS et al, 2014:355)

2012b:506) que Dom Luís da Cunha contribuiu com D'Anville na produção da *Carte de l'Amérique méridionale*, cuja primeira publicação é de 1748.¹⁷⁵

Tudo indica que Balsemão compartilhava desse mesmo anseio. A relação que estabeleceu com os mapas estava intrinsecamente ligada à “visão iluminista de que os mapas deveriam ser espelhos perfeitos do território”. (FURTADO, 2012b:513) Quando chegou à Vila Bela da Santíssima Trindade para ser Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso, em 1769, ficou perplexo com o choque entre a realidade da expedição que fez pelos rios Amazonas, Madeira e Guaporé e a representação de seus cursos nos mapas do século XVIII. Os mapas até então disponíveis apresentavam muitas lacunas, ausência e erros que, segundo Balsemão, escondiam a verdadeira geografia do rio Madeira. Neste caso, somente o mapeamento feito através da coleta de dados empírico seria capaz de resolver o problema.¹⁷⁶

Na primeira metade do século XVIII, o reinado de Dom João V (1689-1750) foi marcante no colecionismo de mapas, que se materializou na construção do acervo da sua biblioteca e no fomento de outras pelo reino.

A biblioteca régia teve o objetivo de reunir livros, estampas, gravuras, mapas, instrumentos científicos e tudo o mais que fosse necessário ao desenvolvimento do conhecimento humano. Mas também visou demonstrar publicamente a importância que o monarca, como grande mecenas que era, dedicava ao conhecimento e à cultura das Luzes, comportamento típico dos reis ilustrados da época. A biblioteca do Paço não foi a única iniciativa nesse sentido, dom João V criou outras bibliotecas e ampliou algumas já existentes, com vistas à modernização e ao progresso do reino (dois conceitos estruturantes da visão de mundo iluminista). Essas livrarias deveriam ostentar as obras clássicas, mas também o que de melhor e de mais novo estivesse sendo produzido tanto em Portugal quanto no exterior. (FURTADO, 2013:95)

No processo de aquisição das obras para a biblioteca real, os embaixadores desempenharam um papel essencial, pois era principalmente através deles que o Rei adquiria os clássicos e as publicações mais recentes.¹⁷⁷ Isso porque os embaixadores

¹⁷⁵ Um denso estudo sobre essa relação foi desenvolvido por Júnia F. Furtado e publicado em dois livros. *Oráculos da geografia iluminista*. Belo Horizonte:UFMG, 2012 e *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro:Versal, 2013.

¹⁷⁶ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícias mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem.

¹⁷⁷ Sobre a Biblioteca Real ver FURTADO, Junia F. Bosque de Minerva: O embaixador, o cartógrafo e a biblioteca régia. In: *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Versal, 2013, p.94-129 e FURTADO, Júnia F. Colecionismo e Gosto. In: *Oráculos da Geografia Iluminista*. BH: UFMG, 2012b, p.211-238.

portugueses na Europa eram muito bem relacionados e normalmente faziam parte dos ciclos ilustrados dos países em que residiam. Nesse sentido, eram responsáveis por enviar as obras solicitadas pelo Rei, mas também enviavam suas próprias sugestões, além de aproveitarem para constituir suas próprias bibliotecas. No contexto das expedições demarcatórias após os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), os embaixadores também foram os grandes responsáveis pela aquisição, no exterior, dos instrumentos matemáticos e obras de geografia necessários ao levantamento empírico dos territórios limítrofes.

Como um típico *savant* iluminista, Balsemão tinha em sua biblioteca a representação de seu refinado gosto. “Mas de que se tratava o gosto? Para os iluministas, à medida que o século XVIII avançava, tratava-se de um novo sentimento, que aos poucos se instituía e abrangia todos os campos da arte, da literatura, da ciência e por extensão da cartografia.” (FURTADO, 2013:97-100) Dessa forma, procurou constituir uma mapoteca enciclopédica, que possuía desde pequenos mapas manuscritos, que representavam rios do interior do Brasil, até obras raras e caras, como os Atlas de Georgius Braun (1541-1622)¹⁷⁸ e os de Abrahamus Ortelius (1527-1598).¹⁷⁹

O processo colecionista de Balsemão estava inserido em um contexto mais amplo que Charles Withers (2007) chama de “geografia do Iluminismo”.¹⁸⁰ Afinal o percurso transatlântico do Visconde – Portugal, Brasil, Inglaterra, Portugal – desempenhou decisiva influência na sua relação com os mapas. “A localização geográfica das ideias, das pessoas e dos artefatos do Iluminismo e sua movimentação pelo espaço, isto é, as questões relacionadas aos locais e as viagens, são elementos chaves para entender como o Iluminismo foi construído e o que, na verdade, era.”¹⁸¹ (WITHERS, 2007:9) Os mapas e sua intrínseca relação com o conhecimento geográfico eram uma das atividades e dos assuntos de pesquisa que mais interessavam aos participantes das luzes.

¹⁷⁸ BPMP, H-11-1[1], Fundo Primitivo. *Civitates Orbis Terrarum. Liber Primus [-Sextus]*. [Georgius Braun] Colonia Agrippinae: typis Theodori Graminaei, 1572-1618.

¹⁷⁹ BPMP, G-14-8, Fundo Primitivo. *Theatrum Orbis Terrarum: Opus Nunc Denuo Ab Ipso Auctore Recognitum, Multisque Locis Castigatum & Quamplurimis Novis Tabulis Atque Commentarijs Auctum. Antuerpiae: auctoris aere & cura impressum, absolutumque apud Christophorum Plantinum, 1579.* Também possui a edição de 1592, RES-XVI-C-7, Impressos Raros. Antuerpiae : In Officina Plantiniana, auctoris aere & cura, MDCXCII [1592].

¹⁸⁰ Utilizamos o conceito originalmente descrito por Withers como “A geography of the Enlightenment”

¹⁸¹ Tradução do original: “The geographical location of Enlightenment ideas, personnel, and artifacts and their movement over space—that is, questions to do with place and travel between places—are key elements in understanding how the Enlightenment was made and what, actually, it was.”

A linguagem iluminista estava embebida na linguagem geográfica. A Geografia era um assunto que o público esclarecido levava a sério. Isso é aparente nos livros de geografia, nas práticas geográficas, como o mapeamento, e nos debates polidos e sociáveis onde as questões geográficas foram apresentadas e discutidas.¹⁸² (WITHERS, 2007:12)

Nesse sentido, os espaços de discussão, as academias, as sociedades, os saraus formaram um importante local de compartilhamento de informações. Eram nesses locais que os integrantes da República das Letras discutiam sobre os mapas, seus métodos e seus impactos. A *Académie Royale des Sciences de Paris*, por exemplo, foi espaço de discussão para inúmeros cartógrafos, como Guillaume Delisle (1675-1726) e D’Anville, que, por meio dela, apresentavam seus mapas ao público *savant* e explicavam seus métodos de coleta de informações e de técnicas cartográficas, submetendo-se à crítica de seus pares. Muitas vezes essas apresentações reverberavam para além dos muros da Academia, impactando políticas estatais, como o caso de Delisle, “então primeiro geógrafo do rei da França, [que] leu na *Académie Royale des Sciences* de Paris uma memória geográfica, escrita a partir das recentes medidas das longitudes, utilizando novas técnicas e tendo como referências os eclipses dos satélites de Júpiter.” (FURTADO, 2013:303) Essa memória e o mapa que o francês apresentou naquele mesmo ano – 1720 – teve forte impacto nas

pretensões lusas sobre seus territórios de além-mar. Entre inúmeras mudanças na configuração geográfica dos continentes, a partir do reposicionamento dos meridianos, especialmente o da ilha de Ferros e do de Paris, Delisle propunha o reposicionamento do meridiano de Tordesilhas, com implicações evidentes nas regiões da Colônia do Sacramento na América, e das Molucas, no mar do Sul, ambas em disputa entre espanhóis e portugueses. Também reposicionava sua posição nas terras do Cabo Norte, desta feita, segundo os interesses dos franceses. (FURTADO, 2012b:304)

A partir daquele momento, a Coroa portuguesa percebeu que deveria se manter atenta aos desenvolvimentos da cartografia e nas implicações políticas que encetava. Novamente, Dom Luís da Cunha teve papel fundamental, pois iniciou um processo de cooperação cartográfica a fim de usar a expertise internacional a favor dos interesses de lusitanos. Aparentemente, seguindo essa mesma lógica, Balsemão aproveitou sua estadia em Londres para se inserir no circuito iluminista e, dessa forma, estabelecer contatos que pudessem ser utilizados como propagadores dos interesses portugueses. A

¹⁸² Tradução do original: “The language of the Enlightenment was suff used with the language of geography. Geography was a subject that enlightened publics took seriously. This is apparent in geography’s books, in geographical practices such as mapping, and in polite and sociable conversazione in which geographical matters were aired and debated.”

cooperação que estabeleceu com escritores, como William Robertson (1721-1793) e o Adade Raynal (1713-1796), são as mais conhecidas e estudadas, sendo essa última a que vêm recebendo a maior quantidade de estudos monográficos, que buscam esclarecer como Balsemão contribuiu para a obra de Raynal e quais foram as suas influências diretas que podem ser identificadas na *Histoire de deux Indes*.¹⁸³

Balsemão também estabeleceu intensas colaborações para a produção de mapas que fossem de seu interesse profissional e que, conseqüentemente, também poderiam alicerçar os interesses da Coroa. Ao longo de sua carreira, o seu colecionismo de mapas esteve diretamente ligado às suas funções na administração régia, porém não se conteve apenas em adquirir mapas, também foi um mecenas, apoiando a sua produção. Atividade que William Faden, um dos principais geógrafos e editores de mapas do século XVIII, deixou clara no subtítulo e nas explicações de seu monumental mapa da América do Sul, publicado em 1807. Além de explicitar o papel de Balsemão como o principal incentivador, também identificou os mapas que lhe foram fornecidos por ele. Por isso, para entender essa colaboração, tornou-se fundamental compreender a relação que Balsemão, ao longo de sua trajetória, estabeleceu com os mapas.

Cabe ressaltar que não se conhece nenhum catálogo ou inventário da Livraria feito pelo próprio Balsemão. O documento oficial que revela o que restou da coleção original foi o inventário judicial feito por seu neto, Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho (1800-1852), em 1846, com o intuito de receber a devida indenização pelo seu sequestro, encetado pelo Estado português. (COSTA, 2012a:145) Antes, porém, a Livraria já havia sido saqueada pelos franceses, no contexto da invasão do exército de Napoleão. De qualquer forma, a listagem é incompleta, pois só levou em consideração os itens de maior valor, majoritariamente livros impressos (cerca de 3500 itens). Atualmente, a Coleção Balsemão totaliza 278 códiões, constituídos de livros impressos, manuscritos, e muitos dos 420 mapas, cartas e plantas que constituem a mapoteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Como afirma Júlio Costa, “um estudo aprofundado da Livraria Balsemão está ainda por fazer e justificaria por si só, até pela sua dimensão quantitativa e qualitativa, um labor biblioteconômico e acadêmico de expressivo fôlego” (COSTA, 2012a:146).

A tentativa de reconstituir quais mapas compunham originalmente a coleção de Balsemão não é objetivo deste trabalho. De fato, tal tarefa se mostra impossível pela

¹⁸³ Referimos-nos aos estudos de Junia Furtado e Nuno Monteiro (2016, 2019, 2020).

falta de um inventário ou de uma listagem feita pelo próprio Balsemão e por conta das inúmeras perdas, extravios e roubos que a coleção sofreu ao longo dos séculos. Além disso, a Biblioteca Pública Municipal do Porto passou por várias remodelagens, que incluíram aquisição e venda de itens, incorporação de outras coleções particulares, como as de Almeida Garrett (1799-1854) e de Pedro Augusto Dias (1835-1932), além dos acervos de várias bibliotecas de ordens religiosas que foram extintas.¹⁸⁴ Em todo caso, um “inventário oferece-nos sempre uma visão momentânea, por vezes cristalizada, de uma realidade, num dado momento e num determinado contexto. É também relevante, ainda que muitas vezes difícil ou mesmo impossível, tentar perceber as dinâmicas de uma biblioteca”. (COSTA, 2012a:151) A possibilidade que a História permite é a recuperação parcial de sua coleção através do cotejamento dos catálogos contemporâneos com os documentos coevos à vida de Balsemão. Por meio dessa reconstrução foi possível identificar alguns dos mapas que fizeram parte da vida política do Visconde.

¹⁸⁴ A progressão do movimento liberal em Portugal levou a extinção das Ordens Religiosas em 1834 e a incorporação de seus acervos bibliográficos pelas novas bibliotecas públicas reais. A Real Biblioteca Pública do Porto incorporou os acervos de 9 ordens religiosas, além do acervo do Bispo do Porto D. João de Magalhães e Avelar (1754-1833).

2. Mapas para conhecer, mapas para governar e mapas para delimitar.

Tudo indica que Balsemão estabeleceu um contato mais sistemático com mapas, cartas, atlas e plantas a partir do início da sua carreira profissional, que se deu no Exército, mais especificamente nos Regimentos de Cavalaria de Almeida e, em seguida, no Regimento de Artilharia do Porto,¹⁸⁵ onde alçou o posto de Tenente-Coronel (COSTA, 2012a:132) Segundo Maria Luiza Borralho (2008:43), sua formação também incluiria o curso de Matemática na Universidade de Coimbra, mas os únicos registros encontrados nos arquivos da Universidade são sobre Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho (1774-1832), seu primeiro filho, que frequentou a Faculdade de Filosofia, entre 1790 e 1793.¹⁸⁶

De fato, ao longo do século XVIII, a Matemática, assim como outras disciplinas relacionadas à Geografia, tornou-se cada vez mais fundamental na formação militar e fazia parte do currículo de todos os postos militares, cabendo somente àqueles que se tornariam engenheiros militares um ano a mais de estudos aprofundados.¹⁸⁷ Um dos fatores que contribuiu para a crescente importância da Matemática foi a guerra. Elas foram um dos catalisadores da reformulação militar portuguesa, especialmente a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), que levou Dom João V (1689-1750) a descentralizar a formação dos militares com a criação das “academias militares de Elvas e Almeida, onde se viria a ensinar fortificação, estratégia, tática, topografia à semelhança das academias militares da Corte e de Viana.” (ASSUNÇÃO, 2014:16) A opção por essas praças era estratégica, pois eram importantes postos fronteiriços, que demandavam uma quantidade significativa de militares para permanecerem bem guarnecidas.

Por um lado, a disseminação das academias com o aprimoramento do ensino técnico, principalmente nas áreas da artilharia e da engenharia, abriu espaço para a ascensão dos jovens comuns, ou seja, dos filhos da burguesia. Por outro lado, a carreira militar era um dos locais preferenciais de atuação da aristocracia, caso de Balsemão,

¹⁸⁵ Luis Pinto de Sousa Coutinho fez parte do primeiro grupo de oficiais do Regimento do Porto, primeiramente como Major e no ano seguinte como Tenente-Coronel. “Incluída na reorganização do Exército de maio de 1763, a partir de um dos Batalhões de Infantaria do Porto, foi tal decisão alterada, em setembro seguinte, para ser levantado, sobretudo com novos recrutas, mas só o decreto de 5 de junho de 1764 lhe nomeou o primeiro núcleo de oficiais, tendo sido encaminhados para Valença, onde, afinal, nasceu o Regimento dito do Porto.” (CURADO, 2012:231)

¹⁸⁶ AUC, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/014067. Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho.

¹⁸⁷ Em denso trabalho Beatriz Bueno analisou a formação dos engenheiros militares no Brasil. Ver: BUENO, Beatriz P.S. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.

que normalmente ocupavam postos na cavalaria e na infantaria, setores considerados tradicionalmente nobres. Além disso, o Exército era a porta de entrada para alcançar graças, mercês e cargos na administração régia, pois configurava o serviço régio por excelência. Esse parece ter sido o caminho trilhado por Balsemão, que iniciou sua carreira no Regimento de Almeida, onde “fez a guerra como capitão de cavalaria” (CURADO, 2012:232). As cartas que trocou com Miguel de Arriaga Brum da Silva (1716-1773), secretário do Conde de Lippe (Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, 1724-1777), entre 1764 e 1767, revelam seus pedidos de promoções e de agradecimentos pela proteção conferida por esse superior.¹⁸⁸ A partir dessa documentação, é possível conjecturar que Balsemão iniciou seus trabalhos no Exército já como um homem maduro, com seus 29 anos, e, por isso, tinha outras ambições, como evidenciam sua rápida ascensão e a meticulosidade com que produziu seus mapas administrativos.

Sua entrada na administração régia teve início em Agosto de 1767 quando foi nomeado para ocupar o cargo de Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, no Centro-Oeste do Brasil.¹⁸⁹ Aliás, foi com a nomeação em mãos que alcançou a patente de cavaleiro da Ordem de Cristo ainda no mesmo ano.¹⁹⁰ Entre os vários preparativos que cercavam a efetiva ocupação do cargo, Balsemão se mostrou especialmente preocupado com a questão geográfica. Além da longa e penosa viagem pelo Atlântico, também deveria se preparar para a longuíssima viagem dentro do território colonial, para isso resolveu fazer um compilado com os principais mapas que representavam a Amazônia. Isso porque, diferentemente de Dom Antonio Rolim de Moura Tavares (1709-1782), Conde de Azambuja, primeiro Governador da Capitania, Balsemão optou por alcançar Vila Bela da Santíssima Trindade pela rota amazônica, o caminho fluvial que conectava o porto de Belém, na Capitania do Grão-Pará, ao sertão Centro-Oeste da América portuguesa. Na carta que escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), na época Secretário de Estado da Marinha e Ultramar,

¹⁸⁸ AHM, PT/AHM/DIV/1/08/05/30. Correspondência de Diogo Ferrier, comandante do Regimento de Artilharia do Porto e do tenente-coronel Luís Pinto de Sousa Coutinho, do mesmo regimento, para Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

¹⁸⁹ AHU-MT, CU10, Cx13, Doc.801. 1767, Agosto, 14, Lisboa. Decreto de D. José nomeando Luís Pinto de Sousa governador de Mato Grosso. O cargo de governador era de origem militar e correspondia à patente de capitão general, sendo de promoção exclusiva da nobreza.

¹⁹⁰ ANTT, PT/TT/MCO/A-C/002-010/0008/00016. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Luís Pinto de Sousa. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, mç8, nº16. 22-09-1767.

em janeiro de 1769,¹⁹¹ citou alguns mapas e geógrafos que consultou para sua viagem, pois queria se familiarizar com a região que iria governar. O problema era que, por se tratar de uma área longínqua e de fronteiras incertas, as informações geográficas disponíveis eram esparsas ou desconstruídas e frequentemente contraditórias entre si. Além disso, mapas atualizados eram escassos, pois os principais exemplares disponíveis eram da primeira metade do século XVIII, sendo ainda fortemente influenciados pela cartografia jesuítica do Amazonas.

Os mapas relacionados à sua nomeação como governador podem ser divididos em duas categorias: os que consultou na preparação para sua viagem e os que mandou produzir enquanto ocupava o cargo de governador, tendo participação ativa nessa empreitada. Vejamos.

Assim como o Conde de Azambuja, Balsemão preocupou-se em mapear toda a sua trajetória. Por isso, ao longo da jornada, foi tomando as medidas de latitude e longitude dos principais pontos do percurso. Foi nesse momento que o conhecimento prévio se chocou com o conhecimento que adquiria fruto da experiência da viagem, foi quando percebeu que os mapas que consultara estavam cheios de “incoerências e erros”.¹⁹² As principais incongruências estavam no mapeamento do rio Madeira e, conseqüentemente, da bacia dos rios Mamoré e Guaporé, área cujo conhecimento era essencial para os interesses territoriais portugueses. Na carta para Mendonça Furtado, o Governador se refere ao “Grande Mapa da Província de Quito”,¹⁹³ como uma das melhores representações disponíveis à época. Trata-se do mapa intitulado *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibita nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao.*¹⁹⁴ Esse era o único, do conjunto de mapas consultados por Balsemão, que apresenta o curso do rio Madeira se desmembrando nos cursos dos rios Mamoré e Guaporé, seus formadores. (Fig.11)

¹⁹¹ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícias mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem.

¹⁹² AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela.

¹⁹³ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela.

¹⁹⁴ JCB, 1751. PETROSCHI, Giovanni e BRENTANO, Carolo. *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibita nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao.*

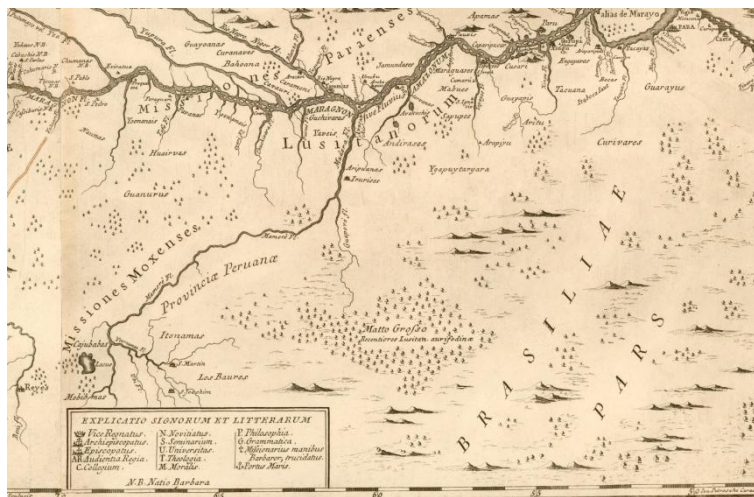


Figura 11: Detalhe do curso do rio Madeira, com destaque para a representação do rio Guaporé que nasce no Mato Grosso. PETROSCI, Giovanni e BRENTANO, Carolo. *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibitae nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao, 1751.* JCB Map Collection.

Porém, todos os “geógrafos de maior nota” que consultou difundiram a mesma confusão sobre as águas dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Seus mapas mostravam apenas o curso do Madeira e tal omissão era para Balsemão fruto da principal fonte de conhecimento desses geógrafos, as *Lettres édifiantes et curieuses*,¹⁹⁵ publicadas pela Companhia de Jesus, que tinham como fonte cartográfica principal para a Amazônia o mapa *El Gran Rio Marañon o Amazonas*, do Padre jesuíta Fritz (Samuel Fernandes Fritz, 1654-1725).¹⁹⁶

Os geógrafos cujos mapas foram consultados por Balsemão assim que foi nomeado para o cargo eram Guillaume Delisle (1675-1726), Philippe Buache (1700-1773) e Charles-Marie de la Condamine (1701-1774). Das representações do francês Buache, Balsemão destacou que eram verdadeiras as montanhas que “descreve nas suas cartas físicas com o nome de Mato Grosso; a qual serve a ligar a Cordilheira do Peru com as outras montanhas do Brasil.”¹⁹⁷ Ele se refere à *Carte de Physique de l’Ocean où l’on voit des Grandes Chaînes de Montagnes qui traversent les continents d’Europe, d’Afrique et d’Amérique*, publicada em 1757, na coleção de *Cartes et tables de la géographie physique ou naturelle, présentées au roi*.¹⁹⁸ Nesse curioso trabalho, Buache

¹⁹⁵ *Lettres édifiantes et curieuses, écrites des Missions Etrangères par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jésus* publicada em 34 volumes entre 1702 a 1776.

¹⁹⁶ *El Gran Rio Marañon o Amazonas, Con la Mission de la Compañia de Iesus/Geograficamente delineado por el Pe. Samuel Fritz, Missionero continuo en este Rio; P. J. de N. Societatis Iesu quondam in hoc Marañone Missionarius Sculpebat Quiti Anno 1707*, reeditado pela publicação jesuítica em 1717. (SAFIER, 2008:59)

¹⁹⁷ AHU-MT, CU10,Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela.

¹⁹⁸ Nos arquivos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, em seu fundo primitivo – ligado à formação original da Biblioteca -, encontra-se o livro *Histoire Naturelle du Sénégal: Coquillages. Avec La Relation*

construiu uma série de mapas temáticos para expressar suas teorias sobre a História Natural da Terra. Na *Carte de Physique de l'Océan*, seu objetivo foi provar sua teoria sobre as cadeias de montanhas submarinas. (Fig.12) Para Buache havia uma interconexão oceânica entre as cadeias de montanhas da Terra, o que, conseqüentemente, tinha relação com os cursos dos rios e as riquezas minerais que poderiam guardar.



Figura 12: Detalhe do mapa de P. Buache com destaque para a conexão entre a Cordilheira do Peru e as montanhas do interior do Brasil, chamadas no mapa de Mato Grosso. Representação que chamou bastante a atenção de Balsemão. BUACHE, Philippe. *Carte de Physique de l'Océan où l'on voit des Grandes Chaînes de Montagnes qui traversent les continents d'Europe, d'Afrique et d'Amérique*, 1757. Biblioteca Nacional de Portugal.

De Delisle recorreu ao mapa *L'Amérique Méridionale dressée sur les observations de Mrs. de l'Academie Royale des Sciences&quelques autres,&sur les memoires les plus recens.* (Fig.13) Existem três versões desse mapa na Biblioteca Pública Municipal do Porto:¹⁹⁹ uma versão em latim, impressa em 1772 (provavelmente, tem origem nos acervos religiosos) e as outras duas em francês, publicadas em Amsterdam, entre 1725 e 1750, sendo verossímil pensar que pertenceram a Balsemão.

Abrégée d'un Voyage Fait En Ce Pays, Pendant Les Années 1749, 50, 51, 52 & 53, (BPMP, L1-10-42, 1757) escrito por Michel Adanson (1727-1806) com mapas de Philippe Buache e ilustrações de Jean-Baptiste-Claude Bauche (1712?-1777). O tema da História Natural era muito caro a Balsemão, que tinha vívido interesse em obras sobre a temática, além de possuir sua própria coleção de objetos naturais. O livro foi publicado no mesmo ano em que *Carte de Physique* de Buache, 1757.

¹⁹⁹ BPMP, C-M&A-P.8(6), publicado em GARCIA, 2011:58-59; C-M&A-P.10(35), publicado em GARCIA, 2011:60-61; C-M&A-P.17(17), publicado em GARCIA, 2011:62-63.



Figura 13: DELISLE, G. *L'Amérique Méridionale dressée sur les observations de Mrs. de l'Academie Royale des Sciences&quelques autres,&sur les memoires les plus recens*, 1708. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

De La Condamine, Balsemão consultou sua *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant la rivière des Amazones, lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences, le 28 avril 1745*, (Fig.14)²⁰⁰ que contém a *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones dans sa partie navigable depuis Jean de Bracomoros jusq'à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Essequèbè* (1743-1744). Trata-se do mapa resultante da viagem que La Condamine empreendeu descendo o rio Amazonas e que ilustra seu livro de viagens, tendo sido produzido por D'Anville. O geógrafo superpôs à representação do curso do rio do padre Fritz a do viajante francês, de forma a acentuar a inexatidão da primeira que era considerada a mais exata até então. Todavia, estudos recentes revelam que não era bem assim (FURTADO&CINTRA, 2011: 273-316, SAFIER, 2009: 91-114).

²⁰⁰ No mesmo fundo primitivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, além da obra supracitada de La Condamine (BPMP, G-5-9, 1745), que possui um detalhe cartográfico avulso para alinhamento e justaposição sobre o mapa principal, encontra-se um exemplar de *Extracto del Diario de Observaciones Hechas en el Viage de la Provincia de Quito al Parà, por el Rio de las Amazonas: Y del Parà a Cayana, Surinam y Amsterdam: Destinado para ser leydo en la Asseblea Publica de la Acaddemia Real de la Ciencia de Paris/Por Monsr. De La Condamine, Uno de los tres embiados de la misma Academia a la Linea Equinoccial, para la medida de los Grados Terrestres; Traducida Del Francès En Castellano*. (BPMP, D-9-21, 1745) Publicado em 1745 que contém o mapa de La Condamine.



Figura 14: LA CONDAMINE, Charles M. *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones dans sa partie navigable depuis Jean de Bracomoros jusq' à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu' à Essequèbè*, 1743-1744. Bibliothèque nationale de France.

Todos esses mapas impressos, da pena de geógrafos renomados, não mostravam o verdadeiro embaraçamento de rios da bacia do Amazonas, reclamava Balsemão. Certamente, o conhecimento que se tinha da região amazônica cresceu consideravelmente ao longo do século XVIII, mas sua imensidão territorial tornava o seu mapeamento uma tarefa hercúlea. Muito do conhecimento que se tinha dependia das notícias dos práticos do sertão e dos contatos com os indígenas, pois mesmo o mapeamento *in loco* podia gerar conclusões erradas. Isso porque as condições para os levantamentos eram adversas e, além das dificuldades naturais, que podiam interferir no funcionamento e na utilização dos instrumentos, também havia o risco de erros nas medições matemáticas. Esse foi o caso da “real escolta” chefiada por Luís Fagundes Machado, “cujos erros no cálculo das léguas, na postura e descrição das cachoeiras; e enfim, até na verdadeira medição das alturas, fazem a dita relação pouco atendível”.²⁰¹ Consequentemente, o mapa produzido com as informações da expedição também era cheio de erros.²⁰² Essas informações errôneas deixaram os negociadores portugueses do Tratado de Madri (1750) ignorantes em relação à verdadeira confluência do rio Madeira, o que trouxe consequências para a demarcação das fronteiras no Centro-Oeste.

²⁰¹ AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício do Luis Pinto de Sousa Coutinho ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícia mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem.

²⁰² MBM, 1750. FONSECA, José Golçalves. *Carta Hydrografica em que se descreve as origens de vários e grandes rios da América Meridional Portuguesa e muito especialmente o nascimento do rio da Madeira e os rumos da sua direção*.

De fato, o choque que Balsemão vivenciou entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa fez com que tomasse o mapeamento e o conhecimento empírico do território como um dos pilares de sua atuação, pois sabia que informações fidedignas eram importantes não só para sua governança, mas também para guiar as decisões geopolíticas da Coroa. Por isso, procurou em muitas ocasiões realizar pessoalmente expedições para obter uma “verdadeira noção da topografia do país”,²⁰³ além de revisar cuidadosamente as medições e os próprios mapas produzidos sob sua responsabilidade com o intuito de dirimir possíveis erros,²⁰⁴ o que se torna evidente quando se analisa uma série de mapas construídos ou compilados, a pedido de Balsemão, ao longo dos anos em que serviu como governador.

Um mapa interessante e desconhecido que foi produzido a partir da reunião das informações coletadas direta e indiretamente por Balsemão foi o *Mapa topográfico das vizinhanças de Villabella, desde as fontes do rio Guaporé até o marco do rio Jauru, formado das derrotas, observações que fez e notícias que daquele país adquiriu o Governador que foi dessa Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho*. (Fig.15)²⁰⁵ Claramente, percebe-se que a preocupação central foi mostrar toda a fronteira Sudoeste da Capitania, cuja linha fronteira aparece demarcada em vermelho, estendendo-se desde o marco de mármore localizado no encontro do rio Jauru com o rio Paraguai, até cortar o rio Verde, no extremo Noroeste da carta, perfazendo uma curva na linha fronteira, que, progressivamente, se distancia da margem esquerda do rio Guaporé. A proposta de fronteira mostra o anseio de Balsemão de distanciar para o Oeste a linha fronteira com a América espanhola, afastando-a o máximo possível de Vila Bela, sua capital, para, dessa forma, assegurar para Portugal a posse das duas margens do rio Guaporé.

²⁰³ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.858. 1769. Junho, 23, Vila Bela. Ofício do Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a posição e o estado das missões de Chiquitos.

²⁰⁴ Foi o que fez com as medições que tomou ou mandou fazer ao longo de sua viagem pelo rio Madeira em 1768. Nas instruções que deixou para seu sucessor, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1772 afirmou que estava revisando o mapa que mandou fazer da capitania e que quando estivesse finalizado o remetaria para o novo Governador.

²⁰⁵ BPMP, C-M&A-P.24(47), [1771] publicado em GARCIA, 2011:87. Existem também duas cópias desse mapa no Arquivo Histórico do Exército do Brasil, AHEx nº66-C e nº007 F.6.4.

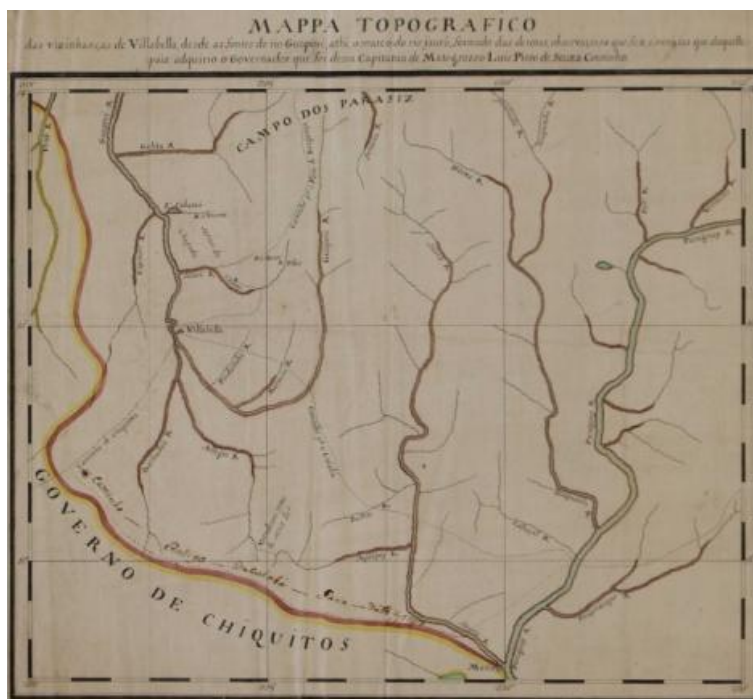


Figura 15: Mapa topográfico das vizinhanças de Villabella, desde as fontes do rio Guaporé até o marco do rio Jauru, formado das derrotas, observações que fez e notícias que daquêle país adquiriu o Governador que foi dessa Capitania de Matogrosso Luís Pinto de Souza Coutinho, [1771]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Como um recorte topográfico da vizinhança de Vila Bela, o mapa destaca a rede hidrográfica – a bacia dos rios Guaporé, Jauru e Paraguai, situados nas proximidades da capital. O único marco do relevo identificado foi o *Campo dos Parasiz*, hoje conhecido como Chapadão do Parecis, região onde nascem os rios Guaporé, Jauru e Paraguai, e que leva esse nome em alusão à principal tribo indígena da área, os Parecis.²⁰⁶ As poucas aglomerações urbanas identificadas no mapa estão próximas à Vila Bela – São Vicente, São Xavier, Santa Anna e Pilar – e, delas, partem os caminhos pontilhados que levam para a Província de Chiquitos, a Oeste, para a Vila de Cuiabá, a Leste, e para o Forte de Bragança, ao Norte. Inclusive, a única anotação feita no mapa marca o “Caminho antigo de Cuiabá para Mato Grosso”, representado paralelamente à fronteira com o Governo de Chiquitos. Certamente, o mapa foi construído nos últimos anos do governo de Balsemão, entre 1770 e 1771, pois foi nesse período que o então Governador enviou a expedição para verificar a localização e a extensão do varadouro entre os rios Alegre e Aguapei, ligação que foi identificada no mapa como “Varadouro novo de 5322 br^a”.²⁰⁷

²⁰⁶ Sobre os índios Parecis ver: CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Pareci no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Cuiabá: UFMT, 2001. (Dissertação. Mestrado em História)

²⁰⁷ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.922. 1771, Abril, 15, Vila Bela.

Possivelmente, foi a partir dessa expedição que também foi produzido o mapa das *Cabeceiras dos rios Alegre e Aguapei*, (Fig.16)²⁰⁸ que ilustra a localização desta passagem. As expedições para verificar “a distância e a situação do istmo de terra” concluíram que a separação entre os braços dos dois rios “não chegava a ter a extensão de duas léguas, por uma campina rasa de um terreno firme”,²⁰⁹ onde seria possível fazer o transbordo das embarcações. Balsemão não teve tempo para a concretização dessa ligação, mas fez questão de informar sobre esse plano ao seu sucessor, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), a quem recomendou “com muita especialidade o de facilitar e concluir o varadouro das canoas sobre o istmo que medeia entre as fontes dos pequenos rios Alegre e Aguapei”.²¹⁰ Tal projeto tornou-se uma “verdadeira obsessão” para Luís de Albuquerque, tanto que, no mapa²¹¹ que produziu sobre a área, anotou que o istmo era “o mais memorável do seu gênero”, já que possibilitaria a ligação entre as “bacias do Amazonas e do Prata permitindo a circum-navegação do Brasil.” (ARAÚJO, 2015:8)

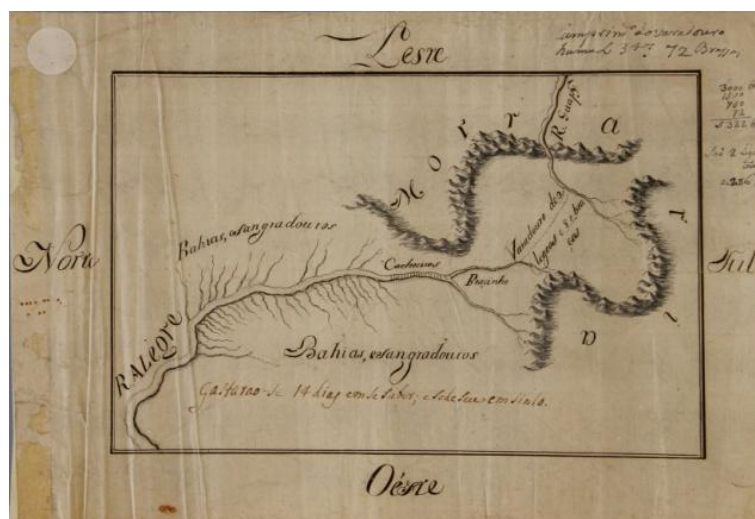


Figura 16: [*Cabeceiras dos rios Alegre e Aguapei*], [1771]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Segundo Renata Araújo, “Luís de Albuquerque sabia que um istmo é uma parte entre dois mares”, por isso “é muito interessante o uso desta expressiva metáfora para referir a esta ligação apenas sonhada entre dois pequenos rios que são lidos como braços das águas grandes do Amazonas e do Prata.” (ARAÚJO, 2015:8) Na realidade, quem

²⁰⁸ BPMP, C-M&A-P.24(51A),[1771], publicado em GARCIA, 2011:50.

²⁰⁹ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.922. 1771, Abril, 15, Vila Bela.

²¹⁰ AHU-MT, CU10, Cx.17, Doc.1045. 1773, Julho, 27, Vila Bela. Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre a dificuldade de execução do varadouro das canoas sobre o istmo que medeia entre as fontes dos pequenos rios Alegre e Aguapei.

²¹¹ CCCI, Cota 23A, [1785]. Configuração do Istmo que formam os rios Alegre e Aguapei, talvez que o mais memorável mo seu gênero de todo o Universo (...). Publicado em GARCIA, 2002:296-297.

apresentou esse termo a Albuquerque foi Balsemão, que recorreu a este “termo geográfico” para enfatizar que, “assim como por meio do pescoço se une a cabeça ao corpo” (BLUTEAU, 1728:209), pelo estreito caminho de terra entre os dois rios ocorreria a “junção de ambos os mares”²¹² da América portuguesa.

A ligação entre os dois rios nunca foi concretizada,²¹³ mas a busca pela sua implementação criou um verdadeiro mito geográfico: as grandes bacias hidrográficas brasileiras, do Amazonas e do Paraguai, poderiam ser conectadas transformando o Brasil em uma grande península.²¹⁴ Certamente, esse projeto não deixa de ser uma transfiguração do que Jaime Cortesão (1884-1960) consagrou como o “mito da Ilha Brasil”.²¹⁵ A interpretação cartográfica de que o Brasil teria fronteiras naturais bem estabelecidas, que inclusive o separariam do resto do continente, formando uma verdadeira ilha, nasceu nos mapas dos séculos XVI e XVII, que conectavam os rios Amazonas e do Prata por meio de uma lagoa central, a Eupana ou Xarais. A presença da lagoa derivou da “necessidade de encontrar limites naturais entre as possessões portuguesas e espanholas” e, por isso, “os cartógrafos portugueses teriam feito coincidir a linha do Tratado de Tordesilhas (1494) com o traçado desses dois rios, fazendo a natureza justificar o predomínio português sobre a colonização brasileira.” (FURTADO, 2013:247-249)

Maria de Fátima Costa (1999) ao analisar a história da construção mitológica e cartográfica da Lagoa do Xarais concluiu que tal denominação tem origem em um amalgama das visões mitológicas indígenas e espanholas e que a paulatina substituição da lagoa pela representação das áreas alagadas - os Pantanaís - “é uma denominação e

²¹² AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

²¹³ Logo no ano seguinte a sua posse Luís de Albuquerque tentou viabilizar o varadouro, mas o baixo nível das águas impossibilitou a concretização da expedição “inaugural” do caminho, que seria feita pelo camboeiro Gabriel Antunes. Juntando “por várias informações de práticos”, o Governador sabia das imensas dificuldades e limitações da ligação, mas mesmo assim estava decidido em concretizá-la. AHU-MT, CU10, Cx.17, Doc.1045. 1773, Julho, 27, Vila Bela. Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre a dificuldade de execução do varadouro das canoas sobre o istmo que medeia entre as fontes dos pequenos rios Alegre e Aguapei.

²¹⁴ Manuel Aires de Casal (1754-1821) em sua *Corografia Brasileira* (1817) definiu o Brasil como uma “península”, pois cercado “ao norte o Oceano Atlântico, e o Rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da Província de Terra-Firme; ao meio dia o golfo, que recolhe o Rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o Rio Paraguai, que corre de norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrário”, seria o Brasil “uma península, cujo istmo, que tem mui poucos côvados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapei e Alegre”. (CASAL, 1945:20)

²¹⁵ A concepção do mito da ilha-Brasil perpassa várias obras de Cortesão, especialmente: CORTESÃO, Jaime. *Introdução à História das Bandeiras*. Vol.1. Lisboa: Portugália Editora, 1964; *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Vol.1. Lisboa: Portugália Editora, 1966; *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Vol.3. Lisboa: Livros Horizonte, 1984 e *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

invenção inequivocadamente lusitana, realizada pelos mamelucos que, no início do século XVIII, em suas monções, passaram a percorrer as antigas águas dos Xarais.” (COSTA, 1999:204)

Porém, mesmo com o progressivo abandono da representação do Xarais como uma lagoa, substituída nos mapas portugueses pelo Pantanal, resultante das cheias do rio Paraguai, a sua importância como entidade geopolítica foi fortemente explorada pela diplomacia portuguesa.²¹⁶ O “mito foi aproveitado pelo Estado português, a partir de finais do século XVII, enquanto discurso legitimador de uma estratégia que visava a ocupação de uma parte importante do território sul-americano em clara oposição ao meridiano de Tordesilhas.” (ALMEIDA, 2001:43-44) Por isso, esteve presente como fundamento das proposições portuguesas de limites no Tratado Provisional, de 1681, e no Tratado de Madri, de 1750, assinados com os espanhóis.

Ao longo do século XVIII, com o aprofundamento do conhecimento sobre a região, a representação da lagoa foi sendo abandonada, mas a denominação “Xarais” ainda permaneceu em muitos mapas, concomitante ao reconhecimento dos pantanais. O fato é que a ideia geográfica de que as duas principais bacias hidrográficas do Brasil seriam unidas por um lago foi transformada em uma proposta mais humilde, a de que a construção de um canal ligando dois pequenos rios do Centro-Oeste do Brasil seria capaz de conectar, finalmente, as bacias do Amazonas e do Paraguai. Essa proposta revela o espírito pragmático de Balsemão, assentado no conhecimento empírico que reuniu sobre a hidrografia da região mato-grossense.

A determinação de Balsemão em conhecer pessoalmente e mapear os principais pontos geográficos da Capitania que governava esbarrou em um imenso problema: a vastidão territorial do Brasil. Assim não bastavam apenas as viagens de reconhecimento, era preciso lançar mão de outros artifícios como: pesquisar na Secretaria de Governo os mapas produzidos por seus antecessores.²¹⁷ Foi por isso que recorreu aos serviços do engenheiro militar José Matias de Oliveira Rego, que redesenhou diversos desses mapas, a pedido de Balsemão.

²¹⁶ Tal aspecto foi duramente criticado por Sérgio Buarque de Holanda. “O historiador paulista argumentou contra a ideia de uma razão de Estado geográfica implícita no movimento bandeirista, rebatendo, sobretudo, a hipótese de que ele fazia parte de um programa expansionista do Estado português pré-definido. Também criticou a tese segundo a qual o suposto mito da Ilha Brasil teria sido instrumentalizado, quer pela Coroa, quer pelos colonos.” (KANTOR, 2007:75)

²¹⁷ Assim que chegou a Vila Bela se ocupou de vasculhar a secretaria de governo em busca de informações e mapas. AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.841. 1769, Março, 2, Vila Bela.

Após concluir seus estudos na Academia Militar e trabalhar em serviços de engenharia no Reino,²¹⁸ José Matias de Oliveira Rego foi nomeado Sargento-Mor da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, em 1763,²¹⁹ suprimindo, finalmente, as suplicas feitas pelo Conde de Azambuja, para que fossem enviados engenheiros à Capitania.²²⁰ Sua primeira grande tarefa foi a construção do Forte de Nossa Senhora da Conceição, que Balsemão renomeou mais tarde, em 1769, como Forte de Bragança.²²¹ Por isso, os primeiros mapas que produziu eram cartas topográficas e planos de fortificações e vilas. Aparentemente, Balsemão decidiu dar novas tarefas para Oliveira Rego, incumbindo-o de redesenhar e mesmo fazer novos mapas de áreas específicas do Mato Grosso, além de plantas gerais que mostrassem a Capitania inserida no contexto de seus limites internos e externos à América portuguesa. Inicialmente, Oliveira Rego foi nomeado para o posto por seis anos, mas permaneceu no cargo até 1772, quando foi transferido para outras capitanias mineradoras, Goiás e Minas Gerais.²²² Voltou ao Reino,

²¹⁸ AHM, PT/AHM/DIV/3/13/01/57, 1760, Setembro, 6. Ofício do marquês de Fronteira dirigido a D. Luis da Cunha, ministro e secretário de estado da guerra, informando que Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino, nomeou o sargento-mor Filipe Rodrigues de Oliveira e o sargento-ajudante José Matias de Oliveira Rêgo, a fim de fazerem orçamento da conclusão das obras na Fábrica de Pólvora de Barcarena.

²¹⁹ AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.703. 1763, Agosto, 23, Lisboa. Decreto de D. José em que nomeia o ajudante de infantaria com exercício de engenheiro José Mathias de Oliveira Rego, sargento-mor de infantaria do Mato Grosso.

²²⁰ AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.698. 1763, Julho, 21, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de António Rolim de Moura Tavares a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o ataque à paliçada do inimigo na barra do rio Itinamas; falta de oficiais; necessidade de armas e munições; prisão de dois padres jesuítas. “Eu havia pedido ao General daquela capitania um Engenheiro que me não pode mandar porque todos os que lá havia naquele tempo eram precisos para fortificá-la. Agora necessito muito mais dele do que quando o pedi.”

²²¹ Assim como Balsemão, Oliveira Rego era um crítico do local escolhido para a construção da Fortaleza. AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.732. 1765, Fevereiro, 11, Vila Bela. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a construção de uma fortaleza no destacamento de Nossa Senhora da Conceição e o que falta para a dita obra. No projeto cartográfico que fez em 1767 para a reforma do Forte, elencou uma série de motivos que justificariam a escolha de um novo lugar para a construção. AHU-MT, 852. [ca.1767] REGO, José Matias de Oliveira. *Projecto da Fortaleza que se quer fazer, no Prezidio denominado Nossa Snra. da Conceição, na margem do rio Guaporé, que extrema com as terras das Missoins de Hespanha do Reyno do Perú*. A Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua guarda uma cópia inacabada desse plano, nº118, [Planta da Fortaleza de Bragança], publicada em GARCIA, 2002:288. Nos últimos anos de Balsemão à frente da Capitania do Mato Grosso, quando o Forte foi novamente atingido por fortes cheias do rio Guaporé, Oliveira Rego e Domingos Sambucetti fizeram um novo parecer condenando a construção e sugerindo um novo local para levantar o Forte. AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.933. 1771, Maio, 30, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o estado de total ruína do Forte de Bragança depois das últimas cheias do rio Guaporé, e a proposta para um novo local para o forte. Todavia, “não poderia eximir das culpas ao sobredito José Mathias” pelo estado de completa ruína do Forte, afinal fez parte da construção e, portanto, recaiu sobre ele a culpa de não ter escolhido um local melhor e materiais de construção mais apropriados. “Oliveira Rego defendeu-se, argumentando ter avisado o governador quanto à inaptidão do terreno”. De qualquer forma, acabou sendo preterido por Domingos Sambucetti, que foi o escolhido para comandar a construção de um novo Forte. (BUENO, 2011:267)

²²² AHU-MG, CU11, Cx.109, Doc.42. Requerimento de José Matias de Oliveira Rego, sargento de Infantaria, pedindo que se lhe passe por certidão o quantitativo dos soldos que vencem mensalmente os oficiais pagos.

provavelmente na década de 1780, e continuou subindo na carreira, alcançando o posto de Coronel Engenheiro.²²³

Provavelmente, um dos primeiros mapas redesenhados pelo engenheiro Oliveira Rego foi a *Planta de parte do Rio Guaporé e barra do Rio Mamoré*, (Fig.17)²²⁴ originalmente desenhada em 1765.²²⁵ O mapa representa uma área crítica, à época pouco conhecida pelos portugueses e, por isso, local de conflito com os espanhóis, que buscavam estender suas áreas de domínio para aquelas paragens. Sendo uma carta topográfica, seu objetivo foi representar o fluxo das correntes das águas, na área de ligação entre os rios Guaporé e Mamoré, com destaque para alguns locais importantes como o “Rio em que os Castelhanos faziam a cilada” e a “Picada por terra de 762 braças que mandou fazer o Ilmo e Exmo Sr. Ge. de Mato Grosso”.²²⁶ Com o Tratado de El Pardo (1761), que revogou os limites estabelecidos no Tratado de Madri (1750), os espanhóis iniciaram uma série de ações militares na fronteira, a fim de conquistar territórios sob o domínio dos luso-brasileiros desde o Tratado de Madri e reestabelecer o que acreditavam serem os limites originais e legítimos estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foi nesse contexto que, partindo da Província de Santa Cruz de la Sierra, um destacamento espanhol tentou invadir o Mato Grosso, em fins de 1766.²²⁷ (REIS, 2002: 28-36) Provavelmente, foi durante os preparativos que antecederam esse conflito que o governador à época, João Pedro da Câmara, mandou fazer o mapa original. Como os conflitos nessa região da fronteira concentravam-se nos rios, era importante possuir mapas hidrográficos, que dessem a conhecer o sentido das correntes, os locais que já tinham sido invadidos anteriormente e instruir as ligações por terra que poderiam servir como rotas de fuga.

²²³ AHM, PT/AHM/DIV/4/1/11/15, 1799, Junho, 1, Lisboa. “Parecer sobre a memória e planos do Real Hospital no Convento do Beato António”, pelo coronel engenheiro José Matias de Oliveira Rego.

²²⁴ CCCI, CG 42, 1769, publicado em GARCIA, 2002:408-9.

²²⁵ CCCI, nº39, 1765, publicado em GARCIA, 2002:222-3.

²²⁶ Refere-se ao antecessor de Balsemão, o Governador João Pedro da Câmara Coutinho, cujo governo durou 3 anos, de 1765 a 1768.

²²⁷ AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.792. 1766, Novembro, 28, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que informa sobre a chegada de um exército de castelhanos à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a sua posterior retirada.

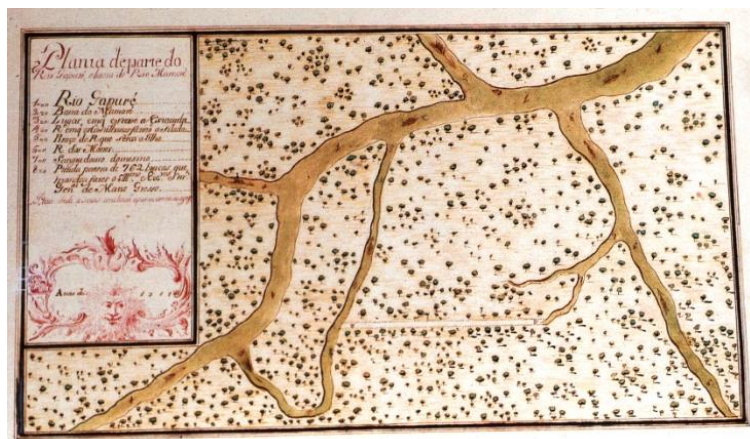


Figura 17: [REGO, José Matias de Oliveira], *Planta de parte do Rio Guaporé e barra do Rio Mamoré*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Índia.

O encontro das águas do Guaporé e do Mamoré localiza-se a mais de 1.000 km. de Vila Bela, o que revela como os mapas eram imprescindíveis para Balsemão, diante da vastidão territorial da área que governava. Somente através deles poderia “ver” os seus extensos domínios e organizar os planos de defesa da sua Capitania e, nesse ponto, o conhecimento do eixo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira “era de crucial importância para a segurança da região, pois era através dele (...), que se corriam maiores riscos de penetração por parte dos vizinhos” (ARAÚJO, 2000:129)

Foi neste mesmo contexto, nos primeiros meses de 1769, ainda no início de sua gestão como Governador e Capitão General da Capitania, que Balsemão mandou fazer o mapa dos *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*. (Fig.7)²²⁸ Alguns dos elementos gráficos do mapa, como a representação das árvores, das cadeias de montanhas e mesmo a grafia dos topônimos e da legenda levam a crer que este mapa também ficou a cargo de José Matias de Oliveira Rego. Dessa vez, o objetivo do mapa era mais abrangente, representar a Capitania do Mato Grosso e Cuiabá e seus limites com a Capitania de Goiás pois, como apontado, Balsemão estava preocupado com os limites internos da sua jurisdição, visto que a considerava muito ampla.

A semelhança deste mapa com outros mapas que retratam a Capitania de Goiás reside na reapropriação que o cartógrafo fez do *Mapa dos Limites de Goiás e Minas Gerais*,²²⁹ de Francisco Tosi Colombina, produzido em 1751. (Fig.18) Não só o traçado e o estilo cartográfico são parecidos, mas também as explicações e os 45 pontos indicados na legenda do mapa - uma extensa descrição dos caminhos, derrotas, vilas,

²²⁸ CCCI, A14, 1769, publicado em GARCIA, 2002:328-331.

²²⁹ APM, SI-002, 1751.

arraias e demais pontos de interesse ao longo da rota entre a Vila de Santos até o Descoberto do Carmo²³⁰ - são exatamente os mesmos do mapa de Colombina. A novidade reside na inclusão do traço “vermelho [que] demarca a capitania do Mato Grosso.” (GARCIA, 2002:330-331) É fato que o Conde de Azambuja teve acesso ao mapa de Colombina²³¹ e, provavelmente, o deixou na secretaria da Capitania, para servir de fonte de informações para os próximos governadores. (ARAÚJO, 2000:473)



Figura 18: Do lado esquerdo o *Mapa dos Limites de Goiás e Minas*, de Tosi Colombina, do outro lado o mapa dos *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*. A similaridade entre os dois mapas fica evidente quando são comparados. Arquivo Público Mineiro e Coleção Cartográfica da Casa da Insua.

No entanto, Balsemão e o autor do mapa, que se encontrava sob suas ordens, não se valeram do mapa original de Colombina de forma acrítica. Centrado em Goiás, o mapa de Colombina dispõe de poucas informações sobre o Mato Grosso e nele os domínios goianos se estendem a Oeste até o curso do rio das Mortes. Já na versão construída sob as ordens de Balsemão, em 1769, o cartógrafo aproveitou a oportunidade para incluir os domínios do Mato Grosso, estendendo-os de Leste a Oeste. Conforme inicialmente propugnava Balsemão, a divisa com Goiás, a Leste, foi estendida, sendo delimitada pelo rio Grande ou Araguaia; em direção ao território espanhol, a Oeste, as duas margens do Guaporé estão sobre domínio português, apresentando uma linha

²³⁰ Atualmente é o município de Monte do Carmo em Tocantins.

²³¹ AHU-MT, CU10, Cx.7, Doc.439. 1754, Janeiro, 26, Vila Bela. Ofício de António Rolim de Moura Tavares a Diogo de Mendonça Corte Real em que remete o mapa do caminho desde Santos até o Vila de Cuiabá e no qual descreve a região do Pantanal. “Ao 1º mapa mandei juntar o de Goiás, que me havia remetido daquela vila Francisco Tosi Colombina”

divisória que se distancia de Vila Bela, estendendo o território da Capitania em direção à região de domínio espanhol.

Desde as primeiras descobertas auríferas em Mato Grosso, ocorridas nos vales do rio Guaporé (1734) e do rio Cuiabá (1719), a Coroa portuguesa desenvolveu uma estratégia de ocupação da fronteira Oeste, principalmente ao longo dos cursos dos rios Paraguai e Guaporé, com o objetivo de consolidar um eixo de assentamentos fronteiriços. Foi por essa razão que Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, primeiro Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, instalou a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), às margens do rio Guaporé, situando-a no extremo Oeste da Capitania. Ao contrário de Balsemão, as pretensões territoriais de Rolim de Moura para sua Capitania estendiam-se nas duas direções. Ele foi defensor de ampliar os domínios do Mato Grosso para Leste, estabelecendo os limites com Goiás no rio Grande ou Araguaia. Num primeiro momento, Balsemão assumiu essa mesma visão, que foi cristalizada no mapa dos *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*, mas sua experiência de governo o fez mudar sua opinião. Nos últimos anos de seu governo, a partir de 1771, passou a defender a proposta de utilizar o rio das Mortes como marco fronteiriço com Goiás, diminuindo a extensão do Mato Grosso à Leste para centrar-se na ampliação dos seus domínios na vertente Oeste.²³²

Wilson Vieira Jr. (2018), em artigo intitulado *Primeiros Mapas da Capitania de Goiás*, levanta a hipótese de que o “fato de este mapa se encontrar na Biblioteca da Casa da Ínsua, que foi a residência de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador que sucedeu a Luís Pinto de Sousa Coutinho no governo de Mato Grosso”, pode ser um indício de que este “mapa elaborado no primeiro ano do governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho tenha sido repassado ao governador seguinte, a fim de instruir Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na administração da Capitania de Mato Grosso.” (VIEIRA JR., 2018:79) Certamente, Balsemão deixou cópias e originais dos mapas que mandou fazer durante seu governo para seu sucessor. É o que se depreende do levantamento realizado por João Carlos Garcia ao inventariar a Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua – que guarda a mapoteca de Luís de Albuquerque – , pois “quase um quinto dos mapas são anteriores à chegada de Luís de Albuquerque a Vila Bela. Destas 36 cartas, 19 correspondem aos quatro anos do governo de Luís Pinto de Sousa

²³² AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.

Coutinho no Mato Grosso (1769-1772), 9 delas [correspondem] ao ano da sua chegada.” (GARCIA, 2002:39)

Seria o mapa intitulado *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*, de 1769, um esboço primitivo da “Carta Geral da Capitania”²³³ que Balsemão começou a construir a partir de 1771, a qual pretendia encaminhar para Luís de Albuquerque antes de partir para Lisboa, no começo de 1773? Certamente Balsemão valeu-se de suas informações para desenhar sua carta geral, mas não só ele é anterior como Balsemão afirmou que o mapa topográfico que estava construindo nessa ocasião possibilitaria a Luís de Albuquerque ver a “atual situação dos nossos limites relativamente aos Domínios do Peru e em como este governo se acha na posse de toda a margem ocidental do Guaporé”.²³⁴ O único mapa conhecido, datado desse período e com essas características é o mapa das *Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás* (Fig.19) que se encontra também na Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua.²³⁵



Figura 19: [*Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua.

Na verdade, esse mapa parece ser uma parte de um projeto ainda maior: o de desenhar um mapa geral de toda a porção do Centro-Norte do Brasil, pois ele é complementado pelo mapa *Norte do Brasil* (Fig.20), que possui o mesmo estilo, escala e está orientado pelos mesmos meridianos, de forma a que pode ser posicionado na parte superior (Norte) do anterior.²³⁶ A superposição dos dois mapas revela que ambos

²³³ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela.

²³⁴ Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro 1772. In: SILVA, Paulo P. C. (Coord.). *Instruções aos Capitães-Generais – Cuiabá: IGHMT*, 2001 p.30-58.

²³⁵ CCCI, A22, [post 1772], publicado em GARCIA, 2002:342-3.

²³⁶ CCCI, A42, [post 1772], publicado em GARCIA, 2002:379.

se completam, apensar do original da carta *Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*, que se encontra na Casa da Ínsua, ter sido cortado, não apresentando as molduras nos dois sentidos Leste e Oeste.



Figura 20: [Norte do Brasil], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua.

Tudo indica que seria esse o grande projeto cartográfico (Fig.21) que Balsemão preparava quando escreveu a primeira versão de sua *Ideia Geral da situação e negócios desta Capitania*,²³⁷ em 1771, e que ainda não estava finalizado quando redigiu as *Instruções* para Luís de Albuquerque, em 1772.²³⁸

²³⁷ AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.

²³⁸ Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro 1772. In: SILVA, Paulo P. C. (Coord.). *Instruções aos Capitães-Generais – Cuiabá: IGHMT*, 2001 p.30-58.

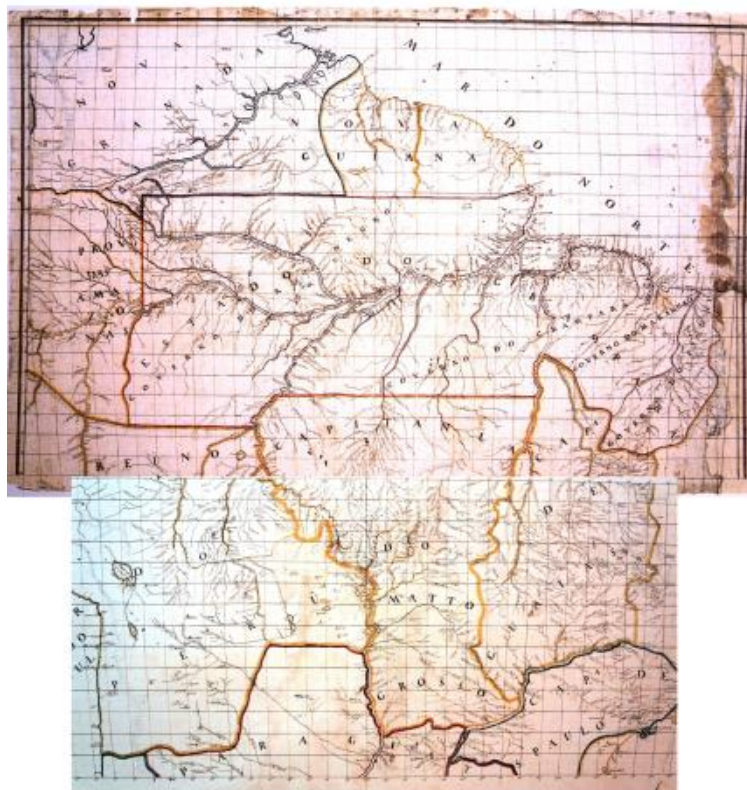
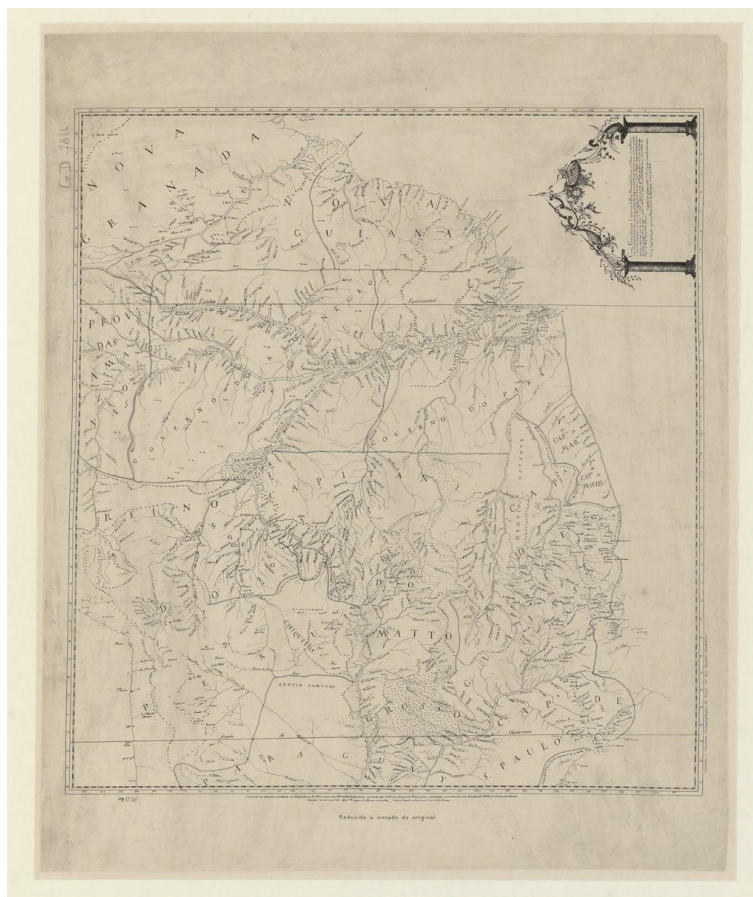


Figura 21: Montagem feita com os dois mapas, [*Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*] e [*Norte do Brasil*], [post 1772]. Coleção Cartográfica da Casa da Índia.

Ao unir os dois mapas, observa-se que ele coincide com a *Carta Geográfica das Capitanias do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e S. Paulo, e das mais províncias e reinos confinantes, desde o paralelo de 10 graus de latitude setentrional, até o paralelo de 26 graus de latitude Meridional, formada dos melhores Mapas, e observações mais modernas, e derrotas que fez do Governador e Capitão General, que foi de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho* (ARAÚJO, 2000:478), do qual existe uma cópia, produzida em 1809, por José Pedro César de Menezes, por ordem do então Governador da Capitania do Piauí, Carlos César Burlamaqui (1775-1844) (ADONIAS, 1985:179). Uma outra versão, baseada nessa cópia, feita para a Comissão Rondon, em 1922, se encontra na Biblioteca Nacional da França (Fig.22).²³⁹

²³⁹ BnF, GED-7812, 1922.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 22: *Carta Geográfica das Capitanias do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e S. Paulo, e das mais províncias e reinos confinantes, desde o paralelo de 10 graus de latitude setentrional, até o paralelo de 26 graus de latitude Meridional, formada dos melhores Mapas, e observações mais modernas, e derrotas que fez do Governador e Capitão General, que foi de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho.* 1922. Bibliothèque Nationale de France.

Algumas características da *Carta Geográfica* levam a crer que sim, este era o mapa geral que Balsemão preparava. A primeira delas é que, Balsemão aponta em suas *Instruções* a seu sucessor Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que, “à vista da carta do país”, o novo Governador poderia avaliar adequadamente o “local da Capitania e da sua topografia”, especialmente a situação “dos nossos limites, relativamente aos Domínios do Peru”.²⁴⁰ Os dois mapas supracitados, especialmente quando vistos de forma conjunta, proporcionam uma visão geral da Capitania do Mato Grosso em relação aos seus vizinhos internos (as capitanias da América portuguesa) e externos (a América espanhola), fornecendo uma vista geral de seus limites, como prometera Balsemão. Além disso, a fronteira com a Capitania de Goiás segue o projeto que ele defendera, sendo representada correndo ao longo do curso do rio das Mortes. No

²⁴⁰ Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro 1772. In: SILVA, Paulo P. C. (Coord.). *Instruções aos Capitães-Generais – Cuiabá*: IGHMT, 2001 p.51.

Mapa de Todo o vasto Continente do Brasil,²⁴¹ construído alguns anos mais tarde, sob as ordens de Luís de Albuquerque, há um claro diálogo com os mapas feitos sob a supervisão de Balsemão. (Fig.23) As grandes diferenças estão na presença do Real Forte do Príncipe da Beira²⁴² e na delimitação da fronteira com a Capitania de Goiás, que, dessa vez, segue o rio Grande ou Araguaia.

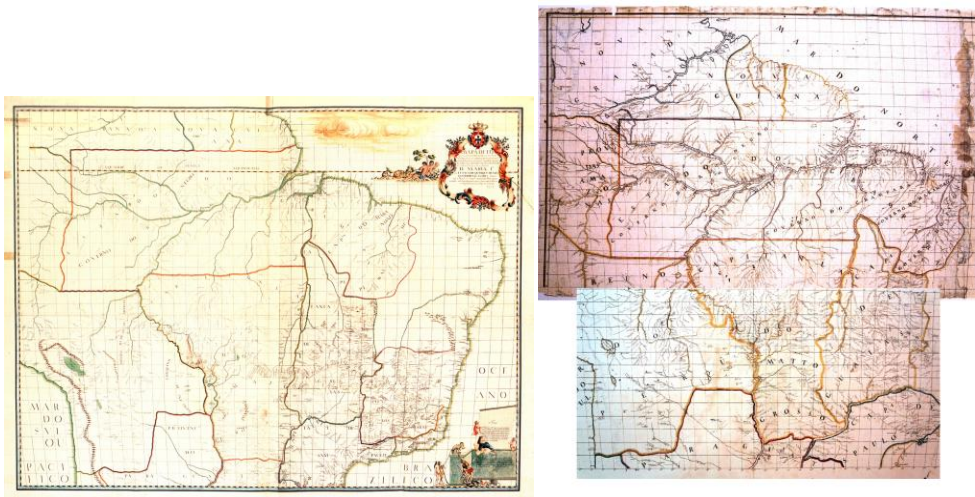


Figura 23: Do lado esquerdo o *Mapa de Todo o vasto Continente do Brasil*. Do lado direito a junção dos mapas *Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás e Norte do Brasil*. Comparando os dois mapas é possível perceber continuidades e rupturas entre as representações cartográficas defendidas por Luís de Albuquerque e Luís Pinto. Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua.

Certamente, Balsemão contava com informações e mapas para embasar sua representação da parte Centro-Norte do Brasil: além de conhecer os mapas impressos no exterior sobre o continente, também conhecia diversos mapas e informações sobre as capitanias vizinhas. Seu interesse, aliado à importância que os mapas desempenhavam no universo dos governadores da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, é uma mostra do crescente interesse “de integrar a região num suposto mapa ‘maior’ da colônia, quer buscando informações sobre as áreas confinantes à capitania, quer fixando a sua imagem balizada por estas áreas.” (ARAÚJO, 2000:478)

Aparentemente, a “carta do país”, de Balsemão, não foi o seu primeiro projeto cartográfico continental. Ainda em 1769, incumbiu Oliveira Rego de atualizar o *Mapa*

²⁴¹ CCCI, A24, 1778, publicado em GARCIA, 2002:346-7.

²⁴² O Real Forte do Príncipe da Beira começou a ser construído na administração de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 1775. Alguns dos principais trabalhos dedicados exclusivamente à história do Forte são: FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa*. Cuiabá: UFMT. 2003. (Dissertação. Mestrado em História); NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985; PINTO, Emanuel Pontes. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: UFRJ 1989; BARROSO, Lourismar da Silva. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. Porto Alegre: PUCRS, 2015. (Dissertação. Mestrado em História).

do Continente das Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Cuiabá e Mato Grosso da Monarquia Lusitana. (Fig.24)²⁴³

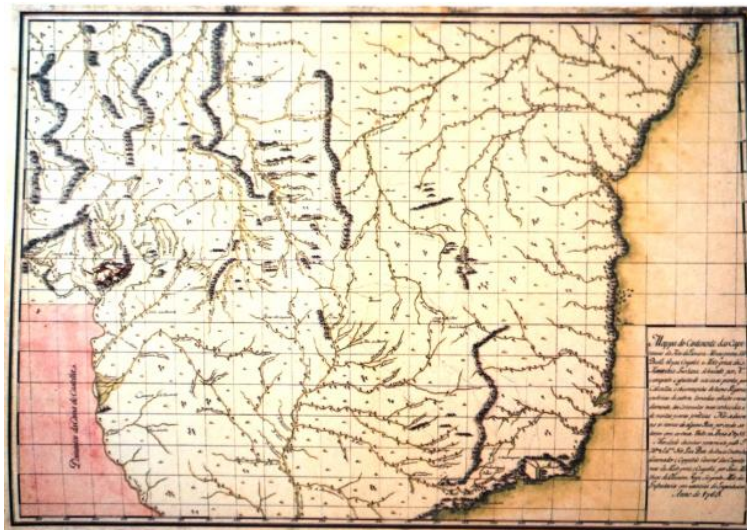


Figura 24: REGO, José Matias de Oliveira. *Mapa do continente das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Cuiabá e Mato Grosso da Monarquia lusitana*, 1769. Coleção Cartográfica da Casa da Insua.

Segundo Jaime Cortesão:

De mais amplo interesse é a carta das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, feita em 1769 por José Matias de Oliveira Rego, e por ordem do Governador de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Ela representa o esforço para renovar a carta do Brasil meridional, conforme as primeiras e importantes observações de longitudes do Paraná e Paraguai. (CORTESÃO, 1968:348)

Originalmente desenhada em 1755, o mapa foi construído com base em “cálculos, e observações de uns lugares, e notícias de outros, tomadas solícita e miudamente dos sertanistas mais conhecidos e de muitas pessoas práticas”. (GARCIA, 2002:332) Sua construção estava inserida no contexto de instalação da Capitania do Mato Grosso e das expedições da Terceira Partida das comissões demarcatórias do Tratado de Madri. Um dos seus aspectos mais interessantes é o panorama geográfico que apresenta, pois abrange a área ocupada pelas capitanias citadas no título, mas sem identificar os seus respectivos limites políticos. Certamente, Balsemão tinha interesse em reeditar esse mapa para obter um panorama geral de sua Capitania, especialmente de sua relação com seus vizinhos internos na América portuguesa.

A cópia que Oliveira Rego fez do *Mapa de uma parte da América Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas coroas de Portugal e*

²⁴³ CCCI, Cota A15 e 1-9, publicado em GARCIA, 2002:332.

Espanha, (Fig.4)²⁴⁴ a pedido de Balsemão, é outro exemplo do interesse do Governador em obter acesso à cartografia acerca das capitanias vizinhas. O foco do mapa é a região Sul do Brasil, mais especificamente a demarcação primeira que foi estabelecida entre Castilhos Grande até o posto de Santa Tecla, por isso abarca a parte Norte do Brasil meridional, as missões jesuíticas e os caminhos que partem da região, em direção ao extremo Sul, passando pelos rios Ibicuí e Jacuí, o último desaguando na Lagoa dos Patos. O Rio Negro e a Lagoa Merim ganharam destaque com a identificação de grande parte de seus afluentes. Além da localização das vilas de Buenos Aires, da Colônia do Sacramento e de Montevideú, destaca-se a linha fronteira que divide as áreas da América portuguesa e da espanhola, segundo o definido no Tratado de Madri, em 1750. Por esta razão, também localiza os três marcos de mármore instalados durante as expedições demarcatórias que se seguiram a esse tratado. O mapa apresenta intervenções como linhas tracejadas, inscrições de cursos de rios e de seus nomes, demonstrando que não foi apenas utilizado para visualização, mas para, nele, traçar diferentes visões geopolíticas do território. (Fig.25)²⁴⁵



Figura 25: Detalhe das inscrições e desenhos feitos no mapa que mostram caminhos partindo da Colônia do Sacramento para a linha de fronteira demarcada em direção ao Norte da carta. REGO, José Matias de Oliveira. *Mapa de uma parte da América Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas coroas de Portugal e Espanha*, 1769. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Segundo Renata Araújo, o “interesse prioritário” de Balsemão “relativamente ao mapa da área do rio Uruguai dizia, provavelmente, respeito às táticas de guerra” e de movimentação das tropas que a carta indicava, o que era de “especial utilidade na

²⁴⁴ BPMP, C-M&A-P.24(38), 1769, publicado em GARCIA, 2011:100-101.

²⁴⁵ No século XIX, em 1827, no contexto da Guerra Cisplatina, esse mesmo mapa foi revisitado e atualizado para uso do exército imperial. ANB, 1827. CRONENBERGER, Pedro. Imperial Arquivo Militar. *Mapa de uma parte da América Meridional pertencente à divisão, pelo público tratado de limites, entre as duas coroas de Portugal e Castela*.

conjuntura então vivida no Mato Grosso, quando se pensava que era possível haver um ataque espanhol”. (ARAÚJO, 2000:478)

Uma vez nas mãos de Balsemão, estes mapas foram instrumentalizados para que ele pudesse organizar a estratégia territorial de seu governo. Apesar do pouco tempo em que esteve à frente da Capitania, entre novembro de 1768 a dezembro de 1772, ele conseguiu desenvolver importantes projetos relacionados aos quatro cantos da Capitania do Mato Grosso e, para todos eles, os mapas foram ferramentas fundamentais. Ao Norte, incentivou a presença portuguesa ao longo do curso do Rio Madeira criando alguns aldeamentos indígenas,²⁴⁶ dos quais fez projetos topográficos, e tentou, a todo custo, manter em pé o Forte de Bragança.²⁴⁷ Inclusive, tratou de integrar o Forte às vilas da Capitania criando um caminho por terra entre eles.²⁴⁸ Ao Sul, desenvolveu o projeto do varadouro dos rios Alegre e Aguapei e projetos, em conjunto com a Capitania de São Paulo, na busca por aumentar a presença portuguesa ao longo do rio Paraguai, além de estabelecer os limites entre as capitanias.²⁴⁹ Da mesma forma, a Leste procurou um acordo sobre os limites com Goiás e visitou a Vila de Cuiabá, tratando de relacionar-se com as elites de sua vasta Capitania.²⁵⁰ A Oeste, tentou alargar a linha divisória com a América espanhola, assegurando a conquista da margem esquerda do rio Guaporé. Para

²⁴⁶ Balsemão instalou e reformou alguns aldeamentos indígenas ao longo do rio Madeira, para os quais mandou José Matias de Oliveira Rego construir plantas topográficas. Exploramos esse aspecto na primeira parte desta tese, no primeiro capítulo.

²⁴⁷ A localização do Forte de Bragança, as margens do rio Guaporé, e a forma como foi construído, com a falta de cal e materiais resistentes, fazia com que estivesse sempre com problemas estruturais. Fato que era agravado quando as cheias do rio Guaporé aconteciam, e frequentemente atingiam a construção, provocando, inclusive, a queda de muros e paredes. Foram várias as reformas e os estudos que Balsemão organizou na tentativa de melhorar o Forte e procurar um local mais adequado para sua reestruturação. Exploramos esse aspecto na primeira parte desta tese, no primeiro capítulo. Ver: COSTA, Graciete G. *Fortes portuguesas na Amazônia brasileira*. Brasília: UnB, 2015. (Relatório Pós-Doutorado)

²⁴⁸ Nos referimos a expedição planejada por Balsemão e comandada pelo sertanista João Leme do Prado, para explorar o sertão entre Vila Bela, o Forte de Bragança e a Vila de Cuiabá, a fim de estabelecer um caminho por terra entre essas localidades. Exploramos esse aspecto na primeira parte desta tese, no primeiro capítulo.

²⁴⁹ AHU-SP, CU23-01, Cx.28, Doc.25593(2). Em cartas trocadas com o Governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelhão Mourão, Morgado de Mateus (1722-1798), Balsemão tratou do estabelecimento do Iguatemi, no encontro dos rios Iguatemi e Paraná; do projeto de fortificação do rio “Botetey”, e do estabelecimento do Fecho de Morros, no rio Paraguai, todos tinham em vista a consolidação da posição portuguesa na bacia dos rios Paraguai e do Paraná. Inclusive, os dois governadores trocaram mapas sobre as regiões de interesse.

²⁵⁰ “Veio a esta Villa aonde chegou em 20 de Julho do mesmo anno [1769], e foi recebido com a maior ostentação, que pode ser; formarão as Ordenanças na sua entrada, deramse-lhe as descargas do estillo, e recolheuse a residencia, que se lhe havia preparado, e logo nessa noite, como nas duas sucessivas illuminou-se toda a Villa. No domingo que se seguio, que se contava 23 do mes foi conduzido a Igreja Matris debaixo de Palio carregado por seus Republicanos, e acompanhado pella Camara com toda a mais Nobreza, e Povo” *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, Anno de 1769*, fl.40. (SUZUKI, 2007:95)

tanto, monitorou o que ocorria nas províncias de Moxos e Chiquitos, inclusive enviando expedições secretas.²⁵¹

Em 1773, Balsemão voltou para a Europa, onde ocupou, até a sua morte, em 1804, importantes cargos na Monarquia portuguesa. Primeiro, serviu como Ministro Plenipotenciário em Londres, entre 1774 até 1788. Em seguida, Dona Maria I (1734-1816) reorganizou seu gabinete e o convocou para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, onde permaneceu até 1801. Foi nesse último ano, que o Príncipe Regente Dom João (1767-1826) o redirecionou para a Secretaria do Reino, cargo que ocupou até sua morte, em 1804. Em todas essas funções, os mapas desempenharam papel fundamental e, certamente por isso, ao final da vida, Balsemão possuía uma coleção cartográfica considerável, que abarcava várias partes do globo.

Em Londres, sua primeira grande tarefa esteve relacionada ao estabelecimento de uma mediação ou congresso, que visava organizar um novo tratado de limites entre as Américas portuguesa e espanhola. “Esta posição corresponde à perspectiva pombalina de utilizar o apoio inglês para uma regulação das fronteiras com base em tratados anteriores, como o de 1750, mediante um congresso em Paris.” (SILVA, 2002:197)

Por tanto, possuir mapas era algo imprescindível, pois seria com base nesses documentos que Balsemão poderia sustentar os argumentos territoriais lusos, afinal a “definição precisa do espaço colonial a partilhar ou separar”, entre as duas Coroas, só seria possível, para Balsemão, com “um conhecimento adequado da região disputada.” (SILVA, 2002:198) Nesse ponto, ele gozava da confiança da Coroa e da experiência como governador, o que lhe permitiu acumular um vasto conhecimento geográfico sobre o Brasil, tanto que, em reuniões com ministros britânicos sobre os conflitos na América do Sul, era taxativo ao afirmar ser “prático das cousas da America”,²⁵² chegando mesmo a emprestar às autoridades inglesas mapas para que pudessem acompanhar o teatro da guerra luso-castelhana que se estendia no sul do Brasil.²⁵³

²⁵¹ AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.871. 1770, Janeiro 9, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a expedição, com uma missão secreta que mandou a Chiquitos e da notícia da sua apreensão e do expresso que enviou a Moxos pedindo explicações.

²⁵² ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702, 25/02/1777.

²⁵³ TNA, SP 89/83/15, 1776, Sept. 9. Folio 43: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth. “He will present a map of the disputed region at their next meeting.”

As negociações desenvolvidas por Balsemão na Inglaterra concentraram-se, especialmente, na fronteira Sul do Brasil, área de grande importância estratégica e palco de frequentes conflitos armados. Desde o período como governador, Balsemão demonstrou interesse em conhecer e adquirir mapas sobre a região, e provavelmente, naquele momento intensificou a necessidade de colecioná-los, já que teriam grande utilidade em seu trabalho diplomático.

Enquanto governador, Balsemão tivera a oportunidade de consultar, adquirir e produzir os mapas de que precisava para exercer sua função. Para tanto, contou com a colaboração dos governos de capitanias vizinhas e dos engenheiros-militares a serviço, que forneceram cartas manuscritas ou cópias de outras pré-existentes. Quaisquer outros tipos de mapas tinham que chegar, naquele recôndito sertão, através do correio ultramarino. Certamente, na sua comitiva, que deixou Vila Bela em direção a Lisboa, e depois no *packet boat*, que levou seus pertences a Londres, estavam alguns mapas, mas uma vez instalado na capital britânica, Balsemão se viu no mais importante centro de impressão de mapas da Europa. “Não importa quem fazia os mapas, eles eram baratos e podiam ser obtidos facilmente com o próprio cartógrafo, ou com um impressor ou um vendedor de livros.” (PEDLEY, 2007:22) Especialmente na Inglaterra, “os mapas eram abundantes e mais baratos” (PEDLEY, 2007:21) e a crescente expansão do mercado interno e da educação contribuiu para a consolidação do comércio de mapas no país.

Este era um cenário propício para o aprofundamento dos interesses de Balsemão pelas Ciências, pela Literatura e, especialmente, pelos mapas. Na agitada Londres da segunda metade do século XVIII, os mapas

estavam em todos os lugares: nas vitrines das gráficas, nas salas de aula, nos cafés, em jornais, emoldurados nas paredes das casas e impressos em Atlas nas bibliotecas particulares. Decoravam os móveis, os baralhos, os jogos de tabuleiro, os leques das senhoras e as canecas de café. Estavam ao alcance inclusive dos analfabetos. (PEDLEY, 2007:16)

Foi nesse ambiente que Balsemão pôde ampliar sua coleção, já que a facilidade de encontrar cartas impressas poderia ser muito útil para suas tarefas diplomáticas. Nos anos anteriores ao Tratado de Santo Ildefonso, por exemplo, alguns ingleses, como John Nourse (1705-1780) e Robert Sayer (1725-1794), publicaram versões de mapas consagrados da América do Sul, baseados nos originais de Jean Palairret (1697-1774) e de D’Anville, respectivamente. (Fig.26) Monitorar essas edições era uma das formas com que a Coroa portuguesa poderia acompanhar o nível de conhecimento da Europa

em relação à sua maior colônia, por isso muitos exemplares de mapas ingleses que retratavam o Brasil tiveram como destino a coleção de Balsemão.²⁵⁴



Figura 26: PALAIRET, Jean. *South America*, [1775]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

“No século XVIII, a transitividade entre cartografia e diplomacia era tal que, em um século extremamente bélico, os tratados políticos e as delimitações de fronteiras estiveram intrinsecamente conectados ao aprimoramento da cartografia sob bases iluministas.” (FURTADO, 2012b:506) Foi por isso que, para as negociações do Tratado de Madri, os portugueses recorreram, de forma intensa, aos mapas.

Dom Luís da Cunha foi quem primeiro alertou a Coroa para a necessidade de construir um mapa fidedigno e científico que embasasse as negociações. Por essa razão, solicitou ao geógrafo francês, D’Anville, que produzisse um mapa da América do Sul, baseado nas informações geográficas mais atualizadas, que, na maior parte, foram fornecidas pelo próprio Dom Luís da Cunha. “Ciente do poder dos mapas para guiar as negociações, dom Luís da Cunha não se furtou de munir-se de instrumentos cartográficos sempre que fosse necessário dar a ver o território pretendido.” (FURTADO, 2012b:509) Seu objetivo era produzir um mapa espelho do território, uma forma de ver com clareza a verdadeira extensão geográfica da América do Sul e, conseqüentemente, das possessões portuguesas. Foi assim que D’Anville desenhou a *Carte de l’Amérique méridionale*, da qual Balsemão possuía a edição de 1765. (Fig.27)²⁵⁵

²⁵⁴ BPMP, C-M&A-P.13(10), [1775], publicado em GARCIA, 2011:88.

²⁵⁵ Sobre a colaboração entre D. Luís da Cunha e D’Anville ver os trabalhos de Júnia Furtado (2012b e 2013). BPMP, C-M&A-P.25(58), [1765], publicado em GARCIA, 2011:44-5 .



Figura 27: D'ANVILLE, Jean B. B. *Carte de l'Amérique méridionale*, 1765. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Em seu exemplar, Balsemão fez “correções manuscritas, nomeadamente na margem esquerda do rio S. Francisco”, assim como no “rio Orinoco e na confluência do rio Mamoré com o Madeira [onde] são visíveis algumas correções manuscritas do traçado destes cursos de água.” Ainda na “margem esquerda do Paraguai, foi traçada à mão, uma linha que correspondendo em grande parte, à linha divisória de águas, [que] ilustra uma proposta de divisória política.” (GARCIA, 2011:44-5)

Assim, Balsemão recorria aos mapas para desenhar a sua proposta de fronteira, como nos mapas que mandara fazer, quando Governador do Mato Grosso, e agora, ocupando o posto de embaixador, continuou com o mesmo costume, tendo em vista as negociações de um novo tratado de limites.

Balsemão também possuía uma versão da *Carte de l'Amérique méridionale*, publicada por Robert Sayer, em 1772. (Fig.28)²⁵⁶ Nela, também fez “várias correções manuscritas no traçado dos cursos de água e novas indicações de povoamento,

²⁵⁶ BPMP, C-M&A-P.25(11), 1772, publicado em GARCIA, 2011:46-7.

principalmente nos vales dos rios: Amazonas, Madeira, Mamoré, Araguaia e afluentes do Paraguai.” O mais interessante é que estas “emendas a tinta vermelha e castanha, por vezes sobrepostas, parecem denunciar dois momentos de correção”, pois algumas “das indicações a tinta castanha estão em português, outras em inglês.” (GARCIA, 2011:46) As anotações concentram-se especialmente nos locais mais conhecidos por Balsemão que, inclusive, desenhou o curso dos rios Mamoré, Guaporé, Tapajós “e do ‘Paragua’, afluente do Paraguai, e a descrição pormenorizada do sector montante do ‘Xingú’”. Também é possível ver anotações nas linhas de fronteiras desenhadas por Sayer. No limite Oeste do Brasil, por exemplo, anotou “*This line has been drawn on the Map quite at random*”. Na divisa entre o Brasil e as Províncias de Mojos e Chiquitos, escreveu “*The division between the Spanish and Portuguese territories runs from S. Miguel’s river along the height of the Land [o] Marco on the Paraguai*”. Ainda anotou as divisões internas no Brasil, identificando as Capitânicas do Grão Pará, Maranhão, Piauí, Goiás, São Paulo e Mato Grosso. (GARCIA, 2011:46-7)



Figura 28: SAYER, Robert. *Carte de l'Amérique méridionale*, 1772. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Teria sido a versão de Sayer que Balsemão utilizava nas reuniões diplomáticas que fazia com as autoridades inglesas? Indubitavelmente, os mapas que Balsemão colecionava eram verdadeiras ferramentas de trabalho, que não só davam “a ver os possíveis territórios a serem intercambiados na América, ou a sua impossibilidade, também servia[m] para representar por onde deveria passar a raia que estava sendo negociada.” (FURTADO, 2012b:510)

Apesar dos esforços de Dom Luís da Cunha e de D’Anville, no desenrolar das negociações do Tratado de Madri, a *Carte de l'Amérique méridionale* foi preterida

pelo mapa construído sob a supervisão de Alexandre de Gusmão (1695-1753), o *Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*, mais conhecido como *Mapa das Cortes*, do qual Balsemão também possuía uma cópia. (Fig.29)²⁵⁷

De acordo com Jaime Cortesão, um dos maiores estudiosos do *Mapa das Cortes*, a versão existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto é uma “reprodução manuscrita do Mapa das Cortes, cujo título, mais correto que a reprodução de Borges de Castro, se relaciona com o exemplar do mapa que tem a declaração C.” (CORTESÃO, 1968:424) Ou seja, Cortesão afirma que o mapa que pertenceu a Balsemão era uma cópia de uma das três versões espanholas do *Mapa das Cortes*, feito originalmente em 1751, que continha a Declaração C. Apesar da cópia de Balsemão ser simples, pois não contém no verso a dita declaração.²⁵⁸

Em 1751, para organizar a execução das expedições demarcatórias do Tratado de Madri, decidiu-se que cada Coroa faria três cópias do *Mapa das Cortes*, “a serem trocadas e entregues aos Comissários das respectivas partidas espanholas e portuguesas, encarregados de demarcar no terreno a linha estabelecida sobre a carta” (CORTESÃO, 1968:417), baseadas no mapa português, originalmente produzido, em 1749. Esses mapas foram organizados e identificados de acordo com três declarações diferentes. A declaração A foi inserida nos mapas originais, de 1749.²⁵⁹ A declaração B²⁶⁰ foi inscrita nas cópias portuguesas e a declaração C foi realizada nas cópias espanholas.

²⁵⁷ BPMP, C-M&A-P.24(62), [1775-99], publicado em GARCIA, 2011:86.

²⁵⁸ A Declaração C era: “esta carta geográfica és copia fiel y exacta de la primera sobre que se formó y ajustó el Tratado de Limites señalado en 13 de Enero de 1750 y porque en la dicha carta se halla una línea encarnada, que señala, y pasa por los lugares por donde se hade hacer la demarcación se declara que la dicha línea solo sirve enquanto ella se conforme con el Tratado referido, y para que en todo tiempo conste. Nos Ministros plenipotenciarios de Sus Mag. C. y F. lo firmamos y sellamos con el sello de nuestras Armas. Madrid a 12 de Julio de 1751.” (CORTESÃO, 1968:421)

²⁵⁹ “Esta Carta geografica, que hade ficar no real Archivo de Portugal, como outra semelhante que hade ficar no Archivo real de Espanha, he a de que se sérvio o Ministro Plenipotenciario de S. M. F. para ajustar o Tratado de divisam dos Limites na America Meridional asinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita Carta se acha huma linha vermelha, que asinala, e pasa pelos lugares por onde se hade fazer a demarçãam, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se fes depois nam vae conforme com ele em pasar do pé do Monte de Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do Rio Negro, e seguir por ele até entrar no Rio Uruguai devendo buscar a origem principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado, se declara que a dita linha só serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido; e para que todo tempo assim conste. Nós abaixo asinados Ministros Plenipotenciários de S. M.F e S. M. C. lhe puzemos as nosas firmas, e selos de nosas Armas. Madrid, 12 de julho de 1751” (CORTESÃO, 1968:420)

²⁶⁰ “Esta Carta geográfica, he copia fiel e exacta da primeira sobre que se formou e ajustou o Tratado dos Limites asinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita carta se acha huma linha vermelha, que asinala e pasa pelos lugares por onde se hade fazer a demarçãam, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se fez depois nam vae conforme com ele em pasar do pé do Monte dos Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele ate entrar no Rio Uruguai, devendo buscar a origem



Figura 29: *Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de España en la America Meridional*, [1775-99]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Tudo indica que as versões espanholas originais se perderam, pois o que se conhece são apenas as cópias, como a reproduzida por José Ferreira Borges de Castro, em sua obra *Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos: celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente*. (1858). E, entre elas, figura ainda a cópia de Balsemão, guardada na Mapoteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto. A grande questão é que as cópias espanholas apresentam uma linha de fronteira diferente da acordada nas declarações firmadas entre as Coroas. Segundo o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Jr., 1845-1912), que procurou incessantemente pelos originais espanhóis, o autor das cópias castelhanas não hesitou em “afastar-se do original português”, especialmente nos “pontos secundários, que não interessavam à demarcação”. (CORTESÃO, 1968:422) Pode ter sido essa peculiaridade que levou Balsemão a fazer, ou obter uma cópia do *Mapa das Cortes* espanhol, inclusive porque as mudanças na linha da fronteira foram feitas na região Sul, área de especial interesse e palco de intensos conflitos recentes.

Mas, se para o Tratado de Madri, a Coroa portuguesa preparou um mapa específico, com o intuito de nortear sua assinatura e implementação, o mesmo não

principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado: se declara que a dita linha só serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido; e para que a todo o tempo assim conste. Nós abaixo assinados Ministro Plenipotenciários de S. M. F. e S. M. C. lhe puzemos as nossas firmas, e selos das nossas Armas. Madrid, 12 de julho de 1751” (CORTESÃO, 1968:420-1).

ocorreu nos tratados subsequentes. Pelo menos, não de forma oficial. Segundo André Almeida, uma tentativa foi feita pelos espanhóis, através do Marquês de Grimaldi, que patrocinou a construção do *Mapa Geográfico da America Meridional*, feito por Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, com o intuito, primeiramente, de obter uma base cartográfica atualizada da América espanhola. Mas, na medida em que o projeto tomou corpo, acabou se transformando no mapa ideal para servir de base a nova negociação de limites entre as Coroas ibéricas, pelo menos em tese. Isso porque, quando, em 1775, o mapa foi finalizado, apresentando “uma linha de fronteira que, de fato, correspondia a uma divisão entre o Brasil e os domínios espanhóis na América do Sul” (ALMEIDA, 2009b:83), algo ficou muito claro para Grimaldi: confirmar a fronteira como estabelecida pelo Tratado de Madri era o “reconhecimento das usurpações territoriais do inimigo.” (ALMEIDA, 2009b:84). Por isso, mandou refazer o mapa sem o desenho da fronteira comprometedora, concentrando a estratégia espanhola na defesa estrita do Tratado de Tordesilhas (FURTADO, 2021a).

As circunstâncias e a realidade que o mapa evidenciou para Grimaldi fizeram com que os planos iniciais fossem abortados. Se, primeiro, imaginou um mapa impresso justamente pela facilidade de difusão e de reprodução do mesmo, no final acabou restringindo, ao máximo, sua circulação, tentando mantê-lo somente dentro da esfera política espanhola. Mas, como afirma Matthew Edney,

o consumo dos mapas, a infinidade de momentos em que são fixados significados, não representa uma absorção passiva de informações, mas uma incorporação do mapa dentro de ações, e essas ações ainda trazem outros significados e moldam aqueles já atribuídos. Então, os mapas são múltiplos e o seu consumo uma performance. Não há espaço aqui para um mapa estrita e exclusivamente material.²⁶¹ (EDNEY, 2019:40)

Foi isso que os historiadores André Almeida (2009b) e Junia Furtado (2021a) perceberam quando revisitaram o contexto de produção desse mapa. A elucidação desses contextos mostra toda a trama política que esteve ligada a esse mapa, a necessidade da Coroa espanhola de obter informações cartográficas fidedignas, mas ao mesmo tempo de omiti-las, quando não interessavam aos seus objetivos imperiais. Quando Grimaldi percebeu que o mapa não correspondia, exatamente, aos seus anseios

²⁶¹ Tradução do original: “The consumption of maps, the multitude of moments when their meaning is fixed, is not a passive absorption of information but an incorporation of the map into actions, and those actions further carry meaning and shape the meanings accorded to the map. So, maps are themselves of multiple forms and map consumption is a performance. There is no room here for a strictly and solely material map.”

geopolíticos, decidiu usar outras frentes para reforçar seu argumento, por isso, “mandou traduzir e publicar (na França, em 1776), não sem antes ter mandado fazer algumas alterações no texto original, que o tornassem mais incisivo contra Portugal” (ALMEIDA, 2009b:84), a *Disertación Historica y Geografica* de Jorge Juan y Santacilia (1713-1773) e D. Antonio de Ulloa (1716-1795). (FURTADO, 2021a:15) Inclusive, o mapa que acompanhava essa nova edição apresenta duas linhas de limites, baseadas em interpretações do Tratado de Tordesilhas, sendo que ambas comprometiam fortemente os interesses portugueses. Certamente, essa reedição levou Balsemão a procurar e adquirir os textos produzidos por Jorge Juan e Ulloa, como a *Relacion historica del viage a la America meridional e Observaciones astronomicas y phisicas hechas de orden de S. Mag. en los reinos del Peru*,²⁶² pois para o planejamento das ações diplomáticas era necessário saber “avaliar as possibilidades da corte de Lisboa de conseguir ser bem sucedida nos seus objectivos diplomáticos.”(SILVA, 2002:194)

Foi nesse contexto de disputa narrativa, que o Embaixador contribuiu com informações sobre a colonização portuguesa para a obra sobre a história da América, do historiador escocês, William Robertson.²⁶³ Assim que foi nomeado para a Embaixada em Londres, Balsemão foi reconhecido como um homem de vasta experiência e erudição, o que, com certeza, lhe abriu as portas na comunidade ilustrada inglesa. Provavelmente, foi através desses ciclos intelectuais que Robertson chegou à Balsemão, pois afirmou que, depois de uma “educada recepção”, se sentiu encorajado a enviar “perguntas sobre o caráter e as instituições dos nativos da América” e que Balsemão lhe deu “respostas muito completas”. Robertson ressaltou, ainda, que “com uma atenção perspicaz aos curiosos objetos que sua situação apresentava, eu muitas vezes o tenho seguido como um de meus guias mais bem instruídos.” Segundo Robertson, as informações de Balsemão eram importantes para compor, em seu livro, um perfil sobre os indígenas americanos porque ele “comandou por vários anos em Mato Grosso, um assentamento de portugueses no interior do Brasil, onde os índios são numerosos e seus costumes originais pouco alterados por meio de relações com europeus”.²⁶⁴(ROBERTSON, 1777:5)

²⁶² BPMP, G-12-51[1] e [2], Fundo Primitivo. 1748 e G-12-51[3], Fundo Primitivo, 1748.

²⁶³ “Robertson foi um dos historiadores mais respeitados do século XVIII, clérigo da Igreja da escócia, reitor da universidade de Edimburgo e historiógrafo real da Escócia.” (VARELLA, 2016:353)

²⁶⁴ Tradução do original: “From other quarters I have received information of great utility and importance. M. le Chevalier de Pinto, the minister from Portugal to the court of Great Britain, who commanded for several years at Matagrosso, a settlement of the Portuguese in the interior part of Brazil, where the Indians

Esse ponto era de particular interesse de Robertson, pois seu objetivo era inserir a “história americana dentro da macronarrativa da história universal através da circunscrição dos povos originários como moralmente selvagens e vivendo no estágio de caçadores e coletores.” (VARELLA, 2016:354) Por isso, a importância de obter informações sobre os indígenas que ainda mantinham intactos – do ponto de vista europeu – os seus costumes. Nesse sentido, a sua descrição da história da América espanhola, onde os textos de Ulloa constituíam uma das referências, foi feito de forma ácida, com “uma crítica severa à Espanha como potência colonial” (FERREIRA, 2020:725), o que levou os Bourbons a incluírem a obra na lista de livros proibidos.

A primeira edição do *The History of America* foi publicada em 1777, e alcançou grande sucesso, recebendo mais seis edições ao longo dos dezesseis anos seguintes.²⁶⁵ Inicialmente, o plano do escocês era construir a história da colonização de toda a América, onde abordaria a colonização promovida por britânicos, espanhóis, portugueses e franceses, separadamente, mas as circunstâncias permitiram somente a finalização dos dois primeiros projetos, referentes aos britânicos e aos espanhóis. Apesar de não abordar de forma profunda a conquista portuguesa, as informações que obteve com Balsemão foram pontualmente utilizadas, ao longo do texto, como contraponto às duas grandes áreas de colonização.

O precioso auxílio do Embaixador chegou aos ouvidos do Abade Raynal que, em visita a Londres, no mesmo ano de 1777, encontrou-se com Balsemão. A reunião deixou o abade impressionado e, por isso, prontamente lhe deixou um questionário, solicitando diversas informações sobre o Império português (FURTADO&MONTEIRO, 2020:11-12). As respostas de Balsemão estão guardadas na Biblioteca da Ajuda, em dois volumes com mais de 60 páginas, constituindo um impressionante retrato da colonização portuguesa.²⁶⁶ Essas informações foram de

are numerous, and their original manners little altered by intercourse with Europeans, was pleased to send me very full answers to some queries concerning the character and institutions of the natives of America, which his polite reception of an application made to him, in my name, encouraged me to propose. These satisfied me, that he had contemplated with a discerning attention the curious objects which his situation presented to his view, and I have often followed him as one of my best-instructed guides.”

²⁶⁵ A Biblioteca Pública Municipal do Porto guarda algumas obras de Robertson como exemplares da tradução francesa de 1780 (D-2-39) e da sua História do reinado do imperador Carlos V de 1771 (B-7-41), que chegou a ser proibido em Portugal. Claro que nem todos os livros podem estar ligados a Livraria dos Balsemão, mas os que pertencem ao chamado “Fundo Primitivo” originam do fundo original que formou a Biblioteca em 1836.

²⁶⁶ Os documentos estão na Biblioteca da Ajuda e foram gentilmente cedidos para essa pesquisa pela Profª Drª Junia Ferreira Furtado, a quem calorosamente agradecemos. BA.54-XI-26(7). 1778. *Extrait des Notes fournies à Mr. L'Abbé Raynal par S. Excell.º Mr. Le Viscomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises,*

grande valia para o adabe na reformulação da sua obra, *Histoire de deux Indes*, para a nova edição lançada em 1780, acentuando o tom bastante favorável a colonização portuguesa.²⁶⁷

As memórias escritas por Balsemão para o Abade Raynal, assim como a *Ideia Geral* que escreveu quando era Governador no Mato Grosso, compoem um mapa mental das fronteiras do Brasil, do ponto de vista dos ideais de Balsemão, ou seja, com o traçado que ele acreditava ser o melhor para os desígnios dos portugueses.²⁶⁸ A grande preocupação de Balsemão foi ancorar a delimitação do espaço imperial português, no Brasil, “na referência histórica a uma posse incontestada dos territórios” (SILVA, 2002:200).

Ora esta pretensão só é compreensível à luz das concepções da geografia e da cartografia do século XVIII, preocupadas em obter uma definição rigorosa das fronteiras. Assenta na utilização do conceito de “fronteira natural” para estabelecer limites naturais como cursos de água ou relevos na separação dos territórios. Invocado em tentativas anteriores como em 1752, na sequência do tratado de Limites de 1750, traduz a preocupação pela ocupação efectiva dos espaços disputados, a sua povoação e eventual exploração dos recursos naturais e humanos. (SILVA, 2002:200-1)

Seu objetivo foi defender “uma clarificação rigorosa de forma a não suscitar ulteriores dúvidas e disputas.” (SILVA, 2002:203). Por isso, era um crítico de alguns pontos do Tratado de El Pardo, de 1778, que ratificou o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que, em sua opinião, tinham deixado para Portugal um “Paíz immenso na America Meridional” (SILVA, 2002:205). Assim como defendeu em sua *Ideal Geral*, Balsemão acreditava que, para assegurar realmente a posse territorial do Brasil, Portugal precisava ocupar verdadeiramente o território, pois a soberania era garantida somente com o domínio econômico e político. Assim, pensava que causar extensos domínios,

avec ses observations critiques sur l'histoire Philosophique des deux Indes. e Memoires de son Excellence M^o Louis Pinto de Souza Coutinho, Visconde de Balsemão, Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amérique Meridionale, selon les epoques et les traits. BA. 54-XI-27 (11). 1778.

²⁶⁷ Ver: FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Os Brasis na Histoire des deux Indes do abade Raynal. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.32, n.60, pp.731-777, set/dez 2016; FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, LIV (1^o), 2019 (n^o230), pp.4-33 e FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. O Abade Raynal: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José D. e MAGALHÃES, Justino.(orgs.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, pp.221-248.

²⁶⁸ Em recente estudo sobre o tema, a Prof.^a Dr.^a Júnia Furtado analisou os documentos produzidos por Balsemão para o abade Raynal. Ver: FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal's Histoire des Deux Indes. *Culture&History Digital Journal*. 10(2), December 2021a, e019.

que dificilmente poderiam ser explorados e ocupados corretamente, logo, com limites demasiado vagos e parciais, só permitiriam a continuidade dos conflitos e abusos.

As “fronteiras naturais” são para ele um elemento fundamental para proteger a soberania da coroa portuguesa nos territórios sob a sua administração, mas não é o suficiente delimitar e defender um espaço. Este tem de ser rentabilizado economicamente de maneira a justificar a sua ocupação e a servir a valorização do reino e dos seus habitantes. (SILVA, 2002:203)

Por essa razão, Balsemão constantemente escrevia para Ayres de Sá tentando persuadi-lo a apoiar o desenvolvimento de projetos econômicos, como a pesca de Baleias e a agricultura, como forma de atrair novos colonos e assegurar os limites do Império. (SILVA, 2002:203-210) Assim sendo, nas memórias que escreveu para Raynal, apresentou

o que seria seu “*projet favori*”, que encerraria, de vez, tais disputas. Ousadamente, destoando do que propugnavam os portugueses, propôs ceder toda a borda setentrional do Amazonas, desde o rio Napo até o Madeira, abrindo mão da navegação exclusiva dessa extensa parte ocidental do rio, em troca da margem setentrional do Prata e oriental do Paraguai – hipóteses jamais aventadas por Portugal. (FURTADO, 2021a:21)

A sua descrição das fronteiras do Brasil seguia a base triangular consagrada no Tratado de Madri:

No norte, o Rio Amazonas; no sul e no centro-oeste, o Rio Prata, que se desdobra no Paraguai, e, no leste, o Oceano Atlântico. Mas o seu entendimento sobre o Rio da Prata é bastante largo, compreendendo suas interconexões com o oeste. Grosso modo, no norte, garante um extenso território, que abarca a margem setentrional do Amazonas, da baía de Vicente Pinzón até a foz do Rio Javari, mas abre mão da margem meridional entre esse último ponto e a confluência do Rio Madeira. No centro-oeste, o negociado em Madrid seria ampliado, anexando parte da província do Paraguai, abaixo do Trópico de Capricórnio, resultado de sua experiência como governador do Mato Grosso, que o levava a valorizar a região. No Sul, a linha excluía Sete Povos, mas englobava a Colônia do Sacramento e a Lagoa Mirim, estendendo a linha até o cabo de Santa Marta, já na embocadura do Rio da Prata. (FURTADO, 2021a:21)

Com base em sua experiência como governador no Brasil e no conhecimento dos Tratados de Limites, estabelecidos ao longo dos séculos entre Portugal e Espanha, Balsemão ousou revelar a Raynal os limites que acreditava serem os melhores para o Brasil. Não, necessariamente, aqueles que haviam sido acordados pelas Coroas ibéricas, no Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Tal liberdade de pensamento ocorria porque julgava que a sua proposta de limites levava em consideração as áreas que, realmente,

poderiam ser colonizadas pelos portugueses – aspecto que garantia a posse -, além de assegurar a região da Colônia do Sacramento, em troca da parte sudoeste da Amazônia (o oposto do que fora acordado em Madri). Nesse sentido, foi um crítico das determinações do Tratado de Santo Ildefonso, em relação ao Sul do Brasil. “Considera-as demasiado vagas e parciais em contravenção ao artigo XXV do tratado de 1750 que lhe serve de base. Mais uma vez, deixa mal esclarecida a situação permitindo, no futuro, todo o tipo de abusos”. O grande problema residiu no fato “de se não determinar os limites e de não se usar como suporte rios ou relevos”, o que “esvazia[va] totalmente todo o esforço para estabelecer fronteiras estáveis e definitivas.” (SILVA, 2002:203)

Balsemão estava embebido pelo ideal iluminista, que entendia “os mapas como registros inertes de paisagens morfológicas ou como reflexões passivas do mundo e seus objetos”. (HARLEY, 2005:80) Recorrendo à metodologia científica, ele acreditava que os cartógrafos podiam construir mapas precisos, com fronteiras certas e definidas, e pretendia usar “o desenho dos mapas” como uma “arma intelectual especializada mediante a qual se podia obter, administrar, legitimar e codificar o poder.” (HARLEY, 2005:84). Todavia,

os mapas nunca são imagens carentes de valor; exceto no sentido euclidianos mais estrito, em si mesmos não são verdadeiros ou falsos. Tanto na seletividade de seu conteúdo como nos seus signos e estilos de representação, os mapas são uma maneira de conceber, articular e estruturar o mundo humano que se inclina para, é promovido por e exerce influência sobre grupos particulares de relações sociais. (HARLEY, 2005:80)

Ou seja, por trás dos mapas mentais e físicos, construídos por Balsemão, subjazia um projeto geopolítico, que não necessariamente correspondia ao plano pretendido e executado pela Coroa, mas que dialogava com ele. Afinal, o fim último era o mesmo: a garantia e a manutenção territorial do Império português, especialmente do Brasil.

Ao mesmo tempo em que mantinha essas relações diplomático-literárias, Balsemão também foi responsável por supervisionar a compra, a encomenda e o envio de todo o material matemático e astronômico necessário aos levantamentos topográficos das partidas demarcatórias binacionais, estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso. O que provavelmente o aproximou do vívido circuito científico e cartográfico, de Londres.

O contato responsável pela fabricação dos instrumentos foi o português, erradicado em Londres, João Jacinto de Magalhães (1722-1790), que possuía, na cidade, uma oficina, situada na *Strand*, em *Westminster*. Essa grande rua, que segue paralela ao rio Tâmbisa, entre *Trafalgar Square* e a Catedral de *Saint Paul*, é formada por diversos setores, conhecidos como *Charing Cross*, *Strand* e *Fleet Street*, que, no século XVIII, abrigavam as principais oficinas de cartógrafos, gravadores, instrumentistas e livrarias. Foi na *Fleet Street*, conhecida como a rua dos gravadores, que Robert Sayer tinha sua oficina e o jovem William Faden aprendeu o ofício de gravador. Mais tarde, Faden se mudou para a oficina de Thomas Jeffrey Jr., na *Charing Cross*, onde permaneceu até sua aposentadoria. Ou seja, era nessa longa e antiga rua que qualquer morador de Londres, ou um estrangeiro, encontraria os principais estabelecimentos ligados ao comércio de mapas. Claro, isso incluía não só as oficinas propriamente ditas dos cartógrafos, mas também os estabelecimentos correlatos aos mapas, como gráficas, fábricas de placas de cobre, depósitos de papel, oficinas de impressoras e, mesmo, os estúdios de desenhistas e coloristas. (WORMS, 2000)

Balsemão foi encarregado de contratar Magalhães porque, enquanto Filósofo Natural, era um exímio fabricante de instrumentos, mas também porque tinha uma rede de colaboradores, para os quais terceirizava a fabricação dos instrumentos que vendia, como Jeremiah Sisson (1720-1783). Assim, Magalhães passou a “supervisionar a escolha, compra e embarque de uma coleção de instrumentos científicos que deveriam seguir de Londres para Lisboa e, posteriormente, Rio de Janeiro de onde seriam remetidos, junto com os homens de ciências e técnicos, para os confins da América.” (GESTEIRA, 2016:3) Para cumprir as demandas da corte portuguesa, correspondia-se com Balsemão, informando-o dos eventuais problemas e do andamento das encomendas, sempre registrando uma grande preocupação “em realizar sua tarefa da melhor forma possível.” (GESTEIRA, 2016:4)

Magalhães tinha um excelente trânsito no circuito científico europeu – era membro da *Royal Society* (FRS) e participava ativamente de suas seções²⁶⁹ – e, como Balsemão, tinha um grande interesse pelas Ciências Naturais. Não é de todo improvável conjecturar que o Embaixador se aproveitou do contato com Magalhães para inserir-se

²⁶⁹ João J. Magalhães era membro da *Society of Arts* (1770); *Académie Royale des Sciences* (1771), *Royal Society* (1774); *Academiae Scientiarum Imperialis Petropolitanae* (1778); Academia das Ciências de Lisboa (1779); *American Philosophical Society of Philadelphia* (1784); *Hollandsch Maatschappij der Wetenschappen* (1784); *Koninkijke Academie voor Wetenschappen* (1785); *Akademie des Wissenschaften* (1786) e *Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas Naturales de Madrid*. (MALAQUIAS, 2008:256-7)

nesse circuito *savant*. John Hyacinth de Magellan, como era chamado pelos ingleses, mantinha correspondência com eminentes figuras do mundo científico como o médico português António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783),²⁷⁰ Philibert Trudaine de Montigny²⁷¹ (1733-1777), Condorcet,²⁷² Johann Albrecht Euler²⁷³ (1734-1800), Benjamin Franklin²⁷⁴ (1706-1790), Joseph Banks²⁷⁵ (1743-1820), William Hunter²⁷⁶ (1718-1783) e Johann III Bernoulli²⁷⁷ (1744-1807).

Magalhães parece, para nós, ter sido um cientista comprometido, com experiência em o uso de instrumentos reconhecidos por eruditos de toda a Europa. Isto lhe permitiu construir uma vasta lista de correspondentes que pediriam seus conselhos, principalmente sobre instrumentos britânicos. Esses instrumentos não eram apenas astronômicos ou filosóficos, mas também relacionadas a outras artes, e incluíam motores a vapor de Watt & Boulton, manivelas e muito mais.²⁷⁸ (MALAQUIAS, 2008:270)

Pode ter sido nesse momento que Balsemão se aproximou do geógrafo William Faden? Essa é uma das questões que tentaremos resolver no próximo capítulo.

²⁷⁰ Médico e polímata que escreveu vários trabalhos sob a influência do pedagogismo iluminista. Ver: SANCHES, A.N.R. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922; RODRIGUES, Manuel A. *A Biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986 e MALAQUIAS, I. A geografia do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria. *Ágora: Estudos Clássicos em debate*, n.14.1, pp.203-226, 2012.

²⁷¹ Intendente de Finanças da França (1743-1769), Químico e membro da *Académie Royale des Sciences*, foi um grande mecenas das artes e das ciências. (BLOND, 2013)

²⁷² Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, (1743-1794), matemático, filósofo, político e revolucionário francês. Ver: WILLIAMS, D. *Condorcet and Modernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

²⁷³ Era um astrônomo e matemático Russo-Suíço. Ver: D'AMBROSIO, Ubiratan. Euler, um matemático multifacetado. *Revista história da matemática para professores*, v. 7, n. 1, pp. 91-111, 2021.

²⁷⁴ Um dos líderes da Revolução Norte Americana, foi o primeiro embaixador dos Estados Unidos na França. Ver: FRANKLIN, Benjamin. *The Autobiography of Benjamin Franklin*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2018.

²⁷⁵ Naturalista e botânico. Ver: GASCOIGNE, John. *Joseph Banks and the English Enlightenment: Useful Knowledge and Polite Culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

²⁷⁶ Anatomista e médico escocês. Ver: PEARCE, Nick. *William Hunter's World: The Art and Science of Eighteenth-Century Collecting*. Taylor & Francis, 2017.

²⁷⁷ Matemático suíço que escreveu vários trabalhos sobre astronomia, divulgando suas observações astronômicas e seus cálculos matemáticos. Ver: GOSZTONYI, Katalin. How history of mathematics can help to face a crisis situation: the case of the polemic between Bernoulli and d'Alembert about the smallpox epidemic. *Educational Studies in Mathematics*, pp. 1-18, 2021.

²⁷⁸ Tradução do original: "Magellan appears, to us, to have been a committed scientist, with an expertise in the use of instruments that was recognised by learned men throughout Europe. This enabled him to build up a vast list of correspondents who would ask for his advice, mainly on British instruments. These instruments were not just astronomical or philosophical, but were also related to other arts, and included Watt & Boulton steam engines, cranks and more."

Parte 3: Brasil, um imenso quebra-cabeça.

*Convidar-te a habitar comigo os reinos
Que cortando as províncias Peruvianas
Terminam o Brasil fecundo e rico.*

Luís Pinto de Sousa Coutinho
Ode à saúde

“Geografia é um Ramo do Conhecimento, não só muito útil, mas absolutamente necessário, a toda pessoa de caráter público, seja na vida civil ou militar.”²⁷⁹ Com essa frase, John Adams (1735-1826) iniciou a missiva que enviou para sua esposa Abigail Adams (1744-1818), em 13 de Agosto de 1776. As várias cartas²⁸⁰ que o casal trocou, durante os encontros do Congresso Continental,²⁸¹ são famosas pelas discussões intelectuais que continham e a desse dia de verão é, especialmente, interessante pelo projeto que ele rascunhou, o qual seria, nos anos e séculos seguintes, colocado em prática por ele e seus seguidores.

A proposta de Adams era norteada por quatro pontos fundamentais, que se interligavam, abarcando a Geografia, os Mapas, o Conhecimento e a Educação. Para que os Estados Unidos, a jovem nação recém-independente, se transformasse em um país forte e soberano, ele acreditava que era fundamental que, tanto sua classe dirigente, como sua população, detivessem um excelente nível de conhecimento sobre a geografia do país, o que se materializaria nos mapas que o representavam. Por isso, contava à esposa, que o Gabinete de Guerra estava constituindo uma coleção de mapas da América, de todas as suas partes, de Norte a Sul, do Oceano Atlântico ao Pacífico. Alguns dos mapas já coletados eram as cartas da América do Norte, de John Mitchell

²⁷⁹ “Geography is a Branch of Knowledge, not only very usefull, but absolutely necessary, to every Person of public Character whether in civil or military Life.” FO. John Adams to Abigail Adams, 13 August 1776. <https://founders.archives.gov/documents/Adams/04-02-02-0056>. [BUTTERFIELD L. H. (ed.). *The Adams Papers*. Adams Family Correspondence, vol. 2, June 1776-March 1778, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963, pp. 90–92.]

²⁸⁰ Ver: ADAMS, John. *The Letters of John and Abigail Adams*. Start Publishing LLC, 2012 e ADAMS, John&ADAMS, Abigail. *Selected Letters of Abigail and John Adams*. Dover Publications, 2021.

²⁸¹ O termo “Congresso Continental” (*Continental Congress*) se refere a uma série de encontros legislativos e políticos organizados pelas Treze Colônias Britânicas, posteriormente Estados Unidos da América, ocorridos antes, durante e depois dos conflitos da Revolução Norte-Americana. O Primeiro e o Segundo Congressos aconteceram entre 1774 e 1781. Também pode se referir ao Congresso da Confederação (1781-1789), que funcionou como o primeiro governo nacional dos Estados Unidos até ser substituído com a promulgação da Constituição. Ver: KJELLE, Marylou M. *The First Continental Congress*. Mitchell Lane, 2019 e GUNDERSON, Jessica. *The Second Continental Congress*. Compass Point Books, 2008.

(1711-1768), de Jean B. B D’Anville e as publicadas pela casa de edição de mapas *Jefferys&Faden*, e prometia enviar uma lista completa, posteriormente. Além de auxiliar nas estratégias da guerra, esses mapas exerceriam um papel fundamental na educação das crianças e na consolidação de uma comunidade geográfica imaginada.

Certamente, conectado com a ambição de Adams, no final de década de 1780, Thomas Jefferson (1743-1826) decidiu fomentar a reedição de um raro mapa espanhol da América do Sul. O mapa em questão era o *Mapa Geográfico de América Meridional*, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, já referido, originalmente publicado, em 1775. Seguramente, esse era o mapa mais completo da América do Sul impresso na segunda metade do século XVIII, pois apresentava, com detalhes, as possessões espanholas – Novo Reino de Granada, Nova Andaluzia, Vice-Reinado do Peru, Audiência de Charcas, Reino do Chile, Vice-Reinado de Buenos Aires –, além dos territórios da Cayena francesa, do Suriname holandês e do Brasil português.

Desde a sua chegada a Paris, como embaixador dos Estados Unidos da América, Thomas Jefferson patrocinou a publicação de obras e mapas, especialmente sobre a América do Norte.²⁸² Mas um mapa, em especial, lhe ocupava a mente, para o qual tinha grandes ambições. Segundo o próprio Jefferson, era o mapa de Don Lopez,²⁸³ que

depois de uma longa residência na América do Sul, e infinitas dores e gastos com sua topografia, fez um mapa daquele país, em 12 folhas, com uma precisão que o qualifica até mesmo para dirigir operações militares. O governo da Espanha a princípio permitiu o mapa, mas no momento em que viu um deles pronto, destruíram as placas, apreenderam todas as poucas cópias que haviam saído e nas quais podiam colocar as mãos e emitiram as liminares mais severas para chamar o restante e evitar que circulem no exterior. Algumas poucas cópias escaparam de sua busca. Um amigo, pela boa administração,

²⁸² Ver: FO. From Thomas Jefferson to Edward Bancroft, 26 February 1786. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-09-02-0261>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 9, 1 November 1785-22 June 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 299-300.] e FO. From Thomas Jefferson to Abbé Morellet, 11 August 1786. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0151>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June-31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 225-226.]

²⁸³ Thomas Jefferson se refere a Tomás Lopez de Vargas Machuca (1731-1802), cartógrafo que foi originalmente designado pelo Marquês de Grimaldi para trabalhar no mapa da América do Sul junto com Cruz Cano y Olmedilla. “Não se sabe muito bem por que, mas Lopez acabou por desvincular-se do projeto, ficando somente Cruz Cano responsável pela execução.” (ALMEIDA, 2009b:82) De qualquer forma, os dois – Lopez e Olmedilla – trabalharam juntos em vários outros projetos cartográficos, como em mapas do Golfo do México e da América do Norte, talvez por isso a “confusão” de Jefferson em creditar Lopez como autor do *Mapa Geográfico da América Meridional*.

providenciou um para mim, e ele chegou com segurança, mesmo com todas as buscas a que os viajantes são submetidos.²⁸⁴

O interesse de Jefferson e de toda a comunidade *savant* empenhada em Geografia pelo mapa de Olmedilla residia tanto em sua precisão geográfica, como na raridade de seus exemplares. Isso porque, quando o mapa ficou pronto em 1775, depois de mais de 10 anos de trabalho, as impressões que se seguiram foram poucas e recheadas de modificações e polêmicas. A primeira impressão²⁸⁵ apresentava uma linha de fronteira entre as terras de Portugal e Espanha, na América do Sul, que “não deve ter sido do agrado de Grimaldi, que, com certeza, mandou apagá-la e ordenou uma nova edição do mapa.” (ALMEIDA, 2009b:84) O Marques de Grimaldi foi o principal idealizador do mapa, todavia ficou extremamente preocupado com as implicações políticas da cartografia de Olmedilla, pois ordenou uma segunda impressão, feita em fevereiro de 1776, que foi, cuidadosamente, distribuída nas mãos de poucas autoridades espanholas, envolvidas nas negociações de limites com Portugal.²⁸⁶ (ALMEIDA, 2009b:85; FURTADO, 2021a:16) A partir da segunda edição e nas seguintes, impressas no final de 1776 e em 1777, não foi mais desenhada a linha de fronteira traçada por Olmedilla, “permitindo [aos] seus leitores privilegiados se debruçar sobre o mapa, experimentando vários traçados.” (FURTADO, 2021a:16)

²⁸⁴ “Don Lopez, after a long residence in S. America, and infinite pains and expence on it’s topography, made a map of that country, on 12. sheets, with a precision which qualifies it even to direct military operations in that country. The government of Spain at first permitted the map, but the moment they saw one of them come out, they destroyed the plates, seized all of the few copies which had got out and on which they could lay their hands, and issued the severest injunctions to call in the rest and to prevent their going abroad. Some few copies escaped their search. A friend has by good management procured me one, and it is arrived safe through all the searches that travelers are submitted to.” FO. From Thomas Jefferson to William Stephens Smith, [10] August 1786. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0142>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June-31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 211-216.]

²⁸⁵ A Newberry Library (Chicago, EUA), na Ayer Collection, guarda uma das raras cópias da primeira edição. Ver: FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal’s *Histoire des Deux Indes*. *Culture & History Digital Journal*, v.10, n.2, e019, pp.1-25, December 2021.

²⁸⁶ Os espanhóis que tiveram acesso à segunda impressão do mapa eram o próprio Marquês de Grimaldi, o Conde de Aranda (Pedro Pablo Abarca de Bolea, 1719-1798), “Pedro Cevallos; o marquês de Valdelirios, que dirigira a comissão demarcadora do sul de 1750; D. Antonio Porlier, fiscal do Conselho das Índias; o brigadeiro D. Vicente Doz, da comissão de limites do Orenoco; e D. Francisco Arguedas, ex-comissário da demarcação do sul.” (FURTADO, 2021a:16)



Figura 30: Exemplar do *Mapa Geográfico da América Meridional*, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, pertencente a Biblioteca Nacional (Brasil).

Foi isso que Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780) e seu filho Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812) fizeram. “Apesar de todo o cuidado das autoridades em mantê-la em segredo”, Dom Francisco, à época embaixador de Portugal na Espanha, “não só conseguiu um dos raríssimos exemplares impressos, como sobre ela traçou, com o filho, a linha que consideravam de interesses dos lusobrasileiros.” (FURTADO, 2021a:19) Uma prova indubitável de que as autoridades portuguesas não só sabiam da existência do mapa de Olmedilla, como o consultaram.²⁸⁷ (FURTADO, 2021a:19)

Apesar do patrocínio estatal e do imenso esforço que a feitura do mapa consumiu, no final, “o governo espanhol proibiu a reimpressão de novos mapas e tentou

²⁸⁷ André F. de Almeida, em estudo feito sobre o mapa de Olmedilla, afirma que “Não se conhece qualquer referência a este mapa feita pelos negociadores portugueses, e é legítimo perguntar se, de fato, terão visto o mapa antes da assinatura do tratado.” (ALMEIDA, 2009b:86) Todavia, o estudo de Junia Furtado (2021) sobre o tema leva a conclusão contrária ao demonstrar que D. Francisco e seu filho, D. Rodrigo, tiveram um exemplar do mapa em mãos, e que o enviaram para Aires de Sá, além de utilizar o mapa para mostrar a Raynal os limites territoriais do Brasil. (FURTADO, 2021a:19-21)

desacreditar” as informações que continha. (ALMEIDA, 2009b:86) Os exemplares que não foram recolhidos pelo governo espanhol transformaram-se em objetos de cobiça e de disputa. Aqueles que conseguiram por as mãos, na “célebre e raríssima” carta, o faziam com todo o cuidado (FURTADO, 2021a:16).

De fato, recolher, guardar ou destruir todos os exemplares que tinham sido impressos era uma tarefa impossível. Foi por isso que, “em 1785, em Madrid, num leilão de uma importante biblioteca, Carmichael, diplomata americano, comprou um exemplar da terceira edição do mapa e remeteu-o a Thomas Jefferson – na data embaixador americano em Paris.” (ALMEIDA, 2009b:86) A 20 de Dezembro de 1786, Jefferson enviou o mapa para William Stephens Smith (1755-1816), secretário da Legação dos Estados Unidos, em Londres, solicitando que começasse as “tratativas com Faden ou qualquer outro”, mas de preferência com William Faden (1749-1836), porque “ele era o melhor.” O objetivo era patrocinar uma reedição do mapa, mas sem “todas as inutilidades” do original.²⁸⁸ Para isso, Jefferson fez uma série de observações, com suas sugestões para a reimpressão do mapa,²⁸⁹ que, de fato, foram seguidas por Faden.

Ciente dos planos de Jefferson e Faden, o Conde de Floridabanca (José Moñino y Redondo, 1728-1808) tentou usar da influência espanhola para desacreditar a nova impressão do mapa, afirmando que era necessário mostrar aos interessados em vendê-la, que não passava de um exemplar cheio de imprecisões e erros.²⁹⁰ Todavia, as tentativas do embaixador espanhol, em Londres, o Marquês del Campo (Bernardo del Campo, 1728-1800) de dissuadir Faden da empreitada foram infrutíferas, por isso afirmava que, o “unico modo de inutilizar esta obra inglesa seria concluir brevemente el nuestro com las enmiendas y adiciones q. deba tener, publicarlo y venderlo, pues no cabe guardar secretas estas cosas y mucho menos quando ya una vez se imprimió y se distribuyeron algunos ejemplares.” (ALMEIDA, 2009b:87)

²⁸⁸ FO. From Thomas Jefferson to William Stephens Smith, 20 December 1786. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0471>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, p. 620.]

²⁸⁹ FO. Jefferson’s Suggestions for Republishing the Cruz Cano Map of South America, [ca. August 1786]. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0143>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 216-217.]

²⁹⁰ “El mapa de America Meridional que se gravó aquí y no se ha permitido vender, está lleno de errores y faltas de exactitud en los puntos más principales, y por eso no se ha publicado. Dígallo Ud., y propáguelo así, pues estándose gravando ahí de nuevo el mismo mapa, según expresa V. S. en el nº7 de 24 de octubre, no merece el crédito que querrán darle los interesados en venderlo y es justo que se sepa.” (ALMEIDA, 2009b:87)

Como as placas originais de cobre não estavam disponíveis no mercado, Faden teve que fazer suas próprias placas, o que certamente consumiu parte dos 13 anos que levou para finalizar o trabalho. Como afirma Mary Pedley, no século XVIII, “acima de tudo, a compilação de mapas requer[ia] tempo.” (PEDLEY, 2005:26) Para reconstruir com todos os detalhes e nas grandes dimensões do original, o que Faden mais gastou foi tempo. Todo o processo manual que envolvia a verificação e a cópia de informações, além do cuidadoso processo de criação das chapas de cobre, demandava mãos habilidosas, que consumiam meses, e até mesmo anos, para terminar seus desenhos. Dessa forma, era comum que os geógrafos estivessem trabalhando em vários projetos, ao mesmo tempo. Em 1799, pouco tempo depois de publicar a sua versão final do mapa da América do Sul, de Olmedilla, já se sabia que Faden estava trabalhando em um novo mapa dos territórios espanhóis.²⁹¹

²⁹¹ FO. To Alexander Hamilton from Rufus King, 9 March 1799. <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-22-02-0318>. [SYRETT, Harold C. (ed.). *The Papers of Alexander Hamilton*, vol. 22, July 1798–March 1799. New York: Columbia University Press, 1975, pp. 525-526.]



Figura 31: Versão do *Mapa Geográfico da América Meridional*, de Cruz Cano y Olmedilla, feita por William Faden e publicada em 1799. David Rumsey Map Collection.

Além disso, as grandes casas de edição de mapas, como a de Faden, estavam sempre ocupadas atualizando seus mapas ou mesmo trabalhando em novos projetos, baseados em novas informações fidedignas e atualizadas. O objetivo era oferecer, constantemente, novidades ao mercado. Foi assim que, cerca de 10 anos depois, no começo de 1809, já como presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson recebeu o “novo mapa da América do Sul de Faden”, enviado cuidadosamente por Moses Young, embaixador dos Estados Unidos, em Madri.²⁹² O novo mapa era uma colossal carta da América do Sul, publicada em Londres, por William Faden, intitulada *Colombia Prima or South America* (Fig.32), e produzida, dessa vez, sob os auspícios do, então, já

²⁹² FO. To Thomas Jefferson from Moses Young, 1 January 1809. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/99-01-02-9452>.

falecido embaixador de Portugal, em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão.



Figura 32: *Colombia Prima or South America*, novo mapa da América do Sul publicado por Faden, em 1807, em dimensões monumentais. British Library, Coleção Topográfica do Rei George III.

Assim como Thomas Jefferson patrocinava a publicação de mapas com vistas a favorecer os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, o Visconde de Balsemão fez o mesmo, tendo como norte os interesses de Portugal. O objetivo desta tese é justamente desvelar a colaboração cartográfica estabelecida entre Balsemão e Faden na construção do mapa *Colombia Prima*, à luz dos interesses diplomáticos de Portugal no final do século XVIII. Para elucidar essa relação, esta tese já se dedicou, na primeira seção, a biografia política de Balsemão, com o intuito de analisar sua carreira política e evidenciar o importante papel que os mapas desempenharam ao longo de sua atuação política. Na segunda parte, investigou o colecionismo de mapas de Balsemão. Partindo do acervo da mapoteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto, originalmente

constituída por Balsemão, discutiu-se as peculiaridades de sua coleção e investigou-se, mais verticalmente, alguns dos mapas que mandou fazer, copiar ou comprar, ao longo de sua carreira como Governador e Embaixador. Essa terceira e última seção, adentra os meandros da colaboração cartográfica estabelecida entre Faden e Balsemão, norteando a discussão a partir de duas perguntas, que guiam cada um dos capítulos: com que intenção Balsemão forneceu informações atualizadas e fidedignas sobre o Brasil para um cartógrafo estrangeiro? E, afinal, quais foram os mapas fornecidos pelo Embaixador português ao Geógrafo inglês?

1. *Colombia Prima or South America: uma colaboração cartográfica*

Usando roupas de *gentlement*, com os cabelos grisalhos de um homem de meia idade, o rosto sereno e firme, que olha para a mesma direção em que a mão direita - apoiada no que parece ser um globo lunar²⁹³ - aponta. Assim William Faden foi retratado por seu cunhado, John Russell (1745-1806), na única imagem que se conhece daquele foi o mais bem sucedido geógrafo, editor e gravador de mapas da segunda metade do século XVIII. (Fig.33)



Figura 33: Retrato de William Faden, feito por John Russel, 1797.

²⁹³ Aparentemente, o globo que aparece ao fundo do retrato de Faden é um globo lunar projetado por Russel, que era um astrônomo amador. O globo, feito pela primeira vez em 1797, era um dos dois itens de astronomia existentes no catálogo de Faden. “A Lunar Globe, 12 inches diameter, drawn and engraved by the late John Russell, Esq. R. A. This Globe exhibits the visible Hemisphere of the Moon engraved with great accuracy and elegance, and has been known to the Astronomical World. Fixed upon a Mahogany Stand.” FADEN, William. *Catalogue of the Geographical Works, Maps, Plans &c.* Part 1. London: Charing Cross, Geographer to his Majesty, 1822.

Seu pai, também William Faden²⁹⁴ (1711-1783), possuía uma concorrida oficina gráfica, na *Fleet Street*, em Londres,²⁹⁵ rua que se inicia na *Temple Church* e se estende até a *Ludgate Hill*, situada no coração da Cidade de *Westminster*, que abrigou, do século XVI ao XX, as principais oficinas gráficas e escritórios de impressão e editoração da Inglaterra. “Entre 1744 e 1776”, por exemplo, o velho “Faden possuía 26 aprendizes para lidar com as demandas de coordenação, impressão, encadernação e distribuição de sermões, folhetos religiosos, peças de teatro e textos médicos”²⁹⁶ (TORBERT, 2017:561) que imprimia e vendia em sua oficina. Como era o costume entre os artesãos, o pequeno Faden cresceu no mesmo ambiente de trabalho do pai, vivendo entre papéis, prensas, tintas e placas de cobre.

Foi na mesma rua que o adolescente Faden começou sua carreira, tornando-se aprendiz, aos 15 anos, na oficina de James Wigley (1700-1782), um gravador de cartões comerciais e decorativos. Pode ter sido nesse momento que Faden entrou em contato com os mapas, provavelmente trabalhando com cartuchos decorativos, uma tarefa que era normalmente delegada às oficinas de gravadores especializados, como Wigley (WORMS, 2004:8). O fato é que, pouco tempo depois de deixar essa oficina, após terminar o seu estágio como aprendiz, Faden já estava trabalhando em seu próprio negócio, em parceria com Thomas Jefferys Jr, filho de Thomas Jefferys (1719-1771),²⁹⁷ um dos principais comerciantes de mapas, do início do século XVIII, e Geógrafo do Rei George III. A oficina foi rebatizada, em agosto de 1773, como *Jefferys & Faden*.

Ao assumirem a oficina que pertencera a Thomas Jefferys, localizada na esquina da *Charing Cross* com *St. Martin’s Lane*, os jovens Jefferys Jr e Faden já começavam suas carreiras em um local que gozava de famosa reputação, construída ao longo de mais de 20 anos, pelo antigo dono. Além da clientela fiel e da notoriedade da loja, os novos sócios também contavam com duas redes de contatos, também construídas por Jefferys. A primeira era a rede de geógrafos europeus com quem podiam comprar e

²⁹⁴ “although know for at least the first 30 years of his life under his original name of MackFaden (...), the Mac was dropped by 1745, the year of course of the Scottish rebellion.” (WORMS, 2004:8)

²⁹⁵ “No.2 Peterborough Court, Just off the eastern end of Fleet Street near Shoe Lane and across from Salisbury Court.” (TORBERT, 2017:561)

²⁹⁶ Tradução do original: “Between 1744 and 1776, Faden took on twenty-six apprentices to handle the demands of coordinating, printing, binding, and distributing printed sermons, religious tracts, plays, and medical texts”

²⁹⁷ A carreira conturbada de Thomas Jeffrey foi objeto de estudo de J. B. Harley. Ver HARLEY, J.B. The Bankruptcy of Thomas Jefferys: An episode in the economic History of eighteenth century map-making. *Imago Mundi*, v.20, pp.27-48, 1966.

vender mapas²⁹⁸ e a segunda era constituída por uma vasta gama de trabalhadores terceirizados, como topógrafos, desenhistas e gravadores, que podiam ser recrutados a seu serviço. Este parece ter sido um momento de grande aprendizado para Faden que, rapidamente, soube explorar essas vantagens e delinear um caminho propício para alavancar sua carreira e que modificou, completamente, a estrutura do comércio de mapas existente, na Inglaterra, em fins do século XVIII.

A parceria foi dissolvida, em 1776, mas Faden continuou trabalhando, dessa vez em sua própria oficina. Suas “extraordinária[s] energia, habilidade técnica, visão de negócios e pura determinação” alçaram sua loja de mapas a se tornar uma das mais famosas e concorridas, ultrapassando oficinas de geógrafos consagrados, como Robert Sayer, que era vizinho do seu pai, na *Fleet Street*. Grande parte de seu rápido sucesso se relacionou à Guerra de Independência Americana (1775-1783), pois, habilidoso em construir uma rede de informantes, Faden deu início à produção veloz de um grande “fluxo de mapas relacionados à guerra – mapas e cartas da América do Norte – plantas das mais recentes batalhas e campanhas”, que eram impressos e postos à venda, poucos meses após os fatos terem acontecido, do outro lado do Atlântico. (WORMS, 2004:9)

Inicialmente, Faden recorreu aos seus contatos na Europa continental, em busca de mapas originais e atualizados para revendê-los, mas, com o advento da Guerra de Independência, o fluxo comercial se alterou. “Entre 1777 e 1786, a rota Paris-Londres de venda de mapas se inverteu, com William Faden despachando algumas centenas de mapas para Jean Nicolas Buache de la Neuville, em Paris”²⁹⁹ (WITHERS, 2007:203). Outro grande comprador dos mapas de Faden foi o *Dépôt des Cartes et Plans de la Marine*, que fornecia mapas para os oficiais da Marinha francesa. (WORMS, 2004:9 e PEDLEY, 1996:162) Era através das suas cartas que, não só os britânicos, mas também os franceses, espanhóis e demais europeus acompanhavam o desenrolar do teatro da guerra americana. A precisão da cartografia que produziu sobre o tema era tanta que até mesmo militares recorriam aos seus trabalhos, caso do Almirantado francês.

²⁹⁸ Essa rede comercial estabelecida entre comerciantes de mapas foi objeto de estudo de Mary Pedley, Curadora Assistente de Mapas na Universidade de Michigan (EUA). Ver: PEDLEY, Mary S. Selected papers from the 16th international conference on the history of cartography: Maps, War, and Commerce: Business correspondence with the London map Firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, v.48, n.1, pp.161-173, 1996; PEDLEY, Mary S. O comércio de mapas na França e na Grã-Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.15-29, Jan/June 2007; PEDLEY, Mary. *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago: UCP, 2005.

²⁹⁹ Tradução do original: “Between 1777 and 1786, the Paris-London trade in maps was reversed, with William Faden dispatching several hundreds of maps to Jean Nicolas Buache de la Neuville in Paris”

Com a expansão do mapeamento militar nos séculos XVIII e XIX, a cartografia se transformou em uma forma dos oficiais serem vistos por seus superiores e assim obter promoções. Em troca, o estado e suas elites governantes ganhavam três coisas: poder através da aquisição e controle da informação geográfica essencial para o rápido desenvolvimento industrial e militar estatal; legitimidade por meio da submissão voluntária de seus leais servos; e prestígio pelo visível suporte as artes e as ciências. O mapeamento era parte integrante da hegemonia fiscal, política e cultural das elites dominantes da Europa.³⁰⁰ (EDNEY, 1994:108-9)

Ao perceber o anseio pelo mapeamento militar que a Guerra de Independência provocou, Faden tratou de saciá-lo e, provavelmente, recorrendo a informantes militares locais, que lhe passavam informações, diretamente do campo de batalha, conseguiu inserir seu negócio no disputado jogo comercial de mapas europeu.

Ao mesmo tempo, Faden começou a estabelecer contatos na rede de *savants*, que cercava o comércio de mapas. Foi assim que se aproximou e se transformou em um membro ativo de várias sociedades e clubes, como a *The Smeatonian Society of Civil Engineers*,³⁰¹ onde entrou em 1776. Essa sociedade reunia os principais engenheiros britânicos, homens que estavam por trás das grandiosas construções públicas e privadas da época, que eram reflexos do desenvolvimento alcançado pela Revolução Industrial. “Faden era importante para esses homens porque todos os seus desenhos de canais, de melhorias em portos, de construção de docas e todo o resto, precisavam de mapas acurados. E quase sempre era Faden quem gravava e imprimia esses trabalhos.”³⁰² (WORMS, 2004:9) O prestígio aumentou quando recebeu o título de Geógrafo do Rei George III, em 1783, substituindo o falecido Thomas Jefferys.

Faden começou a concentrar seus trabalhos em mapas de grande escala e foi assim que decidiu revisar e atualizar as principais plantas topográficas dos condados³⁰³

³⁰⁰ Tradução do original: “With the expansion of military mapmaking in the eighteenth and nineteenth-century, cartography became one way for officers to get the notice of their superior and so obtain promotion. In return, the state and its ruling elites gained three items: power through the acquisition and control of the geographic information essential for a rapidly developing industrial and militarist state; legitimation through the willing submission of loyal servants; and prestige through the visible support of the arts and sciences. Mapmaking was integral to the fiscal, political, and cultural hegemony of Europe’s ruling elites.”

³⁰¹ A sociedade, inicialmente *Society of Civil Engineers*, foi fundada em 1771 por iniciativa de John Smeaton (1724-1792), por isso, após sua morte o seu sobrenome foi incorporado à agremiação. Ver: WATSON, Garth. *The Smeatonias. The Society of Civil Engineers*. London: Thomas Telford, 1989.

³⁰² Tradução do original: “Faden’s importance to these men was that all their canal schemes, harbor improvements, dock-building and the rest, required accurate maps. And it was almost always Faden who engraved and printed them.”

³⁰³ Os condados são subdivisões administrativas históricas constituídas durante a Idade Média que organizavam a administração da justiça e da política no Reino Unido. A partir do século XIX essas estruturas foram modificadas para lidar com a nova complexidade da estrutura governamental britânica,

britânicos. “Ele vendia mapas de condados, mas apenas os de grande escala. Ele era um construtor de mapas sérios para propósitos sérios”.³⁰⁴ (WORMS, 2004:11) Sob sua supervisão e também financiamento, vários levantamentos de condados foram realizados, como o famoso mapa de Norfolk³⁰⁵ e o de Sussex, que lhe rendeu, em 1796, um prêmio, dado pela *Society of Arts*,³⁰⁶ como o melhor levantamento topográfico produzido naquele ano. Além disso, também comprava placas de mapas antigos, com o intuito de atualizá-los. Dessa forma, juntou o maior e o melhor estoque de mapas de grande escala das Ilhas Britânicas, sendo inclusive o impressor e o editor dos primeiros mapas da *Ordnance Survey*.³⁰⁷

Foi, nesse momento, que o direcionamento que Faden deu aos seus negócios revolucionou, definitivamente, o comércio de mapas, no final do século XVIII. A grande virada aconteceu com o abandono, quase que completo, dos chamados mapas históricos, ou da *Geographia Antiqua*. No catálogo que publicou com seus trabalhos, em 1822, eram apenas quatro os mapas da geografia antiga e dois os de astronomia. O que o público do novo mundo, que surgia com a Revolução Industrial e o Iluminismo, desejava comprar eram mapas da geografia real, ou seja, mapas objetivos, fidedignos e acurados do mundo, dos continentes, dos países, das províncias e dos condados. Como aponta Withers, para “entender como a geografia foi colocada a serviço do Iluminismo” é preciso “olhar para as relações estabelecidas entre o espaço epistêmico, o espaço social e as intenções políticas.”³⁰⁸ (WITHERS, 2007:204) Assim como, na América do Norte, os cartógrafos construíam uma geografia centrada na fronteira Oeste dos Estados Unidos, “usando mapas para vender [esse] espaço como ‘seguro’ ou ‘vazio’ para os

mas a forte tradição cultural dos condados permaneceu viva e ainda hoje organiza algumas estruturas da justiça e atividades culturais, como os campeonatos de Críquete. *Encyclopedia Britannica*. Ver: LAWRENCE, S. *Archaeologies of the British: Explorations of Identity in Great Britain and Its Colonies, 1600-1945*. London: Routledge, 2003.

³⁰⁴ Tradução do original: “He sold county maps, but only large scale ones. He was a maker of serious maps for serious purposes.”

³⁰⁵ WILLIAMSON, T.&MACNAIR, A. *William Faden and Norfolk’s 18th-century landscape*. Oxford: Windgather Press, 2010.

³⁰⁶ *Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce* (RSA), fundada em 1754 com o objetivo de conceder prêmios para novas invenções, ideias, trabalhos e artes. Ver: HOWES, Anton. *Arts and Minds: How the Royal Society of Arts Changed a Nation*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

³⁰⁷ *An Entirely New & Accurate Survey of the County of Kent*, publicado em 1801. Sobre o Ordnance Survey ver: HEWITT, Rachel. *Map of a Nation: A Biography of the Ordnance Survey*. London: Granta Books, 2011.

³⁰⁸ Tradução do original: “understanding how geography was put to work in the Enlightenment may demand that, in this context anyway, we need to look at the relationships among epistemic space, social space, and political intent.”

colonizadores”³⁰⁹ (WITHERS, 2007:197), a geografia de Faden também respondia a determinados anseios sociais e políticos.

O sucesso dos seus mapas de larga escala dos condados ingleses esteve relacionado com o “aumento substancial da presença do Estado na vida cotidiana”, o que transformou suas cartas em “ferramentas cada vez mais cotidianas para o governo e sua administração”. Isso porque, “por volta de 1750, as melhorias patrocinadas pelo estado na infraestrutura civil (estradas, canais, portos, pontes) demandou tecnologias cartográficas para seu planejamento e implementação”³¹⁰ (EDNEY&PEDLEY, 2020:325). A própria entrada de Faden, que não era engenheiro, na *Smeatonian Society*, revela a importância que a cartografia adquiriu para esses homens.

William Faden se identificava como Geógrafo e *Gentleman*, ou seja, não estava apenas inserido no circuito dos artesãos manuais, como eram os gravadores, os desenhistas e os topógrafos. Também exercia o papel de homem das Ciências, como Geógrafo e Editor, um *savant*, integrado no circuito letrado iluminista e era justamente sua habilidade de circular entre esses dois mundos que lhe rendeu os contatos entre ministros, militares, embaixadores e outros geógrafos, também necessários ao seu sucesso empresarial. Todavia, como salienta Withers, não havia uma definição universal que explicasse o que era ser um Geógrafo, no século XVIII. Faden e D’Anville, por exemplo, se identificavam como geógrafos, mas cada um exercia a atividade de forma muito característica. Isso porque “ser um geógrafo-cartógrafo durante o Iluminismo dependia não de uma definição fixa do que era Geografia, mas de conexões sociais de variadas forças”.³¹¹ (WITHERS, 2007:203).

Por um lado, D’Anville era um típico geógrafo de gabinete,³¹² “fazia seus trabalhos a partir do estudo de vários documentos subsidiários de natureza geográfica,

³⁰⁹ Tradução do original: “In North America too, geography was practically at work among those mapmaker-geographers plotting the westward frontier of the United States and using maps to sell space as ‘safe’ or ‘empty’ to intending colonist.”

³¹⁰ Tradução do original: “Maps were also increasingly everyday tools of government and administration, in large part fostered by the substantial increase in the reach of states into everyday life. By about 1750, state-sponsored improvements to the civil infrastructure (roads, canals, ports, bridges) demanded cartographic technologies for planning and implementation”

³¹¹ Tradução do original: “being a geographer-mapmaker in the Enlightenment depended not on any fixed definition as to what geography was but on social connections of varying strength”

³¹² *Géographes de cabinet*. Ver: PEDLEY, Mary S. *The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France and England*. Chicago: University of Chicago Press, 2005; PETTO, Christine M. *Mapping and Charting in Early Modern England and France: Power, Patronage, and Production*. Estados Unidos: Lexington Books, 2015; PETTO, Christine Marie. *When France was King of Cartography: The Patronage and Production of Maps in Early Modern France*. Reino

juntando-os e conectando-os como considerava o mais correto.” (FURTADO, 2013:18) Por isso, apesar de “sua reputação geográfica internacional, assim como suas fontes, D’Anville nunca saiu de Paris”.³¹³ (WITHERS, 2007:202)

Esses *géographes* – termo que abrange geógrafo e cartógrafo na linguagem moderna – que eram membros da *Académie des Sciences* e outras instituições acadêmicas da cidade não eram artesãos nem faziam parte de nenhuma *communauté*. Mas eles eram intimamente dependentes da rede de impressores, gravadores e editores (*libraire-imprimeurs*) – e dos patronos e clientes – sem os quais os fatos geográficos permaneceriam desconhecidos.³¹⁴ (WITHERS, 2007:201)

Por outro lado, os geógrafos ingleses normalmente exerciam mais de uma atividade, caso do próprio Faden, que, além de fazer mapas, era gravador, impressor e editor de livros, revistas e cartões. Ademais, o motor que direcionava a produção de mapas, na Inglaterra, era guiado pelo militarismo e pela geografia local, todos intimamente conectados com o desenvolvimento burocrático e industrial do Estado. A sociedade civil também participava desse processo, pois, além de consumidora dos mapas, era uma de suas incentivadoras, o que fazia por meio das sociedades e de clubes.

Dessa forma, além de criar, copiar ou compilar mapas, os geógrafos ingleses também se aventuravam no comando de seus próprios levantamentos topográficos. A busca e o incentivo pela construção de mapas aperfeiçoados dos condados ingleses, fez com que Faden criasse, em sua oficina, uma espécie de “centro de computação cartográfica”. Os recursos que obtinha com seus trabalhos de editoração e de gravação se transformaram no capital que possibilitou o processo de construção e de melhoramento do mapeamento da geografia local britânica ao qual se dedicou com afinco. Era com tais recursos que comprava as placas de cobre dos antigos levantamentos e contratava os agrimensores ou topógrafos para revisar, atualizar, ou mesmo fazer do zero um mapa de determinado local. (WITHERS, 2007:203)

Unido: Lexington Books, 2007; EDNEY, M.&PEDLEY, Mary S.(eds.) *The History of Cartography, Volume 4: Cartography in the European Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 2020; FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013 e FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

³¹³ Tradução do original: “For all that his geographical reputation was international, his sources likewise, D’Anville never left Paris”

³¹⁴ Tradução do original: “Those *géographes* - a term embracing geographer and mapmaker in modern parlance - who were members of the *Académie des Sciences* and other academic institutions in the city were not artisans or part of any *communauté*. But they were closely dependent on networks of printers, engravers, and publishers (*libraire-imprimeurs*) - and patrons and clients - without whom the facts of geography would have remained unpublished and unread.”

Contudo, parece que Withers não leva em consideração que, além dos direcionamentos sociais e políticos particulares a que os geógrafos eram submetidos, na França e na Inglaterra, também existiam forças transnacionais, que iam muito além daquelas estabelecidas comercialmente entre os geógrafos. Essas forças tinham o objetivo de usar os mapas - e nesse caso os geógrafos eram cuidadosamente escolhidos - como ferramentas de persuasão cultural, como armas na guerra geopolítica. Dom Luís da Cunha se comportou dessa forma quando contratou, em fins da década de 1740, D’Anville, na época o principal geógrafo francês, para fazer um novo e atualizado mapa da América do Sul, com o intuito de subsidiar as negociações de limites entre as Coroas Ibéricas.³¹⁵ Décadas mais tarde, foi a vez do *criollo* Francisco de Miranda (1750-1816) recorrer aos mapas e, dessa vez a William Faden, em seu esforço pela independência da América espanhola.³¹⁶

Em 1790, Miranda fez sua primeira reunião com autoridades britânicas, no caso o primeiro ministro, William Pitt (1759-1806), a fim de mostrar os seus planos para a independência das colônias espanholas, na América. Para conquistar o auxílio inglês, Miranda recorreu “ao poder dos mapas para convencer.” (CASTILLO, 2012:384) Nessa reunião, levou alguns mapas da América do Sul, de D’Anville, os quais desenrolou sobre a mesa para mostrar a Pitt as nuances geográficas da América Espanhola, “mas Miranda sabia que na medida em que seus planos cresciam necessitava de mapas mais recentes e precisos da região.” (CASTILLO, 2012:384) Foi por isso que entrou em contato com Faden, em 1792, para encomendar uma série de mapas sobre a América do Sul.

As negociações com os ingleses evoluíram e, em agosto de 1804, “Miranda voltou a contratar Faden com o propósito de provê-lo do arsenal cartográfico necessário para ilustrar seu plano de ataque na América do Sul.” (CASTILLO, 2012:384) Com os mapas sobre a mesa, Miranda, William Pitt, Home Riggs Popham (1762-1820) e Henry

³¹⁵ Essa relação foi objeto de estudo da historiadora Junia Furtado. Ver: FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013 e FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

³¹⁶ Essa relação foi estudada por Lina del Castillo nas publicações: CASTILLO, Lina del. La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia. In: MARTÍNEZ, Francisco A. O. & SILVA, Alexander C. (Eds.). *Disfraz y pluma de todos. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, pp.377-420 e CASTILLO, Lina del. Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827. In: AKERMAN, James. (ed.) *Decolonizing the map: cartography from colony to nation*. Chicago: UCP, 2017, pp.110-159.

Dundas (1742-1811) organizaram os detalhes da invasão, que, efetivamente, aconteceu, em 1806, mas que não terminou como planejado. Com a imagem debilitada, mas não descrente, Miranda voltou para a Inglaterra, em 1807, em meio ao turbilhão provocado por Napoleão Bonaparte na Europa, que teve reflexos diretos na América do Sul.

Foi nesse contexto que Faden publicou seu novo mapa da América do Sul, *Colombia Prima or South America* (Fig.32). Segundo a historiadora Lina del Castillo, Miranda exerceu grande influência sobre essa obra e “o indicador mais obvio que sugere que *Colombia Prima* poderia refletir a visão de Miranda é precisamente o título”. (CASTILLO, 2012:385) Ao renomear a América do Sul sob nome de *Colombia*, Faden corroborava os anseios independentistas de Miranda que usava essa nova nomenclatura para se referir ao continente independente. (CASTILLO, 2012:385 e 2017:119)

Alguns anos antes, em 1783, Miranda começou uma viagem, de dois anos, pelos Estados Unidos e foi nesse *tour* que conheceu uma nova nomenclatura que os republicanos norte-americanos utilizavam para se referir à América: *Columbia*. “O argumento de que o Novo Mundo deveria carregar alguma parte do nome de Cristovão Colombo ao invés de Américo Vespucci já circulava nas Américas e na Europa desde o começo do século XVI” (CASTILLO, 2017:116). De fato, como mostra a historiadora Andréa Doré, os mapas, com seus “elementos retóricos de efeito persuasivo, propagandístico ou especulativo”, são capazes de nomear e renomear a geografia de acordo com as circunstâncias (DORÉ, 2020:213). Foi assim que, no século XVI, alguns cartógrafos decidiram chamar a porção sul do novo continente descoberto por Colombo de *Peruana*, tendo como inspiração as imensas riquezas do Peru. Ao expandir o nome para todo o continente, esses homens desejavam que as riquezas peruanas também estivessem presentes por todas aquelas terras (DORÉ, 2020).

Porém, o “continente *Peruana* não vingou, mas a proposta desse nome, mesmo sem futuro, possui uma história que a tornou possível.” (DORÉ, 2020:69) Da mesma forma, ao renomear a América do Sul, no alvorecer do século XIX, com o nome de *Colombia*, Faden dialogava com as inspirações independentes e republicanas dos Estados Unidos e com o desejo de alguns homens, como Miranda, de estender esses novos ares políticos para todo o continente. A grande questão é que o nome de Miranda não aparece em nenhum lugar no mapa, no subtítulo e nos espaços reservados para as

explicações e advertências, o personagem que Faden cita com destaque é “sua Excelência o falecido Chevalier Pinto”.³¹⁷

Faden se referia a Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde Balsemão, morto em 1804. Segundo o Geógrafo inglês, o Chevalier Pinto, que conhecera quando ele ainda era embaixador de Portugal, em Londres, não só forneceu vários mapas e documentos geográficos originais sobre o Brasil, como sugeriu-lhe a própria ideia de construir um novo mapa da América do Sul. Mas porque Balsemão incentivou Faden a construir um novo mapa da América do Sul? E com que intenções foi autorizado a colaborar com mapas de áreas sensíveis do interior do Brasil?

Enquanto a Coroa espanhola estava preocupada em esconder e controlar a circulação do *Mapa Geográfico da America Meridional* de Olmedilla, temendo as implicações geopolíticas que o mapa poderia provocar, Portugal tomava a direção contrária. Os embaixadores portugueses na Europa, sempre muito bem relacionados e integrados ao circuito ilustrado das Artes e das Ciências, eram autorizados por seus superiores a colaborar com escritores, filósofos e geógrafos estrangeiros fornecendo informações positivas sobre o colonialismo português. O objetivo era usar essas obras como canais para difundir, na opinião pública europeia, os interesses portugueses, disseminando uma interpretação positiva de seu império. O “Ministério dos Assuntos Estrangeiros português orquestrava o discurso de seus embaixadores na Europa, especialmente em Madrid, Londres e Paris, para conquistar a simpatia dessas cortes e da opinião pública de seus países. Eis as razões de seus titulares tornarem-se informantes” para a confecção dessas obras (FURTADO, 2021a:10)

Foi com esse propósito que Balsemão forneceu informações sobre os povos indígenas brasileiros a William Robertson, para sua obra *The History of America*, publicada em 1777. Pouco tempo depois, foi a vez dele fornecer informações sobre o Brasil e suas fronteiras para o Abade Raynal, que preparava uma nova edição da sua obra *Histoire des deux Indes*, publicada em 1780.³¹⁸ O encontro entre Balsemão e Raynal aconteceu na *South Audley Street* em Londres, a casa onde vivia a viúva do

³¹⁷ “His Excellency the late Chevalier Pinto” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³¹⁸ Cf. FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, LIV. 1º, nº230, pp.4-33, 2019; FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. O Abade Raynal: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José D. e MAGALHÃES, Justino. (orgs.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p.228-248.

Almirante Boscawen (Edward Boscawen, 1711-1761), Fanny (Frances Evelyn Boscawen, 1719-1805), que desde a morte do marido passou a organizar encontros culturais e literários, reuniões que faziam parte de um circuito informal (com foco na participação das mulheres) conhecido como *Bluestockings Society*.³¹⁹

Naquele verão de 1777, a ida de Raynal a Londres agitou os salões informais da elite inglesa, pois todos queriam convidar o abade para reuniões em suas residências, ou em casas de campo. A presença de Raynal foi requisitada não só por Fanny Boscawen, mas por William Petty, o Lord Shelburne (1737-1805), por exemplo.³²⁰ E todos aproveitavam a oportunidade para convidar personalidades da elite, incluindo nesse círculo os representantes diplomáticos e suas famílias. Foi assim que Balsemão e sua esposa, chamada pelos ingleses de *Madame de Pinto*, conheceram Raynal.

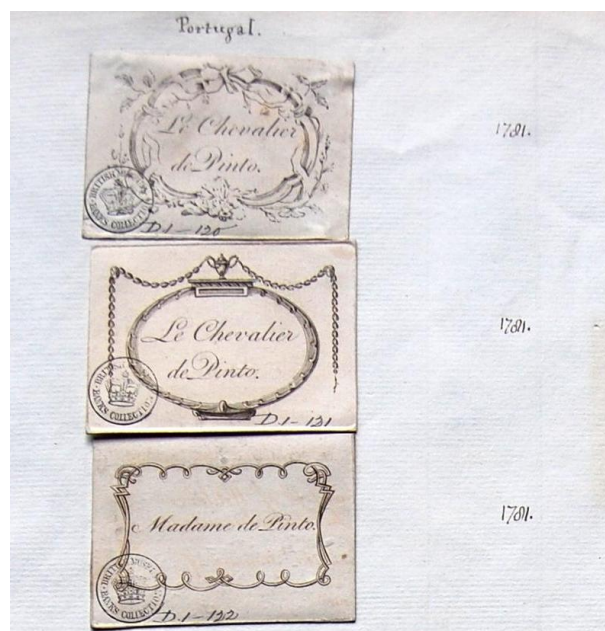


Figura 34: Cartões de Visitas usados por Luís Pinto, Chevalier Pinto e sua Esposa, *Madame Pinto*, Dona Catarina Lencastre, a Viscondessa de Balsemão, 1781. The British Museum.

Para os diplomatas, construir relações de sociabilidade nos locais onde residiam não era apenas uma questão fútil, era algo essencial para a realização do próprio trabalho diplomático, pois eram nesses espaços que os convivas trocavam confidências

³¹⁹ Há uma vasta historiografia no Reino Unido sobre a *Bluestockings Society*, alguns trabalhos interessantes são: EGER, E. *Bluestockings: Women of Reason from Enlightenment to Romanticism*. London: Palgrave Macmillan UK, 2010 e ROBINSON, Jane. *Bluestockings: The Remarkable Story of the First Women to Fight for an Education*. Ilhas Cocos (Keeling): Penguin Adult, 2010.

³²⁰ ASPINALL-OGLANDER, Cecil Faber. *Admiral's Widow: Being the Life and Letters of the Hon. Mrs. Edward Boscawen from 1761 to 1805*. London: Hogarth Press, 1942, p.87 e EMCO, Letter from Elizabeth Montagu to Mary Robinson, 9 July, 1777. In: BARKER, Joanna. (ed.) *Elizabeth Montagu Correspondence Online*, Swansea University.

e segredos, além de conversarem sobre Política, Artes e Ciências. Aos diplomatas era essencial estabelecer bons relacionamentos, tanto nos circuitos políticos, como nos culturais. Balsemão alimentava um vívido interesse pela Geografia, pelas Ciências Naturais e pela Literatura, o que certamente lhe abriu diversas portas no circuito cultural inglês. Além disso, sua esposa, Dona Catarina, rapidamente se ambientou aos costumes ingleses e, por também possuir um grande interesse pela Literatura, foi absorvida pelos clubes das senhoras britânicas. Em 1777, Horace Walpole em carta para Anne FitzPatrick, a Condessa de Upper Ossory (1737-1804), debochava do francês de Dona Catarina, ainda carregado com o assento português.³²¹ Todavia, as desconfianças e as brincadeiras sumiram, na medida em que a *Madame de Pinto* se integrava à sociabilidade inglesa.



Figura 35: Retrato da *Madame de Pinto*, feito por Richard Cosway. The Huntington, Library, Art Museum, and Botanical Gardens.

Após voltar, em 1785, de uma licença de dois anos em Portugal, Balsemão se aproximou do embaixador dos Estados Unidos, em Londres, John Adams, com

³²¹ “Walpole also says – ‘Madame Pinto came to see my house t’other day, and told me in *Portughée-French* that ‘*poutetre* she detoured me from making *des petits vers*.’” Walpole to Lady Ossory, 24 August, 1777. In: LEWIS, W. S. (ed.) *The Yale Edition of Horace Walpole’s Correspondence*. v.32. New Haven: Yale University Press, 1965, p.372. Ver: DELANY, Mary. *The autobiography and correspondence of Mary Granville, Mrs. Delany; with interesting reminiscences of King George the Third and Queen Charlotte*. London: R. Bentley, 1861.

instruções para retomar as conversas sobre um tratado comercial entre Portugal e a recém-proclamada república americana. (SILVA, 2002:310) As conversas evoluíram rapidamente e, em Março de 1786, Thomas Jefferson foi de Paris para Londres, especialmente para tratar com Balsemão e Adams sobre o novo acordo. Além dos encontros diplomáticos, as famílias também começaram a se relacionar.

Mesmo ficando alguns anos fora de Londres, quando a família Balsemão retornou, os jantares e os encontros foram retomados e foi, em um desses encontros, que Dona Catarina convidou a família Adams, recém-chegada às Ilhas Britânicas, para se integrar à vida polida e educada inglesa. Segundo Abigail Adams, no inverno de 1786, Dona Catarina a convidou para um encontro em sua casa.

Eu fui de acordo. Estavam presentes cerca de duzentas pessoas. Eu não conhecia uma única senhora, somente de vista, tendo-as encontrado na Corte; e é uma regra estabelecida, que mesmo que nos encontremos até três noites por semana, nunca nos falamos ou nos conhecemos, sem sermos devidamente apresentadas. No entanto, não perdi tempo a conversar, sendo a Madame Pinto muito educada, e a maioria dos ministros estrangeiros presentes e jantaram conosco, a quem logo fui apresentada. Por ser domingo a noite, recusei jogar cartas.³²²

A essa altura, Dona Catarina já tinha estabelecido uma reputação como poetisa e anfitriã³²³ e, na noite de 25 de Abril de 1786, ela e Balsemão receberam, em casa, a visita de Jefferson e Adams, que procuravam o embaixador português para finalizarem o acordo comercial que vinham negociando.³²⁴ Pouco tempo depois, no final daquele ano de 1786, Jefferson começaria as tratativas, com Faden, para reeditar o *Mapa Geografia da America Meridional* de Olmedilla. Os mapas poderiam ter sido um dos assuntos tratados pelos embaixadores? Os três – Balsemão, Jefferson e Adams – tinham

³²² “I was early in the winter invited to Madame de Pinto’s, the Portuguese Minister’s. I went accordingly. There were about two hundred persons present. I knew not a single lady but by sight, having met them at Court; and it is an established rule, though you were to meet as often as three nights in the week, never to speak together, or know each other unless particularly introduced. I was, however, at no loss for conversation, Madame de Pinto being very polite, and the foreign ministers being the most of them present, who had dined with us, and to whom I had been early introduced. It being Sunday evening, I declined playing cards.” Selected Letters: To her Niece. Abigail Adams to Betsey. London, April 2nd, 1786. In: WARNER, Charles Dudley, et al. *Library of World’s Best Literature*. New York: Warner Library Co., 1917; Bartleby.com, 2015.

³²³ “Madame Pinto made her mark, where few women managed to do so. (...) Horace Walpole as still critical of her accent but praised her as a hostess and a poetaster.” (FRANCIS, 1985:184)

³²⁴ “Mr Jefferson and Pappa went after dinner to the Chevalier de Pintos to put their Names to the Treaty with Portugal.” Abigail Adams 2d to John Quincy Adams, London, April 25th, 1786. In: HOGAN, M. et al (ed.). *Adams Family Correspondence*, vol.7, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005, p.157.

grande interesse pela Geografia e eram colecionadores de mapas³²⁵ e, certamente, esse assunto fez parte de suas conversas. Como tinham uma relação amigável, é razoável supor que poderiam até ter trocado informações sobre o projeto cartográfico de Jefferson.

De fato, no final da década de 1780, Faden estava consolidando seu nome como o principal geógrafo e editor de mapas da Inglaterra e, por isso, estava envolvido em uma série de projetos, que iam desde os levantamentos topográficos dos condados ingleses até a feitura de mapas da Europa, América Central e da Índia. A proposta de Jefferson, com certeza, mostrou-se interessante para ele, porque representava a oportunidade de se aventurar em uma área – a América do Sul - na qual não tinha publicações. Além disso, o mapa de Olmedilla se encaixava no seu propósito editorial, pois apesar de abranger uma grande área, sua escala permitia a representação de muitos detalhes.

Por um lado, “Faden não estava limitado a um orçamento determinado por uma agência governamental”, pois o título de Geógrafo do Rei era apenas honorífico, assim “ele podia decidir por si mesmo sobre o risco e quanto investir na produção de um mapa.” (PEDLEY, 2005:142). Por outro lado, ele sabia que teria um público cativo nas classes mercantil e política, interessadas nos mapas mais elaborados. “O gosto por mapas de George III”, por exemplo, “significava que os gastos [desse público] com livros e mapas chegavam perto de £1.000, por ano, crescendo para £1.500, por ano, depois de 1770.” (PEDLEY, 2007:28) Esse público não se importava com o preço dos mapas, pois o que lhes interessava era obter “mapas copiados ou feitos por um geógrafo com boa reputação, um cujo nome estivesse associado a uma Academia, uma Sociedade ou ao patrocínio real”, como era o caso de Faden. “Eles queriam mapas legíveis, que poderiam enfeitar as paredes e que continham algo novo, mesmo se o ‘novo’ não pudesse ser diferenciado do velho” (PEDLEY, 2007:26).

Provavelmente, Balsemão conheceu Faden logo nos primeiros anos em que passou a morar na Inglaterra. Afinal, um dos principais temas da sua correspondência

³²⁵ A livraria de John Adams, que continha mais de 3 mil volumes, foi doada em 1894 para a Biblioteca Pública de Boston. Já Thomas Jefferson chegou a desenhar seus próprios mapas como *A Map of the country between Albemarle Sound, and Lake Erie, comprehending the whole of Virginia, Maryland, Delaware, and Pennsylvania, with parts of several other of the United States of America*, feito em 1786. Grande parte das sua coleção de mapas, cartas e outros textos geográficos está, atualmente, na *Library of Congress* em Washington, DC. Parte da mapoteca que pertenceu a Balsemão está sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

diplomática, naquele momento, era a Guerra de Independência Americana, cujo desenrolar poderia ser acompanhado pelos mapas publicados por Faden, que o Embaixador certamente consultava, como o fazia a maior parte do público inglês.³²⁶ Todavia, as relações entre os dois devem ter se estreitado a partir de 1785, pois no fundo primitivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que reúne os mapas de Balsemão, praticamente todos os itens ligados a Faden são posteriores a essa data. Um desses exemplares, que provavelmente era de seu grande interesse por se tratar de uma área disputada por franceses, holandeses, ingleses e portugueses, era o mapa da costa da Guiana, intitulado *The coast of Guyana from Oroonoko to the River of Amazons and the Inland Parts* (Fig.8),³²⁷ desenhado por Louis S. D’Arcy de la Rochette e publicado por Faden. Outro mapa pertencente ao acervo de Balsemão, que se transformou em um dos trabalhos mais famosos de Faden, é *Memoir of a Map of Hindoostan or the Mogul’s Empire*,³²⁸ de James Rennell (1742-1830).

Anteriormente, em 1781, Balsemão conseguira adquirir, por meio de seus contatos na Holanda, um exemplar do raríssimo Atlas manuscrito, do século XVII, intitulado *Razão de Estado do Brasil*³²⁹, de Albernaz I. (COSTA, 2012a:140) Em 1788, foi a vez de Balsemão aumentar sua biblioteca adquirindo algumas publicações de um leilão de obras duplicadas da *British Library*. (COSTA, 2012b:98) Esses exemplos revelam seu interesse colecionista e como o Visconde tinha um bom trânsito nesse circuito, por isso a hipótese de ter se aproximado de Faden, logo depois de ter passado a viver na Inglaterra é bastante plausível.

Nesse mesmo período, as expedições demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso avançavam e começavam a produzir seus primeiros mapas. Como ressalta Jaime Cortesão, desde a produção do *Mapa das Cortes*, em 1749, foram várias as tentativas, capitaneadas principalmente por governadores de Brasil, de construir um novo mapa síntese de toda a colônia. (CORTESÃO, 1968:355) O objetivo era apresentar uma carta atualizada, assentada nas medições feitas pelas expedições

³²⁶ Ver: SILVA, J. J. da C. R. da. “Luís Pinto de Sousa Coutinho: ‘an English gentleman’”. In: *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 187-312 e SILVA, J.J da C.R da. A guerra de independência dos EUA e os diplomatas portugueses. Luís Pinto de Sousa Coutinho e os primórdios do conflito (1774-1776). In: *Actas do XV Colóquio de História Militar – Portugal Militar nos Séculos XVII e XVIII até às Vésperas das Invasões Francesas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2005, p.913-928.

³²⁷ BPMP. C-M&A-P.17(46) e BPMP. C-M&A-P.25(43), 1783.

³²⁸ BPMP, H-10-18, Fundo Primitivo, 1783.

³²⁹ BPMP, Ms.126, [c.1616].

demarcatórias. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Governador da Capitania do Mato Grosso, entre 1772 e 1789, e responsável pela Terceira Partida das Comissões Demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso, foi um dos mais profícuos em produzir e patrocinar mapas relacionados às partidas. Além de cartas topográficas que representam vilas e arraiais e trechos de rios e da fronteira, Luís de Albuquerque também se aventurou construindo novos mapas do Brasil.³³⁰ O primeiro deles foi o *Mapa de Todo o vasto Continente do Brasil ou América Portuguesa*,³³¹ finalizado em 1778, que já apresentava os resultados das primeiras expedições sob a responsabilidade do governador, mas sua base principal foi o mapa geral da capitania, feito por Balsemão, em 1773. (Fig.23)³³²

O segundo mapa geral de Luís de Albuquerque, cuja única versão conhecida se encontra em Londres, é a *Nova Carta da América Meridional*, (Fig.36) provavelmente concluída em 1789, ou pouco tempo depois.³³³ João Carlos Garcia comenta, no inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Índia – que guarda a mapoteca do Governador –, que “em Maio de 1789, em carta a Martinho de Melo e Castro”, Luís de Albuquerque “informava sobre a incumbência que fizera a Silva Pontes e a Lacerda e Almeida de ‘um mapa geográfico de quase toda esta península da América Meridional’” (GARCIA, 2002:66). Tudo indica que o primeiro resultado desse trabalho foi a *Nova Carta da América Meridional*, exemplar que João Carlos Garcia não conhecia na época em que escreveu o inventário. De qualquer forma, cerca de 10 anos depois, Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1805) coordenou a feitura de um novo mapa do Brasil. “Trata-se do mapa dito da Nova Lusitânia, que Silva Pontes assinou como coordenador, em 1798, mas cuja concretização muito ficou a dever a Luís Pinto de Sousa Coutinho.” (GARCIA, 2002:66).³³⁴

³³⁰ Sobre Luís de Albuquerque e sua produção cartográfica ver: GARCIA, João C. (org.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002; MORAES, Benone. *Dilatar Limites: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781)*. Cuiabá: UFMT, 2011. (Dissertação. Mestrado em História); ARAÚJO, Renata M. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. V.1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2000. (Tese. Doutorado em História) e AMADO, Janaína&ANZAI, Leny C. *Luís de Albuquerque: Viagens e governo da Capitania do Mato Grosso (1771-1791)*. São Paulo: Odebrecht, 2015.

³³¹ CCCI, A24, 1778, publicado em GARCIA, 2002:346-7.

³³² Desse mapa só se conhecem cópias. BnF, GED-7812, 1922.

³³³ TNA, WO 78/998, [1789].

³³⁴ OGAUC, SM-F.1, 1797.



Figura 36: *Nova Carta da América Meridional* construída sob as ordens de Luís de Albuquerque. O exemplar, que se encontra no National Archives em Londres, foi descoberto por Neil Safier, professor associado do Departamento de História da Brown University (EUA). 1789. National Archives (Inglaterra).

A presença de Balsemão, mesmo que indiretamente, por meio da consulta dos mapas que produziu, nessas várias tentativas de atualizar o mapa do Brasil demonstram que ele estava atento a essas atividades e reconhecia sua importância. Por isso, ao saber que Faden iria reeditar um mapa da América do Sul, incitou o geógrafo a não se prender somente a realizar uma cópia de um mapa já existente, mas que ele construísse um novo e atualizado mapa do continente, para o qual Balsemão forneceria informações sobre o Brasil e influenciaria o desenho de suas fronteiras, de acordo com os interesses portugueses.

2. *Governor of Paraguay: os mapas que Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde Balsemão, forneceu para William Faden.*

Segundo a historiadora Lina del Castillo, a história da independência colombiana pode ser analisada a partir de uma disputa cartográfica: o embate entre os mapas *Colombia Prima or South America*, publicado por William Faden, em 1807, e a *Carta de la República de Colombia*, de José Manuel Restrepo (1781-1863), publicada em 1827.³³⁵ Cada um, com suas peculiaridades técnicas, geográficas e históricas, cumpriu um determinado papel no projeto independentista colombiano. Para desvendar essas especificidades, Castillo os investigou a partir de três momentos: o período de coleta de dados, o momento da publicação e, por último, o da circulação. Dessa forma, trouxe à tona as diferentes redes transatlânticas, políticas e sociais, que estavam relacionadas a esses mapas.

Enquanto a *Carta de la República de Colombia* é um recorte dos territórios da Capitania Geral da Venezuela e do Vice-Reinado da Nova Granada, que tinha como principal objetivo “convencer a comunidade nacional e internacional sobre a existência independente da Colômbia”. (CASTILLO, 2017:111) O mapa *Colombia Prima* é uma complexa representação da América do Sul, que se “junta a outros esforços cartográficos que desejavam colocar os anseios imperiais da Grã-Bretanha à frente das requisições territoriais da América espanhola” (CASTILLO, 2017:114). Apesar dos esforços do hispano-americano Francisco de Miranda, que conheceu e se aproximou de Faden e, especialmente, de Louis S. D. de la Rochette – autores de *Colombia Prima*, a representação vitoriosa no mapa foi a inglesa e a portuguesa. Isso aconteceu porque o principal incentivador do mapa foi o português Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão.

Como um mapa do tipo geográfico,³³⁶ *Colombia Prima* possui um cartucho que revela sua natureza composta. Nele, William Faden identificou os especialistas e os

³³⁵ Essa disputa foi abordada nas publicações: CASTILLO, Lina del. Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827. In: AKERMAN, James. (ed.) *Decolonizing the map: cartography from colony to nation*. Chicago: UCP, 2017, pp.110-159 e CASTILLO, Lina del. La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia. In: MARTÍNEZ, Francisco A. O. & SILVA, Alexander C. (Eds.). *Disfraz y pluma de todos. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, pp.377-420.

³³⁶ Definição feita de acordo com os modos de mapear (modes of mapping) de M. Edney. “Coarser resolution mapping of spaces that are beyond the ability of one individual to observe and delineate: Geographical – The terraqueous globe of the earth (*ge*) and its regions, including much special-purpose mapping.” (EDNEY, 2019:33) Além disso, esse modo tem outra característica relevante que se encaixa no *Colombia Prima*: “geographical maps are *never* stand-alone works but are fully integrated into arrays

mapas que foram essenciais para a construção da sua obra. Além de reconhecer a contribuição do “eminente e sábio geógrafo”,³³⁷ Louis S. D. de la Rochette, morto em 1802. De origem francesa, pouco se sabe sobre sua vida e o que o levou para a Inglaterra, alguns indícios apontam que tinha uma boa circulação no meio cartográfico, pois é descrito como um antigo aluno de D’Anville.³³⁸ Aparentemente, chegou ainda jovem a Inglaterra, pois em 1756, aos 25 anos, se casou com Margaret Scalé, irmã do cartógrafo Peter Bernard Scalé (1738-1826).³³⁹ Ao longo da vida, construiu uma sólida relação com a comunidade francesa radicada na Inglaterra e chegou a trabalhar para a embaixada francesa, talvez por isso, em 1777, “foi denunciado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros como um espião a serviço de Marquês de Noailles” (KEPPIE, 2015:417) Como Balsemão já estava em Londres, nessa época, trabalhando como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal, provavelmente tomou conhecimento da história.

Segundo Castillo, a escolha do título *Colombia Prima* estaria relacionada com a amizade que Francisco Miranda estabeleceu com Rochette. Além de negociar e desenhar mapas para Miranda, o geógrafo francês também contribuiu na tradução, na revisão e na edição de alguns escritos de Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748-1798), aproximando-se dos debates sobre a independência da América espanhola. (CASTILLO, 2017:119-120) Dessa forma, Rochette teria influenciado Faden a optar pelo título, que fazia referência aos desejos independentistas de Miranda.

Todavia, como a própria Castillo reconhece, não há nenhuma menção direta a Miranda no mapa. Segundo Faden, o seu novo mapa da América do Sul “foi originalmente empreendido sob os conselhos de Sua Excelência, o falecido, Chevalier Pinto,” ou seja, Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão que “durante sua residência em Londres, como Ministro Plenipotenciário da Corte portuguesa, (...)

of other written and graphic texts. Indeed, this is why I call geographical maps ‘geographical’, because they are just one of a set of representational strategies that have been deployed to collect, organize, and communicate knowledge of the wider world. Geographical maps are not read in isolation. Hubbard only made explicit what is implicit in other geographical writing, that readers are expected to move from map to narrative and back again so that maps blur semiotically with the written word. Where does the map end?” (EDNEY, 2019:37).

³³⁷ “The late eminent and learned Geographer” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³³⁸ “He is described as a one-time pupil of the famous Paris-based cartographer Jean Baptiste Bourguignon d’Anville.” (KEPPIE, 2015:401) Talvez por isso, Rochette tinha grande interesse na Geografia Antiga, da qual publicou alguns mapas. Dos quatro mapas de Geografia Antiga presentes no Catálogo de Faden em 1822, dois eram de Rochette e um de D’Anville.

³³⁹ O pai de Peter e Margaret, também chamado Peter Scalé, era um Huguenote que se refugiou na Inglaterra.

graciosamente patrocinou esse trabalho ao comunicar todos os mapas manuscritos & outros documentos geográficos sobre o território português”.³⁴⁰

Afinal, quais foram os mapas que Balsemão forneceu a Faden? “A primeira coisa que um bom mapa precisa é de uma explicação.” (PEDLEY, 2005:166) Como homens de Ciência, os geógrafos do século XVIII preocupavam-se em validar as informações que colocavam em seus mapas, processo que era normalmente condensado em memórias que, “como o próprio nome indica, eram fontes de repositório de memória de todo o processo de produção da carta. Neles, os geógrafos de gabinete apontavam os documentos utilizados e o processo de crítica geográfica dos mesmos.” (FURTADO, 2012b:355) Mas essa não era uma prática comum aos geógrafos ingleses, que preferiam explicitar o seu processo dentro do próprio mapa, descrevendo-o no subtítulo ou nas explicações, pequenos textos marginais impressos ao desenho principal. (PEDLEY, 2005:166-167) Essa foi a opção que Faden adotou no *Colombia Prima*, pois é no subtítulo, nas advertências,(Fig.38) e nas explicações (Fig.42) impressas no mapa, que se encontram as referências aos documentos e às cartas que utilizou no processo de produção geográfica da obra. (Fig.37)

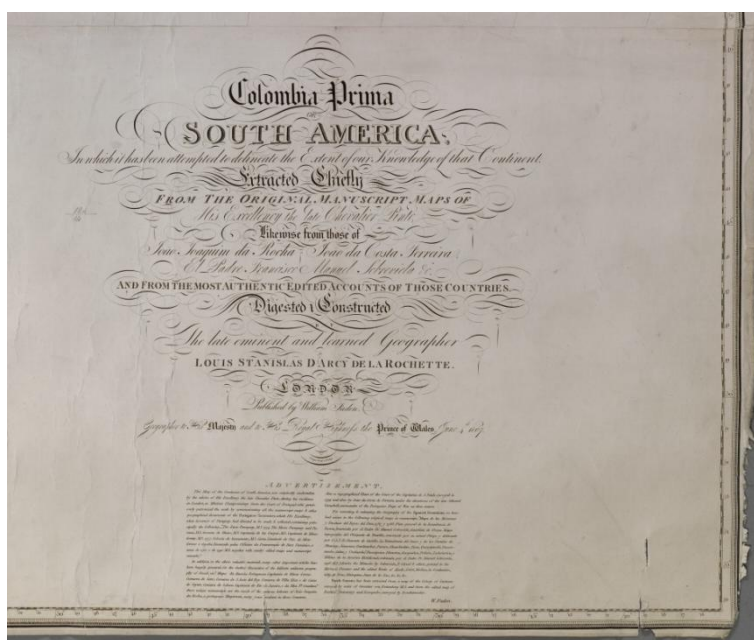


Figura 37: Detalhe da oitava folha do mapa *Colombia Prima*, que contém o Título, o Subtítulo e as Explicações. 1807. British Library.

³⁴⁰ “This Map of the Continent of South America, was originally undertaken by the advice of His Excellency the late Chevalier Pinto, during his residence in London, as Minister Plenipotentiary from the Court of Portugal; who graciously patronized the work by communicating all the manuscript maps & other geographical documents of the Portuguese Territories”. In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

Os principais mapas apontados por Faden foram:

O Rio Paraguai, M.S, 1754; O Rio Paraguai e Paraná, M.S; Governo de Moxos, M.S; Capitania de las Guayas, M.S; Capitania de Minas Gerais, M.S, 1777; Colonia do Sacramento, M.S; Carta Limítrofe do País de Mato Grosso e Cuiabá, levantado pelos Oficiais da Demarcação dos Reais Domínios, o ano de 1782 ao de 1790, M.S, juntamente com diversos mapas impressos e observações manuscritas.³⁴¹

Como se vê, os mapas referidos se concentram, especialmente, em representar a região Centro-Oeste do Brasil, uma área que Balsemão conheceu diretamente e sobre a qual produziu vários mapas, enquanto terceiro Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (1769-1772). Durante seu governo, participou e organizou diversas expedições de exploração, além de copiar mapas de governadores anteriores e construir novos, segundo as observações que realizava em campo. Alguns desses trabalhos foram parar nas mãos de Faden e ajudaram o geógrafo a desenhar os contornos dos limites internos e externos do Brasil, onde é possível ver, inclusive, as fronteiras particularmente defendidas por Balsemão.

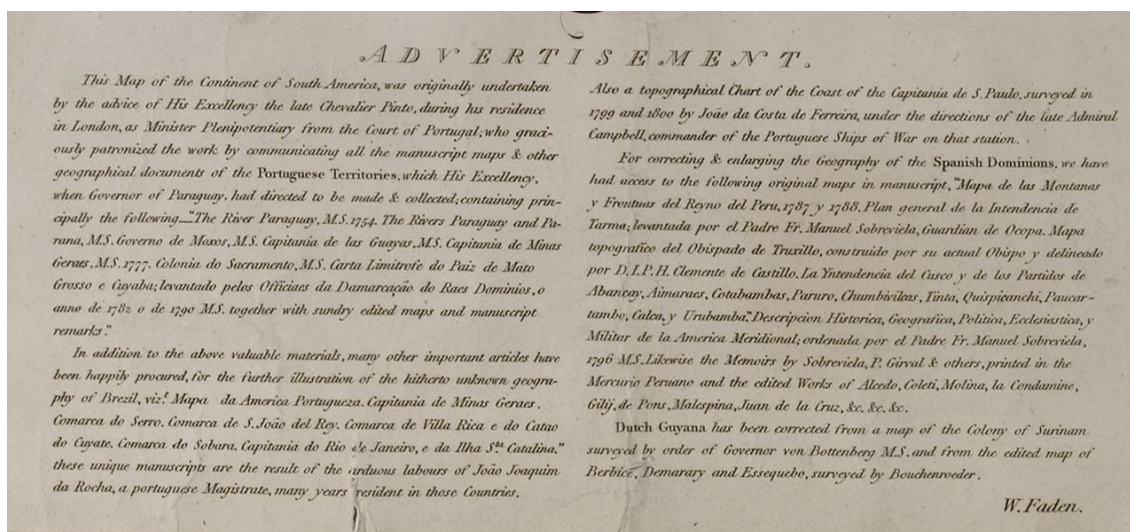


Figura 38: Detalhe das Advertências, escritas por Faden, que acompanham o mapa *Colombia Prima*. 1807. British Library.

O mapa citado por Faden como “Capitania de las Guayas” corresponde, de fato, à carta dos *Territórios das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo*, (Fig.40) que mostra “parte da Capitania do Mato Grosso que compreende o Cuiabá tirado de um

³⁴¹ “The River Paraguay, M.S. 1754. The Rivers Paraguay and Parana, M.S. Governo de Moxos, M.S. Capitania de las Guayas, M.S. Capitania de Minas Geraes, M.S. 1777. Colonia do Sacramento, M.S. Carta Limitrofe do Paiz de Mato Grosso e Cuyaba; levantado pelos Officiaes da Demarcação do Reas Domínios, o anno de 1782 o de 1790, M.S. together with sundry edited maps and manuscript remarks.” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

mapa que dela veio com navegação de S. Paulo”.³⁴² Atualmente sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto, este mapa representa a expansão colonizadora nas três capitânicas, ocorrida até a década de 1760. Esse é um importante documento geográfico e histórico, um exemplo de como os homens usam os mapas “para dar corporalidade à passagem do tempo”³⁴³ (WINTERER&WIGEN, 2020:1). Esse mapa do Centro-Oeste foi feito a partir de um compilado de outros mapas, roteiros e notícias, sendo que, nele, é possível reconhecer informações sobre a localização de povos indígenas, marcos da presença espanhola e da expansão portuguesa, inclusive com a identificação de sítios onde aconteceram rusgas importantes entre eles, além de locais de exploração mineral, engenhos e caminhos. Também possui informações curiosas sobre o processo de mapeamento, como na representação da grande ilha do Araguaia, onde o cartógrafo anotou várias informações sobre fazendas, índios, exploração mineral, mas, ao final, reconheceu que “foi erro dar se tanto espaço neste em razão de caber a escrita.” (Fig.39)



Figura 39: Detalhe da grande ilha do Araguaia no mapa *Territórios das Capitânicas de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo*. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Várias informações presentes no mapa dos *Territórios das Capitânicas de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo* foram replicadas em *Colombia Prima*, como a indicação do

³⁴² BPMP. C-M&A.P19(24), publicado em GARCIA, 2011:104-5.

³⁴³ Tradução do original: “Maps are one of the objects that human beings across cultures have used to give palpable physicality to the passing of time.”

“Alojamento grande destruído pelo Cap. Mor da Conquista a 17 de agosto de 1753”;³⁴⁴ a localização dos índios *Guacuruacuas*, situados na divisa entre as capitanias de Goiás e Piauí; da tribo dos Bororos, já presentes nas terras da Capitania do Mato Grosso, em uma área denominada como “sertão estéril”.³⁴⁵ Além disso, no centro do mapa, é possível ver a inscrição “*Guayas*”, que, na verdade, se refere à Capitania de Goiás, e que, em algumas cartas, era o mesmo termo usado por Balsemão para se referir à capitania vizinha.



Figura 40: [Territórios das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo]. [Não anterior a 1753]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Aparentemente, Faden também recorreu à *Carta Geográfica*, (Fig.21 e 22)³⁴⁶ feita por Balsemão, no último ano de seu governo na Capitania de Mato Grosso, pois os limites entre as capitanias de Goiás e Mato Grosso, desenhadas em *Colombia Prima*, seguem a proposta de Balsemão, utilizando o rio das Mortes, (Fig.41) como limite natural, ao invés do rio Araguaia, como aparece nos mapas produzidos no governo de Luís de Albuquerque e nos seguintes.

³⁴⁴ “Great Village destroyed in August 1753”. In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³⁴⁵ “Barren Desert”. In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³⁴⁶ BnF, GED-7812, 1922.



Figura 41: Detalhe das fronteiras, desenhadas em *Colombia Prima*, entre as capitânicas do Mato Grosso e Goiás, que seguem as balizas naturais estabelecidas por Balsemão quando era Governador do Mato Grosso. Em azul a divisa da Capitania do Mato Grosso e em vermelho a fronteira da Capitania de Goiás. 1807. David Rumsey Map Collection.

No pequeno texto, intitulado explicações, (Fig.42) situado à esquerda do mapa, acima da representação das escalas, Faden diz que “os Limites entre os territórios portugueses e espanhóis foram feitos de acordo com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777” e que, para isso, consultou “o Mapa do Mato Grosso e Cuiabá, desenhado pelos engenheiros designados pelas respectivas Coroas de Espanha e de Portugal para fixar a linha de fronteira naquelas partes.”³⁴⁷

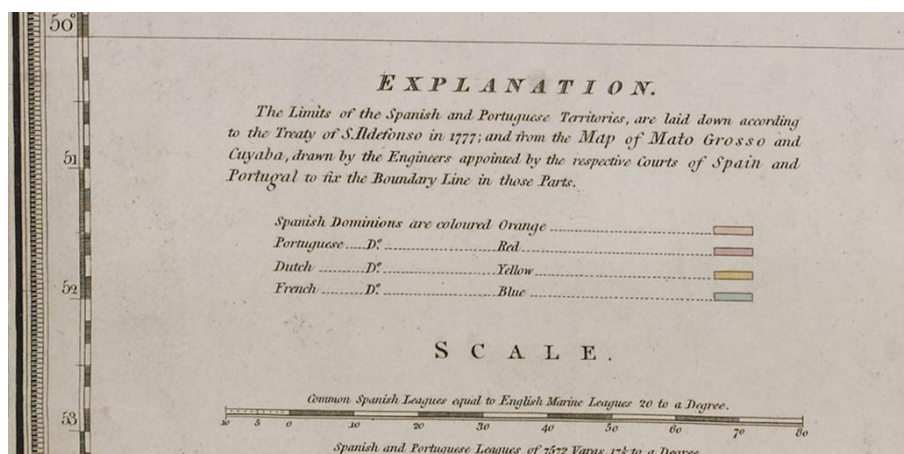


Figura 42: Detalhe para as Explicações impressas no canto esquerdo inferior do mapa *Colombia Prima*, na sétima folha. 1807. British Library.

Mas, como ressalta Junia Furtado, cartografar “o estipulado no Tratado entre Portugal e Espanha de 1778, (...) era missão quase impossível, pois muitos de seus termos eram vagos ou imprecisos.”(FURTADO, 2021a:3) Por isso, foi essencial fornecer também mapas atualizados, feitos a partir das medições geográficas realizadas pelas partidas demarcatórias. Aí reside a importância da *Carta Limítrofe do País de*

³⁴⁷ “The Limits of the Spanish and Portuguese Territoires, are laid down according to the Treaty of S. Ildefonso in 1777; and from the Map of Mato Grosso and Cuyaba, drawn by the Engineers appointed by the respective Court of Spain and Portugal to fix the Boundary Line in those Parts.” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

Mato Grosso e Cuiabá, (Fig.43) citada como fonte por Faden, tanto nas advertências, como nas explicações.³⁴⁸ Atualmente guardada na Biblioteca Nacional da França,³⁴⁹ a *Carta* foi concluída em 1790. Além de ser uma mostra de como Balsemão mantinha-se atualizado acerca da evolução cartográfica do Brasil, também é uma evidência de que Balsemão enviou mapas a Faden quando já ocupava a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, cargo para o qual foi nomeado em 1788.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 43: *Carta limitrofe de paiz de Mato [sic] Grosso e Cuyaba desde a foz do rio Mamore athe o lago Xarayes e seus adjacentes.* 1790. Bibliothèque nationale de France.

A *Carta Limítrofe* deixava clara a preocupação portuguesa de demarcar uma linha de fronteira com as províncias espanholas, que garantisse a posse das terras adjacentes a Vila Bela e a soberania sobre o “istmo”, entre os rios Alegre e Aguapei. De fato, o istmo aparece com destaque, o que frisa a sua importância como ligação entre os rios “da Prata e as Amazonas, por onde o Governador Luís Pinto de Sousa no ano de 1772 mandou passar uma embarcação de carga”. Na *Carta Limítrofe*, os oficiais da demarcação desenharam duas linhas de fronteira, as duas partindo do marco instalado no encontro do rio Jauru com o rio Paraguai. A “Linha da Demarcação”, desenhada em amarelo, sai do marco até o Morro da Boa Vista e, dali, até o Morro da Baliza, assegurando a soberania portuguesa sobre as terras no entorno de Vila Bela e sobre as nascentes dos rios Aguapei e Alegre; enquanto a representação da “Linha que se julgava pelo Tratado ser a demarcação”, feita em vermelho, era altamente lesiva aos interesses luso-brasileiros, pois tem fim no encontro dos rios Sarare e Barbados, colocando sob domínio espanhol as terras de Vila Bela e os rios Alegre e Aguapei.

³⁴⁸ BnF, GE C-2749(RES),1790.

³⁴⁹ Cabe lembrar que a Livraria dos Balsemão foi saqueada quando as tropas francesas invadiram a cidade do Porto no século XIX, talvez isso seja um indício que explique o porquê desse mapa estar na Biblioteca Nacional da França. Todavia, não temos elementos concretos que reconstituam a chegada desse mapa na Biblioteca francesa.



Figura 44: Detalhe da *Carta limítrofe* com destaque para a linha amarela e a linha vermelha, cada uma representando uma determinada demarcação de fronteira. 1790. Bibliothèqu nationale de France

A fronteira presente em *Colombia Prima* corrobora os anseios portugueses, assegurando a eles a conquista de Vila Bela e a região das nascentes dos rios Alegre e Aguapei, local destacado como a passagem de barcos entre os rios Paraguai e Amazonas.³⁵⁰ Faden e Rochette também aproveitaram outras informações desta *Carta Limítrofe*, reproduzindo os trajetos de alguns caminhos, como o caminho aberto por João Leme do Prado à pedido de Balsemão,³⁵¹ que aparece como tendo sido feito em 1772, mas, de fato, foi construído em 1770. A novidade é que, tanto na *Carta Limítrofe*, como em *Colombia Prima*, o caminho representado foi o trajeto atualizado por Luís de Albuquerque, que estendeu o original até o Forte do Príncipe da Beira, construído no seu governo, para substituir o Forte de Bragança.

Faden utilizou mapas de dois outros portugueses, pelo menos alguns deles constantes na biblioteca de Balsemão, quem deve ter-lhe disponibilizado. Eram eles João da Costa Ferreira e José [sic] Joaquim da Rocha, os mapas dos dois cartógrafos foram de grande valia para elucidar algumas lacunas cartográficas do interior do Brasil. De João da Costa Ferreira (1750-1822), engenheiro militar português que trabalhou no Brasil, no final do século XVIII, o geógrafo utilizou uma carta topográfica que representa a costa da Capitania de São Paulo, levantada entre 1799 e 1800, sob o comando do Almirante John Campbell (1720-1790).³⁵² Tudo indica ser *A New Chart of*

³⁵⁰ “Carrying Place of 2400 Fathoms means of which Boats may go from River Paraguay into that of the Amazons.” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³⁵¹ “Route of the Portuguese Detachment in 1772”. In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

³⁵² “Also a topographical Chart of the Coast of the Capitania de S. Paulo, surveyed in 1799 and 1800 by João da Costa Ferreira, under the directions of the late Admiral Campbell, commander of the Portuguese Ships of War on that station.” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

Coast Of Brazil, publicada pelo próprio Faden.³⁵³ Trata-se de um levantamento detalhado da costa da Capitania de São Paulo, com cinco inserções: 1) Barra de Canea (sic., Cananeia); 2) Barra de Santos; 3) Barra da Mar Pequeno de Iguape 4) Barra de Guaratuba 5) Plano da Baía do Paranaguá. A carta apresenta linhas costeiras, hidrografia, ancoradouros, topografia, assentamentos, edifícios, fortificações e observações; com latitude e longitude indicadas; e marcação de bússola em 32 pontos de interesse.

É uma típica carta direcionada para o uso da Marinha, no caso o Almirantado inglês, que, no final do século XVIII e início do XIX, começou a publicar, sistematicamente, cartas de áreas costeiras que interessavam à Inglaterra, tanto comercialmente, como militarmente. Foram encontradas três cópias desse mapa, uma no *The National Archives*, duas versões no *United Kingdom Hydrographic Office Archive*, em Londres, e outra na Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Faden também teve acesso a mapas feitos pelo engenheiro militar português, José (e não João, como equivocadamente está grafado no mapa) Joaquim da Rocha (1740-1804),³⁵⁴ especialmente aos seus famosos mapas que versam sobre a Capitania de Minas Gerais, o que incluía, além de um mapa geral da capitania, cartas específicas de cada de uma de suas comarcas.³⁵⁵ Por isso, *Colombia Prima* foi o primeiro mapa

³⁵³“Levantado sob a direção do falecido almirante [John] Campbell. LONDRES: Publicado por William Faden, geógrafo de Sua Majestade e Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales, Charing Cross, Londres, 1º de janeiro de 1807”.

³⁵⁴ “filho do capitão Luís da Rocha e de dona Maria do Planto, nasceu por volta de 1740, em São Miguel da Vila de Souza, ao sul de Aveiro, no Bispado da Extremadura. Sobre sua vida enquanto esteve em Portugal, pouco se sabe. Chegou às Minas Gerais quando Luís Diogo Lobo da Silva era governador (1763-1768), e aí ficou até morrer (1804)” (FURTADO, 2009:161). Para saber mais sobre a obra de José Joaquim da Rocha ver: FURTADO, Junia F. *Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira*. In: SILVA, Fernando P. (ed.). *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano, Ouro Preto, 2006*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, pp. 981-1003; FURTADO, Junia F. *Rebellious Maps: José Joaquim da Rocha and the Proto-Independence Movement in Colonial Brazil*. In: BRÜCKNER, Martin (ed.). *Early American Cartographies*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press for the Omohundro Institute of Early American History and Culture, 2011, pp. 116-142; ÁVILA, Cristina *et al.* *Cartografia e inconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.4, n.2-3, pp. 373-392, 1989; COSTA, Antônio G. *et al.* *Os mapas de José Joaquim da Rocha*. In: COSTA, Antônio G. (ed.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte:UFMG; Lisboa: Kapa, 2004, pp. 145-151.

³⁵⁵ “In addition to the above valuable materials, many other important articles have been happily procured, for the further illustration of the hitherto unknown geography of Brezil, viz. Mapa da America Portugueza, Capitania de Minas Geraes, Comarca do Serro, Comarca de S. João del Rey, Comarca de Villa Rica e do Catao do Cuyate, Comarca do Sabara, Capitania do Rio de Janeiro e da Ilha de Sta. Catalina, these unique manuscripts are the result of the arduous labours of José [sic] Joaquim da Rocha” In: ROCHETE, Louis S. D. *Colombia Prima*. London, 1807.

estrangeiro a publicar, em detalhes, as divisões internas do Brasil, incluindo a subdivisão de sua principal capitania, as Minas Gerais.

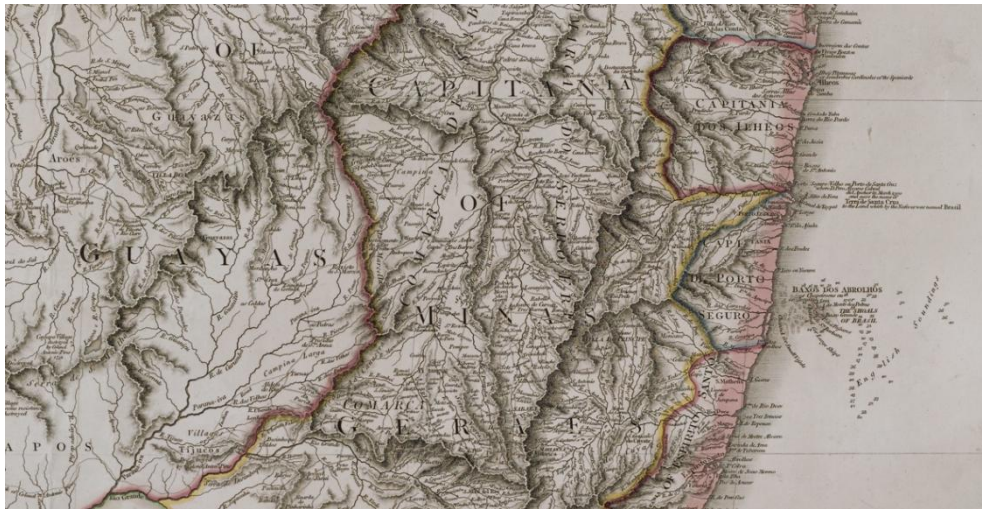


Figura 45: Detalhe da representação da Capitania das Minas Gerais, com suas respectivas comarcas no mapa *Colombia Prima*. Para desenhá-la Faden utilizou como fonte os mapas de José Joaquim da Rocha. 1807. British Library.

A Coleção de Balsemão guarda um exemplar de uma das versões do “Mappa da Capitania de Minas Geraes”. (Fig.46)³⁵⁶ “O mapa apresenta uma rosa-dos-ventos, encontrando-se orientado com o Norte no topo. A rede de coordenadas geográficas permite delimitar o espaço cartografado entre os ca. de 13° S e os ca. de 24° S de latitude e os ca. de 309° e os ca. de 319° de longitude, tendo provavelmente por referência o meridiano da Ilha do Ferro”, (GARCIA, 2011:102) o mais usualmente empregado por esse cartógrafo (FURTADO, 2009:175-6).

³⁵⁶ Cota C-M&A-P.24(64)

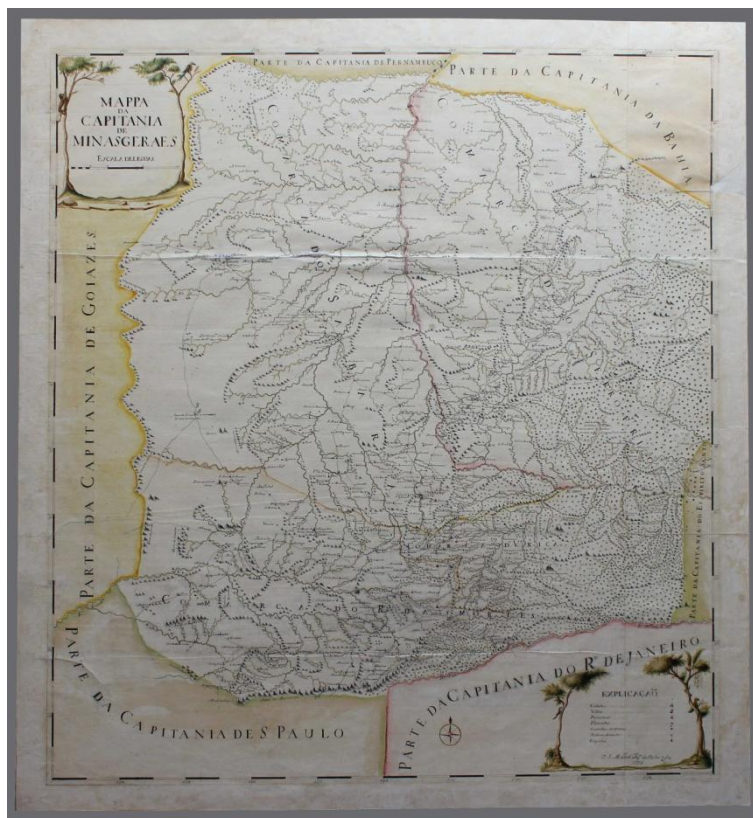


Figura 46: ROCHA, José J. *Mapa da Capitania de Minas Geraes*, 1793. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Os mapas de José Joaquim da Rocha “apresentam várias convenções geográficas esquemáticas, apregoam normas que vinham se universalizando, e buscam apresentar uma perfeita correspondência e simetria com a região representada.” (FURTADO, 2009:161) Além da qualidade técnica, alguns de seus mapas são adornados com belas iluminuras. Inclusive essa característica liga esse cartógrafo a outro mapa, citado por Faden como sendo de sua mesma autoria e que pertence ao acervo da mapoteca de Balsemão, que é o *Mapa do Continente da Colônia do Sacramento, R. Grande de S. Pedro até a Ilha de Santa Catarina com a linha divisória da arraia ajustada pelo Tratado de Limites celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela no ano de 1750*. (Fig.47)³⁵⁷ Orientado com o topo para o Norte, a “rede de coordenadas geográficas permite delimitar o espaço cartografado entre os ca. de 27°S e os ca. de 36°S de latitude e os ca. de 318°30’ e os ca. de 327°30’ de longitude, tendo provavelmente por referência o meridiano da Ilha de Ferro.” (GARCIA, 2011:82)

Chet van Duzer, ao se deparar com esse mapa, também concluiu que a probabilidade de seu cartógrafo ser José Joaquim da Rocha é grande. Além das similaridades de estilo, seus aspectos geopolíticos ressaltados correspondem ao

³⁵⁷ BPMP, C-M&A-P.24(61), publicado por GARCIA, 2011:82-3.

momento em que o engenheiro militar português estava construindo sua cartografia. (DUZER, 2020:2-6)



Figura 47: Mapa do continente da Colônia do Sacramento atribuído a José Joaquim da Rocha. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Apesar de o título indicar que o mapa se refere aos limites do Tratado de Madri, de 1750, encontram-se dentro da carta várias referências aos resultados das expedições demarcatórias de limites, que aconteceram ao longo da década de 1760, pois foi destacado, em preto, o caminho percorrido por essa partida.³⁵⁸ Porém, as ausências e as presenças de determinadas localidades, rios e ribeirões mostram que a função principal do mapa era “detalhar as áreas por onde seguia a linha do tratado de limites.” (SILVA, 2010:64) No caso, a fronteira de 1777, estabelecida no Tratado de Santo Ildefonso, pois é possível ver a demarcação dos campos neutrais,³⁵⁹ uma inovação daquele Tratado que buscava solucionar o problema da fronteira Sul. “Os Campos Neutrais compreendiam o

³⁵⁸ “Sob o título surge a legenda, denominada ‘Nota’: ‘Que a linha de pontos pretos [den]ota caminhos, a dos encarnados a divizoria’”. (GARCIA, 2011:82).

³⁵⁹ A delimitação desses campos aparece no mapa com “uma linha amarela com a referência: ‘Divizoria das Terras neutraes’”. (GARCIA, 2011:82)

território que atualmente abrange os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, no extremo Sul do Brasil” (OLIVEIRA, 2010:69), e foram estabelecidos com o objetivo de demarcar uma área que não poderia ser ocupada nem pelos portugueses, nem pelos espanhóis.

Na altura da Ilha de Santa Catarina, é possível ver duas linhas de fronteira, em uma delas o traçado “aparece corrigido, a tinta castanha, e com as seguintes notas: ‘Demarcação suposta pellos Espanhoes’”, enquanto a outra linha foi identificada como a “demarcação verdadeira”. (GARCIA, 2011:83) Seria esse um dos mapas que Balsemão utilizava nas reuniões com ministros ingleses para aclarar as disputas que estavam acontecendo no Sul do Brasil entre 1775 e 1777?

Chama atenção o fato de que a Colônia do Sacramento, tema recorrente dos grandes tratados de limites entre portugueses e espanhóis, ao longo do século XVIII, aparecer de forma discreta em *Colombia Prima*, identificada como “el Sacramento”.(Fig.48) Desde a sua instituição, a Colônia do Sacramento foi motivo de discórdia entre as Coroas Ibéricas e, até mesmo entre os políticos e diplomatas portugueses, não existia uma unanimidade.³⁶⁰ Enquanto Dom Francisco de Sousa Coutinho, por exemplo, “era favorável à entrega da Colônia do Sacramento, pois considerava seus custos de manutenção altos e arriscados” (FURTADO, 2021a:19), Balsemão acreditava que manter aquele posto na embocadura do rio da Prata ainda era fundamental e, por isso, nas memórias que escreveu para o Abade Raynal, em 1778, lhe contou sobre a sua proposta de fronteira que englobava a Colônia do Sacramento dentro dos limites do Brasil, o que poderia ser feito em troca de territórios cedidos no noroeste do Amazonas. (FURTADO, 2021a:21-2) De qualquer forma, Faden não se aventurou em traçar uma fronteira que fosse divergente dos mapas que possuía.

³⁶⁰ Ver: FURTADO, Junia F. Portuguese America under foreign threat and the creation of the concept of Uti Possidetis in the first half of the 18th Century. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série IV História Moderna, 34, 2021, pp.116-119 e FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, pp.263-276 e ACRUCHE, Hevelly F. *Portugal e Espanha no extremo Sul das Américas: fronteiras, gentes, direitos e soberania (1750-1830)*. Rio de Janeiro: UFF, 2017. (Tese. Doutorado em História)



Figura 48: Detalhe do estuário do Rio da Prata e da identificação das principais vilas do seu entorno como Buenos Aires e [Colônia] Sacramento. *Colombia Prima*, 1807. British Library.

Outro importante e raro mapa que Balsemão disponibilizou a Faden foi a *Nova Carta da América Meridional* (Fig.36), coordenada por Luís de Albuquerque, e que contém informações atualizadas pelas expedições demarcatórias de limites do Tratado de Santo Ildefonso. Por um lado, tanto as fronteiras externas, como as internas do Brasil, que a *Nova Carta* apresenta, serviram de base para o desenho de *Colombia Prima*, especialmente a fronteira Centro-Oeste e Sul.

O todo do Brasil, constituído pelas suas partes internas, surge no mapa claramente destacado do conjunto maior da América Meridional. A ênfase gráfica das cores é tal que aquela parte do mundo debaixo do nome de Brasil, parece quase recortar-se do resto do desenho. Pode-se-ia ver um continente dentro do continente e é especialmente interessante ver a simetria que a linha interna aponta, repetindo, de certo modo, as curvas do perfil continental. O que não deixa de ser significativo, por a reivindicação da coroa portuguesa, reinvoando a partilha implícita em Tordesilhas, é pela ‘sua’ metade da América. Nota-se ainda que a linha azul, que a legenda identifica como a fronteira, sobrepõe-se às linhas de outras cores da constituição das capitanias, deixando claro o todo e as parte que o informam. (ARAÚJO, 2015:8-9)

Por outro lado, a diferença mais marcante entre os dois mapas aparece na fronteira Norte, onde os interesses franceses e também ingleses eram fortes. A fronteira Norte da Amazônia brasileira, representada em *Colombia Prima*, segue o acordo firmado pelo Tratado de Badajoz, assinado em 1801, que trouxe algumas perdas territoriais para Portugal, na região do atual estado do Amapá, enquanto a fronteira da *Nova Carta* tem como base as partidas demarcatórias, que aconteceram ao longo da década de 1780. Outro ponto interessante é a representação da fronteira entre as

capitanias do Mato Grosso e Goiás, que no mapa de Luís de Albuquerque segue o rio Araguaia, enquanto que no *Colombia Prima* aparece claramente desenhada a fronteira desejada por Balsemão, que usa o curso do rio das Mortes. Talvez o uso desse mapa como fonte por Faden explique o motivo da *Nova Carta* se encontrar em um arquivo de Londres.

A consulta a essa vastíssima e atualizada cartografia portuguesa sobre o Brasil possibilitou a Faden desenhar seus contornos internos, delimitando as várias capitanias que compunham a colônia. Trata-se de uma novidade cartográfica importante, que corrobora o objetivo português de evidenciar sua expansão colonizadora no mapa inglês, e assim buscar a legitimação do público internacional para as fronteiras que almejava para tornar o Brasil continental.

O projeto de limites externos proposto por Balsemão nas memórias escritas para Raynal, definitivamente não aparece em *Colombia Prima*. Todavia, “não é surpreendente que, a Coroa portuguesa, que abriu os portos do Brasil para uma espécie de ‘livre comércio’ que inevitavelmente colocou os Britânicos, seu grande protetor naval, em uma vantagem sem precedentes, saiu claramente como o vencedor territorial neste mapa.” (CASTILLO, 2017:121) As aspirações territoriais portuguesas foram confirmadas pela cartografia de *Colombia Prima*, que assentiu o domínio português sobre a Amazônia, especialmente o domínio sobre a foz do rio Amazonas, uma área disputada com a colônia francesa da Guiana. Além de corroborar a expansão do Centro-Oeste luso-brasileiro, reconhecendo o mando português sob as terras alagadas do Pantanal.

Aspectos de uma cronologia da produção do mapa Colombia Prima

A arte de fazer mapas era algo trabalhoso e demorado, especialmente quando se tratava da produção de mapas sínteses, isto é, que representavam vastas regiões, caso dos mapas *mundi* e dos mapas continentais, produzidos em muitas folhas, que desnudam muitos detalhes. Para produzi-los, os geógrafos tinham que “gastar um tempo considerável preparando-se e reunindo as informações necessárias” (PEDLEY, 2005:26), além do tempo para resolver problemas técnicos, como a escala e as longitudes a serem empregadas. Por isso, os geógrafos poderiam levar anos na construção de um único mapa.

No caso do *Colombia Prima*, sabe-se a data oficial da publicação, mas são esparsas e raras as demais informações relacionadas ao seu processo de elaboração. Por

isso, pensar em uma cronologia acerca de sua construção é um desafio, que exige analisar as poucas pistas existentes, na tentativa de remontar seu processo construtivo. Afinal, os mapas não são objetos imutáveis, ao longo do processo de produção, informações são eliminadas, modificadas, ou inseridas, atos que estão no âmago da Ciência Ocidental moderna. Mapas são objetos da Cultura Material inseridos na História das Ciências, representativos de um processo histórico determinado e, por isso, a importância de analisá-los para além do conteúdo geográfico veiculam.

A primeira informação cronológica aparente no mapa é a data de sua finalização, 04 de Junho de 1807. Porém, em uma de suas folhas impressas encontra-se a seguinte informação: *publicado por William Faden, Charing Cross, 21 de agosto de 1807.* (Fig.49) As duas datas mostram que o mapa foi finalizado em Junho, mas as impressões só aconteceram em Agosto. A construção de um mapa impresso respeitava uma determinada ordem na evolução dos trabalhos, no caso de *Colombia Prima*, o processo de desenho do manuscrito base foi o mais demorado, certamente pelos desafios técnicos e o trabalho minucioso que demandava. Após a finalização do desenho, foi necessário fundir e esculpir a chapa de cobre, a peça fundamental para a impressão. Com ela em mãos, foram feitas as primeiras impressões de prova, que visavam conferir e corrigir erros ou imperfeições encontradas. Somente após essas correções, as chapas de cobre estavam prontas para a impressão final, quando seriam impressas a quantidade de cópias encomendadas pelo editor. (PEDLEY, 2005:35-72)

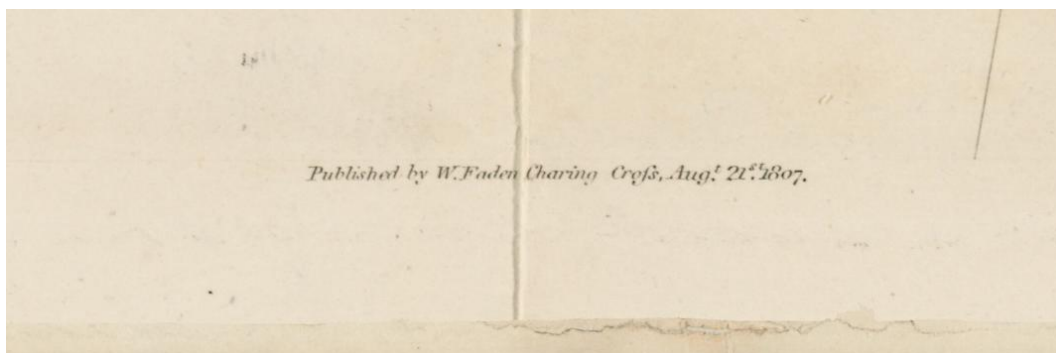


Figura 49: Detalhe do Mapa *Colombia Prima*, com destaque para a pequena informação sobre o editor e a data da publicação que aparece em algumas folhas do mapa. 1807. Harvard Map Collection.

O exemplar de prova (Fig.50), que pertenceu ao Duque de Sussex (Augusto Frederico, 1773-1843), é um testemunho desse processo. Por meio da análise das datas nele inscritas e outras características que ostenta, pode-se remontar alguns aspectos do processo de produção do mapa, ao longo do tempo.



Figura 50: Exemplar de prova ou primeira impressão do mapa *Columbia Prima*, que pertenceu ao Duque de Sussex. 1807. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.

O primeiro ponto diz respeito à grafia diferente, que aparece na palavra *Colombia*. Nesse exemplar, o título aparece grafado como *Columbia Prima*, (Fig.51) conforme o termo era utilizado nos Estados Unidos. Entre esse exemplar e a impressão final, Faden alterou a grafia do título para *Colombia*, pois nenhum exemplar, da primeira edição, apresenta essa característica, o que reforça a afirmação de que o exemplar do Duque de Sussex era uma impressão de prova. Ou seja, foi o resultado da primeira impressão prévia, feita após a finalização das chapas de cobre, na qual os editores conferiam o trabalho realizado, sendo a última chance de modificar as chapas antes da impressão final. Por alguma razão, ou influência, Faden optou por modificar o título, dando preferência à versão latinizada da palavra *Colombia*, ao invés da versão

empregada comumente nos Estados Unidos, *Columbia*. Os motivos que levaram a essa mudança ainda são obscuros. Note-se que Lina del Castillo desconhece o exemplar de prova do Duque de Sussex, pois não o cita em nenhum de seus estudos. Todavia, sua tese é de que os interesses do *criollo* Francisco de Miranda se fazem presentes no mapa de Faden justamente pelo título. Nesse caso, a influência de um *criollo* teve mais peso nas decisões de Faden do que suas antigas relações com autoridades dos Estados Unidos.

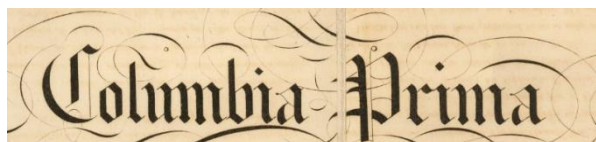


Figura 51: Detalhe do título onde o aparece *Columbia Prima*, grafado com u. 1807. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.

Vale ressaltar que William Faden mantinha excelentes relações com os norte-americanos, que parecem ter começado na época da Guerra de Independência. Essa relação de proximidade se aprofundou, a partir de 1786, quando o embaixador dos Estados Unidos, em Paris, Thomas Jefferson, pensou no nome do geógrafo inglês como o ideal para o projeto de reprodução do mapa de Cruz Cano y Olmedilla. Mas, como pergunta Lina del Castillo, “as palavras *Columbia* e *Colombia* possuem o mesmo significado?” (CASTILLO, 2019:48) Somente em 1819, a palavra *Colombia* adquire sua forma territorial – a *Colombia* como um dos novos países independentes na América do Sul –, antes disso, as palavras *Colombia* e *Columbia* se confundiam como sinônimos de um projeto político continental, encabeçado pelo movimento independentista dos Estados Unidos. Mesmo sendo o nome *Colombia Prima* uma referência a esse projeto, parece que Faden, certamente por suas ligações com o governo britânico, não quis ser totalmente revolucionário, pois fez questão de dar um segundo nome ao mapa, América do Sul, talvez também em respeito a seu colaborador português, o Visconde de Balsemão, à época já morto, mas que, como fiel funcionário da Coroa, certamente não compartilhava das aspirações independentistas da América lusitana.³⁶¹

O segundo ponto é a data que consta no pequeno mapa, que se encontra no interior da encadernação, ostentando a ordem de montagem das folhas do mapa mural: *publicado por William Faden em 01 de Janeiro de 1798*. (Fig.52)

³⁶¹ “Colombia Prima or South America”



Figura 52: Detalhe do pequeno mapa da América do Sul que vinha na capa que guardava as folhas de *Colombia Prima*. Nesse exemplar, o mapa foi colorido e apresenta uma data de publicação diferente da data de publicação final de *Colombia Prima*. 1798. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.

Pode não ser indício suficiente de que todo o mapa já estivesse pronto nessa data, mas certamente mostra que a organização da obra, quantas folhas no total, quais áreas da América do Sul elas iriam cobrir, quais as longitudes, e a ordem de sua montagem, isso sim já estava decidido por essa época. Ou seja, Faden e Rochette trabalharam, concomitantemente, na reprodução de *América Meridional*, de Olmedilla, e na construção do *Colombia Prima*. Interessante observar, a partir dessa constatação, é que, por um lado, como a encomenda norte-americana especificava uma reprodução fiel do mapa espanhol, Faden não introduziu modificações na sua geografia original, mesmo já tendo em mãos um material muito mais atualizado sobre o Brasil. Por outro lado, o conhecimento profundo que teve do mapa espanhol foi de grande auxílio na composição do *Colombia Prima* pois, quando se analisa, de forma mais detalhada, os pontos geográficos da carta, pode-se observar que vários deles foram retirados do mapa de Olmedilla. O fato é que, nas impressões seguintes, a data de publicação não aparece mais. (Fig.53)



Figura 53: Detalhe do pequeno mapa guia da América do Sul, que acompanhava o encarte de *Colombia Prima* que não apresenta mais a data de publicação. Usando-o como guia, a pessoa que estivesse em posse das 8 folhas de *Colombia Prima* poderia colocá-las em sua correta ordem, como em um quebra-cabeça. 1807. David Rumsey Map Collection.

O terceiro ponto é o frontispício do mapa encadernado do Duque de Sussex, que traz o seu brasão oficial. (Fig.54) O príncipe Augustus Frederick adquiriu o título de Duque de Sussex, em 1801. Ao longo de sua vida, demonstrou intenso apreço pelas Artes, pelas Ciências e pela Teologia, tendo sido presidente da *Society of Arts*, de 1816 até sua morte, e presidente da *Royal Society*, entre 1830 e 1838, tornando-se grande bibliógrafo e colecionador, tendo acumulado cerca de 50 mil volumes, em sua biblioteca, situada no *Kensington Palace*. Alguns de seus livros e manuscritos foram cuidadosamente identificados com uma encadernação especial, como a que guarda o mapa *Colombia Prima*. Na capa, o brasão com a frase *honi soît que mal y pense*,³⁶² expressão de origem francesa, que é o lema do Reino Unido e da Ordem de Jarreteira, ostenta, no centro, as iniciais do título do Duque de Sussex – DS –, encimado pela coroa britânica. Na primeira página, ou frontispício, está gravado o *ex libris*, especialmente desenvolvido e utilizado pelo Duque, entre 1801 a 1834. Seus livros ostentam dois tipos

³⁶² *Honi soît qui mal y pense* é uma expressão em francês que significa “Envergonhe-se quem nisto vê malícia”, muito usada em meios cultos. Também é o lema da Ordem da Jarreteira, comenda britânica criada pelo rei Eduardo III de Inglaterra, no tempo das Cruzadas. E um dos lemas do Reino Unido, estando estampado em sua bandeira.

diferentes de *ex libris*, um simples e pequeno e outro maior, com vários detalhes, e é este último que compõe a encadernação de *Colombia Prima*. Esse consiste em três partes: primeiro seu brasão de armas, ladeado por um leão e um unicórnio, cercado pela fita e gola Garter, da Ordem da Jarreteira; em segundo, abaixo destes, está Saint George, descansando em um frontão, encimado por uma coroa ducal, sua crista e a inscrição de seu lema: *si Deus pro nobis quis contra nos* (Se Deus é para nós, quem é contra nós); em terceiro, abaixo destes, o espaço onde se inscreveu a marcação bibliográfica do documento. Ao final do desenho, em letras minúsculas, aparece a marca d'água da gravação em aço de casa impressora: “*Perkins and Heath - Patent Endured Steel Plate*”, do engenheiro norte-americano e inventor, Angier March Perkins, e do britânico, Charles Heath, fundada em 1819. (LEE, 1991:41)



Figura 54: Frontispício da encadernação do mapa *Colombia Prima* que pertenceu ao Duque de Sussex. 1819. Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc.

Com todas essas informações ainda permanecem algumas perguntas: Quando Faden realmente terminou esse primeiro exemplar de prova? Quando ele chegou às mãos do Duque de Sussex? Sabe-se que a construção de mapas desse tipo era um

processo que demandava um tempo relativamente longo e, no caso do *Colombia Prima*, esse foi proporcional ao desafio cartográfico que a carta representou. Se, por volta de 1798, como revela o pequeno mapa interno apenso ao exemplar de prova do Duque, Faden e Rochette já tinham pronto o esboço e o plano geral do mapa, quer dizer que já tinham gasto um tempo razoável na sua preparação. No entanto, foram necessários mais nove anos para finalizar e, finalmente, o publicar, sendo que o mesmo permaneceu em circulação, por pelo menos mais 70 anos, sendo frequentemente reeditado e atualizado.³⁶³ Ao se tomar como termo de comparação a produção da cópia do mapa de Olmedilla, observa-se que, desde o contato inicial de Jefferson com Faden, ocorrido em 1786, até a sua publicação, em 1799, decorreram-se 13 anos, portanto não seria desproporcional pensar que a construção de *Colombia Prima* gastou um tempo igual ou maior que esse.

Além disso, Faden enfrentou um grande problema para finalizar o mapa, a morte de Louis S. D. de la Rochette, em 1802. Com sua morte, a responsabilidade sobre os ajustes e os desenhos finais de *Colombia Prima* recaíram também sobre Faden. Porém, ele não esqueceu a contribuição decisiva de seu geógrafo de confiança e, por isso, fez questão de dar os créditos a Rochette ao publicar o mapa, em 1807.

De fato, a cópia que pertenceu ao Duque de Sussex deve ter sido o primeiro exemplar gravado por Faden, por volta de 1807, sendo provável que chegou a suas mãos pelo menos alguns anos depois, já que o *ex libris* que consta na sua encadernação só pode ter sido feito depois de 1818, a não ser que o Duque tenha personalizado sua cópia posteriormente. Mas, nesse caso, se adquirira o exemplar e o encadernara em data mais remota, o mais provável é que tivesse usado o seu *ex libris* anterior, mais simples, ostentado em outros exemplares da sua biblioteca.

Mas quando Faden teria começado a trabalhar na construção do mapa? Segundo ele próprio, o principal incentivador e patrocinador do mapa foi o português Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, que viveu, na Inglaterra, entre 1774 e 1788, nomeado Ministro Plenipotenciário da Corte portuguesa. Como mencionado, a aproximação entre Faden e Balsemão ocorreu durante o período em que o primeiro viveu na Inglaterra, quando os dois se uniram para produzir o *Colombia Prima*, e deve ter continuado mesmo com seu regresso a Portugal, podendo Faden continuar a consulta-lo sobre dúvidas pontuais e demandando novos documentos cartográficos

³⁶³ A última reedição de *Colombia Prima* data de 1875, feita por James Wyld (1812-1887). DRMC, 5803001, 1875.

portugueses. Estabelecer essa relação bilateral era de interesse mútuo. Para Faden era a melhor forma de obter informações inéditas e confiáveis sobre o território brasileiro, enquanto, para Balsemão, era uma forma de usar a autoridade do mapa para propagandear os limites das possessões portuguesas na América do Sul. Trata-se do mesmo tipo de relação que o Visconde estabeleceu ao contribuir nas obras de Robertson e Raynal, acerca da América portuguesa. Por um lado, sua morte, em 1804, certamente interferiu na continuação dos trabalhos, porque Faden não tinha mais a possibilidade de consultá-lo, ou de solicitar novas informações. Por outro, sua contribuição decisiva foi motivo de homenagens, por parte do geógrafo inglês, que fez questão de frisar sua importante participação, ao mencioná-lo no subtítulo e nas advertências do mapa.

A riqueza das fontes de Faden fornece pistas importantes sobre a monumentalidade que a construção do *Colombia Prima* representou e sobre as relações políticas e científicas que o geógrafo manteve para produzi-lo. Afinal, ele jamais conseguiria ter acesso a fontes tão expressivas e atualizadas se não tivesse um bom trânsito no circuito político iluminista europeu, estabelecendo relações tanto com representantes espanhóis, como Francisco de Miranda, e portugueses, como o Visconde de Balsemão que, afinal, mesmo morto orquestrou o tom geral do mapa.

Considerações Finais

*É verdade que, nessa época, já não era mais um espaço em branco.
Enchera-se, desde os dias da minha infância, de rios, lagos e nomes.
Deixara de ser um espaço em branco de delicioso mistério...*

Joseph Conrad.
O coração das trevas.

Em 1807, Francisco de Miranda retornou a Londres depois da fracassada tentativa de promover a independência das províncias da América espanhola. Para tanto, ele contava com o auxílio militar inglês, que, todavia, não se mostrou suficiente. Porém, o seu sonho de construir um novo continente independente não foi totalmente derrotado. Os anseios de Miranda foram materializados em um mapa, mas ele não era o único que tinha ideais continentais para a América do Sul a serem expressados por meio da cartografia. (CASTILLO, 2019:52)

O mapa com o qual Miranda pretendia dar a ver sua visão geopolítica da América espanhola veio à luz no mesmo ano do seu retorno, sendo intitulado *Colombia Prima or South America* (Fig.32), e o mesmo representava o esforço de anos de trabalho do geógrafo inglês William Faden. Ao longo da construção do mapa, que se arrastou por cerca de 15 anos, Faden contou com o auxílio de inúmeros colaboradores, tanto a nível técnico, como a nível intelectual, que se expressou no engajamento de gravadores, desenhistas, impressores, geógrafos, e que também sofreu a influência de políticos e diplomatas.

Uma importante colaboração, citada no subtítulo do mapa, foi a que Faden estabeleceu com Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão. A colaboração e a relação que se estabeleceu entre os dois é o objeto desta tese. Como arcabouço da análise, empregou-se o diálogo entre a História, a Nova História da Cartografia e a História da Ciência.

Para desvelar a complexidade em que esse processo de intercâmbio para a produção da *Colombia Prima* se deu, o arcabouço teórico e metodológico da Nova História da Cartografia desempenhou papel fulcral. Essa corrente historiográfica propõe um diálogo transdisciplinar e o intuito é que, sob o crivo do olhar dos historiadores, os mapas se tornem objetos de tanto de investigação, quanto de interpretação

historicamente situados no espaço e no tempo.³⁶⁴ Mapas sínteses, a exemplo do *Colombia Prima*, são objetos complexos, congregam sujeitos e saberes distintos, logo a interdisciplinaridade deve ser levada em conta durante sua investigação. “Todo mapa é um processo, configurando-se como um produto do trabalho de inúmeros indivíduos, envolvendo técnicas e ferramentas diversas”, por isso, também mapas são objetos da História da Ciência, já que, sem “o entendimento de uma série de elementos que se modificaram, tais quais as técnicas de medição do espaço, as noções de forma e da área que estas expressam, a projeção escolhida, a forma de representação da toponímia” (FURTADO, 2012b:25) não conseguiríamos entender as escolhas técnicas do cartógrafo.

Nos estudos tradicionais, mais comumente, mapas são utilizados como ilustrações e representações o real. Mais, raramente, como pretende esta tese, são objetos de problematização, já que ocupam um lugar secundário na análise (FURTADO, 2018: 94-116). Isso porque “os historiadores tendem a relegar os mapas”, pois não estão acostumados a vê-los como “uma linguagem gráfica que se deve decodificar” (HARLEY, 2005:60-2).

Os mapas são incríveis objetos históricos que, se interpelados teórico-metodologicamente, são capazes de revelar fatos, nuances, relações e intenções que, de outra forma, passariam despercebidos. O primeiro passo é perceber o mapa para muito além do território que representa, ou seja, “o estudo dos mapas como artefatos – como coisas feitas para serem movidas no espaço, guardadas e usadas – tem pequena ligação imediata com os lugares mapeados, mas tem muito a ver com as pessoas que os criavam e consumiam.” (EDNEY, 2009:31) Em torno dos mapas gravitam uma série de sujeitos, que só são percebidos quando a análise histórica se volta para o contexto em que o mapa foi produzido, procedimento metodológico que foi o arcabouço da análise que esta tese empreendeu sobre o *Colombia Prima*.

Ao partir desse pressuposto expresso por Matthew Edney, reconstituir a biografia do Visconde de Balsemão contribuiu para elucidar tanto o contexto de

³⁶⁴ Nos últimos 20 anos, a Nova História da Cartografia ganhou uma considerável historiografia. Um dos textos clássicos é HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005. No Brasil, algumas obras de referência nesse assunto são: FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013 e FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Recentemente, Matthew Edney publicou um novo livro teórico sobre a História da Cartografia que dialoga com a produção historiográfica dos últimos anos. Ver: EDNEY, Matthew H. *Cartography: the ideal and it’s history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019

produção da carta, quanto os interesses e a forma de sua colaboração com Faden. Balsemão foi Governador da Capitania de Mato Grosso, entre 1769 e 1772. “Ali se destacou por reunir dados corográficos e estatísticos, com os quais veio a escrever memórias económicas e, à luz das disputas de fronteiras, traçou vários mapas da região, dando início a uma valiosa coleção cartográfica” (FURTADO&MONTEIRO,2019:8). Posteriormente, em 1774, foi enviado para a Inglaterra como Ministro Plenipotenciário da Corte portuguesa, onde entrou em contato com o geógrafo William Faden e atuou, de forma decisiva, na confecção do mapa *Colombia Prima*. Após servir como embaixador, em Londres, por mais de 14 anos, retornou a Portugal, em 1788, para ser Ministro do Reino, cargo que ocupou até sua morte em 1804.



Figura 55: Retrato de Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, feito em 1797 por Francesco Bartolozzi. The British Museum.

A investigação histórica que esta tese realiza sobre os percursos de Balsemão, ao longo de sua carreira, pretende evidenciar o papel decisivo que ocupou na construção do mapa *Colombia Prima*, colaborando com o empréstimo de mapas e com sua visão geopolítica da América portuguesa. Na Inglaterra, Balsemão também municiou outros *savants* europeus com os conhecimentos que acumulara durante sua estada no Brasil, fornecendo “informações ao historiador inglês William Robertson, quando esse

confeccionava o terceiro volume do seu *The History of America* (1777)”, e ao Abade Raynal, quando este preparava a terceira edição da *Histoire des deux Indes*, de 1780. Os três intercâmbios intelectuais são evidências da postura diplomática portuguesa, encetada na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, que, por ordem das autoridades reinóis, pretendia utilizar os livros e mapas desses inteligentes europeus como divulgadores de informações sobre o Império português, com o intuito de legitimar e assegurar suas possessões e suas conquistas. É nesse contexto que se insere a colaboração que se estabeleceu entre William Faden e Balsemão para a produção do *Colombia Prima*, que tinha o objetivo de subsidiar e influenciar o processo de consolidação das fronteiras do Brasil, entre o final do século XVIII e o início do XIX.

A grande inovação de *Colombia Prima* foi ser o primeiro mapa sobre a América do Sul, publicado no século XIX, capaz de sintetizar as principais disputas políticas acerca das delimitações de fronteiras, que haviam ocorrido no século anterior. A novidade estava no que o próprio Faden chamou de capacidade de “delinear a extensão do conhecimento desse continente extraído principalmente dos mapas manuscritos originais”.³⁶⁵ Ou seja, mesmo sem sair da sua editora de mapas situada em Londres, na *Charing Cross street*, Faden delimitou de forma bastante precisa as fronteiras então vigentes entre as colônias portuguesa, espanhola, francesa e holandesa, tudo isso em função do conteúdo inédito que teve acesso sobre a configuração do continente.

Para obter acesso à geografia do Brasil era essencial ter contato com informantes portugueses, especialmente oriundos da administração da Coroa, visto que esta, tradicionalmente, dificultava a circulação de informes exatos sobre suas possessões coloniais com o intuito de protegê-las da cobiça das demais nações europeias (FURTADO, 2014: 61-110). No caso dos cartógrafos franceses e ingleses, a rede de diplomatas lusos em atuação nos seus países foi recurso corriqueiramente empregado para obter tais informes. Tendo em vista as autorizações concedidas pela Coroa portuguesa, as colaborações que Balsemão e outros embaixadores portugueses empreenderam com *savants* franceses e ingleses, a partir de 1770, não se pode deixar de considerar que a associação de Balsemão com Faden foi interessante para Portugal, especialmente na nova conjuntura pós-Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Dessa forma, buscou-se entender o mapa, tanto em seu aspecto geopolítico, quanto como um artefato científico, mas que tem suas raízes culturais específicas. Os

³⁶⁵ “In which it has been attempted to delineate the Extent of our Knowledge of that Continent”. In: ROCHETE, *Colombia Prima*, 1807.

mapas “substituem” a natureza, porém “estão mesclados com o conhecimento sobre” a própria natureza, afinal “para que ela seja cognoscível, deve primeiro ser refinada, parcialmente convertida em conhecimento”. É, nesse processo, que reside a transformação do território na representação gráfica que o mapa encerra, pois “a natureza, o conhecimento e o conhecedor se cruzam nessas imagens, tornando os traços visíveis do mundo inteligíveis.” (DASTON&GALISON, 2010: 53) Esse ato científico de transformação da realidade só acontece porque, por trás do objeto mapa, há uma bagagem cultural específica, como afirma Mary Pedley:

Mapas são ‘representações gráficas que facilitam o entendimento espacial das coisas, dos conceitos, das condições, dos processos ou eventos do mundo humano.’ Por causa da sua capacidade de simplificar o complexo, os mapas podem ser vistos como ‘simples dispositivos icônicos’ que carregam uma autoridade extraordinária. Assim, também podem conter mensagens escondidas que podem exercer uma poderosa força de propaganda, como argumentam alguns estudos recentes. Estes nos ensinaram que o mapa não é um documento neutro, que carrega apenas uma visão objetiva da realidade, mas pelo contrário é uma imagem carregada de sentido, aberta para dissecação, análise, e interpretação. Nós consideramos as escolhas feitas pelo cartógrafo e os usos que o mapa teve. Agora nós entendemos os mapas como artefatos que compartilham com o mundo da arte a transformação de percepções para a forma gráfica e com o mundo da matemática as transformações de um espaço tridimensional para um plano bidimensional. A grande singularidade está em entender os objetivos e influências dos mapas por meio do trabalho de desvelamento dos seus contextos políticos, culturais, intelectuais e sociais. (PEDLEY, 2005: 10)

Faden soube traduzir e interpretar, segundo os interesses imperiais britânicos, os conhecimentos fornecidos por Balsemão, construindo um mapa síntese dos conhecimentos cartográficos que, ao longo do século XVIII, na Europa, foram reunidos sobre a América do Sul. No alvorecer do século XIX, *Colombia Prima* ajudou a consolidar uma nova imagem que se pretendia mais realista e atualizada da América do Sul. Na porção luso-brasileira, solidificou a imagem de um Brasil continental, que estava sendo construída pelos portugueses desde o Tratado de Madri (1750). Do lado hispano-americano, foi o último retrato do Império, que começou a se esfarelar poucos anos depois, dividindo-se em várias nações independentes.

Dessa forma, os interesses portugueses nessa colaboração parecem claros: usar da autoridade científica do mapa, do reconhecimento internacional do geógrafo Faden, para petrificar a imagem continental do Brasil junto à ampla opinião pública europeia e,

dessa forma, legitimar seus interesses geopolíticos na América do Sul, em oposição à Europa, onde sua situação se encontrava fragilizada antes os avanços das forças napoleônicas.

Referências

FONTES IMAGÉTICAS

BM – The British Museum (Inglaterra)

BM, D,1.120-132, 1774-1787. *Print, Visiting-Card.*

BM, 1891,0414.31, 1797. BARTOLOZZI, Francesco. *Portrait of Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão.* 23,3x17,6cm.

TH – The Huntington, Library, Art Museum, and Botanical Gardens (Inglaterra)

TH, 27.157. COSWAY, Richard. *Madame de Pinto,* 12,1x7,6cm.

FONTES TEXTUAIS MANUSCRITAS

1. DOCUMENTOS MANUSCRITOS

ACBM - Acervo da Casa Barão de Melgaço (Mato Grosso, Brasil)

ACBM/IPDAC Cx.25, Pasta 95, env.1481. 1769, Maio 12, Vila Bela. Bando de Luís Pinto de Sousa Coutinho determinando aos moradores de Vila Bela que o governo da capitania necessitava de 50 obreiros para trabalhar nas obras do Forte de Bragança.

ACBDM/IPDAC Caixa 28, Pasta 114, env.787. Forte de Bragança, 23 de junho, 1770. Diário da expedição encarregada da abertura de uma estrada do Forte de Bragança até Cuiabá, escrita por João Leme do Prado.

ACBM/IPDAC Caixa 23, Pasta 74, env.1439. 1771, Julho, 31, Vila Boa. Carta de Antônio Carlos para Sr. Luiz Pinto de Souza Coutinho tratando de assuntos diversos, como ouro, negociação das divisões da capitania, entre outros.

ADB - Arquivo Distrital de Braga (Portugal)

ADB. 1788-09-26. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000141. B-8(16,1). Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

ADB. 1789-08-12. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000142. B-8(16,2). Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra (Portugal)

PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/014067. Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho.

AHM – Arquivo Histórico Militar (Portugal)

AHM, PT/AHM/DIV/1/08/05/30. Correspondência de Diogo Ferrier, comandante do Regimento de Artilharia do Porto e do tenente-coronel Luís Pinto de Sousa Coutinho, do mesmo regimento, para Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

AHM, PT/AHM/DIV/3/13/01/57, 1760, Setembro, 6. Ofício do marquês de Fronteira dirigido a D. Luis da Cunha, ministro e secretário de estado da guerra, informando que Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino, nomeou o sargento-mor Filipe Rodrigues de Oliveira e o sargento-ajudante José Matias de Oliveira Rêgo, a fim de fazerem orçamento da conclusão das obras na Fábrica de Pólvora de Barcarena.

AHM, PT/AHM/DIV/4/1/11/15, 1799, Junho, 1, Lisboa. “Parecer sobre a memória e planos do Real Hospital no Convento do Beato António”, pelo coronel engenheiro José Matias de Oliveira Rego.

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo – Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso

AHU-MT, CU10, Cx.7, Doc.439. 1754, Janeiro, 26, Vila Bela. Ofício de António Rolim de Moura Tavares a Diogo de Mendonça Corte Real em que remete o mapa do caminho desde Santos até a Vila de Cuiabá e no qual descreve a região do Pantanal.

AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.698. 1763, Julho, 21, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de António Rolim de Moura Tavares a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o ataque à paliçada do inimigo na barra do rio Itinamas; falta de oficiais; necessidade de armas e munições; prisão de dois padres jesuítas.

AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.703. 1763, Agosto, 23, Lisboa. Decreto de D. José em que nomeia o ajudante de infantaria com exercício de engenheiro José Mathias de Oliveira Rego, sargento-mor de infantaria do Mato Grosso.

AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.732. 1765, Fevereiro, 11, Vila Bela. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a construção de uma fortaleza no destacamento de Nossa Senhora da Conceição e o que falta para a dita obra.

AHU-MT, CU10, Cx.12, Doc.736. 1765, Fevereiro, 13, Vila Bela. Carta de João Pedro da Câmara Coutinho ao rei em que relata a sua viagem desde o Grão Pará até Vila Bela, dificultada pelo transporte de oito peças de artilharia.

AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.792. 1766, Novembro, 28, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que informa sobre a chegada de um exército de castelhanos à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a sua posterior retirada.

AHU, CU10, Cx.13, Doc.801. 1767, Agosto, 14, Lisboa. Decreto de D. José nomeando Luís Pinto de Sousa governador de Mato Grosso.

AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.801. 1767, Agosto, 14, Lisboa. Decreto de D. José nomeando Luís Pinto de Sousa governador de Mato Grosso.

AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.820. 1768, Novembro, 30, N.Sra. da Conceição. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que dá notícia da total expulsão dos jesuítas das três províncias de Los Moxos, S. Cruz de la Sierra e Chiquitos, e da criação de uma povoação, na terra dos Pama, com o nome de Balema[Balsemão].

AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.829. 1769, Janeiro, 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícias mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem.

AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.838. 1769, Fevereiro, 18, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre os dois defeitos essenciais da Fortaleza de N. Sra. da Conceição.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.841. 1769, Março, 2, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que contesta o teor de uma provisão de 1752, encontrada na secretaria do governo, com a qual se proíbe a ocupação de terras desde o sítio da cachoeira do rio Madeira até as minas de Mato Grosso, por serem pertencentes aos domínios do rei católico.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.848. 1769, Junho, 13, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que corrige erros geográficos e astronômicos, contidos na carta de 20 de Janeiro, sobre a viagem que fez pelo Madeira até chegar ao Forte de Bragança.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.850. 1769, Junho, 15, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a substituição dos nomes toponímicos pelos os de cidades, vila, e lugares de Portugal

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.852. 1769, Junho, 18, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o projeto de estabelecimento de uma nova povoação na cachoeira do Salto para coadjuvar o novo estabelecimento do Lugar de Balsemão.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.855. 1769, Junho 20, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a insistência do presidente da Real Audiência de Charcas na demolição do hoje Forte de Bragança e o seu estado de degradação.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.858. 1769, Junho 23, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a posição e o estado das missões de Chiquitos.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.871. 1770, Janeiro 9, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a expedição, com uma missão secreta que mandou a Chiquitos e da notícia da sua apreensão e do expresso que enviou a Moxos pedindo explicações.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.873. 1770, Janeiro 27, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado com que envia documentos do tempo de D. Rolim de Moura Tavares sobre o perverso sistema jesuítico.

AHU-MT, CU10, Cx.14, Doc.876. 1770, Fevereiro 4, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o plano que mandou fazer acerca do estado das minas, dos engenhos, dos sítios, das roças e da qualidade do terreno com vista a desenvolver a agricultura.

AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.922. 1771, Abril 15, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre a vantagem para o comércio da comunicação entre os rios Paraguai e Amazonas.

AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.927. 1771, Maio, 1, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania.

AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.933. 1771, Maio 30, Vila Bela. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro sobre o estado de total ruína do Forte de Bragança depois das últimas cheias do rio Guaporé, e a proposta para um novo local para um forte.

AHU-MT, CU10, Cx.15, Doc.942. 1771, Julho, 16, Vila Bela. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao rei com que envia requerimento de João Leme do Prado, que pede remuneração pelos serviços que prestou.

AHU-MT, CU10, Cx.17, Doc.1045. 1773, Julho, 27, Vila Bela. Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre a

dificuldade de execução do varadouro das canoas sobre o istmo que medeia entre as fontes dos pequenos rios Alegre e Aguapei.

Fundo – Arquivo Histórico Ultramarino, Pará

AHU-PA, CU13, Cx.70, Doc.5988. 1773, Abril 7, Pará. Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro sobre a partida para o reino do ex-governador da capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, acompanhado do religioso castelhano da ordem Bethemítica, fr. Manuel da Santíssima Trindade e de um criado deste último chamado Tomás Cordeiro, vindos do reino do Peru.

Fundo – Arquivo Histórico Ultramarino, São Paulo

AHU-SP, CU23-1, Cx.27, Doc.2568(1). 1771, Setembro, 4. São Paulo.

AHU-SP, CU23-1, Cx.28, Doc.2593(2). 1772, Abril, 8, São Paulo.

Fundo – Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais

AHU-MG, CU11, Cx.109, Doc.42. Requerimento de José Matias de Oliveira Rego, sargento de Infantaria, pedindo que se lhe passe por certidão o quantitativo dos soldos que vencem mensalmente os oficiais pagos.

ANTT - Arquivo Nacional da Torre Do Tombo (Portugal)

ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 702.

ANTT. MNE. Correspondência de legações estrangeiras. Londres. Caixa 703.

ANTT, Tratados, Espanha, cx.1, nº14, PT/TT/TRT/ES1-14

ANTT, Tratados, França, cx1, nº10, PT/TT/TRT/FR1-10

ANTT, Tratados, França, cx.1, nº9, PT/TT/TRT/FR1-9.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 17, f.17v, PT/TT/RGM/B-B/0017/4819.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Alexandre, mç. 6, doc. 61, PT/TT/TSO-CG/A/008-001/316.

ANTT, PT/TT/MCO/A-C/002-010/0008/00016. 22-09-1767. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Luís Pinto de Sousa. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, mç8, nº16.

ANB - Arquivo Nacional do Brasil (Rio de Janeiro, Brasil)

ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620028. 2/01/1801. Ofício do embaixador D. Diogo de Carvalho e Sampaio a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, com informações a respeito do acidente sofrido pelo primeiro Cônsul de Portugal [Francês] na cidade de Paris, sugerindo um atentado político.

ANB. Negócios de Portugal (59). BR. RJANRIO 59.CAI.0.0620023. 21/1/1794. Ofício nº60 do embaixador D. Diogo de Carvalho e Sampaio a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão.

ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620044, 13/11/1801

ANB, Negócios de Portugal (59), BR RJANRIO 59.CAI.0.0620041, 25/11/1803

BA - Biblioteca da Ajuda (Portugal)

BA.54-XI-26(7). 1778. *Extrait des Notes fournies à Mr. L'Abbé Raynal par S. Excell.º Mr. Le Viscomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l'histoire Philosophique des deux Indes.*

BA. 54-XI-27 (11). 1778. *Memoires de son Excellence Mº Louis Pinto de Souza Coutinho, Visconde de Balsemão, Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amerique Meridionale, selon les epoques et les traits.*

BPME - Biblioteca Pública Municipal de Évora (Portugal)

BPME, CXXX/2-7, f.113. [c.1767]. Instruções que o Marquez de Pombal deu ao Exmo. Luiz Pinto indo governar o Estado de Mato Grosso.

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal)

BPMP, Cód.296, f.177-199. Vila Bela, 22 jun.1769. Instrução que se deu a João Leme do Prado para a abertura do caminho do Forte de Bragança e Diários dos sucessos sucedidos na abertura do mesmo caminho por Luís Pinto de Sousa Coutinho.

BPMP, Cód.296, f.180v-199v. 1769. Relação da expedição que o Ilmo. Exmo. Sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho faz para a feitura do caminho do Forte de Bragança para o Cuiabá, por diretor do caminho a João Leme do Prado, furriel Guilherme Pompeo Taquez, cabo de esquadra Francisco Garcia Velho, e mais soldados.

BPMP, Ms.542, [1769-1791]. LANDI, A. G. *Descrizione di varie piante fruti, animali, passeri, perci, biscie, rasine, alter simili cose che si ritrovano in questa cappitania del Gran Para, li qualli tutte Antonio Landi dedica a sua Exlca. Il sigr. Luiggi Pinto de Souza Cavaglieri di Malta, e governatore del Matto Grosso.*

BPMP, Ms. 1200, [1769-1791]. Desenhos de história natural.

TNA - The National Archives (Inglaterra).

TNA. SP 89/75/61. 1773, Nov 3, Lisbon. Folio 160: R. Walpole to Earl of Rochford.

TNA. SP 89/76/28. 1774, Apr 9, Lisbon. Folio 63: Consul J.Whitehead to Earl of Rochford.

TNA. SP 89/76/32. 1774, Apr 27, Lisbon. Folio 71: R. Walpole to Earl of Rochford.

TNA. SP 89/76/35. 1774, May 14, Lisbon. Folio 78: R. Walpole to Earl of Rochford.

TNA. SP 89/78/40. 1774, Dec 7, London. Folio 120: L. Pinto de Sousa to Lord Suffolk.

TNA. SP 89/78/39. 1774, Dec 20, London. Folio 116: Earl of Rochford to R. Walpole.

TNA. SP 89/79/2. 1775, Jan 4, Lisbon. Folio 3: E. Walpole to Earl of Rochford.

TNA. SP 89/81/55. 1776, March 23, Lisbon. Folio 183: R. Walpole to Viscount Weymouth.

TNA. SP 89/83/15. 1776, Sept 9, London. Folio 43: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth.

TNA, SP 89/85/2, 1778, Jan 9. Folio 3: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth

TRS – The Royal Society Library and Archives. (Inglaterra)

TRS, NA2752, EC/1787/01. Sousa Coutinho, Luis Pinto de; *certificate of election to the Royal Society. The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*

2. DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHU-MT, 851, 1765. REGO, José Matias de Oliveira. *Projeto do novo apresamento para os índios da Aldeia de S. Miguel na margem do Rio Guaporé; acima do destacamento de Nossa Sr^a da Conceição quatro léguas; mandado fazer pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pedro da Câmara, Governador e Cap. General desta Capitania de Mato Grosso. Feita no mês de Dezembro de 1765.* Escala [ca.1:500], 32,1x52,7cm. Carta topográfica anexa ao documento AHU-MT, CU10, Cx.13, Doc.770. 1765, Dezembro, 16, Nossa Senhora da Conceição.

AHU-MT, 852, [ca.1767] .REGO, José Matias de Oliveira. *Projecto da Fortaleza que se quer fazer, no Prezidio denominado Nossa Snra. da Conceição, na margem do rio Guaporé, que extrema com as terras das Missoins de Hespanha do Reyno do Perú.* Escala [ca. 1:1.000], 36,3x41,7cm.

ANB – Arquivo Nacional do Brasil (Rio de Janeiro, Brasil)

ANB, BR_RJANRIO_4Y_0_MAP_0022, 1827. CRONENBERGER, Pedro. Imperial Arquivo Militar. *Mapa de uma parte da América Meridional pertencente à divisão, pelo público tratado de limites, entre as duas coroas de Portugal e Castela.*

APM – Arquivo Público Mineiro (Brasil)

APM, SI-002, 1751. COLOMBINA, Francisco T. *Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais, 1751, 76x55cm.*

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal)

BPMP, C-M&A-P.10(35), [1725-1750]. DELISLE, Guillaume. *L' Amerique Meridionale/dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. De L'Isle geographe. A Amsterdam: chez R. & J. Ottens, geogrâphes dans le Kalverstraat au Carte du Monde.* Escala [ca 1:19 000 000], [1725-1750], 55x66 cm.

BPMP, C-M&A-P.13(10), [1775]. PALAIRET, Jean. *South America.* Escala [ca 1:18 000 000], [1775], 54x65 cm.

BPMP, C-M&A-P.17(17), [1725-1750]. DELISLE, Guillaume. *L' Amerique Meridionale/dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. De L'Isle geographe. A Amsterdam: chez R. & J. Ottens, geogrâphes dans le Kalverstraat au Carte du Monde.* Escala [ca 1:19 000 000], [1725 e 1750], 47x61 cm.

BPMP, C-M&A-P.24(47), [1775-1799]. *Mappa topografico das vizinhanças de Villabella, desde as fontes do rio Guaporè athè o marco do rio Jaurù, formado das derotas, observaçoens que fez e noticias que daquelle paiz adquirio o Governador que foi dessa Capitania de Matogrosso Luis Pinto de Souza Coutinho.* Escala [ca 1:1 000 000], [1775-1799], 32x43 cm.

BPMP, C-M&A-P.24(51A), [1769]. *[Cabeceiras dos rios Alegre e Aguapeí].* Escala [ca 1:370 000], [1769], 21x30 cm.

BPMP, C-M&A-P.24(62), [1775-99]. *Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridonal [sic].* Escala [ca 1:8 500 000], [1775-1799], 61x53 cm.

BPMP, C-M&A-P.25(11), 1772. ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d'. *A map of South America: containing Tierra-Firma, Guayana, New Granada, Amazonia, Brasil,*

Peru, Paraguay, Chaco, Tucuman, Chili and Patagonia/from M.r d'Anville with several improvements and additions, and the newest discoveries. London: printed for Robert Sayer ... as the Act directs, 20 September, 1772. Escala [ca 1:7 900 000], 105x117 cm.

BPMP, C-M&A-P.25(58), 1748. ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d'. *Amérique Méridionale/publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc d'Orleans ... par le Sr D'Anville; gravé par Guill. Delahaye.* A Paris:chez l'Auteur, aux Galeries du Louvre, 1748. Escala [ca 1:6 400 000], 129x81 cm.

BPMP, C-M&A-P.8(6), 1772. DELISLE, Guillaume. *America Meridionalis / concinãata juxta observationes Dñn Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum; Gustav Conrad Lotter, sculps.* Escala [ca 1:19 100 000], 53x68 cm.

BPMP, C-M&A-P24(61). [Não anterior a 1777]. *Mappa do continente da Colonia do Sacramento, R.o Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a linha divizoria da arraya ajust[ada com o] Tratado de Limites celebrad[o entre a]s corôas de Portugal, e Cas[tela] anno de M.DCC.[...].* Escala [ca 1:1 600 000], [Não anterior a 1777], 67x55 cm.

BPMP, G-14-8, 1579. ORTELIUS, A. *Theatrum Orbis Terrarum: Opus Nunc Denuo Ab Ipso Auctore Recognitum, Multisque Locis Castigatum & Quamplurimis Nouis Tabulis Atque Commentarijs Auctum.* Antuerpiae: auctoris aere & cura impressum, absolutumque apud Christophorum Plantinum, 1579.

BPMP, H-11-1[1], 1572. BRAUN, G. *Civitates Orbis Terrarum. Liber Primus [-Sextus].* [Georgius Braun] Colonia Agrippinae: typis Theodori Graminaei, 1572-1618.

BPMP, Ms.126, [c.1616]. *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somente asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612* [Manuscrito], [c.1616]. [120]f.

BPMP. C-M&A-P.17(46) e BPMP. C-M&A-P.25(43), 1783. LA ROCHETTE, Louis Stanislas d'Arcy de. *The coast of Guyana from the Oroonoko to the river of Amazons and the inland parts as far as they have been explored by the French & Dutch engineers with the islands of Barbadoes, Tobago &ca.: from the observations of captain Edward Thompson made in the Hyaena, in the year 1781, when he commanded in the rivers Berbice, Essequibo and Demerari, and governed those colonies after their conquest from the Dutch / by L.S. de La Rochette.* London: engraved & published by Will.m Faden, Octo.r 6th, 1783. Escala [ca.1:3 000 000], 53x70 cm.

BPMP. C-M&A-P.24(38), 1769. REGO, José Matias de Oliveira. *Mappa de huma parte da America Meridional, pertencente a devizão pelo publico Tractado de Lemites entre as duas Coroas de Portugal e Hespanha ... / mandado desenhar novam.te pello ... Snr. Luis Pinto de Souza Coutinho ... por Jozé Mathias de Oliveira Rego, sargento môr de infantaria com exercicio de engenheiro, em o anno de 1769.* Escala [ca.1:2 600 000], 37x49 cm.

BN – Biblioteca Nacional (Brasil)

BN, ARC.033,06,008, 1775. CRUZ CANO Y OLMEDILLA, Juan de la. *Mapa Geográfico de América Meridional.* 2 seções, 110x172 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485821/cart485821.jpg.

BN, ARC.029,09,020, 1807. DELAROCLETTE, L. *Colombia Prima or South America:* in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that

continent: extracted chiefly from the original manuscript maps of his excellency the late chevalier Pinto, likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobrevida ec.and from the most authentic edited accounts of those countries. London [Londres, Inglaterra]: William Faden, 1807. 1 mapa em 8 folhas, f. 63 x85cm, dobradas em 21,5 x 16cm em caixa 22,5 x 18 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1434446/cart1434446.jpg.

BL - British Library (Inglaterra)

BL, 018640974, 1807. ROCHETTE, Louis S. D. de la. *Colombia Prima OR SOUTH AMERICA, In which it has been attempted to delineate the Extent of our Knowledge of that Continent. : Extracted Chiefly FROM THE ORIGINAL MANUSCRIPT MAPS OF His Excellency the late Chevalier Pinto; Likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira; El Padre Francisco Manuel Sobrevida &c. AND FROM MOST AUTHENTIC EDITED ACCOUNTS OF THOSE COUNTRIES / Digested & Constructed BY LOUIS STANISLAS DARCY DE LA ROCHETTE*. London: Published by Wiliam Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, June 4th 1807. Scale approximately 1:3, 200, 000, 239 x 164 cm. Part of King George III's Topographical Collection.

BNE – Biblioteca Nacional de España

BNE, Biblioteca Digital Hispánica, 1707. FRITZ, Samuel. *El Gran Rio Marañon o Amazonas, Con la Mission de la Compañia de Iesus/ Geograficamente delineado por el Pe. Samuel Fritz, Misionero continuo en este Rio; P. J. de N. Societatis Jesu quondam in hoc Marañone Missionarius Sculpebat Quiti Anno 1707 – Quito (1707)*. Disponible en: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000252994>

BNE, bdh0000146900, 1807. DELAROCHE, Louis Stanislas d'Arcy. FADEN, William. *Colombia Prima o South America.*; Cooper script. Et sculpt. 1807. Disponível em <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000146900>

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNP, C.C. 664V, 1757. BUACHE, P. *Carte De Physique De L'ocean Oú L'on Voit Des Grandes Chaînes De Montagnes Qui Traversent Les Continents D'europe, D'afrique Et D'amérique... / Dressée Et Présentée A L'acad. De Sciences Le 5 Sep.Bre 1744, Par Ph. Buache Et Publiée Sur Le Priv.Ge De La Même Académie Du 4 Sep.Bre 1757; Gravé Par Desbrusline, Pére, 1757*. Escala [ca. 1:67000000], 34,70x40,40cm. <http://purl.pt/30682>

BNP, C.C. 126 R, 1807. DELAROCHE, Louis Stanislas d'Arcy. *Colombia Prima or South America*, in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent extracted chiefly from the original manuscript maps to His Excellency the late Chevalier Pinto likewise from those of Joao Joaquim da Rocha, Joao da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobrevida &c. and from the most authentic edited accounts of those countries/digested & constructed by the late eminent and learned Geographer Louis Stanislas d'Arcy de la Rochete; Cooper script. Et sculpt – London: Published by William Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, 1807. Escala [ca. 1:3200000], <http://purl.pt/865>.

BnF – Bibliothèque Nationale de France

BnF, GE C-2749(RES),1790. *Carta limitrofe de paiz de Mato [sic] Grosso e Cuyaba desde a foz do rio Mamore athe o lago Xarayes e seus adjacentes / levantado pelo officiaes da demarcação de reais dominios de sua Magestade Fidelissima desde o anno de 1782 athe o de 1790, correcta com as observaçoens astronomicas em todos os lugares notáveis.* 2000x600cm.

BnF, GE DD-2987,1744. LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracomoros jusqu'à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Essequébè/levée en 1743 et 1744 et assujetie aux observations astronomiques par M. de La Condamine; G. N. Delahaye sculpsit.* 38 x 49 cm.

BnF, GED-7812, 1922. MENEZES, Jozé P. C.; THOMPSON, Eduardo A. G.; BASTO, Francisco. *Carta geografica das capitancias do Para, Maranhao, Goias, e S. Paulo... copiada / por ordem do ilmo Sa Carlos Cezar Burlamaqui, ... por Joze Pedro Cesar de Menezes, anno de 1809. Copia de um exemplar existente na Mappotheca do Ministerio das Relações exteriores, inciada em 1919; por Eduardo Thompson, [fallacido] e concluida em Janeiro de 1922 per Francisco Basto. Reduzida a metade do original.* 48x44cm.

BRL – Barry Lawrence Runderman Antique Maps Inc. (EUA)

BRL, Stock# 52063, 1807. FADEN, William. [Unrecorded First State] *Columbia Prima or South America*, 1807. Barry Lawrence Ruderman, EUA. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/52063/unrecorded-first-state-columbia-prima-or-south-america-i-faden>

BRL, Stock# 65687, 1820. FADEN, William. *Colombia Prima or South America*, Jany. 1st 1820. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/65687>

BRL, Stock# 51463, 1811. FADEN, William. *Colombia Prima or South America*, March, 1 st 1811. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/51463/colombia-prima-or-south-america-drawn-from-the-large-map-in-faden>

CCCI – Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua (Portugal)

CCCI, Cota 23A, [1785]. *Configuração do Isthmo que formam os Rios Alegre, e Aguapehi, talvez q. o mais memorável no seu gênero de todo o Universo; visto q. os dois maiores que nele conhecem, quais são o das Amazonas, e Paraguai, ou da Prata; como q. se abraçam, e quase tocam neste lugar famoso das suas remotíssimas fontes; sem embargo de q. logo se apartam com tão prolongado curso se sabe, quase diamentralm. oposto...* Escala [ca. 1:210 000], [1785], 52x58cm.

CCCI, Cota A14, 1769. *[Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo]*, Escala [ca. 1:4 400 000], 76x55cm.

CCCI, Cota A15, 1769. *Mapa do Continente das Capitancias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, da Monarquia Lusitana, delineado por N., e composto e ajustado nas suas partes por cálculos, e observaçoens de uns lugares, e notícias de outros tomadas solicita e miudamente, dos Sertanistas mais conhecidos, e de muitas pessoas práticas. Não se descreve o nome de alguns rios, por se não saberem com certeza. Feito no ano de 1755. Mandado desenhar novamente pelo Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General das*

Capitanias do Mato Grosso e Cuiabá/por José Matias de Oliveira Rego, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro. Escala [ca.1:4 100 000], 1769, 48x67cm.

CCCI, Cota A22, [post. 1772]. [*Capitanias do Mato Grosso, de S. Paulo e de Goiás*], Escala [ca. 1:4 200 000], [post.1772], 65x99cm.

CCCI, Cota A24, 1778. *Mapa de Todo o vasto Continente do Brasil ou América Portuguesa com as Fronteiras respectivam.^{te} constituídas pelos Domínios Espanhóis adjacentes: Oferecido junto do Soberano Trono da Muito Alta e m.^{to} Poderosa Rainha Nossa Senhora D. Maria I^a. Por Luís d'Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, do Cons.^o de S. Mag.^{de} G.^{or} e Cap.^{am} General do Mato Grosso e Cuiabá, debaixo de cujos exames e direção se reduziu e configurou o mesmo Mapa no ano de 1778. Escala [ca. 1:2 700 000], 1778, 141x185cm.*

CCCI, Cota A42, [post.1772]. [*Norte do Brasil*], Escala [ca. 1:4 200 000], [post.1772], 65x100cm.

CCCI, Cota CG 40, c.1772. [*Bacia do Rio Guaporé*], Escala [ca.1:2 100 000], 39x50cm.

CCCI, Cota CG 42, 1769. OLIVEIRA. *Planta de parte do Rio Guaporé e barra do Rio Mamoré. Escala [ca. 1:17 000], 1769, 56x45cm.*

CCCI, Cota nº118, [c.1774]. [*Planta da Fortaleza de Bragança*]. Escala [ca. 1:350], 35x42cm.

CCCI, Cota nº15, 1789. *Perfil da Povoação de Albuquerque. Por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pr.^a e Cáceres do Com.^o de S. Mag.^e. Coronel de Cavalaria da 1^o Planta da Corte G.^e e Cap. G. deste Estado, e Plenipotenciário das Reais Demarcações desta Divisão e etc foi fundada esta Povoação em o Ano de [1778] pelo Cap. Mor das Conquistas João Leme do Prado, fazendo seus arranxam.^{tos} na fralda do morro junto à margem do Paraguay... Escala [ca.1:440], 68x43cm.*

CCCI, Cota nº19. 1769. REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação dos Índios do Lugar de Lamego, cita na vizinhança do Forte de Bragança da Capitania de Mato Grosso. Tirada no terreno e desenhada em 20 de Junho de 1769 pelo Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro, Jozé Mathias de Oliveira Rego. Escala [ca.1:690], 22x35cm.*

CCCI, Cota nº39, 1765. OLIVEIRA. *Planta estimativa de parte do Rio Guaporé, e barra do Rio Mamoré. Escala [ca. 1:16 000], 1765, 23x37cm.*

DRMC – David Rumsey Historical Map Collection (EUA)

DRMC, 6388010, 1807. DELAROCLETTE, Louis Stanislas d'Arcy& FADEN, William. *Colombia Prima or South America, In which it has been attempted to delineate the Extent of our Knowledge of that Continent Extracted Chiefly from the Original Manuscript Maps of His Excellency the late Chevalier Pinto Likewise from those of Joao Joaquin da Rocha, Joao da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobreviolo &c. And From the most Authentic Edited Accounts of Those Countries. Digested and Constructed by The late eminent and learned Geographer Louis Stanislas D'Arcy de la Rochette. London. Published by William Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, June 4, 1807.*

DRMC, 10162006, 1860. DELAROCHETTE, Louis Stanislas d'Arcy & WYLD, James.. *Colombia Prima or South America (...)*. Published by James Wyld, Geographer to the Queen, Charing Cross East.

DRMC, 13170060, 1838. DELAROCHETTE, Louis Stanislas d'Arcy & WYLD, James.. *Colombia Prima or South America : Drawn from the large map in eight sheets by Louis Stanislas D'Arcy Delarochette*. London. Published by James Wyld. 1838. (to accompany) A new general atlas of modern geography: consisting of a complete collection of maps of the four quarters of the globe.

DRMC, 2104059, 1811. DELAROCHETTE, Louis Stanislas d'Arcy & FADEN, William. (*Composite of*) *Colombia Prima or South America. Drawn from the large map in eight sheets by Louis Stanislas D'Arcy Delarochette*. London: published by Wm. Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, Charing Cross, March 1st, 1811.

DRMC, 0220000, 1799. OLMEDILLA, Juan de la Cruz Cano y. FADEN, William. *Mapa geográfico de América Meridional Dispuesto y gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, geogfo. pensdo. de S.M. Individuo de la Rl. Academia de Sn. Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais, teniendo presentes Varios Mapas y noticias originales con arreglo á observaciones astronómicas, Año 1775*. Londres: Publicado por Guillermo Faden, Geografo del Rey, y del Principe de Gales, Enero 1 de 1799. 185x130cm.

HMC – Harvard Map Collection

HMC, MAP-LC (G5200 1807.D4). Delarochette, L. (Louis), 1731-1802. / London : William Faden geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales. *Colombia Prima or South America: in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent, extracted chiefly from the original manuscript maps of ... Pinto, likewise fom those of João Joaquin da Rocha, João da Costa Ferreira ... Francisco Manuel Sobreviela &c. and from the most authentic edited accounts of those countries*. June 4th, 1807. Scale [ca. 3,000,000]

JCB – John Carter Brown Map Collection (EUA)

JCB, Cabinet G799/1, 1799. OLMEDILLA, Juan de la Cruz Cano y. FADEN, William. *Mapa geográfico de América Meridional Dispuesto y gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, geogfo. pensdo. de S.M. Individuo de la Rl. Academia de Sn. Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais, teniendo presentes Varios Mapas y noticias originales con arreglo á observaciones astronómicas, Año 1775*. Londres: Publicado por Guillermo Faden, Geografo del Rey, y del Principe de Gales, Enero 1 de 1799. 62x65cm.

JCB, Gabinet G751/1, 1751. PETROSCHI, Giovanni e BRENTANO, Carolo. *Provincia Quitensis. Societatis Iesu in America Topographica exhibita nec non A.R.P. Ignatio Vicecomiti In Comitibus Generalibus Ao 1751 in praepositum generalem ejusdem societatis electo A.P.P. Carolo Brentano, et Nicolao de la Torre, praefatae provinciae Quitensis procuratoribus humillime dicata postquem iusdem comitis ipsi interfuissent*. Escala [ca. 5 530 000], 63x90cm.

MRE/MI – Ministério das Relações Exteriores, Mapoteca do Itamaraty. (Rio de Janeiro, Brasil)

MRE/MI, Arquivo Histórico do Itamaraty, Coleção Duarte da Ponte Ribeiro, 1768. REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da povoação, denominada Lugar de Balsemão, que se fundou por ordem de S. Mag. na Cachoeira do Girão no rio Madeira, pelo Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, Governador e Cap. General desta Capitania de Mato Grosso, em 30 de Set. de 1768/ José Matias de Oliv.* 30x39cm.

MRE/MI, Coleção Duarte da Ponte Ribeiro, [c.1775]. *[Rio Guaporé e seus afluentes.]*, 34x44cm.

MBM – Mapoteca da Biblioteca da Marinha do Brasil (Rio de Janeiro, Brasil)

MBM. FONSECA, José Gonçalves. *Carta Hydrografica em que se descreve as origens de vários e grandes rios da América Meridional Portuguesa e muito especialmente o nascimento do rio da Madeira e os rumos da sua direção*, 143x121,8cm, 1750.

TNA – The National Archives (Inglaterra)

TNA, ADM 352/788, 1809. 'A New Chart of COAST OF BRAZIL from the Parallel 23°40' to 26° South Latitude Containing the Capitania de San Paulo from BARRA DE SANTOS TO GUARATUBA'. LONDON: Published by William Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, Charing Cross, London, 1 January 1807. 66x90 cm.

TNA, WO 78/998, [1789]. CÁCERES, Luiz d'Albuquerque de M. P. e. *Nova Carta da América Meridional*. 152,5x274,5cm.

UKHO – United Kingdom Hydrographic Office Archive (Inglaterra)

UKHO, SVY A/B401 Gu. 1807. *A New Chart of the Coast of Brazil*. Surveyed under the direction of the Late Admiral Campbell; published by William Faden, Geographer to the King and His Royal Highness the Prince of Wales, 1 January 1807.

UKHO, SVY A/C748/1 Af3, 1807. *A New Chart of the Coast of Brazil* Surveyed under the direction of the late Admiral Campbell; published by William Faden, 1 January 1807. 64x82 cm.

OGAUC – Observatório Geofísico e Astronómico da Universidade de Coimbra. (Portugal)

OGAUC, SM-F.1, 1797. LEME, António Pires da Silva Pontes. *Carta Geográfica da Projecção Esférica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil*. 160,4x147,1 cm.

FONTES TEXTUAIS IMPRESSAS

1. PERIÓDICOS

FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. Memória sobre as fortificações de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T. 102, v. 156, p. 499-566, 1927.

GAZETA DE LISBOA, Suplemento ao n.º39, 26 Set. 1788

2. DOCUMENTOS IMPRESSOS

ADAMS, John&ADAMS, Abigail. *Selected Letters of Abigail and John Adams*. Dover Publications, 2021.

- ADAMS, John. *The Letters of John and Abigail Adams*. Start Publishing LLC, 2012
- ADOLPHE, J.C.R Milliet de Saint. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Império do Brazil*. J.P.Aillaud, 1845.
- ALENCASTRE, José M. P. *Anais da província de Goiás*, 1863. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.
- ASPINALL-OGLANDER, Cecil Faber. *Admiral's Widow: Being the Life and Letters of the Hon. Mrs. Edward Boscawen from 1761 to 1805*. London: Hogarth Press, 1942
- BALBI, Adriano. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé aux états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-art parmi les Portugais des deux hémisphères*. Tome Second. Paris: Chez Rey et Gravier, 1822.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8v; 2 Suplementos*.
- CASTRO, José F. B. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos: celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente*. 8v. Lisboa: Impr. Nacional, 1856.
- DELANY, Mary. *The autobiography and correspondence of Mary Granville, Mrs. Delany; with interesting reminiscences of King George the Third and Queen Charlotte*. London: R. Bentley, 1861.
- HOGAN, M. et al (ed.). *Adams Family Correspondence*, vol.7, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- LEWIS, W. S. (ed.) *The Yale Edition of Horace Walpole's Correspondence*. v.32. New Haven: Yale University Press, 1965.
- MARIA, Alfonso de. *Memoria sobre la epidemia de Andalucia el año de 1800 al 819*. Imprenta de D. Antonio Murguia: Cádiz, 1820.
- MEGELLAN, John Hyacinth de. *Description et Usages des Instrumens d'Astronomie et de Physique, faits à Londres, par ordre de la Cour de Portugal en 1778*. Londres: L'Imprimerie de W. Richardson, dans le Strand, 1779. Fundo Antigo da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- PREVOST, Severo M. No.6. Report upon the cartographical testimony of geographers. In: *Venezuela-British Guiana Boundary Arbitration. The Counter-Case of the United States of Venezuela before the Tribunal of Arbitration to convene at Paris under the Provisions of the Treaty between the United States of Venezuela and her Britannic Majesty Signed at Washington, February 2, 1897*. Volume 2, Appendix Part 1. New York, The Evening Post Jos Printing House, 1898, p.267-311.
- REGO, Raphael. *Limites de Goiás com Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.
- ROBERTSON, William. *The History of America*. Vol.I. Messrs. Whitestone. Dublin 1777. Harvard University.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

SANCHES, A.N.R. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SILVA, Antonio D. *Suplemento a coleção de legislação portuguesa do Desembargador Antonio Delgado da Silva pelo mesmo*. Ano de 1791 a 1820. V.3, Lisboa: Typ. Luiz Correia da Cunha, 1847.

SILVA, Paulo P. C. (Coord.). *Instruções aos Capitães-Generais*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3v. Brasília: Senado Federal, 2010.

SUZUKI, Yumiko T. (org.) *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007.

WARNER, Charles Dudley, et al. *Library of World's Best Literature*. New York: Warner Library Co., 1917; Bartleby.com, 2015

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal)

BPMP, B-7-41[1], Fundo Primitivo, 1780. ROBERTSON, William. *Histoire Du Regne De L'empereur Charles Quint: Précédée D'un Tableau Des Progrès De La Société, En Europe, Depuis La Destruction De L'empire Romain Jusqu'au Commencement Du Seizieme Siecle/Par M. Robertson, Docteur En Théologie, Principal De L'université D'edimbour, & Historiographe De Sa Majesté Britannique Pour L'ecosse; Ouvrage Traduit De L'Anglois*. A Paris: chez Saillant & Nyon, rue Saint Jean-de-Beauvais, MDCCLXXI [1771]

BPMP, D-2-39[1], Fundo Primitivo, 1771. ROBERTSON, William. *L' Histoire De L'amérique / Par M. Robertson, Principal De L'université D'edimbourg, ... ; Traduite De L'anglois*. A Paris: chez Pissot, libraire, Quai des Augustins, MDCCLXXX [1780]

BPMP, D-9-21, 1745. LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Extracto Del Diario De Observaciones Hechas En El Viage De La Provincia De Quito Al Parà, Por El Rio De Las Amazonas: Y Del Parà A Cayana, Surinam Y Amsterdam: Destinado Para Ser Leydo En La Asmblea Publica De La Acaddemia Real De Las Ciencias De Paris / Por Monsr. De La Condamine, Uno De Los Tres Embiados De La Misma Academia A La Linea Equinoccial, Para La Medida De Los Grados Terrestres; Traducida Del Francès En Castellano*. A Amsterdam: En La Empreenta De Joan Catuffe, MDCCXLV [1745].

BPMP, G-12-51[1] e [2], Fundo Primitivo. 1748. JUAN, Jorge; ULLOA, Antonio de. *Relacion Historica Del Viage A La America Meridional: Hecho Por Orden De S. Mag. Para Medir Algunos Grados De Meridiano Terrestre, Y Venir Por Ellos En Conocimiento De La Verdadera Figura, Y Magnitud De La Tierra, Con Otras Varias Observaciones Astronomicas, Y Phisicas/ Por Don Jorge Juan, Comendador De Aliaga, En El Orden De San Juan, Socio Correspondiente De La Real Academia De Las Ciencias De Paris, Y Don Antonio De Ulloa, De La Real Sociedad De Londres, Ambos Capitanes De Fragata De La Real Armada*. En Madrid: impresso de orden del Rey Nuestro Señor, por Antonio Marin, año de MDCCXLVIII [1748]

BPMP, G-12-51[3], Fundo Primitivo, 1748. JUAN, Jorge; ULLOA, Antonio de. *Observaciones Astronomicas, Y Phisicas Hechas De Orden De S. Mag. En Los Reynos Del Perú/ Por D. Jorge Juan, Comendador De Aliaga, En El Orden De San Juan, Socio Correspondiente De La Real Academia De Las Ciencias De Paris, Y D. Antonio De Ulloa, De La Real Sociedad De Londres, Ambos Capitanes De Fragata De La Real Armada; De Las Quales Se Deduce La Figura, Y Magnitud De La Tierra, Y Se Aplica A*

La Navegacion. En Madrid: impresso de orden del Rey Nuestro Señor, por Juan de Zuñiga, año MDCCXLVIII [1748].

BPMP, G-5-9, Fundo Primitivo, 1745. LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relation Abrégée D'un Voyage Fait Dans L'interieur De L'amérique Méridionale. Depuis La Côte De La Mer Du Sud, Jusqu'aux Côtes Du Brésil & De La Guiane, En Descendant La Riviere Des Amazonas: Lûe À L'assemblée Publique De L'académie Des Sciences, Le 28. Avril 1745 / Par M. De La Condamine, De La Même Académie*. A Paris : chez la Veuve Pissot, Quay de Conti, à la Croix d'Or, MDCCXLV [1745]

BPMP, H-10-18, Fundo Primitivo, 1783. RENNELL, J. *Memoir Of A Map Of Hindoostan Or The Mogul's Empire : With An Examination Of Some Positions In The Former System Of Indian Geography : And Some Illustrations Of The Present One: And A Complete Index Of Names To The Map / By James Rennell, F.R.S. Late Major Of Engineers, And Surveyor General In Bengal*. London: printed by M. Brown, for the author: and sold by W. Faden, corner of St. Martin's Lane, Charing Cross, MDCCLXXXIII[1783].

BPMP, L1-10-42, Fundo Primitivo, 1757. ADANSON, Michel; BUACHE, Philippe.; BAUCHE, Jean-Baptiste-Claude. *Histoire Naturelle Du Sénégal : Coquillages. Avec La Relation Abrégée D'un Voyage Fait En Ce Pays, Pendant Les Années 1749, 50, 51, 52 & 53 / Par M. Adanson, Correspondant De L' Académica Royale Des Sciences*. Paris : chez Claude-Jean-Baptiste, quai des Augustins, à l'image Saint Jean dans le Desert, MDCCLVII [1757]

3. CATÁLOGO DE DOCUMENTOS

FADEN, William. *Catalogue of the Geographical Works, Maps, Plans &c*. Part 1. London: Charing Cross, Geographer to his Majesty, 1822.

GARCIA, João C. (org.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GARCIA, João C. (org.). *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: BPMP/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

SILVA, Elias Manoel da e VIEIRA JR. Wilson. *Goyaz. Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

4. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

AMARAL, Manuel. (Ed). *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Volume II (Online), 2000-2016. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/index.html>

CLRS - The Collected Letters of Robert Southey

Letter 2428: Robert Southey to Herbet Hill, 27 May 1814. PACKER, Ian and PRATT, Lynda (ed.) *The Collected Letters of Robert Southey*, Part Four: 1810-1815. August 2013. https://romantic-circles.org/editions/southey_letters/Part_Four

EMCO - Elizabeth Montagu Correspondence Online

EMCO, Letter from Elizabeth Montagu to Mary Robinson, 9 July, 1777. In: BARKER, Joanna. (ed.) *Elizabeth Montagu Correspondence Online*, Swansea University.

FO – Founders Online, National Archives. (EUA)

FO. From Thomas Jefferson to Abbé Morellet, 11 August 1786. *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0151>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 225–226.]

FO. From Thomas Jefferson to Edward Bancroft, 26 February 1786. *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-09-02-0261>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 9, 1 November 1785–22 June 1786, Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 299–300.]

FO. From Thomas Jefferson to William Stephens Smith, [10] August 1786. *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0142>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786, Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 211–216.]

FO. From Thomas Jefferson to William Stephens Smith, 20 December 1786. *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0471>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786, Princeton: Princeton University Press, 1954, p. 620.]

FO. Jefferson's Suggestions for Republishing the Cruz Cano Map of South America, [ca. August 1786], *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0143>. [BOYD, Julian P. (ed.). *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 10, 22 June–31 December 1786. Princeton: Princeton University Press, 1954, pp. 216–217.]

FO. John Adams to Abigail Adams, 13 August 1776," *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/04-02-02-0056>. [BUTTERFIELD, L. H. (ed.) *The Adams Papers*, Adams Family Correspondence, vol. 2, June 1776–March 1778, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963, pp. 90–92

FO. To Alexander Hamilton from Rufus King, 9 March 1799. <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-22-02-0318>. [SYRETT, Harold C. (ed.). *The Papers of Alexander Hamilton*, vol. 22, July 1798–March 1799. New York: Columbia University Press, 1975, pp. 525-526.]

FO. To Thomas Jefferson from Moses Young, 1 January 1809. <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/99-01-02-9452>.

BIBLIOGRAFIA

ACRUCHE, Hevelly F. *Portugal e Espanha no extremo Sul das Américas: fronteiras, gentes, direitos e soberania (1750-1830)*. Rio de Janeiro: UFF, 2017. (Tese. Doutoramento em História).

ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

AGUILLAR, José. *Historia de la cartografía: la tierra de papel*. Buenos Aires: Codex, 1968.

ALDER, Ken. *A medida de todas as coisas: a odisséia de sete anos e o erro encoberto que transformaram o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

ALMEIDA, André F. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Nova Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

ALMEIDA, André F. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do Madeira. (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n.2, pp.215-235, jul.-dez. 2009a.

ALMEIDA, André F. O mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17, n.2, p.79-89, jul.-dez. 2009b.

ALMEIDA, Luis F. *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil: 1493 - 1700*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, v. 1, 1957.

ALMEIDA, Luis F. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). *Oceanos*, Lisboa, n.º. 40, pp.79-92, 1999.

ALMEIDA, Luís F. *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa do século XVII*. São Paulo: Edusp, 1999.

ALVES, Daniel V. Reconsiderações historiográficas sobre a teoria do sigilo de Jaime Cortesão. *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v.9, n.3, pp.36-57, mai./ago. 2018.

ALVES, Daniela; BARBOSA, Hélder e PINTO, Jorge R. O potencial do turismo militar para a cidade do Porto: o caso da segunda invasão francesa. *Revista Científica do ISCET: Percursos & Ideias*, n.º7, 2ª série, pp.22-34, 2016.

AMADO, Janaína e ANZAI, Leny C. *Luís de Albuquerque: Viagens e governo da Capitania do Mato Grosso (1771-1791)*. São Paulo: Odebrecht, 2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Francisco E. *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ARAÚJO, Renata M. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20, n.1, pp.41-76, jan.-jun. 2012.

ARAÚJO, Renata M. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. v.1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 2000. (Tese. Doutoramento em História da Arte)

ARAÚJO, Renata M. Os Mapas do Mato Grosso. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n.4, pp.2-13, 2015.

ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G. e TIFFIN, H. (eds.). *The Post-Colonial Studies Reader*. London & New York: Routledge, 1995.

ASSUNÇÃO, José A. M. *As unidades militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: a defesa territorial na fronteira da Beira*. Lisboa: Academia Militar, 2014. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada).

ÁVILA, Cristina et al. Cartografia e inconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, pp. 373-392, 1989.

ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo. A representação espacial das Minas Gerais no século XVIII: relações entre a cartografia e a arte. *Revista Barroco*, arquitetura e artes plásticas, Ouro Preto, v.15, pp.441-446, 1990/2.

BACKHOUSE, Roger E. *História da economia mundial*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BARROSO, Lourismar S. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. Porto Alegre: PUCRS, 2015. (Dissertação. Mestrado em História)

BASTOS, Carlos A. C. A demarcação de limites sob o espectro da guerra: a Província de Maynas e a Capitania do Rio Negro no final do século XVIII. *TRASHUMANTE, Revista Americana de História Social*, n.3, pp.28-47, 2014.

BASTOS, Carlos A. C. Fronteira e Impérios na Amazônia Ibérica. *Revista de História São Paulo*, n.173, pp.519-528, jul.-dez. 2015.

BASTOS, Carlos A. C. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. São Paulo: FFCSH-USP, 2013. (Tese. Doutorado em História).

BELK, R.W. *Collecting in a consumer society*. London: Routledge, 1995.

BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI a XIX*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. Fernanda e GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 88-89.

BLACK JR, Frederick H. *Diplomatic Struggles: British support in Spain and Portugal, 1800-1810*. The Florida State University, College of Arts and Science, 2005. (Tese. Doutorado em História)

BLACK, Jeremy. *Mapas e História. Construindo imagens do passado*. Bauru: Edusc, 2005.

BLAKEMORE, M. J. e HARLEY, J.B. Concepts in the history of cartography: a review and perspective. *Cartographica*, n.17, Monograph 26, pp.1-120, 1980.

BLOND, Stéphane. *L'atlas de Trudaine: pouvoirs, cartes et savoirs techniques au Siècle des Lumières*. Paris: CTHE, 2013.

BORD, Jean-Paul e BADUEL, Pierre R. (dir.) *Les cartes de la connaissance*. Paris: Éditions Karthala, 2004.

BORGES, Maria E. L. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (Orgs.). *O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX*. São Paulo, 2002, p.105-122.

BORGES, Maria E. L. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana M. e FONSECA, Thaís N. (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BORGES, Maria E. L. *Imagens do Brasil do século XVII: um estudo sobre o Atlas de Albernás. Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

BORRALHO, Maria L. M. D. *Catarina de Lencastre (1749-1824): libreto para uma autora quase esquecida*. Porto: Faculdade de Letras, 1999.

BORRALHO, Maria L. M. *E Por acaso um viajante ... a vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 136-61.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BRIGOLA, João Carlos. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial – os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. In: SILVA, Francisco; CRUZ, Maria; RIBEIRO, Jorge e OSWALD, helena (Orgs.). *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p.331-339.

BRÜCKNER, Martin (ed.). *Early American cartographies*. Virginia: University of North Carolina Press, 2011.

BUENO, Beatriz e KANTOR, Iris. A outra face das expedições científico-demarcatórias na Amazônia: o coronel Requena y Herrera e a comitiva castelhana. In: OLIVEIRA, Francisco. *Cartógrafos para toda a Terra*. V.1. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, p.243-265.

BUENO, Beatriz P.S. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, v.12, pp.193-236, jan/dez 2004.

BUENO, Beatriz P.S. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.

BUENO, Beatriz P.S. O Engenheiro Artista: As Aquarelas e as Tintas nos Mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia F. (org.) *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p.375-383.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKER, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1996.

BURKER, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRAL, Luís e MEIRELES, Maria A. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n.º1, pp.29-46, jan./jun. 1997.

CABRAL, Luís. *O palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.

CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre e BARTHE, Yannick. *Agir dans un monde incertain*. Paris: Le Seuil, 2001.

CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Curitiba: UFPR, 2011. (Tese. Doutorado em História).

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Cuiabá: UFMT, 2001. (Dissertação. Mestrado em História).

CARTER, Paul. *The Road to Botany Bay: an exploration of landscape and history*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2010.

CARVALHO, Débora C. A. B. M. *Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho (1762-1815)*. Juiz de Fora: UFJF, 2019. (Tese. Doutorado em História).

CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012. (Tese. Doutorado em História).

CARVALHO, Maria. L. M. M de. *A capitania de Mato Grosso durante o Governo de Luís Pinto de Sousa (1769/1772)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996. (Dissertação. Mestrado em História).

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

CASTILLO, Lina del. Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827. In: AKERMAN, James. (ed.) *Decolonizing the map: cartography from colony to nation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017, p.110-159.

CASTILLO, Lina del. Inventing Columbia/Colombia. In: THURNER, M. (ed.) *The First Wave of Decolonization*. New York: Routledge, 2019, p.48-76.

CASTILLO, Lina del. La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia. In: MARTÍNEZ, Francisco A. O. e SILVA, Alexander C. (eds.). *Disfraz y pluma de todos. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, p.377-420.

CASTRO, José Flávio Morais. *História da Cartografia e Cartografia sistemática*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CLUNY, Isabel. *D. Luis da Cunha e a ideia da diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Edição da Seara Nova, 1935.

CORTESÃO, Armando. *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Parte 1, Vol. 1-2. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Vol.3. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: MRE/Instituto Rio Branco, 1968.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução a história das bandeiras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Vol.1. Lisboa: Portugália Editora, 1966.

COSTA, Antônio G. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

COSTA, Antônio G. *et al.* Os mapas de José Joaquim da Rocha. In: COSTA, Antônio G; RENGGER, Friedrich E; FURTADO, Júnia F e SANTOS, Márcia M.D. (org.) *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Editorial Kapa, 2004, p. 145-151.

COSTA, Antônio G; RENGGER, Friedrich E; FURTADO, Júnia F e SANTOS, Márcia M.D. (org.) *Cartografia da conquista do território de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

COSTA, Graciete G. da. *Fortes portuguesas na Amazônia brasileira*. Brasília: UnB, 2015. (Relatório. Pós-Doutorado)

COSTA, Júlio M. R. No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, S. 2, n.9, pp. 91-108, 2012b

COSTA, Júlio M.R. Alguns livros científicos (séc.XVI e XVII) no “inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*. n.14.1, pp.131-158, 2012a.

COSTA, Margarida M. L. “*Mais influentes que muitos Ministros*”: uma família de cortesãos na viragem para o século XIX – *Os Sousa Lobato*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - FCSH, 2020. (Dissertação. Mestrado em História)

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do IEB*, São Paulo, n.45, pp.21-37, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sulamericano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, pp. 189-214, 2009.

COUTINHO, Ana S.A. Imagens de França do século XVIII através da Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão. *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol.10, pp.17-27. 2009.

COWAN, Brian. The Rise of the Coffeehouse Reconsidered. *The Historical Journal*, Vol.47, No.1, pp.21-46, Mar.2004.

COWAN, Brian. *The Social Life of Coffee: The Emergence of the British Coffeehouse*. New Haven: Yale University Press, 2005.

COWAN, James. *O sonho do cartógrafo. Meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CUNHA, Zenobia. *O pré-romantismo português: subsídios para a sua compreensão*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

CURADO, Silvino da C. Algumas notas sobre José Anastácio da Cunha enquanto militar. *Boletim da SPM* 67, pp.227-242, Outubro, 2012.

CURVELO, Alexandra. O poder dos mapas. In: CRISTÓVÃO, Fernando. *O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores*. Coimbra: Almedina, 2003, p.106-119.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Euler, um matemático multifacetado. *Revista história da matemática para professores*, v. 7, n. 1, pp. 91-111, 2021.

DARWIN, John. Afterword: History on a Global Scale. In: BELICH, J. et al (eds.) *The Prospect of Global History*. Oxford: University Press, 2016, p.178-184.

DASTON, Lorraine e GALISON, Peter. *Objetivity*. New York: Zone Books, 2010.

DIAS, Maria H. As explorações geográficas dos finais de setecentos e a grande aventura da Carta Geográfica do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, série I, n.XIX, pp.383-396, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMINGOS, Flávia K. *A matemática a serviço do império*. A trajetória do demarcador Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1771-1790). Cuiabá: UFMT, 2008. (Dissertação. Mestrado em História)

DOMINGUES, Ângela. Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.22, nº35, pp.150-174, Jan./Jun. 2006.

DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DORA, Veronica D. Lifting the veil of time. Maps, metaphor, and antiquarianism in the seventeenth and eighteenth centuries. In: WINTERER, Carolina e WIGEN, Karen. *Time in Maps: from the Age of Discovery to our Digital Era*. Chicago: The University of Chicago Press, 2020, p.103-126.

DORÉ, Andréa. *Cartografia da Promessa. Potosi e o Brasil em um continente chamado Peruana*. São Paulo: Intermeios, 2020.

DUARTE, Paulo Araújo. Geraldo Mercator: um novo Ptolomeu? In: *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: UFSC, 2008, p.36-40.

DUZER, Chet van. An addition to the corpus of maps by José Joaquim da Rocha (c.1740-1807). *Terra Brasilis* (Nova Série), Online, n.13, pp.1-13, 2020.

DYM, Jordana. “Mais calculado para enganar do que para informar”: os viajantes e o mapeamento da América Central (1821-1945). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.81-109, jan./jun. 2007.

EDNEY, M. e PEDLEY, M. Writing Cartography’s Enlightenment. *The Cartographic Journal*, n.57, v.4, pp.312-334, 2020.

EDNEY, M. e PEDLEY, Mary S.(eds.) *The History of Cartography, Volume 4: Cartography in the European Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

EDNEY, Matthew H. *Cartography: the ideal and it’s history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

EDNEY, Matthew H. Mathematical Cosmography and the Social Ideology of British Cartography, 1780-1820. *Imago Mundi*, vol. 46, pp.101-116, 1994.

EDNEY, Matthew. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.30-50, jan./jun. 2007.

EGER, E. *Bluestockings: Women of Reason from Enlightenment to Romanticism*. London: Palgrave Macmillan UK, 2010.

ELLIS, Markman. *The Coffee House: A Cultural History*. London: Weidenfeld&Nicolson, 2004.

ESPÍNDOLA, Haruf S. *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares: Univale, 2005.

FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antônio E. *A formação do mundo moderno: a construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

FALCON, Francisco. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p.41-79.

FELIX, Pedro C. N. *História de Mato Grosso*. 3ªed. Cuiabá: ED. Defanti, 2013.

FERNANDES, Suelme E. *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa*. Cuiabá: UFMT. 2003 (Dissertação. Mestrado em História)

FERREIRA, Breno F. L. A compreensão dos povos indígenas da América portuguesa por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a Viagem Filosófica (1783-1792): A apropriação de uma tradução francesa de The History of America (1777), de William Robertson. *Revista de Indias*, vol. LXXX, n. 280, pp.719-750, 2020.

FERREIRA, Mário C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid – a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.51-69, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Mário C. Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746. *Oceanos*, Lisboa, v. 43, pp.184-195, 2000.

FERREIRA, Nuno A. M. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. (Dissertação. Mestrado em História)

FILHO, Synesio S. G. *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

FIOLHAIS, Carlos. *Membros Portugueses da Royal Society*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 153-66.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes. Política e negócios no império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCIS, Alan D. *Portugal, 1715-1808: Joanine, Pombaline and Rococo Portugal as seen by British Diplomats and Traders*. London: Tamesis Books Limited, 1985.

FRANKLIN, Benjamin. *The Autobiography of Benjamin Franklin*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2018.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

FURTADO, Junia F. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FURTADO, Junia F. José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro. In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p.277-295.

FURTADO, Junia F. Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto. In: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean Y. (Org.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Annablume, 2006, p.69-86.

FURTADO, Junia e SAFIER, Neil. O sertão das Minas como espaço vivido; Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeias sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, p.263-278.

FURTADO, Junia F. Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira. In: SILVA, Fernando P. da (Ed.). *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano, Ouro Preto, 2006*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p. 981-1003.

FURTADO, Junia F. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17, n.2, pp.155-187, jul.-dez. 2009.

FURTADO, Junia F. Rebellious Maps: José Joaquim da Rocha and the Proto-Independence Movement in Colonial Brazil. In: BRÜCKNER, Martin (ed.). *Early*

American Cartographies. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press for the Omohundro Institute of Early American History and Culture, 2011a, p. 116-142.

FURTADO, Junia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, pp.66-83, jul.-dez. 2011b.

FURTADO, Junia F. e CINTRA, Jorge P. A Carte de l’Amérique Méridionale de Bourguignon D’Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada. *Revista Brasileira de História*. [online], São Paulo, v.31, n.62, pp.273-316, 2011.

FURTADO, Junia F. Cartographic Independence. In: DYM, J.&OFFEN, K. (eds.). *Mapping Latin America. A Cartographic Reader*. Chicago&London: The University of Chicago Press, 2011, p.114-120.

FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012b

FURTADO, Junia F. História da Engenharia. In: STARLING, Heloisa M. M. e GERMANO, Lígia B. P. *Engenharia – História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012a, p.21-70.

FURTADO, Junia F. From Brazil’s Central Highlands to Africa’s Ports: Trans-Atlantic and Continental Trade Connections in Goods and Slaves. *Colonial Latin American Review*, v21, n.1, pp.127-160, 2012.

FURTADO, Junia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes. In: FURTADO, Junia F. e RESENDE, Maria L. C. (orgs.) *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI – XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.189-238.

FURTADO, Junia F. Paisagem e história dos lugares na *Carte de L’Amérique méridionale* de D’Anville. In: ANDRADE, Francisco E.; JESUS, Ronaldo P. e GONÇALVES, Andréa L. (orgs.) *Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.157-170.

FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

FURTADO, Junia F. Útil agua, aguas milagrosas de la capitania de Minas Gerais (seg. XVIII). *Agua y Territorio*, Universidad de Jaén, España, n.3, pp.41-54, Enero-Junio 2014.

FURTADO, Junia F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial. In: FRAGOSO, João L. R. e GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Brasil Colonial (1720-1821)*. v.3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, p.61-110.

FURTADO, Junia F. The eighteenth-century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens. *Atlantic Studies: Global Currents*, v.11, n.2, pp.256-276, 2014.

FURTADO, Junia F. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)”. *Tempo*, Niterói, online, vol. 22, n.40. pp. 367-399, mai.-ago. 2016.

FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Os Brasis na Histoire des Deux Indes do abade Raynal/The Different Brazils in Abbé Raynal's Histoire des Deux Indes. *Varia Historia*, v.32, n.60, pp. 731-777, 2016.

FURTADO, Junia F. Evolving Ideas: J. B. d'Anville's Maps of Southern Africa, 1725/1749. *Imago Mundi-The International Journal for the History of Cartography*, v.69, pp. 202-2015, 2017.

FURTADO, Junia F. Elargir ses réseaux, diversifier ses commandes: les travaux de d'Anville pour la couronne portugaise. In: HAGUET, Lucile; HOFMANN, Catherine. *Une Carrière de géographe au siècle des Lumières: Jean-Baptiste d'Anville*. Oxford/Paris: Voltaire Foundation/Bibliothèque Nationale de France (Oxford University Studies in the Enlightenment), 2018, p.53-83.

FURTADO, Junia F. Do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco: as várias grafias do saber. In: MOTTA, Márcia M; MARTINS, Mônica de S. N. (orgs.) *História & Parcerias*. Rio de Janeiro: Edur, 2018, p.94-116.

FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, LIV.1º, n.230, pp.4-33, 2019.

FURTADO, Junia F. Ciência, Diplomacia e Viagem: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o tour mineralógico dos savants luso-brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt em Turim. In: MOTA, Isabel F. e SPANTIGATI, Carla E. *Tanto Ella Assume Novitate al Fianco: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleónica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p.143-188.

FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. O Abade Raynal: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José D. e MAGALHÃES, Justino.(orgs.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p.221-248.

FURTADO, Junia F. *Quebra-cabeça africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África e abriram as portas para o Imperialismo*. Belo Horizonte: Miguilim/Odisseia, 2021c.

FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal's Histoire des Deux Indes. *Culture&History Digital Journal*, v.10, n.2, e019, pp.1-25. December 2021a.

FURTADO, Junia F. Portuguese America under foreign threat and the creation of the concept of Uti Possidetis in the first half of the 18th Century. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série IV História Moderna, n.34, pp.109-142, 2021b.

GALARZO, Ainoa C. War compasses: diplomatic realignment between the war of Rosellon and the war of Oranges in the days of Gomes Freire de Andrade. *Revista Militar*, nº2605/2606, Numero Temático, pp.173-187, Fev./Mar. 2019.

GARCIA, J. C. e ALMEIDA, A. F. de. A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In: *A TERRA de Vera Cruz, Viagens, descrições e mapas do séc. XVIII*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000, p. 9-62

GARCIA, J. C. e ALMEIDA, A. F. de. Map Collecting in Portugal. In: EDNEY, M. e PEDLEY, M.S (Org). *The History of Cartography. Volume 4: Cartography in the European Enlightenment*. Chicago&London: The University of Chicago Press. 2020.

GARCIA, João Carlos. (org.) *O 2º visconde de Santarém e a História da cartografia*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

GARCIA, João Carlos; MAGALHÃES, Joaquim R; FLORES, Jorge M. (orgs.) *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: CNPCDP, 1997.

GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luis Miguel. “El geógrafo trabaja em su casa”: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás López. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, Porto: Universidade do Porto. Instituto de Estudos Ibéricos, n. 5, pp. 103-125, 2008.

GASCOIGNE, John. *Joseph Banks and the English Enlightenment: Useful Knowledge and Polite Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GESTEIRA, Heloisa M. De Londres para o Rio de Janeiro: João Jacinto de Magalhães e o deslocamento do Quarto de Círculo, 1777-1787. *Anais eletrônicos de 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, 16 a 18 de novembro, pp.1-13, 2016.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.

GIRALDO, Manuel L. Reformar florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Oceanos: a formação territorial do Brasil*, Lisboa, n.40, out./dez.1999.

GLIELMO, Gustavo F. *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759)*. Brasília: UnB, 2010. (Dissertação. Mestrado em História).

GODLEWSKA, Anne. *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

GOFFART, Walter A. *Historical atlases: the first three hundred years, 1570-1870*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

GOMES, M. *Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste. Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1790)*. Cuiabá:UFMT, 2008. (Dissertação. Mestrado em História).

GOMES, Plínio F. O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.3, pp.41-61, 2001.

GONÇALVES, Andréa L.; CHAVES, Cláudia M. G. VENÂNCIO, Renato P. (Orgs.) *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOSZTONYI, Katalin. How history of mathematics can help to face a crisis situation: the case of the polemic between Bernoulli and d’Alembert about the smallpox epidemic. *Educational Studies in Mathematics*, pp. 1-18, 2021.

GUEDES, Max J. *A cartografia impressa do Brasil. Os 100 mapas mais influentes, 1506-1922*. Rio de Janeiro: Capivara. 2012.

GUEDES, Max J. Os limites territoriais do Brasil a norte e nordeste. In: ALBUQUERQUE, Luis de (org). *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, v.5, , 1989, p.202-222.

GUERREIRO, Inácio. As demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. In: *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p.39-52.

GUNDERSON, Jessica. *The Second Continental Congress*. Compass Point Books, 2008.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.

HARLEY, J.B. The Bankruptcy of Thomas Jefferys: An episode in the economic History of eighteenth century map-making. *Imago Mundi*, v.20, pp.27-48, 1966.

HARLEY, John B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

HARLEY, John. The map and the development of the History of Cartography. In: HARLEY, John e WOODWARD, David. (org.) *History of Cartography: Cartography in Pre-historic, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean*. Chicago: The Chicago University Press, v.1, 1987, p.1-42.

HESPANHA, Antônio M. (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HESPANHA, António M. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João. GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na trama das redes. Política e negócios no império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.43-94.

HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviatã: instituição e poder político em Portugal – séc. XVIII*. Coimbra: Alameda, 1994.

HESPANHA, Antonio M. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

HESPANHA, Antonio M. *Imbecillitas: as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HEWITT, Rachel. *Map of a Nation: A Biography of the Ordnance Survey*. London: Granta Books, 2011.

HOLANDA, Sérgio B. *Caminhos e fronteiras*. 3ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

Holanda, Sérgio B. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio B. Um mito geopolítico: a Ilha Brasil. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p.61-84.

HOLANDA, Sérgio B. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1959.

HOWES, Anton. *Arts and Minds: How the Royal Society of Arts Changed a Nation*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

ISRAEL, J. *Democratic Enlightenment. Philosophy, Revolution, and Human Rights (1750-1790)*, Oxford, Oxford University Press. 2011

JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1992.

JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Chicago: The University of Chicago Press. 2006.

JUNQUEIRA, Maria C. C. *O primeiro e único Conde da Barca: um iluminado na corte de Dom João*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. (Tese. Doutorado em História)

KANTOR, Íris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri, 1648-1750. In: BICALHO, M. Fernanda; FERLINI, Vera L. A. (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276.

KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica, 1750-1850. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo: Museu Paulista, v.17, n. 2, pp. 39-61, jul./dez. 2009.

KANTOR, Íris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, Año 12, n.24, pp.110-123, Segundo semestre 2010.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.70-80, Jan./Jul. 2007.

KEPPIE, Lawrence. The French cartographer and the clan chief: archaeological fieldwork in Perthshire, 1763. *Proc. Soc. Antiq. Scot.* n.145, pp.401-425, 2015.

KJELLE, Marylou M. *The First Continental Congress*. Mitchell Lane, 2019.

KLINGHOFFER, Arthur. *The Power of Projections: How Maps Reflect Global Politics and History*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2006.

LAPLANTINE, François e TRINDADE, Liana. *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAWRENCE, S. *Archaeologies of the British: Explorations of Identity in Great Britain and Its Colonies, 1600-1945*. London: Routledge, 2003.

LEE, Brian North. *British Royal Bookplates and Ex-Libris of related families*. Hampshire: Scolar Press. 1991.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford, Blackwell, 1991.

LEITE, Isabel P. Livres como livros. *CEM-Cultura, Espaços & Memória*, n.5, pp.311-323, 2015.

LESTER, Toby. *A quarta parte do mundo. A corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LESTRINGANT, Frank. *A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOBATO, Alessandra; CARVALHO, Danilo; SILVA, Marcela e BRITO, Miguel. A formação histórico-territorial do Mato Grosso, as transformações e impactos decorrentes da expansão da soja. *Para Onde?* UFRGS, v.4, n.1, 2010.

LOIS, Carla e GARCIA, João Carlos. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, pp. 15-38, jul.-dez. 2009.

LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/Edunesp, 1997.

MALAQUIAS, Isabel M. João Jacinto de Magalhães e a definição das fronteiras brasileiras. *Revista da SBHC*, n.1, v.2, pp.94-102, 2003.

MALAQUIAS, Isabel. A geografia do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, n. 14.1, pp. 203-226, 2012.

MALAQUIAS, Isabel. Aspects of the Scientific network and Communication of John Hycinth de Magellan in Britain, Flanders and France. *AMBIX*, v.55, nº3, pp.255-273, Nov.2008.

MARQUES, Alfredo P. *A cartografia dos descobrimentos*. Lisboa: Elo, 1994.

MARQUES, Alfredo P. O imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX: o papel dos cartógrafos e dos engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil. In: ALBUQUERQUE, Luis de. (org.) *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa. v.5, 1989, p.180-190.

MARQUES, Alfredo P. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

MARQUES, Miguel da S. *Cartografia antiga: tabela de equivalências de medidas. Cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MARQUES, Oliveira A. H. de e DIAS, João José A. *Atlas Histórico de Portugal e do ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*. Porto Alegre, v.14, n.1, pp.27-42, jan.-abr.2014.

MATOS, Paulo T. Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso. *R.bras.Est.Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.3, pp.635-648, set./dez. 2017.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Vol. III. No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Lexicultural, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. Relações entre Portugal e Estados Unidos (1776-1820). Contribuições adicionais. *Relações Internacionais*, pp.75-87, Setembro, 2016.

MAXWELL, Kenneth. The generation of the 1790s and the Idea of the Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial Roots of Modern Brazil. Papers of the Newberry Library Conference*. Berkeley: University of California Press, 1973, p.107-144.

MENDONÇA, Marcos C. *Rios Guaporé e Paraguai: Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

MENEZES, Ulpiano T. B. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. v.23, n.45. São Paulo, pp.11-36, Jul.2003.

MICELI, Paulo. (org.) *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MILLER, D. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.

MIRANDA, Tiago C.P dos R. “Estrangeirados”. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. R. *História*, São Paulo, n.123-124, pp.35-70, ago./jul., 1990-1991.

MITCHELL, Timothy. *Rule of Experts: Egypt, Techno-politics, modernity*. Berkeley, University of California Press, 2002.

MONTEIRO, Nuno G. A Guerra no império. In: RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo e V. e MONTEIRO, Nuno G. (coord.). *História de Portugal*. 4ªed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p.316-322.

MONTEIRO, Nuno. O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense: Revista Eletrônica*. São Paulo: IEB-USP, n.2, pp.4-20, nov. 2005.

MONTEIRO, Rodrigo B. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MORAES, Benone. *Dilatar Limites: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781)*. Cuiabá: UFMT, 2011. (Dissertação. Mestrado em História)

MOREIRA, Zenóbia C. *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão. D. Catharina Michaella de Sousa César e Lencastre, 1749-1824*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

MOURA, Carlos F. *Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – instrumentos astronômicos e livros científicos*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008.

MUENSTERBERGER, W. *Collecting: an unruly passion*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

NEVES, Thais C. *A fronteira oeste no governo de João de Albuquerque: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)*. Dourados: UFGD, 2019. (Dissertação. Mestrado em História)

NOGUEIRA, Carlo E. Geografia histórica de uma fronteira: a borda oeste da América portuguesa (1700-1800). *Boletim Gaúcho de Geografia*, v.47, n.1, pp.13-39, 2020.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

OLIVEIRA, Osvaldo A. Os protagonistas da história dos campos neutrais. *Biblios*. Rio Grande, v.1, n.1, pp.69-80, 2010.

OLIVEIRA, Tiago K. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012. (Tese. Doutorado em História)

PAIVA, Adriano T. “*Aranzés da tradição*”: *conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800)*. Belo Horizonte:UFMG, 2013. (Tese. Doutorado em História)

PEARCE, Nick. *William Hunter's World: The Art and Science of Eighteenth-Century Collecting*. Taylor & Francis, 2017.

PEARCE, Susan. M. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition*. London: Routledge, 2005.

PEDLEY, Mary S. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, pp.14-30, jan./jun.2007.

PEDLEY, Mary S. Selected papers from the 16th international conference on the history of cartography: Maps, war, and commerce: Business correspondence with the London map Firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, v.48, n.1, pp.161-173, 1996.

PEDLEY, Mary S. *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

PEREIRA, E e RODRIGUES, G. Balsemão (Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de). In: TORRES, J.R. (ed.) *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa, 1904/1915.

PERKINS, Chris. Map Collecting Practices. In: RUAS, Anne. (ed.) *Advances in Cartography and GIScience*. Vol I. Selections from ICC 2011, Paris. London: Springer Heidelberg Dordrecht, 2011, p.133-146.

PETTO, Christine M. *Mapping and Charting in Early Modern England and France: Power, Patronage, and Production*. Estados Unidos: Lexington Books, 2015.

PETTO, Christine M. *When France was King of Cartography: The Patronage and Production of Maps in Early Modern France*. Reino Unido: Lexington Books, 2007.

PINTO, Emanuel P. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ªed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.180-191.

PRATT, Mary L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London&New York: Routledge, 1992.

PRESCOTT, J.R e TRIGGS, Gillian G. *International Frontiers and Boundaries: Law, Politics and Geography*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. New York: Palgrave Macmilliam, 2007.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo V. MONTEIRO, Nuno G. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera de los Libros, 2012.

- REIS, Artur C. F. *João Pedro da Câmara: um Fronteiro Olvidado*. Cuiabá: IHGMT, 2002.
- RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 103-126.
- RENGER, Friedrich E. MACHADO, Maria Márcia M. SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio. *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante*. Diamantina, pp.143-147, 2005.
- RESENDE, Maria T. *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e ilhas atlânticas*. Lisboa: CNPCDP, 1994.
- RIBEIRO, Dulcyene M. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. São Paulo: USP, 2009. (Tese. Doutorado em Educação).
- RIBEIRO, Maria Eurydice. O sentido da História: tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII-XIII). *Tempo*, v.7, n.14, pp.11-26, jun. 2003.
- ROBINSON, Jane. *Bluestockings: The Remarkable Story of the First Women to Fight for an Education*. Ilhas Cocos (Keeling): Penguin Adult, 2010.
- RODRIGUES, Abel. O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional. *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol.10, pp.71-90, 2009.
- RODRIGUES, Carmem M. Vírus e Mapas: o mapeamento da Covid-19, da Febre Amarela e os paradigmas da Medicina Cartográfica. *Temporalidades – Revista de História*, 33, v.12, n.2, pp.224-248, mai.-ago. 2020.
- RODRIGUES, Luiz F.M. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. UNISINOS, *Cadernos IHU ideias*, ano 9, nº151, 2011.
- RODRIGUES, Manuel A. *A Biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986.
- RONDON, Cândido M. *História da minha via – autobiografia*. LeBooks Ed, 2019. (Epub)
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independências da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia F. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.419-426.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1992.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História – USP*, ano25, v.55, pp.25-80, 1977.
- SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.29, n.57, pp.91-114, jan-jun.2009.
- SAFIER, Neil. *Measuring the New World. Enlightenment Science and South America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SAHLINS, Peter. *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*. Berkeley: University of California Press, 1991.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALGUEIRO, Nuno M S. *Fabricar o território: os equipamentos do sistema produtivo português (1670-1807)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. (Dissertação. Mestrado em Arquitetura)

SANTOS, Boaventura de S. “Entre Próspero e Caliban – Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

SANTOS, Christian F. M. *Uma cosmologia do novo mundo: os Diálogos Geográficos de Joseph Barbosa de Sá no ano de 1769*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005 (Tese. Doutorado em História)

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Nívia P. C. Um turista da Corte do Piemonte. Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, v.25, n.41, pp.213-225, jan/jun, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo C; de e COSTA, Ângela M. da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik L. (orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: EDUSC, 2009.

SCOTT, James. *Seeing Like a State*. New Haven, Yale, 1998.

SILVA, Adriana F. *Estratégia materiais e espacialidades: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. Jaguarão: Unipampa, 2010.

SILVA, Cliverson G. P. e COSTA, Angislaine F. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. *Amazon, Rv. Antropol.* (Online), v.6, n.1, pp.110-139, 2014.

SILVA, J. J. da C. R. da. *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

SILVA, J. J. da C. R. da. Luís Pinto de Sousa Coutinho: ‘an English gentleman’. In: *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, p. 187-312, 2002.

SILVA, J.J da C.R da. A guerra de independência dos EUA e os diplomatas portugueses. Luís Pinto de Sousa Coutinho e os primórdios do conflito (1774-1776). In: *Actas do XV Colóquio de História Militar – Portugal Militar nos Séculos XVII e XVIII até às Vésperas das Invasões Francesas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2005, p.913-928.

SILVA, José A. T. R. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015. (Tese. Doutorado em História)

SMITH, Thomas R. Cruz Cano's map of South America, Madrid, 1775: Its creation, adversities and rehabilitation. *Imago Mundi*, v.20, n.1, pp.49-78, 1966.

SOARES, Luiz Carlos. Os descobrimentos marítimos ibéricos, Renascimento e a abertura do mundo. In: *Do Novo Mundo ao universo heliocêntrico*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.57-130.

SOBEL, Dava. *Longitude: a verdadeira história do gênio solitário que resolveu o maior problema do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia F. e BICALHO, M. F. (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

SUBTIL, José. O governo da segunda regência de D. João VI (1799-1816). In: Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910). *Actas Comemorações do Bicentenário do Nascimento*, 21 a 23 de Setembro de 1995. Câmara Municipal de Santarem, 1996.

TEIXEIRA, Marco A. D. e FONSECA, Dante. *História Regional (Rondônia)*. 2ªed Porto Velho: Ed. Rondoniana. 2000.

TENGARRINHA, José. *A Historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

THOMAZ, Manuel F. John Hyacinth de Magellan (1722-90): 18th century physicist with views on medical matters. *Journal of Medical Biography*. v.17, pp.39-46, 2009.

TIRAPICOS, Luís. Tycho Brahe e os instrumentos que reformaram a astronomia. In: *Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, p.43-65.

TORBERT, Emily K. *Dissolving the Bonds: Robert Sayer and John Bennett, print publishers in na age of revolution*. Newark: University of Delaware, 2017.

TORRES, Luiz H. O poente e o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777). *Biblios*, Rio Grande, v.22, n.2, pp.19-25, 2008.

TORRES, Simei M. de S. Ler o céu para dimensionar o espaço: demarcações de fronteiras na Amazônia em fins do século XVIII. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.15, pp.94-118, jul.-dez. 2016.

VARELLA, Flávia F. Robert Southey, William Robertson e a teoria dos quatro estágios na construção da macronarrativa da História dos autóctones americanos. *Rev. Hist.* (São Paulo), n.175, pp.349-384, jul.dez. 2016.

VENTURA, Antonio. «Deus Guarde V. Exª Muitos Anos». Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa (1796-1798)”, *Revista de Estudios Extremeños*. v. 57, n.3, pp.963-1116. 2001.

VENTURA, António. *As guerras liberais (1820-1834)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2008.

VENTURA, António. O encontro entre o rei Carlos IV e o príncipe D. João em Elvas e Badajoz (1796). *Revista de Estudios Extremeños*, n.3, v.62, pp.1035-1058, 2006.

VIEIRA JR, Wilson C. J.V. *Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação*. Brasília: UnB, 2015. (Tese. Doutorado em Arquitetura)

VIEIRA JR., Wilson. Primeiros mapas da Capitania de Goiás. In: SILVA, Elias Manoel da e VIEIRA JR. Wilson. *Goyaz. Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018, pp.32-81.

WATSON, Garth. *The Smeatonias. The Society of Civil Engineers*. London: Thomas Telford, 1989.

WIGEN, Karen e WINTERER, Caroline. (ed.) *Time in Maps: from the Age of Discovery to our Digital Era*. Chicago&London: The University of Chicago Press, 2020.

WILLIAMS, Ashley B. e WORMS, Laurence. *British Map Engravers*. A dictionary of engravers, lithographers and their principal employers to 1850. London: Rare Book Society, 2011.

WILLIAMS, D. *Condorcet and Modernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WILLIAMSON, T. e MACNAIR, A. *William Faden and Norfolk's 18th-century landscape*. Oxford: Windgather Press, 2010.

WINCHESTER, Simon. *O mapa que mudou o mundo*. William Smith e o nascimento da geologia moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WITHERS, Charles W. J. *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

WOODWARD, David. The study of history of Cartography: a suggested framework. *American Cartographer*. v.1, pp.101-115, 1974.

WORMS, L. The Maturing of British Commercial Cartography: William Faden (1749-1836) and the Map Trade. *The Cartographic Journal*, v.41, n.1, pp.5-11, jun.2004.

WORMS, Lawrence. Location in the London Map Trade. *IMCoS Journal: Issue 82* (Autumn 2000)